

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

ARLEY DE MATTOS BAISSO

**Entre usos e resistências: um estudo sobre a consciência jurídica de pessoas
transgêneras**

Ribeirão Preto

2020

ARLEY DE MATTOS BAISSO

Entre usos e resistências: um estudo sobre a consciência jurídica de pessoas
transgêneras

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão
Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Área de concentração: Desenvolvimento no Estado
Democrático de Direito

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva

Ribeirão Preto

2020

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB163e Baisso, Arley de Mattos
Entre usos e resistências: um estudo sobre a consciência jurídica
de pessoas transgêneras / Arley de Mattos Baisso; orientador Paulo
Eduardo Alves da Silva. -- Ribeirão Preto, 2020.
191 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito) --
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,
2020.

1. CONSCIÊNCIA JURÍDICA. 2. TRANSGENERIDADE. 3.
ACESSO À JUSTIÇA. 4. INTERDISCIPLINARIDADE. 5. PESQUISA
EMPÍRICA EM DIREITO. I. Silva, Paulo Eduardo Alves da, orient.
II. Título

Nome: Arley de Mattos Baisso

Título: Entre usos e resistências: um estudo sobre a consciência jurídica de pessoas transgêneras

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. (a) Dr. (a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

A meus pais, por sua generosidade e apoio.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do mestrado encerra um ciclo de muito aprendizado e esforço, que foi possível graças ao apoio de pessoas especiais.

Aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram em meu potencial e enalteceram meus esforços. Nessa caminhada, minha mãe tem um papel muito importante, pois foi quem me ajudou a dar o primeiro passo nessa jornada.

Ao meu orientador, Professor Paulo Eduardo Alves da Silva, pela parceria, pelas valiosas lições e por me ajudar a vislumbrar um futuro na área acadêmica.

Ao Professor Nuno Coelho, por me fazer acreditar que o mestrado na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto era um sonho possível.

Ao José Luiz Hisbek pelo apoio gentilmente concedido durante esse período.

Ao Nicolás Pereira pela generosidade em compartilhar boa parte de sua experiência no programa de mestrado.

À Marília Sandrin pela valiosa companhia durante o processo seletivo, cedendo sua casa, em diversos dias e horários, para nossos estudos.

Ao Caio Torres e à Roberta Bastianini por serem amigos queridos e solícitos.

Aos queridos amigos e colegas da Faculdade de Direito, em especial à Juliana Haddad, Janaína Serra, Adriane Porto, Bruna Sillos, Taísa Ostini, Leda Andrade, Renata Benites, Rhasmye El Rafih, Pamela Santos, Welington Costa, Maria Isabel Rezende, Nathália Batagim e Ana Luiza Rodrigues

Aos Professores Cynthia Carneiro, Fabiana Severi, Jacqueline Gomes de Jesus e Pedro Heitor Barros Geraldo, pelos valiosos ensinamentos.

À Fernanda Ribeiro, Karen Sanches, Laerte Coutinho, Márcia Rocha, Mariano Ferraz e Neon Cunha pela participação nesta pesquisa e por contribuírem com suas preciosas histórias de vida.

A todos aqueles que torceram pelo meu sucesso durante esta importante etapa, em especial ao Rodrigo Nunes, Sandra Ulian, Fernanda Garcia, Janaína Tavares, Bernadete Simão, Mariana Oliveira, Sandra Molina, Bethania Mendes, Andréa Vettorassi, Letícia Souza, Mateus Romero, Ludmila Elias, Claudete Hisbek e Andressa Pozar.

*Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente estudo investiga como pessoas transgêneras vivenciam, interpretam e compreendem o direito, especialmente no contexto em que se encontram, marcado por marginalização social e jurídica. Essa investigação se baseia em pesquisa teórico-bibliográfica e empírica. O referencial teórico que ancora a delimitação do problema e a análise dos dados coletados se baseia nos esquemas interpretativos propostos por Patricia Ewick e Susan Silbey na obra *The Common Place of Law: Stories from everyday life*: “diante do direito”, “junto ao direito” e “contra o direito”, que traz como uma de suas principais premissas o fato de o direito se apresentar de formas variadas e, muitas vezes, contraditórias no cotidiano das pessoas comuns. O levantamento empírico se baseia em entrevistas qualitativas com seis indivíduos, de diferentes posições sociais, etnias, sexualidades e vivências com o fenômeno jurídico. Os dados levantados sugerem que os tipos de consciência jurídica não mantêm entre si uma relação de oposição, o que implica dizer que a legalidade se apresenta de maneiras diversas e até mesmo contraditórias, variando conforme os cenários em que os indivíduos estão imersos. Ademais, embora estejam inseridas, de modo geral, em contextos de marginalização sociojurídica, pessoas transgêneras nem sempre expressam formas de consciência resistentes, em contrariedade a uma das premissas que nortearam essa investigação, a de que esses indivíduos, explícita e frequentemente, manifestam resistência contra o poder hegemônico do direito. As análises realizadas permitem concluir que na maior parte dos relatos das pessoas entrevistadas predominam esquemas de consciência jurídica que retratam uma concepção hegemônica de legalidade. Ademais, em tais narrativas, constata-se que o direito nem sempre exerce um papel central na vida de pessoas transgêneras. No que tange aos procedimentos legais, por fim, conclui-se que a esfera administrativa/extrajudicial é mais propensa a nivelar reivindicações de sujeitos pertencentes a classes sociais distintas. A esfera judicial, a seu turno, afigura-se mais suscetível a arbítrios e a influências externas, havendo, em relação a ela, uma incerteza permanente em relação à justiça possível no tocante às demandas relativas à identidade de pessoas transgêneras.

Palavras-chave: Consciência jurídica; transgeneridade; acesso à justiça; interdisciplinaridade; pesquisa empírica em direito.

ABSTRACT

Title: Between uses and resistances: a study of legal consciousness of transgender people

The present study investigates how transgender people experience, interpret and understand law, especially in the context in which they stand, marked by social and legal marginalization. This investigation is based on theoretical-bibliographic and empirical research. The theoretical framework that anchors the delimitation of the problem and the analysis of the collected data are based on the interpretative schemes proposed by Patricia Ewick and Susan Silbey in the book *The Common Place of Law: Stories of everyday life: "before the law", "with the law" and "against the law"*, which has as one of its main premises the fact that the law presents itself in different and often contradictory ways in the everyday life of ordinary people. The empirical survey is based on qualitative interview with six individuals, from different social positions, ethnicities, sexualities and experiences with the legal phenomenon. The data collected made clear that the types of legal consciousness do not maintain an opposing relationship with each other, which implies that legality presents itself in different and even contradictory ways, varying according to the scenarios in which individuals are immersed. Furthermore, although they are generally inserted in contexts of sociolegal marginalization, transgender people do not always express resistant forms of consciousness, contrary to one of the premises that guided this investigation, that these individuals, explicitly and frequently, express resistance against the hegemonic power of law. It is concluded that in most of the stories of the people interviewed predominates schemes of legal consciousness that portrays a hegemonic conception of legality. Furthermore, in such narratives, it appears that the law does not always play a central role in the lives of transgender people. With regard to legal procedures, finally, it is concluded that the administrative/extrajudicial sphere is more likely to level claims of subjects belonging to different social classes. The judicial sphere, in turn, seems to be more susceptible to arbitrations and external influences, with a permanent uncertainty in relation to possible justice in relation to the demands related to the identity of transgender people.

Keywords: Legal consciousness; transgenderity; access to justice; interdisciplinarity; empirical research in law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BO	Boletim de Ocorrência
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DECRADI	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
HC	Hospital das Clínicas
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
IDDD	Instituto do Direito ao Direito de Defesa
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIA	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexual
NB	Não-binário
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAJ	Procuradoria de Assistência Judiciária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RG	Registro Geral
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WAS	World Association for Sexual Health

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A DIMENSÃO CONSTITUTIVA DO DIREITO E OS ESTUDOS DA CONSCIÊNCIA JURÍDICA	15
3	UMA ABORDAGEM NÃO ESSENCIALISTA E NÃO BIOLOGIZANTE DO FENÔMENO DA TRANSGENERIDADE	34
4	PESSOAS TRANSGÊNERAS E AS REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À IDENTIDADE PESSOAL – UM LEVANTAMENTO EMPÍRICO	43
4.1	Estar dentro da lei: a experiência burocrática de Mariano	47
4.2	Pisando em um terreno desconhecido: Laerte e o sistema de justiça	52
4.3	Em nome dos direitos previdenciários: Fernanda, uma servidora pública estadual	56
4.4	Por dentro da Ordem dos Advogados do Brasil: Márcia e a mobilização de sua categoria profissional	61
4.5	“Eu não quero migalha”: A ação política de Neon	65
4.6	“Sou mulher, mas não tenho direito de nada”: o puxadinho jurídico de Karen	71
5	PESSOAS TRANSGÊNERAS E SUAS NARRATIVAS: DIANTE DO DIREITO, JUNTO AO DIREITO E CONTRA O DIREITO	76
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	87
	ANEXO A – ENTREVISTA COM MARIANO	102
	ANEXO B – ENTREVISTA COM LAERTE	114
	ANEXO C – ENTREVISTA COM FERNANDA	124
	ANEXO D – ENTREVISTA COM MÁRCIA	136
	ANEXO E – ENTREVISTA COM NEON	151
	ANEXO F – ENTREVISTA COM KAREN	168

1 INTRODUÇÃO

“Menino veste azul e menina veste rosa”. Essa frase foi proferida pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos nos bastidores de sua posse, ocorrida em janeiro de 2019. Aplaudida com entusiasmo, anunciava o início de uma nova era no Brasil, na qual, segundo ela, haveria um respeito à “identidade biológica” das crianças.

Uma grande empresa de cosméticos convida um homem transgênero para participar de sua campanha de dia dos pais. Ao saber da notícia, um deputado federal criticou publicamente a suposta imposição de “conduta totalmente atípica para padrões brasileiros”. Sua irresignação dizia respeito ao fato de haver, na sua visão, “uma mulher como garoto propaganda do dia dos pais”.

Episódios como esses evidenciam o quanto o sexo atribuído ao nascimento é um elemento central na definição da identidade pessoal. É a partir dele que se fixa uma série de características, tais como o nome, a vestimenta e uma gama de papéis desenvolvidos no cotidiano. Ser masculino ou feminino pressupõe, de acordo com essa concepção, uma obediência servil às normas de gênero – expectativas e oportunidades distintas em relação a homens e mulheres¹.

É nesse contexto que a transgeneridade é compreendida como a experiência identitária através da qual um indivíduo desafia, de certa maneira, os limites e os entraves impostos pelo dispositivo binário de gênero – a ideia segundo a qual “homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente”².

No contexto de um Estado pretensamente democrático e de direito, a experiência da transgeneridade é capaz de representar um cotidiano marcado por recorrentes violações de direitos fundamentais. O preconceito, a discriminação, a intolerância e os crimes de ódio sofridos em razão do exercício dessa identidade não se encontram adstritos às relações interpessoais. Isso porque, esses sujeitos sempre

¹ Cf. FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, pp. 9-79, 2002.

² LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 20.

se depararam com uma segregação estrutural, decorrente de um Estado omissivo na promoção de igual dignidade³.

Em outros termos, a despeito da existência de um ideal de igualdade, calcado em princípios constitucionais, esse grupo social ainda experimenta verdadeira situação de marginalização sociojurídica, mesmo havendo uma paulatina aceitação política e social de seus integrantes⁴.

Reivindicar permanentemente o respeito à própria identidade, como na apresentação de documentos pessoais e na utilização de espaços generificados, é um estigma que caracteriza a existência desses sujeitos.

Embora ainda não se encontre desvinculada dos manuais diagnósticos, a exemplo da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a transgeneridade, por décadas, foi caracterizada como uma patologia, fator que obliterava as possibilidades de o indivíduo transgênero exercer autonomia sobre o próprio corpo.

Essa concepção patológica também se fez presente na esfera jurídica, condicionando as demandas por reconhecimento de pessoas trans ao escrutínio das ciências humanas e biológicas, como a psicanálise, a psicologia e a psiquiatria. A inexistência de regulação jurídica levou muitos desses sujeitos a se valerem do sistema de justiça como um recurso para tornar possível demandas como a retificação de registro civil.

O direito exerce, portanto, um papel relevante nas vidas desses indivíduos. A despeito da existência de um ideal de igualdade, calcado em princípios constitucionais, esse grupo social ainda experimenta verdadeira situação de marginalização sociojurídica, mesmo havendo uma paulatina aceitação política e social de seus integrantes⁵. Dessa forma, pautado nos termos de sua imparcialidade e acessibilidade, é possível contar uma história acerca do direito⁶, mais precisamente, uma crítica à justiça que é possível através dele.

³ CUNHA, Leandro Reinaldo da. A atual situação jurídica dos transgêneros no Brasil. *Revista Interfaces Científicas – Direito*. v. 7, n. 3, pp. 25-28, 2019.

⁴ KNAUER, Nancy J. Legal consciousness and LGBT research: the importance of law in the everyday lives of LGBT individuals. *Journal of Homosexuality*, vol. 59, n. 5, 2012. p. 1.

⁵ KNAUER, Nancy J. Legal consciousness and LGBT research: the importance of law in the everyday lives of LGBT individuals. *Journal of Homosexuality*, vol. 59, n. 5, 2012. p. 1.

⁶ HULL, Kathleen E. Legal Consciousness in Marginalized Groups: The Case of LGBT People. *Law & Social Inquiry*, v. 41, n. 3, 2016. p. 563.

A aferição desse senso de justiça está diretamente relacionada à percepção das pessoas transgêneras acerca de suas reivindicações e interações com o fenômeno jurídico⁷. Dessa forma, afastando-se de aspectos de natureza procedimental, procura-se deslocar as questões atinentes ao acesso à justiça para fora do sistema jurídico formal⁸.

Isso impõe uma atenção a aspectos do cotidiano geralmente ignorados pela pesquisa jurídica tradicional, como a obediência a normas de convivência, a utilização de espaços generificados (como banheiros, por exemplo), a adoção de determinado vocativo na abordagem pessoal, atendimento nos serviços de saúde.

A partir dessas considerações, tornou-se relevante investigar a consciência jurídica de pessoas transgêneras no Brasil. Na consecução dessa tarefa, guiamo-nos pelo referencial teórico de Susan S. Silbey e Patricia Ewick, sobretudo na obra *The Common Place of Law: Stories From Everyday Life*, uma das principais referências teóricas sobre o assunto.

A participação de pessoas trans na construção da legalidade, isto é, o estudo da consciência jurídica, leva-nos a investigar como esses sujeitos vivenciam, interpretam e compreendem o direito, notadamente em um contexto marcado por marginalização sociojurídica. Além disso, cumpre questionar sobre como as formas de consciência jurídica se relacionam com as reivindicações de direitos dessas pessoas.

Metodologicamente, o presente trabalho pode ser descrito como uma investigação empírica que procura se afastar da pesquisa jurídica tradicional, de natureza dogmática, teórica e bibliográfica. Pretende-se construir uma abordagem interdisciplinar, que conjugue elementos das ciências jurídicas, sociais e antropológicas. O fio condutor da pesquisa foram reivindicações relativas à identidade pessoal, sobretudo, mas não somente, os requerimentos judiciais ou extrajudiciais de retificação de nome e/ou gênero no registro civil.

⁷ SANDEFUR, Rebecca L. Access to civil justice and race, class, and gender inequality. *Annual Review of Sociology*, v. 34, 2008. p. 341.

⁸ ALVES DA SILVA, Paulo Eduardo. Acesso à justiça, litigiosidade e o modelo processual civil brasileiro. Tese (Livre-docência – Departamento de Direito Privado e Processo Civil) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2018. p. 71.

2 A DIMENSÃO CONSTITUTIVA DO DIREITO E OS ESTUDOS DA CONSCIÊNCIA JURÍDICA

As experiências humanas com o direito, bem como as formas através das quais este é representado, apresentam-se de variadas formas. Em determinados momentos, este se manifesta como um domínio de racionalidade, solene, pouco acessível e de difícil compreensão. Em outros, como uma arena totalmente afeta a interesses particulares, onde o poder financeiro e a influência pessoal são empregados para a obtenção de ganhos estratégicos. Na maioria das vezes, contudo, as pessoas sequer pensam sobre o direito⁹.

Raramente é possível identificar sua presença no cotidiano. Ações corriqueiras como pagar contas porque são devidas ou obedecer a sinalização de trânsito porque se afigura prudente, por exemplo, encontram-se tão distantes no tempo e no espaço, que é praticamente impossível situar as circunstâncias de sua criação e relacioná-las a determinada instituição ou prática jurídica¹⁰.

Disso resulta que tais práticas se apresentam não somente como necessárias, mas também como fatos naturalizados e inevitáveis da vida em sociedade. Logo, o direito, mesmo tão próximo, aparece situado em um horizonte distinto das práticas corriqueiras e banais do dia-a-dia.

Ocasionalmente, porém, a partir de determinados acontecimentos, a intersecção entre o fenômeno jurídico e as vidas das pessoas se torna evidente. Práticas cotidianas são enquadradas por terminologias jurídicas e submetidas a procedimentos legais: acidentes de trânsito, divórcios, demissões injustas, cobranças de dívidas, dentre outros.

O direito, portanto, é vivenciado de diversas maneiras: como estranho e familiar, episódico e constante, relevante ou irrelevante. Captar a variedade dessas representações na vida cotidiana é a finalidade dos estudos da consciência jurídica.

Em 1998, Susan S. Silbey e Patricia Ewick publicaram um importante estudo da consciência jurídica de cidadãos estadunidenses, o *The Common Place of Law: Stories From Everyday Life*, livro que se tornou referência no assunto, a partir do qual procuram mapear e compreender a variedade da presença do direito no cotidiano.

⁹ EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. *The commonplace of law: stories from everyday life*. Chicago/US: The University Of Chicago Press, 1998. p. 15.

¹⁰ Id., *ibid.* p. 15.

Partindo da premissa de que este se apresenta de formas variadas e, muitas vezes, contraditórias, descrevem, a partir de relatos de pessoas comuns, como os estadunidenses o interpretam e o compreendem em seu dia-a-dia.

Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado e debatido no Brasil¹¹, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e na França, onde esses estudos se encontram em franca expansão. Como um dos principais recursos teóricos¹² da chamada perspectiva sociojurídica (*sociolegal perspective*), o conceito de consciência jurídica tem sido por ela debatido e trabalhado nas últimas décadas.

Dessa forma, antes de abordar o conceito propriamente dito, é prudente compreender o alcance o significado da perspectiva sociojurídica, bem como as preocupações teóricas que animaram sua criação e desenvolvimento.

A perspectiva sociojurídica designa um conjunto de visões diversas sobre o direito que surgiu em reação ao positivismo e ao formalismo jurídico¹³. Como parte do Movimento Direito e Sociedade¹⁴ (*Law and Society Movement*), nascido nos Estados Unidos na década de 1960, os acadêmicos sociojurídicos ofereceram uma compreensão mais abrangente, além de social e empiricamente fundamentada, do fenômeno jurídico¹⁵.

Os limites dessa perspectiva são fluidos e se encontram em evolução, abrangendo múltiplas epistemologias, metodologias e perspectivas disciplinares. O desafio de abarcá-la conceitualmente se deve justamente a essa amplitude e ausência de uniformidade¹⁶.

Para uma melhor compreensão do estudo do papel que o direito exerce na sociedade, Edelman e Galanter (2015) propõem uma classificação da perspectiva sociojurídica em três grandes dimensões: regulatória, procedimental e constitutiva. O presente trabalho se concentrará apenas nesta última dimensão (constitutiva), uma

¹¹ Cf. PACHECO, Marcelo Golfetti. Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹² ALVES DA SILVA, 2018. p. 36.

¹³ MADEIRA, Lígia Mori; ENGELMANN, Fabiano. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. *Sociologias*, v. 15, n. 32, 2013. p. 186.

¹⁴ Cf. SILBEY, Susan S. *Law and Society Movement*. *Legal Systems of the World: A Political, Social and Cultural Encyclopedia*. Volume II. E-L. Santa Barbara, California: ABC CLIO. pp. 860-863, 2002.

¹⁵ EDELMAN, Lauren; GALANTER, Marc. *Law: The Socio-Legal Perspective*. In: WRIGHT, James D. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. 2ª edição, v. 13. Oxford/UK: Elsevier, 2015. p. 604.

¹⁶ Id., *ibid.* p. 604.

vez que os estudos sobre a consciência jurídica (*legal consciousness*) nela se encontram inseridos.

Para os estudos regulatórios (*regulatory studies*), o direito é concebido como um “um conjunto de regras formais e informais com a função de concretizar políticas públicas”¹⁷; já de acordo com os estudos procedimentais (*procedural studies*), o direito é tido como “um sistema de instrumentos, práticas, recursos e estratégias a serem operados em busca de uma dada finalidade”¹⁸.

A dimensão constitutiva, por sua vez, investiga o papel do direito no cotidiano, incluindo as maneiras pelas quais categorias e conceitos jurídicos estruturam as condutas, o modo pelo qual as pessoas compreendem e invocam o direito em seu dia-a-dia, bem como as formas pelas quais as pessoas o mobilizam ou a ele resistem¹⁹.

Edelman e Galanter (2015) ressaltam que essas dimensões não estabelecem entre si uma relação de exclusão; na verdade, os autores ressaltam que a maioria dos comportamentos sociais envolve aspectos de mais de uma dessas dimensões²⁰. Historicamente, estudos sociojurídicos anteriores se concentraram nas dimensões regulatória e procedimental, ao passo em que a dimensão constitutiva é comum em estudos mais recentes²¹.

Essa virada para os estudos constitutivos provocou uma reformulação das dimensões anteriores, resultando em uma ênfase maior em aspectos como a construção social e a consciência jurídica nos estudos sobre o impacto regulatório ou dos usos procedimentais do direito²².

A perspectiva constitutiva, considera Silbey (2005), recuperou parte da tradição crítica do Movimento Direito e Sociedade. Com foco no cotidiano dos cidadãos, esses estudos provocaram um questionamento dos ideais e dos princípios que, embora proclamados pelas instituições jurídicas, não são completamente postos em prática²³:

[...] ao documentar uma lacuna entre o direito nos livros e o direito na prática e especificar como a organização social e os procedimentos jurídicos reproduziam desigualdades estruturais em vez de tratamento igualitário, a

¹⁷ ALVES DA SILVA, 2018. p. 34.

¹⁸ Id., *ibid.* pp. 34-35.

¹⁹ EDELMAN e GALANTER, 2015, p. 605.

²⁰ Id., *ibid.* p. 605.

²¹ ALVES DA SILVA, 2018, p. 35.

²² EDELMAN e GALANTER. Op. cit. p. 605.

²³ SILBEY, Susan. After legal consciousness. *Annual Review of Law and Social Science*. v. 1, 2005. p. 328.

pesquisa em direito e sociedade produzia uma crítica significativa à justiça possível através do direito²⁴.

O foco nas experiências concretas e no cotidiano dos cidadãos, ainda segundo a autora, mobilizou os pesquisadores que, pelo paradigma constitutivo, deslocaram o olhar do estudo do direito “e” da sociedade para o estudo do direito “na” sociedade; da eficácia das leis para os efeitos das leis. Esse movimento representou uma virada cultural; um diálogo interdisciplinar que conjuga a produção de conhecimento das ciências sociais e das humanidades, cuja atenção se concentra em sistemas de símbolos e significados que estão embutidos nas práticas sociais²⁵.

Dada a natureza multifacetada com o que o fenômeno jurídico é experienciado no dia-a-dia das pessoas comuns, o foco dos estudos constitutivos, em especial os da consciência jurídica, como é o caso do presente trabalho, inevitavelmente passa das instituições jurídicas formais para os ambientes cotidianos em que circulam essas imagens do direito.

De maneira semelhante, Edelman e Galanter (2015) observam que os estudos jurídicos têm se tornado mais interdisciplinares com o passar do tempo. Ademais, o fato de muitos acadêmicos sociojurídicos trabalharem através de fronteiras disciplinares e metodológicas ajuda a compreender as maneiras pelas quais as dimensões regulatória, procedimental e constitutiva se encontram dinamicamente entrelaçadas²⁶.

Ewick e Sarat (2015), que incluem a perspectiva constitutiva na chamada Era da Descentralização²⁷ (*Decentering Era*), também chamam a atenção para esse movimento que se distanciou da esfera das instituições jurídicas formais em direção aos ambientes cotidianos. Essa mudança é atribuída ao fato de os pesquisadores dessa dimensão perceberem que o direito não se trata de um fenômeno que simplesmente age sobre o mundo social, mas algo que ajuda a construí-lo; mais

²⁴ SILBEY, 2005, p. 325.

²⁵ Id., ibid. p. 328.

²⁶ EDELMAN e GALANTER, 2015, p. 605.

²⁷ A Era da Descentralização é um dos termos utilizados por Calvin Morrill e Kelsey Mayo (2015) para classificar e descrever a produção da pesquisa em Direito e Sociedade. A expressão designa um corpo de estudos que se distancia de uma perspectiva focada no direito (*law-first perspective*), isto é, que se volta para as instituições jurídicas formais para se concentrar no cotidiano. Aqui o direito é percebido não como um fenômeno que simplesmente age sobre o meio social, mas que ajuda a construir esse espaço em que atua. Uma de suas principais ideias diz respeito à conclusão de que o direito e a sociedade se constituem mutuamente. Nesse sentido, cf. MORRILL, Calvin; MAYO, Kelsey. *Charting the Classics in Law and Society*. In: EWICK, Patricia; SARAT, Austin (org.). *The Handbook of Law and Society*. Chichester/UK: John Wiley & Sons, 2015. *E-book*.

precisamente, segundo a visão que norteia esses estudos, direito e sociedade se constituem mutuamente²⁸.

Em síntese, se os estudos anteriores se concentraram no funcionamento e operacionalização do direito, a dimensão constitutiva passou a se interessar por aquilo que o direito significa e como o significado em si é uma forma de poder²⁹. No que interessa ao presente trabalho, o escopo é investigar como um indivíduo vivencia, interpreta e compreende esse fenômeno, especialmente em contextos marcados por marginalização social e jurídica, como ocorre sobretudo com pessoas transgêneras.

Esse distanciamento das instituições jurídicas formais, para Morrill e Mayo (2015), sinalizava não apenas um ceticismo em relação ao poder transformador do direito, mas um reconhecimento de que o Estado não é monolítico e se incorpora de forma diferenciada na sociedade civil³⁰.

Similarmente, Israel (2019) observa que essa linha de pesquisa ajudou a ampliar o estudo sociológico do direito, passando de uma análise focada nas instituições jurídicas e judiciais para considerar o nível dos indivíduos em seu comportamento social mais cotidiano³¹. Isso impõe uma atenção do pesquisador a aspectos geralmente considerados banais, mas que na prática ostentam caráter jurídico: acidentes de trânsito, divórcios, demissões imotivadas, cobranças de dívidas etc.

Silva (2018) estabelece um interessante paralelo entre a perspectiva constitutiva e a categoria denominada por Sandefur (2008) de estudos de percepção (*perceptive studies*). De acordo com o autor, há entre essas classificações uma forte correspondência, na medida em que em ambas se nota o propósito de promover uma vida em sociedade mais ordenada, qualificando os cidadãos para o exercício de seus direitos³².

Segundo a classificação de Sandefur (2008), esses estudos procuram enfatizar a percepção, e não o comportamento, dos indivíduos. Dentro dessa

²⁸ EWICK, Patricia; SARAT, Austin. On the Emerging Maturity of Law and Society. In: EWICK, Patricia; SARAT, Austin (org.). *The Handbook of Law and Society*. Chichester/UK: John Wiley & Sons, 2015. *E-book*. p. xvii.

²⁹ Id., *ibid.* p. xvii.

³⁰ MORRILL, Calvin; MAYO, Kelsey. Charting the Classics in Law and Society. In: EWICK, Patricia; SARAT, Austin (org.). *The Handbook of Law and Society*. Chichester/UK: John Wiley & Sons, 2015. *E-book*. p. 24.

³¹ ISRAËL, Liora. O que significa ter direito? Mobilizações do direito sob uma perspectiva sociológica. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. v. 6, n. 1, mai/2019. p. 172.

³² ALVES DA SILVA, 2018, p. 37.

abordagem, o senso de justiça é mensurado de acordo com a avaliação das pessoas sobre suas próprias experiências com o direito³³, de modo que, ao serem reveladas, as desigualdades seriam percebidas nas diferentes avaliações subjetivas.

Sarat e Keams (1993), por sua vez, distinguem a dimensão constitutiva (interna) de uma certa concepção instrumental (externa), onde a eficácia do direito seria percebida em significados e autoentendimentos, e não em seu efeito sancionador³⁴. Os autores mencionam que um dos exemplos mais notáveis desses poderes constitutivos diz respeito à disposição individual em se conceber como sujeito de direitos – os tipos de serem que são constituídos e moldados pelo direito³⁵.

Nesse sentido, ao contrário da visão geral dos instrumentalistas – segundo a qual o direito atuaria como uma força externa regulando a vida em sociedade – reconhecer que o fenômeno jurídico é capaz de produzir sentido importa em admitir que determinadas práticas sociais não estão logicamente ou inteligivelmente separadas dos direitos que as regulam³⁶. Dessa forma, mesmo quando os indivíduos não se encontram familiarizados com determinadas regras e fundamentos, seus hábitos mentais e práticas tendem a ser de natureza altamente jurídica³⁷.

O ato de almejar o reconhecimento social de determinado nome e/ou gênero, situação comumente vivenciada por pessoas transgêneras, muito embora pareça diretamente relacionado estritamente a aspectos da personalidade, têm implicações jurídicas diversas, como, por exemplo, a utilização de espaços generificados, a submissão a situações constrangedoras, de violência e discriminação.

A dimensão constitutiva revela, portanto, que o direito não é adequadamente compreendido quando pensado apenas como uma força externa que atua sobre o mundo social; o direito é onipresente e afeta a vida em sociedade de maneiras que tendem a ser ignoradas pela visão instrumental³⁸; ele integra o mundo cotidiano, “contribuindo poderosamente para a qualidade aparentemente estável e certa desse mundo e para o senso geralmente compartilhado de que, como as coisas são, assim devem ser”³⁹.

³³ SANDEFUR, 2008. p. 341.

³⁴ SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R. Beyond the Great Divide: Forms of Legal Scholarship and Everyday Life. In: SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R. (org.). Law In Everyday Life. Ann Arbor/US: University of Michigan Press, 1993. *E-Book*. pp. 27-28.

³⁵ Id., *ibid.* pp. 28-30.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Id., *ibid.* pp. 28-30.

³⁹ SARAT e KEARNS, 1993, pp. 31-33.

Nesse sentido, Silva (2018) destaca como exemplo o problema da efetividade da tutela jurisdicional, tema geralmente afeto à teoria processual, que, segundo a ótica da perspectiva constitutiva, estaria mais vinculado à internalização do sentido jurídico do que a aspectos estruturais/organizacionais de determinado órgão do sistema de justiça, por exemplo⁴⁰.

É no contexto da produção acadêmica da dimensão constitutiva que surgem os estudos da consciência jurídica. Enquanto conceito teórico e tópico de pesquisa empírica, a consciência jurídica foi desenvolvida para tratar de questões de hegemonia jurídica, particularmente questionar como o direito mantém seu poder institucional, apesar da lacuna persistente entre o direito dos livros e o direito na prática⁴¹.

Historicamente, tratam-se de estudos que foram conduzidos sobretudo por sociólogos e antropólogos que, utilizando-se quase exclusivamente de métodos qualitativos de pesquisa, procuraram evidenciar como o direito ajuda a construir a consciência e a ação social⁴²:

A faceta constitutiva do direito enfatiza os significados jurídicos e dá mais atenção do que as perspectivas anteriores à consciência e à cultura jurídica, expressões que são utilizadas para identificar significados amplamente compartilhados sobre o direito ou que se originam do direito [...]. Estudos de consciência e cultura jurídica chamaram a atenção para as maneiras pelas quais os conceitos jurídicos influenciam a vida cotidiana de maneiras que antes não eram entendidas como jurídicas. Foi dada atenção especial à consciência dos direitos, ou até que ponto as pessoas reconhecem e mobilizam seus direitos⁴³.

Silbey (2001) argumenta que a perspectiva constitutiva enfatiza os papéis da consciência e prática cultural como fatores comunicantes entre agência e estrutura. Isso quer dizer que a legalidade, enquanto componente estrutural da sociedade, é constituída por esquemas e recursos que operam para determinar e padronizar a vida social, ao mesmo tempo em que é constituída por meio de ações e práticas cotidianas⁴⁴. Em síntese, trata-se de dizer que “agência e estrutura, longe de se oporem, de fato se pressupõem”⁴⁵.

⁴⁰ ALVES DA SILVA, 2018, p. 36.

⁴¹ SILBEY, 2005, p. 323.

⁴² EDELMAN e GALANTER, 2015, *passim*.

⁴³ *Id.*, *ibid.* p. 610.

⁴⁴ EWICK e SILBEY, 1998, p. 43.

⁴⁵ SEWELL JR, William H. A theory of structure: Duality, agency, and transformation. *American journal of sociology*, v. 98, n. 1, pp. 1-29, 1992.

Compreendido como participação no processo de construção social, esse campo de pesquisa “enfocou as maneiras pelas quais a ação local e concreta se acumula em instituições e estruturas sistêmicas”⁴⁶. Em particular, “essas análises culturais constitutivas da consciência jurídica descrevem os processos pelos quais o direito contribui para a articulação de significados e valores na vida cotidiana”⁴⁷.

Afastando-se de uma perspectiva centrada na institucionalidade jurídica, Ewick e Silbey (1998) se valem de um modelo de análise que procura explorar e explicar as condições segundo as quais o direito produzido nas, e a partir das, interações sociais cotidianas, como aquelas que ocorrem em comunidades, locais de trabalho, famílias, escolas etc. No que interessa a esta pesquisa, o referencial teórico dessas autoras é utilizado como uma lente para estudar as relações que pessoas transgêneras, sobretudo em razão da particularidade de suas demandas, estabelecem cotidianamente com o fenômeno jurídico.

Questiona-se como as relações sociais se tornam marcadas pelo direito, mas também como este é ativamente moldado através das operações cotidianas. Nesse contexto, visando ampliar o escopo empírico, propõe-se investigar os significados que determinado conceito ou instituto jurídico assume quando é objeto de reivindicação ou disputa no meio social.

Em outras palavras, segundo Ewick e Silbey, o pesquisador deve atentar-se à análise de aspectos do dia-a-dia geralmente relegados a segundo plano, como, por exemplo, o pagamento de contas, o cumprimento dos regulamentos de trânsito e a obediência a normas de convivência⁴⁸. Nesse sentido, argumenta-se que o cotidiano de pessoas trans é capaz de oferecer uma relevante gama de interações com o direito, principalmente de restrições e interdições.

A tarefa de explorar o direito fora do âmbito das instituições jurídicas, todavia, exige certo esclarecimento conceitual e inovação linguística por parte do pesquisador. Por essa razão, no estudo da consciência jurídica, utiliza-se o termo “legalidade” para se referir aos “significados, fontes de autoridade e práticas culturais que são

⁴⁶ SILBEY, Susan S. Legal culture and consciousness. In: SMELSER, Neil J; BALTES, Paul B. (org.). International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences. Amsterdam: Elsevier Sci, 2001. p. 8.627.

⁴⁷ Id., *ibid.* p. 8.627.

⁴⁸ RICCIO, Vicente. Resenha: The common place of law: stories from everyday life. Cadernos EBAPE.BR. v. 2, n. 1, 2004. p. 1.

geralmente reconhecidas como jurídicas”⁴⁹, enquanto a palavra “direito” é referida exclusivamente às formas institucionalizadas de legalidade:

[...] concebemos a legalidade como uma estrutura emergente da vida social que se manifesta em diversos espaços, incluindo, mas não se limitando, ao ambiente formal das instituições. A legalidade opera, então, como uma estrutura interpretativa e um conjunto de recursos com os quais e através dos quais o mundo social (incluindo a parte conhecida como direito) é constituído⁵⁰.

Nessa toada, o conceito de consciência jurídica é introduzido como a participação no processo de construção da legalidade⁵¹. Trata-se, portanto, de compreender como a legalidade é vivenciada e percebida pelas pessoas comuns, na medida em que se envolvem, furtam-se ou resistem ao direito e aos seus significados⁵².

A legalidade é produzida no momento em que uma pessoa interpreta determinado evento a partir de conceitos ou terminologias jurídicas, o que pode incluir inovações ou mesmo a manutenção da legalidade. Assim, Ewick e Silbey (1998) compreendem que a participação de cada pessoa sustenta a legalidade como uma estrutura organizadora das relações sociais: “legalidade é uma estrutura social produzida ativa e constantemente no que as pessoas dizem e no que fazem”⁵³.

Como dito, o termo analítico “legalidade” é adotado para designar um componente estrutural da sociedade; uma estrutura social. Segundo Sewell Jr. (2005), o termo “estrutura” corresponde a uma “metáfora epistêmica inevitável nas ciências sociais”⁵⁴, que deve ser compreendida como um conjunto de esquemas e recursos que se sustentam mutuamente, que permitem e restringem a ação social e que também tendem a ser reproduzidos por essa ação social⁵⁵.

A consciência jurídica, dessa forma, é constituída e expressa por meio do conhecimento prático que os indivíduos têm da vida em sociedade. A consciência envolve, portanto, pensamento e ação: contar uma história, reclamar um direito, trabalhar, casar-se, divorciar-se, processar um vizinho ou recusar-se a acionar a

⁴⁹ EWICK e SILBEY, 1998, p. 22.

⁵⁰ Id., *ibid.* p. 23.

⁵¹ Id., *ibid.* p. 45.

⁵² Id., *ibid.* p. 35.

⁵³ Id., *ibid.* p. 110.

⁵⁴ SEWELL JR, William H. *Logics of history: Social theory and social transformation*. Chicago/US: University of Chicago Press, 2005. p. 330.

⁵⁵ Id., *ibid.*, *passim*.

polícia. “À medida que invocamos os esquemas culturais disponíveis e empregamos recursos, literalmente (re)produzimos estruturas sociais”⁵⁶.

Como participação prática nas estruturas da vida em sociedade, a consciência não está separada ou é um efeito da estrutura social, mas parte integrante desta. De acordo com essa visão dialética, indivíduos e estruturas sociais estão inter-relacionados e se definem mutuamente⁵⁷.

Deslocando-se de pesquisas tradicionais que concebiam a legalidade como uma atitude individual isolada em relação às instituições, ou que a viam como um produto das relações sociais, Ewick e Silbey (1998) passam a compreender a legalidade como um fenômeno estruturante e ao mesmo tempo estruturado pela ação cotidiana dos indivíduos⁵⁸. Com isso, almejam superar certos dualismos, tais como ação/estrutura, estatal/não-estatal, consentimento/coerção⁵⁹.

Por outro lado, pensar a consciência jurídica como participação na construção da legalidade, não se trata simplesmente de investigar um conjunto ideacional, abstrato ou descontextualizado de atitudes relacionadas ao direito, o que quer dizer que “a consciência não é meramente um estado de espírito”⁶⁰.

Embora seja um produto, em parte, da vontade humana, a consciência não é inteiramente individual ou subjetiva. A consciência é sempre uma construção coletiva que ao mesmo tempo expressa, utiliza e cria entendimentos trocados publicamente, o que se denomina esquemas. Embora a consciência individual expresse entendimentos coletivos, Ewick e Silbey (1998) salientam que não se trata, na prática, de reproduções perfeitas de um modelo existente; pelo contrário, a consciência é um amplo conjunto de “práticas e repertórios de ação situados”⁶¹.

A fim de compreender a relevância de *The Common Place of Law: Stories From Everyday Life* no desenvolvimento dos estudos da consciência jurídica, que, por sua vez, servem como fundamento para o presente trabalho, cumpre discorrer sobre os principais aspectos teóricos e metodológicos dessa obra.

Nesse livro, as histórias figuram, ao mesmo tempo, como objeto e método de estudo; esses relatos serviram como uma lente para estudar direito na vida cotidiana

⁵⁶ EWICK e SILBEY, 1998, p. 110.

⁵⁷ MCCAN, Michael. *The Common Place of Law: Stories from Everyday Life* by Patricia Ewick and Susan S. Silbey. *American Journal of Sociology*. v. 105, n. 1, jul/1999. p. 239.

⁵⁸ RICCIO, 2004, p. 2.

⁵⁹ Id., *ibid.* p. 2.

⁶⁰ EWICK e SILBEY, 1998, p. 46.

⁶¹ SILBEY, 2005, p. 338.

e como uma metáfora para representar o que havia sido descoberto⁶². A partir de entrevistas em profundidade com 430 moradores da cidade de Nova Jersey (Estados Unidos), foram identificados três tipos predominantes de consciência jurídica; isto é situações frequentes nas quais ocorre a interação desses indivíduos com a legalidade⁶³: diante do direito (*before the law*), junto ao direito (*with the law*) e contra o direito (*against the law*).

Silbey (2005) ressalta que esses esquemas nada mais são do que construtos dos pesquisadores, abstraídos dos relatos dos entrevistados e ressintetizados em narrativas de legalidade⁶⁴. Trata-se, assim, de “conjunto de ferramentas culturais a partir do qual são construídos os entendimentos populares de legalidade”⁶⁵.

No primeiro tipo de consciência (*before the law*), o direito é retratado como um “sistema formalmente ordenado, racional e hierárquico de regras e procedimentos”⁶⁶, que se legitima por sua característica soberana⁶⁷. Segundo essa narrativa, “o direito não faz parte das tarefas diárias, entrando em ação apenas em situações extraordinárias, quando essa rotina de interações é quebrada”⁶⁸. Seu arquétipo é a materialização da imagem da burocracia kafkiana⁶⁹.

Por outro lado, a segunda forma de consciência (*with the law*) retrata o direito como um jogo, no qual os limites que o separam da vida cotidiana são relativamente porosos; em vez de descontínuo à cotidianidade, o direito é por ela estruturado⁷⁰. Aqui, “o direito aparece como uma arena na qual as regras preexistentes são descartadas e outras são inventadas para servir a um conjunto maior de interesses e valores, com predominância do direito individual e o reforço da ideia de ganhos estratégicos”⁷¹.

Por fim, o terceiro tipo de consciência (*against the law*) enxerga o direito como um domínio arbitrário, em relação ao qual as pessoas procuram escapar de seu poder

⁶² Para uma melhor compreensão do papel da narrativa em diversos contextos sociais, incluindo o conhecimento acadêmico sociojurídico, Cf. EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. Subversive Stories and Hegemonic Tales: Toward a Sociology of Narrative. *Law & Society Review*, vol. 29, n. 2, pp. 197-226, 1995.

⁶³ RICCIO, 2004, p. 2.

⁶⁴ SILBEY, Op. cit. p. 348.

⁶⁵ Id., *ibid.* p. 349.

⁶⁶ EWICK e SILBEY, 1998, p. 47.

⁶⁷ RICCIO, 2004, p. 2.

⁶⁸ ALMEIDA, Fábio Ferraz de. Legalidade e consciência legal: direito na sociedade. *Confluências. Revista interdisciplinar de sociologia e direito*. v. 15, n. 1, 2013. p. 106.

⁶⁹ MCCANN, 1999, p. 2.

⁷⁰ EWICK e SILBEY, 1998, p. 48.

⁷¹ RICCIO, 2004, p. 2.

e influência. Nessas narrativas encontram-se “práticas de resistência e contra hegemônicas”⁷² cuja estratégia visa a apropriação de parte do poder do direito⁷³.

Esses esquemas não servem para identificar formas particulares de consciência individual ou mesmo tipos de pensamento e ação que serão encontrados em qualquer tipo de relato. Silbey (2005) alerta que tais esquemas não podem ser facilmente utilizados como dispositivo de codificação⁷⁴:

[...] esses esquemas narrativos coletam e organizam os materiais a partir dos quais as pessoas constroem suas narrativas do direito, ou seja, os componentes que constituem legalidade na cultura popular (as narrativas do direito são os termos dos falantes nativos; a estrutura da legalidade é a conceitualização dos analistas). São narrativas abstraídas e sintetizadas que traçam as relações entre as capacidades, restrições, valores e temporalidades do direito. Mais especificamente para o direito, as narrativas não apenas mediam teorias sociais alternativas, mas também reproduzem a variedade de concepções jurídicas de direito que há tanto tempo competem por posição como a narrativa do poder e autoridade do direito. A consciência jurídica, nesse relato, consiste em mobilizar, inventar e alterar partes desses esquemas⁷⁵.

A fim de relacionar essas variedades de consciência jurídica com o processo de construção da legalidade, Ewick e Silbey sugerem quatro pontos teóricos. Primeiramente, os esquemas e recursos interpretativos que constituem a legalidade não são exclusivamente jurídicos, ou seja, a legalidade compartilha esquemas e recursos com outras estruturas sociais⁷⁶, como, por exemplo, o gênero, ou, mais precisamente a noção de cisgeneridade⁷⁷.

Partindo de um dos axiomas propostos por William Sewell Jr.⁷⁸ — a transponibilidade dos esquemas — as autoras revelam que a interseção da legalidade com outras estruturas sociais fornece a ela significados e recursos suplementares que não derivam somente das práticas jurídicas.

⁷² ALMEIDA, Op. cit. p. 106.

⁷³ EWICK e SILBEY, Op. cit. p. 28.

⁷⁴ SILBEY, 2005, p. 349.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ A legalidade, segundo as autoras, não se sustenta apenas por intermédio do direito formal, decisões judiciais ou demonstrações explícitas do poder do Estado, como execuções e outras medidas coercitivas; ela é duradoura justamente por se basear em e invocar esquemas comuns do cotidiano.

⁷⁷ Cf. o próximo capítulo, que procura discutir o fenômeno da transgeneridade a partir de uma abordagem não essencialista e não biologizante.

⁷⁸ A característica transponibilidade, de acordo com Sewell Jr., revela que os esquemas “podem ser aplicados a uma ampla e não previsível gama de casos fora do contexto em que são inicialmente aprendidos”. Essa capacidade de transpor esquemas para um novo contexto é comumente definida nas ciências sociais como agência (Cf. SEWELL JR, 2005, p. 141).

Em segundo lugar, as formas de consciência não correspondem puramente aos atores. Logo, não é possível afirmar que determinados indivíduos estão, por exemplo, “diante” e outros “contra” o direito. No estudo da consciência jurídica, emprega-se uma linguagem analítica de relacionamento, em detrimento de uma noção de individualidade.

Forjada no contexto de determinados eventos e interações cotidianas, a consciência não se trata, pois, de um aspecto essencial da identidade ou da vida de uma pessoa. Isso pressupõe que “uma pessoa pode expressar, através de palavras ou ações, uma consciência multifacetada e possivelmente contraditória”⁷⁹; isso significa dizer que “a consciência jurídica não é fixa nem necessariamente consistente; pelo contrário, é plural e variável entre contextos e frequentemente expressa e contém contradição”⁸⁰.

Ewick e Silbey (1998) apontam que essas variações e contradições existentes nos relatos de determinada pessoa têm sido tradicionalmente ignoradas ou mesmo rejeitadas pela ciência social. Esse aspecto, geralmente enquadrado como um problema de natureza metodológica, passa a ser ressignificado, passando a ser lido a partir da disponibilidade dos múltiplos esquemas interpretativos, haja vista que as pessoas “expressam diferentes entendimentos, valores e expectativas, dependendo da situação em que estejam falando e do que imaginam alcançar através do discurso, seja para distrair, persuadir, reivindicar um direito, demonstrar camaradagem ou evitar censura”⁸¹.

O terceiro ponto revela que a legalidade é constituída por várias vertentes da consciência que são simultaneamente expressas na cultura popular. Aqui se procura demonstrar que as contradições existentes entre esquemas culturais são sempre presentes. Longe de representar uma falha a nível social, trata-se de uma característica inevitável, pois, para que algo seja significativo, ele deve conter, pelo menos de forma implícita, um significado oposto ou contrastante.

Esses múltiplos significados e esquemas interpretativos se sustentam simultaneamente em uma espécie de “tensão simbiótica”, de modo que à medida que um significado ou esquema muda, ele transforma o significado do outro. Para Ewick e Silbey (1998), essa “polivocalidade”, isto é, as variedades de consciência jurídica e os

⁷⁹ EWICK e SILBEY, 1998, p. 50.

⁸⁰ Id., *ibid.* p. 50.

⁸¹ Id., *ibid.*, p. 51.

diversos esquemas interpretativos a partir dos quais ela é constituída, “permite aos indivíduos ampla latitude na interpretação dos fenômenos sociais e, ao mesmo tempo, ainda implantar sinais de legalidade”⁸².

Em suma, os diferentes sujeitos que expressam diversas variedades de consciência jurídica se unem na construção da legalidade como uma estrutura das relações sociais:

[...] a consciência é interpretada como uma espécie de prática social, no sentido em que reflete e constitui estruturas sociais. Assim como a cultura implica prática e estrutura, a consciência é deslocada da mente de um conhecedor específico, na medida em que o conhecimento sempre implica a invocação de esquemas culturais coletivos e a mobilização de recursos diferencialmente disponíveis [...]. O estudo da consciência jurídica é a busca pelas formas de participação e interpretação através das quais os atores constroem, sustentam, reproduzem ou modificam as estruturas circulantes (contestadas ou hegemônicas) de significados relativos ao direito. A consciência jurídica não pode ser entendida independentemente de seu papel na construção coletiva da legalidade – como as formas de consciência se combinam para constituir legalidade ideológica ou hegemônica⁸³.

Por fim, embora a cultura jurídica seja descrita como sedimentada em diversos esquemas interpretativos, a variação que um indivíduo pode expressar não é limitada, aleatória ou arbitrária. Isso pressupõe que a consciência é variável, seja através do tempo, refletindo aprendizado e experiência, ou através de interações específicas, refletindo oportunidades, objetivos, relacionamentos e a disponibilidade diferencial de esquemas e recursos⁸⁴. É justamente esse conjunto de variações que estamos interessados em descobrir ao investigar como pessoas transgêneras vivenciam, interpretam e compreendem o direito.

Riccio (2004) sugere que a obra *The Common Place of Law: Stories From Everyday Life* “pode ser importante para todos aqueles que estão interessados nos aspectos cotidianos e contextualizados de operação das instituições legais”⁸⁵. Almeida (2013), por sua vez, considera que o esforço de Ewick e Silbey em desenvolver uma análise construtivista e cultural da legalidade é louvável. Para o autor, contudo, algumas críticas em relação ao trabalho se fazem necessárias⁸⁶.

⁸² EWICK e SILBEY, 1998, p. 52.

⁸³ SILBEY, 2005, p. 334.

⁸⁴ “Os esquemas culturalmente disponíveis, ou repertórios de interpretação, bem como a disponibilidade de recursos sociais e materiais, incluindo educação, experiência, dinheiro e acesso à representação legal, criam contingências que tornam mais provável a expressão de um tipo de consciência do que outros” (Cf. EWICK e SILBEY, 1998, p. 53).

⁸⁵ RICCIO, 2004, pp. 1-2.

⁸⁶ ALMEIDA, 2013, pp. 107-108.

Primeiramente porque, a partir da análise das entrevistas e do desenvolvimento de tipos ideais de consciência jurídica, as autoras “adotam uma postura de investigação pela qual o sentido da ação social é dado pelo pesquisador, quem, de alguma maneira, tem acesso a informações privilegiadas, isto é, não observáveis”⁸⁷. Em suma, com base na premissa etnometodológica segundo a qual o sentido da ação e os significados do mundo social são atribuídos pelos próprios sujeitos, a compreensão do processo em que o direito e a legalidade são produzidos passa necessariamente pela observação das práticas cotidianas⁸⁸.

Em segundo lugar, pela assunção de uma “postura não naturalística do mundo social” ao identificar os três tipos de consciência jurídica, diante do direito, junto ao direito e contra o direito, a partir das narrativas dos entrevistados. A crítica, neste ponto, sugere que Ewick e Silbey “não encaram a realidade ‘em seus próprios termos’, procurando, ao contrário, substituir a categorização nativa das próprias pessoas por tipos ideais e classificações alegóricas”⁸⁹.

A terceira crítica dirigida ao trabalho de Ewick e Silbey diz respeito à articulação entre teoria e dados empíricos. Para o autor, a realização de entrevistas, em detrimento de uma abordagem etnográfica, inviabiliza uma explicação sobre como as ideias de legalidade e de direito circulam no mundo social. Essa estratégia metodológica dá a entender que as narrativas são uma das formas pelas quais essa transmissão ocorre, contudo, “ela é limitada, pois não permite ao pesquisador observar como isso se dá entre as pessoas na sociedade, restringindo-se às interações entre o entrevistado e o entrevistador”⁹⁰.

Hull (2016), de maneira semelhante à segunda crítica formulada por Almeida (2013), questiona a utilidade dos esquemas interpretativos enquanto ferramenta conceitual, sugerindo que a confiança nessa tipologia pode restringir a atividade do pesquisador de maneira problemática⁹¹.

Citando como exemplo alguns estudos sobre a consciência jurídica de pessoas LGBT, Hull (2016) salienta que quase todas as pesquisas discutem explicitamente a aplicação da tipologia aos dados sob análise. Embora, na maioria dos casos, essa ferramenta conceitual nem sempre se aplique aos dados disponíveis,

⁸⁷ ALMEIDA, 2013, p. 107.

⁸⁸ Id., *ibid.* p. 107.

⁸⁹ Id., *ibid.* p. 107.

⁹⁰ Id., *ibid.* p. 107.

⁹¹ HULL, 2016, pp. 17-18.

é possível extrair desses estudos uma crítica construtiva aos modos de consciência jurídica propostos por Ewick e Silbey⁹².

McCann (1999), por sua vez, aponta que as diversas narrativas presentes no livro nem sempre ilustram com clareza os pontos mais importantes sobre a legalidade e principalmente sobre a resistência ao direito (*against the law*). Mais diretamente, o autor considera exagerada a afirmação de que a legalidade é totalmente desvinculada do direito. Embora entenda que há muito a ganhar vendo a legalidade como relativamente mais polivocal e abrangente que o direito, o autor observa que as conclusões de Ewick e Silbey confirmam que ambos são vagamente ligados e interativos⁹³.

McCann (1999) ainda chama atenção para o fato de que essa distinção conceitual leva as autoras a evitar questionamentos sobre como a legalidade tende a variar em relação a indivíduos diferentemente situados⁹⁴ por raça, classe social, gênero etc.

No artigo intitulado *After Legal Consciousness*, publicado na *Annual Review of Law and Social Science* em 2005, Susan Silbey critica a evolução do campo de pesquisa em consciência jurídica⁹⁵. Segundo a autora, os estudos mais recentes sobre o assunto haviam ampliado e ao mesmo tempo restringido o alcance do conceito de consciência jurídica, sacrificando grande parte da vertente crítica e da utilidade teórica desse conceito.

Silbey (2005) observa que as pesquisas recentes sobre consciência jurídica não deram atenção aos processos de produção cultural que moldam a consciência e às condições da produção cultural que poderiam produzir variações de quão unificada seria a consciência jurídica de diferentes grupos sociais, crítica que pressupõe uma necessidade de mudar o foco nos indivíduos para considerar processos institucionais⁹⁶. A autora também aponta para uma tendência excessivamente empirista, preocupada em retratar os contornos da consciência jurídica dos indivíduos, ao invés de explicar as fontes dessa consciência⁹⁷.

⁹² HULL, 2016, p. 15.

⁹³ MCCANN, 1999, p. 240.

⁹⁴ Id., *ibid.* p. 240.

⁹⁵ SILBEY, 2005, *passim*.

⁹⁶ HULL, *Op. cit.* p. 3.

⁹⁷ Id., *ibid.*, p. 3.

Essa posição é melhor compreendida, de acordo com a autora, quando retomada a iniciativa crítica que marcou a história do movimento Direito e Sociedade: a constatação de uma ineficácia do direito; a lacuna existente entre o direito na teoria e o direito na prática:

[...] ao documentar uma lacuna entre o direito nos livros e o direito na prática e especificar como a organização social e os procedimentos jurídicos reproduziam desigualdades estruturadas em vez de tratamento igual, a pesquisa sobre direito e sociedade produzia uma crítica significativa à justiça possível através do direito. Baseando-se em lógicas sociais cotidianas, categorias e normas culturais locais, a pesquisa mostrou que a ação jurídica refletia e reproduzia outras características e instituições da vida social, nas quais o poder e o preconceito não eram confinados pelas técnicas do procedimento jurídico⁹⁸.

Para descobrir o que o direito faz e como ele opera, fazia-se necessário, segundo a autora, investigar como os indivíduos poderiam contribuir para seus efeitos sistêmicos, bem como para sua ineficácia. Era preciso, portanto, descobrir mais sobre a inconsistência daquilo que parecia uma lealdade consistente ao Estado de Direito⁹⁹.

A resposta a esses questionamentos demandava um conhecimento específico não apenas sobre como e por quem o direito era ou não utilizado, mas também o que, na prática, significava utilizá-lo. Foi dessa maneira que, na década de 1980, a consciência jurídica passou a ser o objeto de estudo de muitos pesquisadores daquele movimento¹⁰⁰.

Silbey (2005), em síntese, procura estimular uma retomada do projeto sociológico crítico que seja capaz de explicar a durabilidade e o poder ideológico do direito:

O direito é um atributo básico e constitutivo de nossa consciência social. É uma maneira particular de organizar sentido e poder, e é a partir disso que o direito na prática e o direito nos livros avançam. A análise do direito não deve ser uma escolha entre recomendações políticas pragmáticas do direito na prática ou os interrogatórios transcendentais do direito nos livros. Em vez disso, a consciência jurídica deve ser uma ferramenta para examinar a relação mutuamente constitutiva entre esses dois¹⁰¹.

Em outras palavras, a consciência jurídica não deve ser reduzida à exploração de uma variável a nível individual (como as pessoas pensam o direito), mas deve ser

⁹⁸ SILBEY, 2005, p. 325.

⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 326.

¹⁰⁰ Id., *ibid.*, p. 326.

¹⁰¹ Id., *ibid.*, p. 359.

analisada como a participação na construção da legalidade. A partir dos estudos que concluíram que determinadas práticas se acumulavam para produzir autoridade e hegemonia para o direito, Silbey (2005) ressalta que é preciso demonstrar como práticas jurídicas, apesar de múltiplas e por vezes contraditórias, foram vivenciadas como uma unidade naturalizada.

Hull (2016), por sua vez, acredita que Silbey tenha sido exigente demais em relação ao que significa ser crítico nesse campo de pesquisa. Nesse sentido, argumenta que a pesquisa sobre consciência jurídica não perdeu sua perspectiva crítica, citando como exemplo os estudos relativos a pessoas LGBT¹⁰².

A autora, no entanto, levando em conta uma das críticas suscitadas por Silbey, acredita ser necessário compreender o que leva os indivíduos a tolerar a lacuna (*gap*) entre o direito na prática e o direito nos livros. Ela também propõe uma melhor elucidação sobre a consciência jurídica resistente e de como a resistência interage com a tipologia de Ewick e Silbey (1998); maior profundidade em relação aos atores marginalizados, incluindo uma explicação mais satisfatória sobre os vínculos entre posição social e as variações na consciência jurídica, assim como uma melhor teorização sobre como os vários processos sociais e suas formas de marginalização produzem diferentes tipos de consciência jurídica¹⁰³.

Hull (2016) também aponta para a necessidade de uma maior atenção ao nível institucional e aos processos de produção cultural é merecedora de atenção. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento de retratos mais amplos do lugar que o direito e a legalidade ocupam na vida de atores sociais marginalizados, devendo a pesquisa se abrir à possibilidade de estes não serem fatores centrais e influentes em suas vidas¹⁰⁴.

Hull (2016), por fim, sinaliza que a pesquisa sobre a consciência jurídica de pessoas LGBT deve desenvolver um melhor conhecimento sobre como e quando as percepções da lacuna entre o direito na teoria e na prática são capazes de engajá-los em formas coletivas de resistência¹⁰⁵.

A partir dessas considerações, a partir das quais se retomou a trajetória dos estudos constitutivos, mais precisamente os da consciência jurídica, tornou-se

¹⁰² HULL, 2016, p. 4.

¹⁰³ Id., *ibid.* p. 19.

¹⁰⁴ Id., *ibid.* p. 19.

¹⁰⁵ Id., *ibid.* p. 20.

relevante investigar esse fenômeno a partir de relatos de pessoas transgêneras no Brasil. Essa tarefa importa em compreender como esses indivíduos vivenciam, interpretam e compreendem o direito em um contexto marcado por marginalização sociojurídica, e como as formas de consciência jurídica, diante do direito, junto ao direito e contra o direito, relacionam-se com suas reivindicações.

3 UMA ABORDAGEM NÃO ESSENCIALISTA E NÃO BIOLOGIZANTE DO FENÔMENO DA TRANSGENERIDADE

A sociedade ocidental está estruturada na concepção de que sexo – os elementos corporais, sobretudo morfológicos, que diferenciam homens de mulheres – trata-se de uma característica universal, binária e totalizante das identidades e papéis sociais¹⁰⁶.

Em consonância com o que defende Alves (2012) e Jesus (2014), procuramos adotar, no presente trabalho, uma terminologia que não essencialize ou invisibilize as identidades trans; isto é, uma terminologia antiessencialista e antibiologizante¹⁰⁷.

Encontramos em Lanz (2014) uma definição satisfatória do termo “transgênero”¹⁰⁸, conceito que engloba todas as identidades gênero-divergentes: seres humanos que, de alguma forma, desafiam o dispositivo binário de gênero; uma circunstância sociopolítica de inadequação às normas de conduta de gênero”¹⁰⁹:

A pessoa transgênera vive permanentemente dividida e tensionada entre a transgressão dessas normas e a busca pela conformidade com elas, só que, em geral, dentro de uma categoria de gênero que é oposta àquela em que a pessoa foi enquadrada ao nascer [...]. Se o dispositivo binário de gênero fosse algo ao menos flexível, se não comportasse apenas duas e somente duas identidades socialmente legitimadas (masculino e feminino) não haveria a menor possibilidade de ocorrer qualquer tipo de transgressão de gênero, nenhuma pessoa seria classificada como transgênero ou gênero divergente¹¹⁰.

As críticas a esse modelo, sobretudo em âmbito acadêmico, possibilitam-nos compreender como e porque determinadas sexualidades e identidades de gênero foram e ainda são problematizadas e estigmatizadas. Em síntese, trata-se de traçar, em linhas gerais, a controvérsia acerca da transgeneridade no contexto das sociedades ocidentais – elemento de fundamental importância na contextualização das experiências discutidas no presente trabalho.

¹⁰⁶ JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares, 2010. p. 2.

¹⁰⁷ ALVES, Hailey. Introdução ao transfeminismo. Transfeminismo – Feminismo interseccional relacionado às questões trans, 2012. passim.

¹⁰⁸ Neste trabalho os termos “transgênero” e “trans” são utilizados como sinônimos.

¹⁰⁹ LANZ, Leticia. O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (mestrado). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014. p. 70.

¹¹⁰ Id., ibid. p. 7.

De acordo com Laqueur (2001), em se tratando da diferença sexual, predomina, desde o século XVIII, a visão que concebe a existência de apenas dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, de modo que a vida política, econômica e cultural – os papéis de gênero – encontrariam seu fundamento nessa proposição geral¹¹¹.

É nesse contexto que a biologia, aqui entendida como a idealização de um corpo estável, não-histórico e sexuado, tornou-se “o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social”¹¹². Laqueur não quer, dessa maneira, negar a materialidade do sexo ou do dimorfismo sexual, mas demonstrar, com base em evidência histórica, “que quase tudo que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero¹¹³”:

O sexo, como o ser humano, é contextual. [...] o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais. Ele também, como os sexos opostos, entra e sai de foco¹¹⁴.

Em síntese, trata-se de desvelar que a ciência, longe de simplesmente investigar, é também constituinte da diferença sexual, e que, historicamente, as diferenças de gênero precederam as diferenciações de sexo:

Nenhuma descoberta ou grupo de descobertas originou o modelo de dois sexos, precisamente pelas mesmas razões que as descobertas da Renascença não originaram o modelo de sexo único; a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, está a linguagem do gênero¹¹⁵.

De maneira semelhante, Butler (2018) assevera que posicionar a dualidade do sexo nesse domínio pré-discursivo é uma maneira de assegurar tanto a sua estabilidade interna quanto a sua estrutura binária¹¹⁶. É assim que a autora propõe

¹¹¹ LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 18.

¹¹² Id., ibid. p. 18.

¹¹³ Id., ibid. p. 23.

¹¹⁴ Id., ibid. p. 27.

¹¹⁵ Id., ibid., p. 193.

¹¹⁶ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. pp. 27-28.

que esse atributo de pré-discursividade seja compreendido como “efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero”¹¹⁷.

De acordo com Leite Junior (2008), essa estrutura binária se caracteriza por um “processo de naturalização de diferenças ou igualdades” responsável por ocultar as relações de poder que a organiza¹¹⁸. O seu caráter regulatório visa justamente a manutenção de um padrão ideal de normalidade:

A “ficção reguladora do gênero” que organiza os quase inquestionáveis e constantemente pressupostos sobre o que, e quem são os seres humanos “de verdade”, manifesta-se e atualiza-se ao julgar aqueles que não se mostram homens e mulheres “tão verdadeiros” (quanto quem?) e, sendo assim, categorizados como “falsos”, “caricatos” ou “imitações”¹¹⁹.

Questionando os critérios empregados na determinação da diferença sexual, Fausto-Sterling (2002) constata que os corpos humanos são complexos demais para fornecerem respostas concretas a esse dualismo. Nesse sentido, argumenta que, ao se procurar uma base física simples para o sexo, torna-se ainda mais evidente que o sexo não é uma “categoria física pura”, na medida em que aqueles sinais e funções corporais comumente definidos como masculinos e femininos já estão imbricados em nossas ideias sobre gênero¹²⁰.

Essa dificuldade em inferir da sexualidade as propriedades de fluidez e inconstância, aponta Louro (1999), deve-se justamente à posição de centralidade que esta ocupa no meio social. Espera-se, portanto, que o corpo, inequívoco e evidente por si, dite a identidade sem ambiguidades ou inconstância¹²¹:

É no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência [...]. Não há nada de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias [...]. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as

¹¹⁷ BUTLER, 2018, p. 28.

¹¹⁸ LEITE JUNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2008. p. 175.

¹¹⁹ Id., ibid. pp. 176-177.

¹²⁰ FAUSTO-STERLING, 2002, p. 19.

¹²¹ LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Autêntica: Belo Horizonte, 1999. p. 7.

identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural¹²².

Butler (1999) sustenta que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva, salientando, contudo, que isso não implica dizer que o discurso é a causa da diferença sexual¹²³. A autora pretende, dessa maneira, demonstrar que aquilo que constitui a fixidez do corpo será plenamente material, mas que essa materialidade deve ser repensada como um efeito produtivo do poder¹²⁴:

Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O sexo não é simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural¹²⁵.

Essa matriz excludente, através da qual se formam os sujeitos, exige, ainda de acordo com Butler (1999), a produção simultânea de um “domínio de seres abjetos”. Isso significa dizer que a constituição do sujeito se dá através de um processo de exclusão e abjeção, “uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio”¹²⁶.

A história da transgeneridade ao longo do século XX é marcada pela emergência das pessoas trans como grupo social e político, bem como pela medicalização e patologização dessas identidades¹²⁷. Bento e Pelúcio (2012), ao tratar do gênero enquanto categoria diagnóstica, relatam na década de 1950 foram publicados os primeiros trabalhos que trataram da especificidade do chamado “fenômeno transexual”¹²⁸.

¹²² LOURO, 1999, p. 6.

¹²³ BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Autêntica: Belo Horizonte, 1999. p. 110.

¹²⁴ Id., *ibid.* p. 111.

¹²⁵ Id., *ibid.* p. 111.

¹²⁶ Id., *ibid.*, p. 112.

¹²⁷ DUMARESQ, Leila. *O cisgênero existe*. Transliteração, 2014.

¹²⁸ BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, ago. 2012. p. 570.

Apesar de outros precedentes na história das ciências biomédicas, Tenório e Prado (2016) salientam que a obra *The Transsexual Phenomenon* (O Fenômeno Transexual), publicada pelo endocrinologista Harry Benjamin em 1966, “estabeleceu definitivamente e de modo hegemônico no campo do saber biomédico sua descrição sobre o fenômeno de ‘querer ser membro do sexo oposto’”¹²⁹.

Benjamin, segundo Bento e Pelúcio (2012), procurou estabelecer as circunstâncias que seriam capazes de diferenciar o que hoje conhecemos por transgeneridade da experiência homossexual. Para o endocrinologista, a cirurgia de transgenitalização figurava como a única alternativa terapêutica para esses indivíduos¹³⁰.

Essa tendência cirúrgica se acentuou ao longo das décadas de 1960 e 1970, ao passo em que se desenvolviam trabalhos dedicados a diferenciar pessoas transexuais de gays, lésbicas e travestis, ideal concretizado somente nos anos 1980, quando da publicação de uma nova versão do Código Internacional de Doenças¹³¹:

Em 1990 ao retirar a homossexualidade do rol das psicopatologias, a Organização Mundial de Saúde solidifica importante passo nos processos de despatologização das sexualidades, no entanto, de forma bastante ambivalente, uma década antes, o CID (Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde) e o DSM (Manual Estatístico de Transtornos Mentais da American Psychological Association, dos Estados Unidos) incluem em seus textos as categorias diagnósticas do “Transexualismo” (CID-10) e do “Transtorno de Identidade de Gênero” (DSM-IV-TR), além de outras categorias como “Travestismo bivalente”, “Transtorno de identidade sexual na infância”, “Outros transtornos da identidade sexual”, “Transtorno não especificado da identidade sexual” e “Travestismo fetichista”¹³².

Bagagli (2016) assevera que a patologização, ou seja, o controle exercido pelo poder biomédico e psiquiátrico, destitui as pessoas trans de autonomia sobre a própria existência, tornando-as dependentes da validação de um outro. A legitimidade dessas identidades está sujeita a critérios cuja legitimidade é conferida por “evidências produzidas pela transcendência da cisgeneridade”¹³³:

As disforias de gênero são significadas através da perspectiva patológica pela disjunção exclusiva entre travestis e transexuais. Não há espaço, na lógica

¹²⁹ TENÓRIO, Leonardo; PRADO, Marco Aurélio M. Patologização das identidades trans e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas. In: UZIEL, Anna Paula et al (org.). *Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015. p. 2.

¹³⁰ BENTO e PELÚCIO, 2012, p. 570.

¹³¹ Id., *ibid.* p. 571.

¹³² TENÓRIO e PRADO, 2015, p. 4.

¹³³ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, 2016. pp. 95-96.

da patologia, para o que é ao mesmo tempo disforia e euforia, fixidez e fluidez, originalidade e paródia. A disforia de gênero é significada a partir de tão somente um marco: o da normalidade, imutabilidade e utilidade do gênero cisgênero. Quando as práticas dos profissionais de saúde mental trabalham a partir desta síntese disjuntiva exclusiva não se admite a possibilidade de criação, nem deslocamentos e de posicionamentos de entremeios por parte dos sujeitos transgêneros¹³⁴.

Pensar a existência dessas normas de gênero, implica em evocar seu caráter regulador, proibitivo, restritivo e punitivo. Para Bento (2008), essas normas só conferem inteligibilidade – aqui entendida como vida¹³⁵ – àqueles sujeitos que se encontram “alocados em gêneros apropriados aos corpos sexuados”¹³⁶. Portanto, do ponto de vista sociojurídico, esse fator explica a razão pela qual pessoas transgêneras ainda lidam com violências e exclusões estruturais.

Desafiar os limites dessa norma, para a autora, é colocar-se em posição de risco e ocupar uma posição de inferioridade; é inserir-se em um contexto onde todo e qualquer traço de humanidade é escamoteado: “o afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los”¹³⁷.

Precisamente no contexto da sociedade brasileira, pessoas trans historicamente convivem com índices precários de empregabilidade, segurança e expectativa de vida¹³⁸ – fatores que, não raro, exercem impacto direto em sua capacidade de formular demandas de natureza jurídica, por exemplo.

A fim de refletir sobre a naturalização e a idealização dessas corporalidades e identidades de gênero, a ponto de sequer serem nomeadas, Vergueiro (2015) discorre sobre o conceito de cisgeneridade, ideia que abarca “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero”¹³⁹.

¹³⁴ BAGAGLI, 2016, p. 98.

¹³⁵ Cf. DUMARESQ, Leila. Ensaio de Epistemologia Transgênera. Transliteração, 2014.

¹³⁶ BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008. pp. 163/165.

¹³⁷ Id., ibid. p. 164.

¹³⁸ Cf. ONU Brasil. População trans ainda é mais vulnerável ao estigma e à discriminação no Brasil (30/01/2020).

¹³⁹ VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015. p. 61.

Essa categoria analítica (cisgeneridade) tem de ser compreendida a partir de três aspectos interdependentes: pré-discursividade, binariedade e permanência dos gêneros¹⁴⁰. A construção discursiva desses traços como características dos gêneros naturalizados e idealizados caracterizam a cisgeneridade, ao passo em que estigmatizam, marginalizam e desumanizam os gêneros inconformes¹⁴¹.

Lanz (2014) assinala que, diante das normas de conduta ditadas pelo dispositivo binário de gênero, o indivíduo tem diante de si somente duas possibilidades de ação: a observância ou a transgressão. O cumprimento da norma diz respeito às buscas por conformidade e, evidentemente, às recompensas dela advindas. A transgressão, por sua vez, reserva ao indivíduo as sanções decorrentes de seu descumprimento, o que resulta em marginalização, discriminação, intolerância e exclusão¹⁴². Em resumo, a partir do momento em que transgredem a norma cisgênera, pessoas transgêneras enfrentarão violências e discriminações estruturais que lhes são próprias.

O exercício ao direito do nome, por tratar-se de um dos elementos identificadores do sujeito, pode ser considerado como uma das questões de maior envergadura jurídica. Reivindicar esse direito, em se tratando do indivíduo transgênero, traduz-se em uma disputa por identidade; isto é, por inteligibilidade¹⁴³.

Na esfera jurídica, as demandas por reconhecimento de pessoas trans foram condicionadas ao escrutínio das ciências médicas, bem como da psicanálise, da psicologia e da psiquiatria¹⁴⁴. A ausência de regulação jurídica¹⁴⁵ levou muitos desses sujeitos a se valerem do sistema de justiça como um recurso para tornar possível a retificação de registro civil:

Esses padrões sexistas de gênero, ainda muito presentes e marcantes, que dizem o que é uma mulher de verdade e o que é um homem de verdade refletem no que se espera de uma pessoa para considerá-la transexual de verdade. Estas são as concepções que orientam os médicos e profissionais de saúde em geral ao diagnosticar e tratar pessoas trans [...] tendia a predominar também no direito, uma vez que não só desembargadores e desembargadoras fazem parte de uma sociedade marcada por esses

¹⁴⁰ VERGUEIRO, 2015, p. 61.

¹⁴¹ Id., *ibid.* p. 61.

¹⁴² Id., *ibid.* p. 61

¹⁴³ FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. *Revista Brasileira de Direito Civil*. v. 1. n. 1 pp. 36-60, 2014. *passim*.

¹⁴⁴ MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard. La patologización de la transexualidad: Reflexiones críticas y propuestas. *Norte de salud mental*, v. 8, n. 38, 2010. p. 45.

¹⁴⁵ Cf. BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 1, pp. 165-182, 2014.

padrões como também predominava no direito essa visão medicalizante da transgeneridade¹⁴⁶.

No direito brasileiro, o prenome, via de regra, é imutável, admitindo-se sua alteração apenas em situações excepcionais. O sistema jurídico estabelece, dessa maneira, a partir de seus mecanismos de controle uma identidade invariavelmente determinada em função da conformação genital¹⁴⁷. Essas restrições sempre representaram verdadeiros obstáculos à pretensão daquelas pessoas transgêneras que objetivavam retificar seus documentos pessoais¹⁴⁸.

Historicamente, essa excepcionalidade por parte da legislação brasileira e a jurisprudência decorre da observância ao chamado princípio da imutabilidade relativa do prenome, extraído do artigo 58 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). Foi apenas nos últimos anos que os tribunais brasileiros passaram a permitir a alteração do registro em se tratando de pessoa transgênera¹⁴⁹.

Por décadas, decisões judiciais se pautaram por essa perspectiva patológica, condicionando, em muitos casos, a procedência dos pedidos de retificação de registro civil à submissão a procedimentos cirúrgicos e/ou patologizantes¹⁵⁰. Um avanço significativo nesse contexto ocorreu no ano de 2018, quando o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275, concluiu pela possibilidade de alteração de nome e gênero extrajudicialmente sem a prévia realização de procedimento cirúrgico de redesignação sexual (transgenitalização)¹⁵¹.

Embora não se encontrem totalmente desvinculadas dos manuais diagnósticos, houve considerável mudança no que tange à categorização dessas identidades relativamente aos profissionais de saúde a nível global. O que antes era classificado como “transtornos da identidade sexual” na Classificação Estatística

¹⁴⁶ CÔRTEZ, Ana de Mello. Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 1, 2019. p. 107.

¹⁴⁷ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 127.

¹⁴⁸ Cf. OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. *Trans tornando o campo do direito: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis/SC, 2017.

¹⁴⁹ DIAS, Op. cit. p. 127.

¹⁵⁰ Cf. FREIRE, Lucas. *Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos*. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016.

¹⁵¹ STF – Supremo Tribunal Federal. *STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo*, 2018.

Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 10), passou a ser denominado, no ano de 2018, “incongruência de gênero” (CID 11).

Portanto, mesmo que não seja possível classificar essas identidades como transtornos mentais, a manutenção do termo “incongruência de gênero” no CID 11 revela que as experiências trans permanecem, de alguma forma, submetidas aos efeitos psicopatologização¹⁵².

Essa condição se soma a muitas outras que constituem o mosaico de marginalização sociojurídica que estigmatiza a existência desses sujeitos, fator que torna relevante uma investigação empírica acerca da consciência jurídica de pessoas transgêneras no Brasil.

¹⁵² SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, 2019. p. 8.

4 PESSOAS TRANSGÊNERAS E AS REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À IDENTIDADE PESSOAL – UM LEVANTAMENTO EMPÍRICO

Metodologicamente, o presente trabalho pode ser descrito como uma investigação empírica que procura se afastar da pesquisa jurídica tradicional, de natureza dogmática, teórica e bibliográfica. Pretende-se construir uma abordagem interdisciplinar, que conjugue elementos das ciências jurídicas, sociais e antropológicas.

A tarefa de captar a variedade das representações do direito no cotidiano de pessoas transgêneras, finalidade precípua dos estudos da consciência jurídica, leva-nos a investigar como esses sujeitos o vivenciam, interpretam-no e o compreendem, especialmente no contexto em que se encontram, marcado por marginalização social e jurídica.

De maneira semelhante ao que defende Hull (2016), para quem o estudo da consciência jurídica de pessoas LGBT denota o que significa ser crítico nesse campo de pesquisa, concentramos nossa atenção no cotidiano de pessoas trans – seres humanos que desafiam as normas impostas pelo dispositivo binário de gênero e que compõem um conjunto diverso e heterogêneo. A preferência por essa definição mais abrangente visa construir uma abordagem antiessencialista e antibiologizante e que não reduza esses indivíduos apenas às identidades travestis e transexuais, por exemplo.

O referencial teórico adotado exigiu do pesquisador a atenção a determinadas diretrizes: 1. Um discurso interdisciplinar que abarque elementos das ciências sociais e humanidades; 2. Uma investigação que se distancie das instituições jurídicas formais¹⁵³ a fim de se abrir aos ambientes cotidianos em que circula o direito, a exemplo de comunidades, espaços públicos, locais de trabalho, famílias, escolas etc.; 3. Uma atenção a aspectos do cotidiano geralmente ignorados pela pesquisa jurídica tradicional, como a obediência a normas de convivência, a utilização de espaços generificados (como banheiros, por exemplo), a adoção de determinado vocativo na abordagem pessoal, atendimento nos serviços de saúde etc.; 4. Um esclarecimento

¹⁵³ Dadas as particularidades do contexto brasileiro, a centralidade do direito é manifesta em se tratando das reivindicações relativas à identidade de pessoas trans (via de regra, a alteração de nome e/ou gênero). Em outras palavras, mesmo após a publicação do Provimento nº 73 do CNJ, essas demandas ainda permanecem ligadas, de alguma forma, ao Poder Judiciário.

conceitual e inovação linguística, a exemplo da distinção entre direito e legalidade; e 5. A análise dos dados coletados à luz dos esquemas interpretativos propostos por Ewick e Silbey (1998), sem que isso implique em um apego desmedido a essa tipologia, ou seja, tendo em mente que tais esquemas não sejam completamente aplicáveis aos dados sob análise.

Situações vivenciadas cotidianamente por pessoas transgêneras, com destaque para aquelas em que se almeja o reconhecimento social por determinado nome e gênero, muito embora pareçam diretamente relacionadas apenas a meros aspectos da personalidade, possuem implicações jurídicas diversas, como, por exemplo, a utilização de espaços generificados, a submissão a situações constrangedoras, de violência e discriminação.

A partir daí, questiona-se como as relações sociais se tornam marcadas pelo direito, mas também como este direito é ativamente moldado através das operações cotidianas. Dessa forma, visando ampliar o escopo empírico, propõe-se investigar os significados que determinado conceito ou instituto jurídico assume quando é objeto de reivindicação ou disputa no meio social.

É nesse sentido que se argumenta que o cotidiano de pessoas transgêneras é capaz de oferecer uma relevante gama de interações com o direito, principalmente de restrições e interdições. O fio condutor da pesquisa foram reivindicações relativas à identidade pessoal, sobretudo, mas não somente, os requerimentos judiciais ou extrajudiciais de retificação de nome e/ou gênero no registro civil.

Na consecução dessa tarefa, selecionamos seis indivíduos de diferentes posições sociais, etnias, sexualidades e vivências com o fenômeno jurídico. A experiência prévia do pesquisador com a produção acadêmica desse tema¹⁵⁴ — reivindicações de pessoas trans no campo do direito — foi um elemento que facilitou o acesso aos participantes. Dessa forma, foi possível discorrer diretamente sobre os aspectos gerais da pesquisa diretamente aos entrevistados ou a pessoas próximas que viabilizaram esse contato.

¹⁵⁴ Desde o ano de 2014, tenho realizado pesquisas no campo do direito sobre homoafetividade e identidade de gênero. Trabalhar com esses assuntos permite, além do acesso a um profuso corpo de estudos que se desenvolveu em muitos países, inclusive no Brasil, o contato com grupos e ativistas do movimento LGBTQIA. Essa interação, além de me aproximar de indivíduos que militam por essas causas, também possibilitou o acesso a tantas outras, com quem tive o primeiro contato por ocasião desta pesquisa.

O objetivo de enxergar o direito nas narrativas desses sujeitos importa em adotar, como método de pesquisa, a entrevista de tipo qualitativo, que se traduz, segundo Poupart (2014), em um instrumento de acesso às realidades sociais, cuja adoção se justifica a partir de três argumentos centrais: de ordem epistemológica, ético-política e metodológica¹⁵⁵.

Isso quer dizer que a entrevista de tipo qualitativo, em síntese, faz-se necessária na medida em que se compreende que uma exploração da perspectiva dos indivíduos é essencial para compreender o cotidiano em que se encontram inseridas, bem como o sentido de suas ações, notadamente aquelas relacionadas à construção da legalidade. Ademais, esse instrumento possibilita ainda que se dê voz a esses sujeitos, posicionando-as como protagonistas das próprias narrativas.

O acesso às pessoas entrevistadas se deu de maneira difusa e diversificada. Em todos os casos, procurou-se estabelecer uma comunicação cordial e uma escuta atenta, conferindo liberdade para os entrevistados explorarem as questões propostas da maneira que desejassem.

As pessoas entrevistadas, antes do início das perguntas, eram esclarecidas sobre o tema e os objetivos da pesquisa. A elas era lido um termo de consentimento livre e esclarecido, por meio do qual o pesquisador se dispunha a esclarecer, sempre que preciso, quaisquer dos termos da pesquisa, salientando que o consentimento poderia ser retirado a qualquer tempo.

As pessoas também eram consultadas sobre o interesse em fazer constar explicitamente o próprio nome no trabalho ou sobre a preferência em participar de forma anônima. No presente caso, os prenomes dos entrevistados constaram expressamente pois todos livremente manifestaram esse desejo.

Embora houvesse um roteiro preestabelecido, a fim de buscar uma identidade mínima entre as questões dirigidas aos participantes, em todos os casos surgiram perguntas inéditas, derivadas dos fatos narrados pelos entrevistados e não previstos pelo pesquisador.

A diretriz inicial das entrevistas, por sua vez, que se relacionava diretamente ao objetivo geral da pesquisa, concentrou-se em uma pergunta bastante abrangente sobre a experiência havida com o fenômeno jurídico: como esta poderia ser descrita.

¹⁵⁵ POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 216.

Em outros termos, as entrevistas tinham início com questões direcionadas a aspectos gerais de determinada interação que os participantes tiveram com o direito: requerimentos em cartórios, ações judiciais, procedimentos administrativos etc.

Nesse primeiro momento eram explorados aspectos gerais da própria demanda, como o conteúdo, os fundamentos e os objetivos, além de detalhes sobre a tramitação, os tempos e os custos, bem como a interação com os profissionais que nelas atuaram, como advogados, juízes, promotores, escreventes, dentre outros.

Na sequência, os participantes eram indagados sobre experiências semelhantes, mas também sobre aspectos subjetivos e cotidianos, como, por exemplo, o apoio de amigos ou familiares, experiências discriminatórias e também sobre o impacto que as demandas propostas exerceram em suas vidas.

Na análise dos dados, partiu-se em busca de trechos que poderiam se coadunar com os esquemas interpretativos propostos por Ewick e Silbey (1998), “diante do direito”, “junto ao direito” e “contra o direito”, tendo em consideração que os dados sob análise poderiam sequer conter a descrição de algum desses esquemas.

Procurou-se identificar as formas pelas quais o direito era retratado por essas pessoas quando falavam abertamente sobre demandas relativas à identidade pessoal, quando descreviam outras experiências havidas com o direito/sistema de justiça ou mesmo quando simplesmente tratavam de experiências banais do cotidiano.

Por fim, a fim de elucidar o alcance e o significado dos esquemas interpretativos, as histórias dos entrevistados foram aglutinadas de acordo com os tipos prevaletentes em cada relato, observando-se, contudo, a natureza multifacetada desse fenômeno, que faz com que determinada pessoa geralmente seja capaz de exprimir mais de um tipo de consciência jurídica.

4.1 Estar dentro da lei: a experiência burocrática de Mariano

Mariano¹⁵⁶ possui 29 anos de idade e vive em Araçatuba, interior de São Paulo. Atualmente ganha a vida como vendedor em uma loja de um *shopping* da cidade. O primeiro contato aconteceu após Mariano publicar um pedido de ajuda na *internet*, onde relatava certa dificuldade em finalizar sua inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, pois, no respectivo formulário, ainda constava seu nome na grafia original.

Por possuímos amigos em comum, nossa aproximação se deu de forma facilitada. Desde nossa primeira conversa, Mariano sempre se mostrou muito solícito e interessado em participar da pesquisa. Por conta das restrições impostas pelo isolamento social e também pelo fato de nos encontrarmos em cidades distantes, reservamos um horário na parte da manhã para conversarmos por meio de videochamada.

Mariano requereu a alteração de seu registro civil em outubro de 2019, por intermédio de um procedimento extrajudicial realizado diretamente em cartório. Esse requerimento é disciplinado pelo Provimento nº 73 do CNJ, que regulamentou a alteração de prenome e gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoas transgêneras.

O requerimento de Mariano foi precedido por um processo particular de aceitação, de compreender-se enquanto pessoa trans. Ele conta que após esse momento difícil, não teve medo de se arriscar, isto é, de obter os documentos condizentes com sua identidade:

[...] no começo mesmo, quando eu me descobri, eu *tava* ainda com preconceito comigo mesmo, então era um momento difícil de eu me aceitar, quando eu me aceitei, e vi que não era um problema, aí foi uma decisão... gratificante. Tipo, não tive medo nenhum de me arriscar, entendeu? De correr atrás do que eu realmente queria.

¹⁵⁶ No decorrer do presente trabalho, optou-se por um discurso de caráter impessoal e objetivo, compreendido pelo pesquisador como mais coerente em se tratando de uma pesquisa de natureza acadêmica. É forçoso reconhecer, contudo, que, em se tratando da tarefa de descrever as interações e as condições de acesso às pessoas entrevistadas, tornou-se necessário fazer uso de um discurso em primeira pessoa. Nesse sentido, Cf. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Curso de Escrita Acadêmica - Live de abertura com Debora Diniz. Rosana Pinheiro-Machado, 2020. 1 vídeo (1:10:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UAzzxvxuF9g> Acesso em agosto de 2020.

Até pouco tempo, Mariano desconhecia a possibilidade de modificar o registro civil extrajudicialmente, ou seja, sem recorrer à esfera judicial. Essa descoberta aconteceu em um encontro de famílias trans, evento que costumava frequentar para ouvir histórias e socializar com outras pessoas. Mariano, na ocasião, além de aprender um pouco sobre as disposições do Provimento nº 73, recebeu ali as primeiras orientações técnicas relativas ao procedimento:

[...] no começo do ano passado [...] eu participava de um grupo... de... famílias de transgêneros e transgêneras, aí lá um dia no final de semana, tinha *pra* tirar todas essas dúvidas. E eu não fui com essa dúvida, na verdade, eu fui mais *pra* marcar presença, e tal, ouvir as histórias. Aí que o cara, *né*, que *tava* comigo, que a gente se conheceu lá, e ele me perguntou sobre os documentos para mudar, aí eu me interessei e fui junto, daí que foi quando eu percebi que podia ser retificado direto no [...] cartório, daí eu fui procurar a lista de documentos, que eles mesmo que me ajudaram a encontrar e daí tirar, pela *internet* mesmo você tira, aí você só leva no cartório pra ver se *tá* tudo certo, daí que eles dão entrada.

Perguntei a ele sobre o procedimento em si e pedi que me falasse sobre como havia sido a experiência. Mariano afirma que se sentiu desorientado em relação à extensa lista de documentos que deveria providenciar, muitos dos quais sequer conhecia ou tinha ouvido falar a respeito:

[...] no começo você fica meio perdido, porque são muitos documentos, certidões criminais, coisas que você nem conhecia e você tem que correr atrás *pra* ver se *tá* tudo certo. Aí, quando eu consegui tudo e deu tudo certo, é... daí já é um alívio, mas é muito bom saber que... você *tá* dentro da lei, porque tem muita coisa que *cê* nem nunca ouviu falar, *né*?

Para ele, o resultado negativo das certidões criminais, por exemplo, era um indicativo de que se encontrava “dentro da lei”, fato esse que lhe causou certa sensação de alívio. Em certos momentos, Mariano demonstra incredulidade quanto àquilo que foi requerido pela autoridade cartorária:

[...] tinha um ou outro lá assim, ou um que... é... duvidasse de você ser transgênero e você *tivesse* trocando de nome só porque você *tava* fugindo de um crime, por exemplo, *tendeu*? [...] eu não vou lembrar o nome da certidão, que são muitas, muitas certidões mesmo, mas tinha um ou outro que você lia assim e falava assim: “nossa senhora, precisa disso mesmo *pra* eu só mudar o meu nome”. Então... é diferente, *né*? É uma coisa que você não mexe sempre.

Apesar dessas exigências burocráticas, Mariano se sentia aliviado ao obter cada uma das certidões requeridas. Era um indicativo de que se encontrava cada vez mais próximo de alcançar aquilo que almejava, a retificação de seus documentos:

[...] todos os documentos que eu conseguia ter acesso e *tava* tipo dando negativo ou positivo em bom sentido eu sabia que eu *tava* mais perto do que eu queria, entendeu? [...] Então, era cada certidão que eu pegava dava um alívio em mim.

Mariano se mostrou satisfeito com o tempo e com os custos do procedimento. Financeiramente, os gastos despendidos foram muito menores do que esperava, já em relação aos prazos, afirma que sua certidão de nascimento, documento que levou mais tempo, foi emitida dentro de quinze dias. Mariano também dá ênfase ao atendimento que recebeu dos funcionários do cartório de registro civil, responsáveis por fornecer praticamente todas as informações técnicas que necessitou durante o processamento do pedido:

[...] eu fui super bem recebido, eles me ajudaram, me deram toda atenção possível, até, até que depois que deu tudo certo, eu voltei lá *pra* agradecer, porque eles, eu fui o primeiro da cidade, então eles me deram uma atenção, tipo como uma coisa que eles não, não estavam dentro, eles pediam desculpa e pediam mais informações, é... foi muito bom. Em nenhum momento eu me senti constrangido assim, tipo, perdido em algum momento [...]. Então eles iam me direcionando, entendeu? Aonde eu poderia ir, daí foi bem fácil [...] porque eu perguntava *pra*... por exemplo, *pra* minha mãe, ela não sabia, entendeu? [...]. Ela nunca tinha ouvido falar de alguns documentos. O de imóveis e de protesto ela sabia, que são dois cartórios bem conhecidos na cidade, mas de resto, assim, ela falava, “*cê*, ai, *corre* lá no cartório perguntar”.

Embora tivesse, em um primeiro momento, duvidado da possibilidade de reunir toda a documentação exigida, sobretudo em razão de sua pouca experiência com procedimentos dessa natureza, Mariano credita aos funcionários do cartório de registro civil o êxito nessa empreitada:

[Eu pensava] que ia ser impossível achar tudo isso, porque que tinha coisa que eu nunca tinha ouvido falar, *né*? Aí eu fui pedindo direcionamento mesmo no cartório, assim, até que eles me deram maior força nessa, nessa parte também, coisa que eu não sabia, eles falavam onde eu podia ir, tipo, tem um cartório lá do imóveis, tem o cartório do protesto, no caso de nome sujo, essas coisas.

Pedi a Mariano que comparasse sua vida após a conclusão do requerimento extrajudicial e da emissão dos novos documentos com o período anterior ao da alteração de registro civil. Para ele, esses fatos tiveram um impacto positivo em seu

processo de descoberta e de transição, experimentando, inclusive, um aumento em sua autoestima:

Nossa, bem melhor, bem melhor. Acho que desde a autoestima em me vê assim, com a mudança, me vê, é... ser chamado como "ele", é... entre todas as pessoas, é... eu acho que tudo assim, porque eu me via muito, eu olhava *pros caras*, assim eu me via muito neles, e, nossa, eu queria ter aquele cabelo, nossa, eu queria ter aquela barba, eu queria ter aquele corpo. E eu ver que eu *tô* conseguindo ter o mesmo agora [...]. É... tipo... a autoestima ficou lá em cima, *né?* Porque... eu vi uma mudança muito grande em mim, olhando fotos antigas mesmo, assim, falei, "nossa, *tô* mudando mesmo, então eu *tô* chegando na onde eu quero". É uma coisa muito gostosa de ver essa mudança, entendeu? No dia-a-dia mesmo.

Questionado sobre outras experiências com o judiciário, ele conta sobre a ocasião em que ingressou com uma ação judicial no ano de 2015. A demanda foi proposta após Mariano ser vítima de agressões físicas por três homens em sua cidade. Os agressores, contudo, não chegaram a ser responsabilizados pelas lesões corporais, o que o levou a acreditar que a influência que aquelas pessoas exerciam na localidade tenha sido um fator determinante no resultado do processo:

Em 2015, eu... apanhei de três pessoas da minha cidade por... questão de... preconceito mesmo, eu achei que nunca fosse acontecer comigo, mas aconteceu. É... então, eu acabei meio processando, eu acho que isso foi o máximo que eu passei assim com... a parte jurídica assim, porque eu tive até... é... audiência, então foi o máximo que eu tive, assim, eu acabei perdendo, eles são três pessoas muito grandes na cidade, tipo, grandes de dinheiro, financeiro.

Para Mariano, o resultado da ação judicial foi completamente diverso daquilo que esperava, sobretudo em razão das provas que havia apresentado em juízo. Ele acredita que o poderio financeiro e a influência que os agressores detinham foram determinantes no julgamento do processo:

[...] o que passa pela minha cabeça é que ou eles fizeram alguma coisa lá, porque eles conheciam o juiz ou não sei, mas eu não, eu evitei procurar saber, *pra* talvez eu não me aborrecer, mas eu acabei perdendo, e... tipo, a gente tentou por três vezes, eu e meu advogado, daí quando foi *pra* Brasília, que eu acho que, acredito que é a última chance, *né*, perdi de novo, mesmo *cos vídeos*, porque teve uma câmera que pegou tudo e eu ainda perdi. Então, deixei quieto, tipo, *pra* eu não me aborrecer e não tocar mais no assunto mesmo.

O descontentamento de Mariano com a solução jurídica conferida ao seu caso se deve principalmente à constatação de que nem mesmo a exibição das imagens

das câmeras de segurança, que registraram nitidamente a agressão, foi capaz de ceder ao poderio financeiro e à influência dos agressores:

O vídeo pega certinho da ótica assim, tudo, aí era umas quatro, cinco e pouco, eles aparecem, aí quando eles saem da câmera assim, um deles joga um copo de cerveja em mim, em volta assim o copão, daí como eu não reagi, ele volta chutando, entendeu? Aí vêm os três e começa a me socar, o vídeo pega tudo assim, é... até que *pra* eu acreditar o que aconteceu eu tive que assistir o vídeo, porque eu não lembrava.

A obtenção de documentos que retratassem verdadeiramente sua identidade foi, segundo Mariano, um passo decisivo em seu processo de transição. Para ele, ser reconhecido por “ele” no meio social simbolizou a concretização de um sonho; era finalmente alcançar um objetivo que há certo tempo almejava.

4.2 Pisando em um terreno desconhecido: Laerte e o sistema de justiça

Laerte é uma cartunista paulistana que assumiu publicamente sua identidade de gênero em meados de 2010. Desde então participa de debates sobre transgeneridade em diversos veículos de comunicação e eventos públicos.

Durante certo tempo, houve dificuldade em convidá-la a participar da pesquisa. Inicialmente, tentei contato através de suas redes sociais, e, posteriormente, pedi ajuda a uma amiga jornalista na esperança de obter o telefone de contato de Laerte.

Diante do insucesso dessas primeiras tentativas, recorri a um dos advogados de Laerte, com quem já havia tido contato no passado. Embora não tivesse fornecido seu número de telefone, afirmou que Márcia, uma das entrevistadas, certamente auxiliaria, por ser amiga íntima de Laerte.

Recorri então a Márcia, que se dispôs a intermediar o contato com Laerte. Adiantando que seria mais fácil realizar a entrevista por videochamada, afirmou que sua amiga andava isolada há algum tempo em sua casa em São Paulo. Finalmente, depois de alguns meses, pude me apresentar a Laerte e a convidá-la a participar da pesquisa, concedendo-me uma entrevista.

Por conta das restrições impostas pela pandemia de coronavírus, também fomos obrigados a conversar à distância. Marcamos um horário no período da manhã, para que Laerte pudesse estar à vontade ao responder as perguntas.

Mesmo sem modificar o registro civil, Laerte obteve judicialmente a procedência de um pedido de indenização por danos morais em decorrência de ofensas transfóbicas em artigo publicado por um jornalista e amplamente divulgado nos meios de comunicação.

O processo ganhou notoriedade na mídia, ainda mais pelo fato de os réus, o jornalista e os veículos de comunicação que divulgaram o artigo, terem sido condenados a pagar a Laerte uma indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), quantia que seria destinada a uma ONG que atua em prol dos direitos da comunidade LGBTQIA.

Em razão dessa sua notoriedade, já que Laerte, de certa forma, é conhecida na mídia, muito se especula a seu respeito desde o momento em que, publicamente, assumiu-se trans. Essa exposição, diz, possui uma certa ambiguidade, pois, ao passo

em que sua intimidade é indevidamente exposta, também usufrui de uma certa proteção:

[...] eu tive uma exposição quando eu me declarei trans, e quando eu comecei esse movimento, tive uma, uma exposição, por um lado me ajudou e me [...] deu essa proteção, porque as pessoas famosas são vistas também com o poder, *né?* Mas por outro lado também me constrangeu porque o movimento que eu fiz era, era uma coisa íntima, ainda é, *né*, uma coisa íntima minha e... de... algum modo essa, essa atenção toda [...] empurra as pessoas e impõe uma agenda, sabe? *Cê vai pôr peito ou não vai? Cê tem pinto? [...]*. Esse tipo de invasão, coisas assim, [...] é indevido, é... inoportuno, é inconveniente, tal e tudo, e... e precisa ser consentido, *né?* Mas, como eu disse, por outro lado essa exposição também me deu proteção, também me deixou *numa, num* patamar relativamente protegido.

Em 2015, após publicar uma charge que continha críticas de natureza política, Laerte foi vítima de ofensas notadamente transfóbicas, publicadas por um jornalista e veiculadas em grandes veículos de mídia de alcance nacional. Pouco tempo depois, após o registro de um boletim de ocorrência, Laerte moveu uma ação indenizatória, tanto em face do ofensor, quanto dos veículos que divulgaram o artigo contendo conteúdo ofensivo.

A ação transitou em julgado, isto é, tornou-se imutável, somente em maio de 2020, após o julgamento de um recurso interposto pelos réus junto ao Superior Tribunal de Justiça. Laerte obteve uma vitória significativa: a condenação dos demandados ao pagamento de uma indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), decisão contra a qual não cabe qualquer outro recurso.

Questionada sobre essa experiência em particular, Laerte disse que, a princípio, havia decidido apenas publicar uma resposta irônica, embora não fosse essa a primeira vez em que publicamente esse jornalista lhe dirigia ofensas. Sua pouca experiência e conhecimento sobre leis e procedimentos jurídicos pesou como um fator limitante: Laerte pensou apenas em solucionar a questão no campo da ofensa pessoal.

A história ganhou novos contornos quando, convencida por seus amigos e parceiros de militância, Laerte resolveu discutir as ofensas judicialmente. Ela passou a compreender que a violência não fora dirigida à charge em particular, mas à sua condição de pessoas transgênera, o que para ela se traduziu em uma ofensa a toda uma coletividade:

O que se passou foi a, a ofensa em si, que não era a primeira vez que esse jornalista me ofendia por escrito e publicamente e a minha tendência em

princípio foi *dá* uma resposta irônica e deixar *pra* lá. [...] eu não tinha pensado em, em mover ação, porque eu nunca penso em mover ação, eu não sou da área da advocacia, eu não faço ideia de como é que, de como é que esse tipo de procedimento se dá, ou dos custos que isso tem, do tempo que leva, nada disso *tá* na minha área de conhecimento [...]. a minha tendência era mandar [...] o articulista *pra puta que pariu* assim, e, e seguir, e seguir o bonde. Agora essas pessoas [...] argumentaram comigo na seguinte linha, a ofensa não é só a... em relação a você, é uma ofensa na sua condição de trans, portanto, é uma ofensa a todas as pessoas trans.

Após se conscientizar da dimensão coletiva das ofensas, Laerte assimilou a necessidade e a utilidade da demanda. Ainda assim, afirma que sua participação se deu de forma secundária, ou seja, o manejo da ação judicial e as estratégias subjacentes ficaram totalmente a cargo de seus advogados:

[...] eu achei que fazia sentido, esse... esse raciocínio, e, e resolvi participar, participar [...], eu resolvi abrir a ação. Eu digo participar porque a parte ativa dessa, dessa movimentação toda sempre teve na mão a... deles [...] que entendem do assunto e sabem como proceder. Eu, eu tava ali como parte interessada.

Embora consciente do aspecto coletivo das ofensas dirigidas contra si, Laerte conta que a decisão de propor uma ação judicial não foi fácil de ser tomada. Essa insegurança, segundo ela, decorreu de seu pouco traquejo com o aparato jurídico, seus símbolos, linguagens e instrumentos:

Não foi uma decisão fácil, porque eu sou muito insegura, é... a compreensão correta das leis, do que elas significam, [...] do porquê da existência dessas leis e desse aparato legal, é, pra mim sempre foi [...] uma coisa a ser desvendada, uma linguagem, a... uma linguagem difícil, algo que não era, *num* tinha uma relação imediata com a minha vida e com o meu cotidiano. A... então, em questões como essa de... debates pela imprensa, assim, eu sempre fiquei um pouco insegura, é... em relação aos meus direitos e em relação também aos, aos procedimentos corretos, porque eu também sou uma pessoa que exprime opiniões, eu sou uma pessoa também que tecnicamente posso ser objeto de, de ações, como fui.

Sua insegurança se mostrou ainda mais evidente quando perguntada sobre a interação com os advogados. A relação profissional de confiança, reforçada pelos laços de afeto mantidos com aquelas pessoas, resultou em uma didática particular, onde Laerte era informada sobre toda e qualquer movimentação processual.

A linguagem jurídica, os ritos processuais, a divisão de competências, as movimentações estratégicas, tudo para ela tinha um certo “sabor de folclore”; a ação se assemelhava à partida de um jogo, na qual se sentia mais espectadora do que propriamente jogadora:

[...] eu continuo sendo uma ignorante de termos técnicos, procedimentos, passos que uma ação dessa demanda na estrutura do judiciário, *né?* Primeira instância, segunda instância, não sei quantas instâncias ainda, recursos, desagravos, agravos, [...] embargos, desembargos [...]. Enfim são todas coisas aí ainda meio obscuras *pra* mim e tem até um certo sabor de folclore assim [...] nós *temo* aqui um grupo *pra* conversar sobre isso, *né?* Quando elas me vêm com a ação, “ah, agora foi *pro*, foi *pro ST não sei o quê* [...] agora”. E eu ficava ali acompanhando como quem acompanha o futebol, porque tem um ponto que a ação que você moveu e que saiu da tua intimidade, do, tem um ponto que ela começa a virar também uma... um... evento.

Laerte narra a ocasião em que o jornal no qual trabalhava foi demandado judicialmente por conta de uma tira sua, taxada de racista. Mesmo convicta de que a publicação não possuía qualquer caráter discriminatório, Laerte relembrou o temor que sentira naquele momento, sensação retratada em expressões como “prender”, “decapitar”, “parar na cadeira elétrica” e “bens arrestados”:

[...] senti medo sim [...], porque é o seguinte, a pessoa que não manja muito de, da estrutura jurídica, da linguagem da estrutura jurídica se sente muito insegura. No limite a pessoa, no limite assim, vão me prender e vão me decapitar [...], vô parar na cadeira elétrica e todos os meus bens vão ser arrestados [...]. O terror que a gente sente frente a um poder que a gente não compreende direito, é... é um terror, pânico, a gente fica assim, “meu deus, quem vai me tirar dessa?”.

O direito é comparado, nessa narrativa, a uma arma letal, de cujo ataque Laerte dificilmente conseguiria se defender:

[...] é esse o terror, o terror de um poder que *cê* não compreende direito e que claramente nas mãos de quem compreende pode se tornar uma arma... uma difícil de se defender, uma arma... uma arma muito..., muito, letal, assim. Então, eu tive medo, eu tive medo sim, mesmo sabendo que eu, que eu não, que claramente não era culpada, eu olhei aquela tira mil vezes tentando entender... a... se eu era, se realmente eu tinha feito uma mensagem racista ou não. Não fiz, mas naquele momento era possível *pra* uma pessoa com intenção mais ou menos a... oportunistas, trabalhar nessa direção aí, entendeu? Então, eu fiquei com medo sim de me ver no meio *duma* discussão onde eu iria ter dificuldades em me defender.

Laerte vislumbra ainda certos ganhos estratégicos com a vitória obtida judicialmente. Embora considere que o seu caso tenha sido julgado por magistrados qualificados, ressalta que, ao abordar temas como identidade de gênero e transgeneridade, sua ação judicial produziu efeitos didáticos em face de comportamentos transfóbicos, além de contribuir para a criação de um precedente jurisprudencial.

4.3 Em nome dos direitos previdenciários: Fernanda, uma servidora pública estadual

Fernanda é uma professora concursada da rede estadual de ensino público, onde leciona artes. Atualmente com 39 anos de idade, vive no interior de São Paulo, na cidade de São Joaquim da Barra. Eu a conheci por ocasião da pesquisa, após seu nome ser recomendado por Neon, uma das entrevistadas.

Inicialmente houve certa dificuldade em nos reunirmos, sobretudo pelo fato de Fernanda conta com uma agenda movimentada. Embora vivamos em cidades próximas, em razão das medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social, nosso encontro também ocorreu por videochamada.

Em 2019, Fernanda se dirigiu ao cartório de registro civil de sua cidade para retificar seus documentos extrajudicialmente, valendo-se da prerrogativa prevista no provimento nº 73 do CNJ. Iniciei a entrevista perguntando especificamente sobre essa experiência, classificada por ela de burocrática:

[...] foi um processo burocrático, é... mas é porque eu tive que entender primeiramente como funcionava o provimento 73 do STF *pra* que eu pudesse orientar o cartório de registro civil da minha cidade *pra* que eu pudesse fazer a tramitação de como fazer a retificação de nome e principalmente de gênero [...]. Após estudar o provimento 73, eu comuniquei o cartório sobre a minha necessidade. Eu já sabia quais eram as certidões necessárias para que eu pudesse fazer essa retificação de nome e gênero e eu mesma entrei nos *sites* jurídicos *pra* ir tirando minhas certidões e também dar andamento à retificação. É claro que eu busquei referências com outras meninas, que já haviam feito por esse provimento 73 a retificação de nome e gênero uma orientação de como eu pudesse proceder. E... a... Nice ONG, que tem em... Piracicaba, me ajudou muito nessas orientações, assim como o Instituto Brasileiro Trans de Educação de como eu, pessoa civil, solicitar essas certidões para o requerimento de, de ressignificação de nome e gênero.

Ao dar entrada em seu requerimento, Fernanda já havia reunido informações técnicas suficientes tanto sobre os trâmites do cartório, quanto do material que deveria instruir o seu pedido. Para ela, essa possibilidade de requerer extrajudicialmente a alteração do registro civil, sem se submeter previamente a procedimentos cirúrgicos e/ou patologizantes, é sinônimo de conforto, praticidade e, sobretudo, de autonomia:

Eu acredito que o provimento 73 do CNJ nos trouxe um maior conforto de uma despatologização enquanto, *né...* hoje é considerado incongruência, porém anteriormente pela OMS e pelo DSM, era considerado um transtorno e o fato de que não termos a necessidade de ter um laudo médico psiquiátrico, um acompanhamento psicológico e assistencial, pelo menos *pra* mim e para algumas amigas, nos trouxe um conforto maior por podermos ser

autodidatas, ou seja, nós mesmos entrarmos no sistemas necessários para solicitar as certidões sem o aval médico, psicológico, assistencial, da patologização do transtorno da identidade de gênero [...]. Então, o transtorno e a disforia, considerado atualmente pela OMS como uma incongruência, uma condição, nos trouxe uma... um conforto e uma autonomia maior de fazermos e buscarmos a identidade na qual nós nos reconhecemos e apresentamos *pra* sociedade.

Por ser funcionária pública, Fernanda desenvolveu certa habilidade para lidar com exigências burocráticas. A experiência acumulada em sua função pública a dotou da aptidão necessária para manejar a quantidade de documentos requeridos pela autoridade cartorária:

[...] toda a minha parte burocrática, de ficha 100, parte documental, inclusive de comprovância, de habilitação na área da educação, da licenciatura, sempre foi o meu nome de registro civil, porém, ao entrar em sala de aula, eu sempre utilizei os recursos do Estado de São Paulo, como o Decreto 55899, com direito ao uso do nome social *pra* que eu pudesse garantir a minha identidade de gênero perante a minha sala [...]. Eu enquanto servidora pública do Estado de São Paulo, todas as exigências documentais, inclusive cíveis e criminais, sempre foi muito tranquila *pra* mim.

Filiada a um sindicato de professores, Fernanda conta que a decisão de alterar o registro civil se deu após a aprovação de reformas pelo governo do Estado, que elevaram a idade mínima para aposentadoria em sua categoria. Por identificar-se como travesti, Fernanda fazia questão de manter a grafia original de seus documentos, o que, na sua visão, seria uma maneira didática de as pessoas compreenderem e respeitarem sua identidade:

[...] quando eu decidi fazer a retificação de nome e gênero em cartório pela certidão de nascimento foi por uma questão estatutária, de aposentadoria como professora no gênero feminino, até porque eu assumo a identidade travesti [...]. A reforma trabalhista foi uma forma de me forçar a atender a normatividade e ao binarismo, que hoje é o nosso sistema tributário e também trabalhista. Então, *pra* não trabalhar 5 anos a mais, devido ao tempo que eu já havia desempenhado enquanto professora contratada e por todas as situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes que já havia passado para poder assumir enquanto servidora pública efetiva, eu decidi, através da reforma trabalhista, fazer a retificação de nome, principalmente de gênero, devido o tempo de contribuição.

Em um contexto marcado por reformas que, na sua opinião, ceifaram os seus direitos enquanto trabalhadora, Fernanda se valeu estrategicamente da possibilidade de alterar seu gênero e se enquadrar na regra de aposentadoria por menor tempo de idade, válida somente para as pessoas do gênero feminino. Fernanda se viu forçada

a forçar a sucumbir à normatividade e ao binarismo e assim sacrificar seu documento de identidade, recurso empregado na reivindicação de sua identidade travesti:

[...] acho que a minha maior resistência foi contra a reforma tributarista e trabalhista que nós sofremos, porque realmente foi um choque, foi uma... ceifou os direitos do trabalhador enquanto servidor público, mas enquanto trabalhador principalmente, é... tivemos os nossos direitos ceifados de uma certa forma, que *pra* mim eu não tinha outra alternativa a não ser garantir a minha identidade no qual eu me apresentava e no qual eu sou, e no qual as pessoas me identificam e eu me expesso, os meus direitos trabalhistas. Eu acho que... por ser uma trabalhadora é... ter o recolhimento desde os meus dezenove anos, foi quando comecei a trabalhar registrado, porque sempre trabalhei informal, mas o tempo de recolhimento enquanto prestadora de serviço e depois enquanto servidora pública, foi o que me obrigou a ter a retificação de nome, principalmente de gênero, porque *pra* mim mudar o nome não significaria nada, o que significaria de fato era mudar o gênero de masculino para feminino, e eu ter os meus direitos de aposentadoria enquanto servidora pública e enquanto gênero feminino e os direitos garantidos enquanto gênero feminino.

Fernanda salienta que, a despeito da alteração de seu nome e gênero, não deixou de ostentar sua identidade travesti. Para ela, o uso estratégico das disposições do Provimento nº 73 do CNJ foi a maneira encontrada para resistir à transfobia estrutural:

[...] é essa identidade que me representa e é essa identidade que sofro todos os estigmas e chagas da população, da sociedade binarista, normativa, que não me considera da forma que eu me reconheço e que me assassina a cada 24 horas e travestis não têm direito nem mesmo a 35 anos de idade como uma forma de sobrevivência. A nossa estimativa de sobrevivência é 35 anos, eu tenho 39 anos, faço 40 neste ano, e já me sinto uma pessoa idosa, porque a estimativa de vida de travestis é de 35 anos. Eu tenho 39, vou fazer 40 esse ano, no dia 12 de agosto, e já me sinto uma idosa perante as negligências que a minha população sofre quando sistemas públicos, educacional, de saúde, segurança, além de serem aniquiladas no mercado de trabalho. E passar por tudo o que eu passei *pra* garantir o mínimo, o mínimo de qualidade e competência enquanto profissional no mercado de trabalho [...]. Eu sempre fiz questão de ter o meu nome civil no gênero masculino *pra* que as pessoas entendessem as identidades de gênero e principalmente respeitassem.

Ela fala também sobre outras experiências com o sistema de justiça. Reagindo a determinadas ofensas e agressões à sua identidade, Fernanda, no passado, revidava a violência sofrida por meio da força física. Embora não tenha se arrependido dessa postura, confessa que atualmente agiria de modo diverso, procurando solucionar os problemas de uma “forma judiciária e justa”:

[...] eu sempre devolvi toda a violência que eu recebi da sociedade de uma forma violenta [...] infelizmente eu sou obrigada a dizer que instintivamente eu devolvia a violência que eu recebi de uma forma, de uma forma muito

virulenta e que demorou muito tempo pra mim aprender a devolver a violência de uma forma judiciária, justa, que me garantisse os meus direitos de protetividade, de dignidade, de urbanidade, enquanto cidadã brasileira. É muito difícil pra uma travesti dizer que devolve pra sociedade o que recebe amor e carinho. Infelizmente, o que a gente recebe é muito ódio, intolerância, raiva e violência. E de uma certa forma a gente aprende a devolver o que a gente recebe na mesma moeda, então infelizmente sou obrigada a dizer pra você que 90% das minhas devoluções foram violentas.

Em um desses episódios, após um ataque transfóbico durante um atendimento médico, Fernanda respondeu judicialmente por dano patrimonial. Esse fato a obrigou a participar de uma audiência na presença de um juiz e de um promotor de justiça, membro do Ministério Público:

Eu tive uma briga familiar, eu fiquei machucada, eu tive que ir para o hospital da Santa Casa de São Joaquim da Barra, e não tive o meu nome social respeitado, a todo o momento a médica me suturava e me chamava de Fernando, que é o meu nome civil, e eu já tava muito nervosa, já *tava* no ápice da raiva, e... *cabei* descendo da maca, chutando a porta, e aí acabou que entortou o trinco da porta de entrada do SUS, do hospital da Santa Casa, aí eu tive que pagar esse reparo e tive que pagar também, responder por esse crime de patrimônio.

Fernanda narra que a todo momento, durante a audiência, foi tratada como culpada. Desacompanhada de advogado, conta que não houve qualquer oportunidade para se manifestar, expor sua versão dos fatos ou mesmo compreender adequadamente a dinâmica daquele ato. Foi dessa forma que ela se viu obrigada a acatar a obrigação que lhe fora imposta:

[...] a todo momento eu fui ouvida como errada, como ré, é... quando eu fui... é... convocada a ir ao fórum pelo oficial de justiça, lá eu não tive meio de fala, o promotor não deixou eu falar nada, ele falou *pra* mim que tudo o que eu falasse era indiferente [...]. Como resolução da sentença de ir assinar durante vinte e quatro meses o processo e... foi isso [...] eu já cheguei com a sentença de... de acordo e solução, de “olha, você aceita, não tenho nada *pra* te ouvir, nada que *cê* tem que falar, a sentença é essa, você é ré primária”. Na época *tava* tomando posse no Estado e fiquei muito preocupada com isso, porque *cê* tem que tirar as certidões, *né, pra* comprovar, ele falou “vai ficar tudo por isso mesmo”, eu falei “mas eu não tenho nem advogado”, aí o promotor chamou o [...] o advogado no corredor, coitado, nem sabia, não queria assinar de jeito nenhum, mas acabou assinando.

O receio de o antecedente criminal prejudicar a tomada de posse no cargo público, aliado à pouca experiência com os ritos próprios do sistema de justiça, levaram Fernanda a prontamente acatar as imposições do promotor de justiça. No momento em que reivindica a presença de um advogado, forja-se uma representação jurídica, improvisada para pôr fim àquela audiência:

[...] eu precisava de alguém *pra* assinar [...], ele [o advogado] *tava* no corredor, ele não queria de jeito nenhum, “eu não quero, eu não quero” [...], aí então eu falei “pelo amor de deus, eu quero ir embora [...], *tá*, eu sou errada, então *tá* bom, sou errada, assina aí”.

Mesmo decorrido um ano da conclusão do requerimento extrajudicial, Fernanda relata não ter providenciado a reemissão de boa parte de seus documentos. Há, segundo ela, uma certa relutância em abrir mão do documento, símbolo que, de certa forma, retratava sua identidade travesti:

[...] a minha carteira de habilitação ainda não é retificada, meu RG ainda não é retificado, o que é retificado é só a minha parte burocrática, que foi publicada em Diário Oficial enquanto servidora pública e Receita Federal e... título eleitoral. RG e... carteira de habilitação ainda não [...]. Eu te confesso que tem uma resistência minha também de não querer perder essa identidade, no qual me contempla e eu sou realmente, extremamente apaixonada em demonstrar, sabe, quase que acaba, acaba que sendo... inconsciente a ação [...] eu acho que a identidade travesti pra mim é a minha salvação, é o que trouxe realmente a minha aceitação enquanto indivíduo, enquanto ser humano, em saber que uma cirurgia não resolveria todos os meus problemas [...] a identidade travesti foi a minha aceitação, então, *pra* mim, perdê-la, porque é muito difícil, confesso que tomei uma decisão por questões trabalhistas, profissional, tributária, enfim, mas eu não deixo de carregar essa identidade nunca, nunca deixarei de levantar a minha mão e erguer a voz *pra* dizer que eu sou travesti, mesmo com nome e gênero retificado pelo Provimento 73.

Fernanda diz ainda que, após a conclusão do requerimento, não sentiu muita diferença em relação ao período em que não havia modificado os documentos. O medo da intolerância e da violência faz com que ela se mantenha isolada há mais de seis anos, evitando frequentar festas, bares e boates. Fernanda acredita que o isolamento social pode ensinar para as pessoas o que é viver a privação da liberdade, do direito de ir e vir e da igualdade, que segundo ela, apenas existe no papel.

4.4 Por dentro da Ordem dos Advogados do Brasil: Márcia e a mobilização de sua categoria profissional

Márcia é um nome conhecido do ativismo transgênero no país. Fundadora de um projeto de empregabilidade, também encabeçou o requerimento que resultou na aprovação da Resolução nº 5/2016 do Conselho Federal da OAB, medida que autorizou a utilização de nome social nos quadros da entidade.

Eu a conheci por ocasião de uma de suas palestras, além de acompanhar suas publicações na *internet*. Márcia prontamente aceitou participar da entrevista, mas sugeriu que esta fosse feita por videochamada, para que não fosse necessário o deslocamento até São Paulo, cidade onde vive atualmente.

Especificamente sobre a demanda junto à OAB, Márcia, que é advogada, revela que a ideia surgiu em um evento em que tivera a oportunidade de palestrar. Ao final da apresentação, procurada por uma das pessoas presentes, Márcia fora questionada sobre o porquê de seu nome não constar nos registros da ordem:

Eu estava fazendo uma palestra [...] e quando acabou a palestra, veio uma menina com o *notebook* na mão e falou “doutora, eu não tô achando o teu nome ‘Márcia Rocha’ nos quadros da OAB”, aí eu falei “olha, não vai achar mesmo, procura Marcão aí que *cê* encontra, *né?*” e aí [...] o Assis Moreira Junior, que era meu colega de mesa, ele falou “Márcia, precisa” e era colega de comissão também da OAB, ele falou “Márcia, *precisamo* demandar isso aí na OAB, *né?*” e eu falei “Assis, demandar a gente pode, só que vai ser muito difícil, *né*, porque a OAB é muito conservadora”.

Para Márcia, a decisão de propor a demanda junto a sua entidade profissional não foi difícil de ser tomada. O requerimento, cuja elaboração contou com o auxílio de colegas advogados e membros de comissões internas da OAB, deveria espelhar a identidade de Márcia, que se identifica como travesti:

[...] não foi uma decisão difícil porque na, assim, depois teve todo o trabalho de estudar, de pensar como, o que pedir, houve uma divergência porque o Dimitri e o... o Assis achavam que eu tinha que pedir a mudança do nome, *pra* usar só um nome, e eu não quis, falei “não, não, eu quero ter os dois nomes, eu quero dois nomes no meu documento da OAB, eu quero o nome de registro em cima e o nome social embaixo”, aí eles “mas por que?”, e eu falei “porque eu não quero mudar meu nome, *né*, é uma decisão minha, primeiro porque enquanto ativista é mais marcante ter os dois nomes, [...] eu sou o que eu sou, eu sou travesti, *né?*”

O seu objetivo era o de incluir em sua carteira profissional dois nomes, o nome de registro e o social. Ela jamais pretendeu alterar seus demais documentos, tanto

por uma questão de ativismo, como também em razão da burocracia, já que é proprietária de diversas empresas. Era suficiente, para ela, utilizar o nome social no exercício de sua profissão:

[...] era uma forma até ativista de, de agir, mas também porque eu tenho um monte de empresas, eu, eu teria que mudar uma quantidade imensa, de cartórios, de papel, de assinatura, de uma, que não me compensava, *né*, assim, daria um trabalho monstro. Eu queria ter o direito de ir numa audiência e usar o nome Márcia Rocha, condizente com a imagem, *né*, minha e... foi essa demanda, então, essa foi a divergência e, e no fim, seguindo, lógico, o que eu tava pedindo [...] e nós seguimos esse, essa linha, e... foi concedido, *né*, integralmente, eu tenho dois nomes na minha carteira profissional, [...] um masculino e um feminino *num* documento federal, *né*?

Questionada sobre os fundamentos jurídicos ou não jurídicos do requerimento, afirma que, juntamente com as demais pessoas que redigiram o pedido, valeu-se de princípios constitucionais e direitos fundamentais, aplicados diretamente à vivência de uma pessoa transgêneras, como a questão de portar um documento não condizente com a própria identidade:

[...] dignidade da pessoa humana, basicamente nós, nós falamos da dignidade da pessoa humana, [...] do constrangimento de você ter uma imagem feminina e... e aconteceu comigo, de ir *num* cartório e a moça, e eu me apresentar como Márcia Rocha e ela olhar o documento e falar “não, você é Marcos e acabou. Aqui é sério, a coisa aqui é séria, aqui a gente não pode tratar, não é, não é brincadeira, isso aqui é coisa séria, tem que chamar pelo nome de registro” [...] então é... esse tipo de constrangimento, falar do constrangimento, da dignidade da pessoa humana, do direito à identidade, do direito ao nome, *né*?

Para Márcia, o requerimento administrativo levou muito tempo para ser concluído, em se tratando de alguém que fazia parte da entidade. Ela revela, por outro lado, que essa demora não decorreu de qualquer atitude discriminatória por parte da OAB, mas da análise técnica inerente à implementação da medida:

Pra quem tá dentro, demorou muito, né? Mas se a gente for pensar em termos reais, de realidade do planeta, eu acho que até que foi rápido, né? Porque na verdade não houve uma contestação, não houve uma resistência [...]. Então a demora foi por conta técnica, foi por questões técnicas, e não por preconceito, ou por brigas, ou nada, não a houve resistência, ninguém falou “não, não pode!”, houve alguns questionamentos [...], mas questionamento, ninguém foi contra, né? Isso foi, foi, eu acho que o tempo foi justo, três anos, na verdade.

Márcia acredita que conquistas de direito como essa são aptas a produzir efeitos pedagógicos, inclusive em relação a membros do poder judiciário. Nesse aspecto, ao falar sobre o cotidiano de sua profissão na atualidade, afirma:

[...] hoje eu sinto que é até engraçado porque eu faço petição assim assinando com os dois nomes e eu percebo que, dependendo do juiz [...] quando ele percebe que é uma pessoa trans, às vezes ele... subestima você, né? [...]. Presencialmente, quando eu entro *numa* sala de juiz, eu tenho uma sensação de que ele tem medo de fazer besteira, todos eles [...] sabe, a senhora, de uma forma muito... assim... é... educada, muito cordial sempre, mas eu sinto às vezes uma coisa meio de, um certo nervosismo, eles ficam um pouco com medo realmente de fazer algum bobagem, né, porque a lei mudou.

Essa confiança na autoridade dos magistrados também se percebe quando Márcia discorre sobre a utilização de espaços generificados por pessoas trans, sobretudo os banheiros. Ela acredita que é improvável que o Supremo Tribunal Federal profira qualquer decisão que restrinja esse direito, obrigando a utilização de banheiros de acordo com o “sexo biológico”. Nesse sentido, Márcia reflete sobre como poderia resistir a um mandamento proibitivo, atitude por ela denominada de “concordância civil”:

[...] eu já disse isso publicamente, e vou falar *pra* você, se o Supremo, vamos supor, isso não vai acontecer nunca, se o Supremo decidisse que trans não pode usar o banheiro de acordo com o seu gênero, eu vou chamar um jornalista, uma amiga, e vou, eu sou sócia do Clube Paulistano, eu vou *num* domingo lotado de verão no banheiro, no vestiário masculino do Clube Paulistano e vou ficar pelada, porque o vestiário masculino do Clube Paulistano não tem separação, é tudo aberto, *tá* certo? Eu cresci indo lá. E vai *tá* cheio de criancinha, e aí os papais vão ter que explicar *pros* filhos porque que aquela moça tem pinto e peito, e tudo bem, entendeu? [...]. Não é a decisão? Não é esse banheiro que é *pra* eu usar? Então eu vou usar. Não vai acontecer, entende? Eu inclusive falei, se for negado, vou fazer um movimento para que todas as trans façam isso. No Brasil inteiro. Eu conheço trans *pra cacete*. Homens trans, inclusive. Homens trans vão ao banheiro feminino e vão tirar a roupa e vão ficar lá, musculosos, barbudo, careca, e vão ficar, entendeu? Eu acho que tem que ser porque é... *pra* mostrar o ridículo, entendeu? O banheiro que eu tenho que usar é o banheiro condizente com a minha imagem, que eu não *tô* ali *pra* fazer nada, *tô* ali *pra* usar o banheiro [...]. É uma concordância civil. É uma concordância civil, não é isso? [...] é mostrar o ridículo, né? Eu acho que é mostrar o ridículo. Então eu, isso não vai acontecer, porque o Supremo é muito consciente, né? A menos que mude, o Supremo daqui *pra* frente.

Ela também acredita que o fato de o requerimento ter obtido a chancela da OAB, instituição marcada por certa seriedade e tecnicismo, possibilitou o alcance de outras conquistas em relação às demandas da população transgênera:

[...] quando eu me assumi, o que que aconteceu? A minha existência foi muito simbólica [...]. Pela primeira vez uma pessoa que tinha empresas, que tinha cultura, que viajou o mundo inteiro, que escrevia, que lia, que sabe falar, falava “não, eu sou travesti desde que nasci e não quero ser mulher, não sou mulher, nem homem, eu sou eu” [...] É muito simples, eu vou em audiências hoje, eu vou, eu fiz sustentação oral no tribunal, fui muito bem recebida, é, então, assim, é... eu acho que é... às vezes a gente não consegue as coisas porque não tem, *né?* Não busca, e às vezes a solução é muito mais simples do que, a realidade acaba sendo mais simples, a gente imagina monstros e dragões que não existem às vezes, *né?*

Márcia discorre ainda sobre o aparato jurídico de proteção a pessoas LGBTQIA no Brasil. Na sua visão, esses dispositivos fazem do país um bom exemplo nesse quesito, realidade muito distinta da de outros países que teve a oportunidade de conhecer:

[...] o Brasil é um dos países mais, com melhores leis do mundo hoje por conta dessas mudanças todas, *né?* Então... é... ainda é muito difícil lá fora, por isso que me chamam lá fora, eu acho, *pra* ver se eu planto umas sementinhas lá fora também, porque não é assim, o pessoal fala, “eu não aguento mais esse país, preciso sair daqui” e vai *pra* onde? Que país que *cê* vai? Eu fui super discriminada na rua, isso foi horroroso, *né?* Na Itália passei, fui discriminada de dia na Itália travesti não anda, *né?* [...] eu acho que o Brasil, hoje, eu poderia dizer, com o TransEmpregos, com esses movimentos todos de empregabilidade, com essa coisa do nome, com essa coisa da criminalização da homofobia, o Brasil serve de exemplo *pra* muitos países do mundo, muitos mesmo, *né?*

Como exemplo dessa eficácia, Márcia narra uma história ocorrida durante uma viagem ao México, quando fora discriminada na saída de um restaurante:

Sofri uma discriminação violenta no México, uma muito feia mesmo *num* restaurante, saí sozinha [...] e eu fui, queria conhecer o restaurante, um cara, na hora em que eu *tava* indo embora, já tinha pago a conta já, um restaurante caríssimo e paguei a conta com um cartão *platinum* e na hora em que eu *tava* indo embora, o cara saiu da onde ele *tava*, levantou, veio até mim e fez [reproduz o som de um berro] assim, na minha cara [...]. Os garçons ficaram em pânico, achando que ia rolar alguma coisa, no México não tem uma lei que nem a do Brasil, e... eu sabia onde eu estava eu, eu ignorei, continuei andando e fui embora, não ia nem bater boca com o ogro [...]. Se fosse no Brasil, situação seria bastante diferente. Isso não teria acontecido se fosse no Brasil por conta das nossas leis.

O objetivo de Márcia, a possibilidade de utilizar o nome social dentro da entidade profissional da qual faz parte, contou com muito apoio dentro da própria Ordem dos Advogados do Brasil, que estendeu esse benefício a todos os demais inscritos. Para ela, o resultado foi maravilhoso e influenciou, inclusive, na consolidação do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que anos mais tarde possibilitou a

retificação de registro civil extrajudicialmente e sem a necessidade de submissão a procedimentos cirúrgicos e/ou patologizantes.

4.5 “Eu não quero migalha”: A ação política de Neon

Dentre as notícias relacionadas a processos judiciais movidos por pessoas transgêneras, a história de Neon certamente é uma das mais conhecidas no país. Seu caso gerou muita repercussão, tanto pelo ineditismo da tese jurídica, quanto pela própria pessoa por trás desse pedido, que há muito tempo integra o movimento negro e transfeminista.

Durante o contato com Neon, através de uma rede social, expliquei os objetivos da pesquisa e, pouco tempo depois, aproveitei uma viagem a São Paulo, onde vive, para realizar a entrevista. Nosso encontro aconteceu em uma manhã de sábado, no interior de uma loja que cria e comercializa peças de roupa sem gênero, que pertence a um amigo de Neon.

Neon requereu judicialmente a retificação de registro civil através de um advogado particular. Diferentemente do que ocorria em casos semelhantes, logo na propositura da ação judicial, salientou que não se submeteria a qualquer procedimento cirúrgico e/ou patologizante. Para ela, tratava-se de uma ação política. Perguntada sobre essa experiência, Neon fala sobre as dificuldades que inicialmente lidou ao procurar um profissional interessado em patrocinar seus interesses:

[...] quando eu faço o meu processo, eu digo assim: “bom, eu vou viver na condição desta mulher que eu sou”, levei três anos no processo de fazer minha cirurgia de colocar as próteses mamárias, [...], fiz, e aí eu falei assim: “bom, mas aqui acaba uma condição de não humanidade” [...] eu passei muito tempo procurando os advogados, ninguém queria e quando queria era muito caro, [...] inclusive eu falei no contrato [...] no primeiro momento sentada *pra* assinar, *pra* pagar, [...] *pra* fechar [...] a relação advogado e cliente, eu... eu disse *pro* Eduardo: “mas esse não é um processo comum, essa é uma ação política, tudo sobre mim é sobre ação política, assim, é a política, essa é uma vida política, esse é um produzir político” [...]. Eu me recusava a ser patologizada [...] fiz dois anos de hormonização e foi a pior coisa da minha vida.

Neon sentiu, em um primeiro momento, a necessidade de dialogar com um Estado que, segundo ela, não assumia a responsabilidade pela violência sofrida por pessoas trans no Brasil. Dessa forma, frisou que não se submeteria a qualquer

procedimento cirúrgico e/ou patologizante, requerendo, subsidiariamente, um pedido de morte assistida, caso essa condição não fosse acatada:

[...] a gente é submetida a tanta violência, a física, psicológica, emocional, a exclusão o tempo todo, eu falei assim, um Estado que não assume responsabilidade, eu tinha passado por um estupro, tipo, com três pessoas em 2000 pra 2001, por isso eu tô cansada disso, então eu quero pelo menos morrer com dignidade, se eles não me derem o direito de existir [...]. Então, pensar tudo isso é que me moveu a falar assim “eu preciso dialogar com esse Estado, e mais que com esse Estado, dialogar com o próprio movimento que não tem abertura *pra* discutir esses assuntos”, que não tinha, se você olhar de 2016 *pra* cá, como passou a se discutir as nossas violências, sabe? Como se passou a discutir a necropolítica sobre esses corpos, sobre essas vidas, então essa *pra* mim é a maior impulsão, mudar o paradigma. Ninguém falava disso, nem colocava isso, e ninguém *tava* disposta, e tem gente com grana que poderia ter feito muito mais do que eu, a discutir nesta profundidade, *né*? Porque [...] é a manutenção da desumanização que no final é uma morte que muitas vezes é celebrada por uma sociedade.

Ela critica a visão e a postura de boa parte dos juristas que, segundo ela, está comprometida com o paradigma da patologização. Enfrentar essas questões, na prática, corresponderia a um enfrentamento de biopoder. Neon frisa a necessidade de romper com esse paradigma, citando como exemplo a ADIN nº 4.275, julgada pelo STF em 2018, onde se reconheceu a possibilidade de alteração de registro civil extrajudicialmente:

[...] total despreparo, total falta de visão de um além, de que nós precisamos inclusive discutir a patologização em um processo judiciário. Foi a patologização que promoveu essa classe de trabalhadores a explorarem essas vidas. Literalmente, virou um *ganha grana* [...]. Precisou se oficializar, justificar, o que já *tava* posto. Esse que é o protocolo transexualizador no SUS, que deu a grande direção. A gente *tá* falando de um enfrentamento de biopoder, *né*? De que as pessoas estão decidindo sobre vidas, e *pra* mim que já tinha sido tão abjeta, sabe, em uma série de situações na vida, como o processo de procurar trabalho, de se formar, de ter uma qualificação, e que nunca atendeu a demanda de mercado justamente por ser quem se é. Isso tem que ser rompido! E os advogados ainda estão, não só advogados, mas o próprio judiciário! Quanto tempo levou pra sair essa ADIN? Que é uma migalha! Não quero migalha, eu quero comer na mesa! [...] é justamente esse judiciário que muito tempo nos condenou, que nos condena. Você imagina a gente ter uma ação ainda *pra* discutir o direito de usar banheiro.

Para Neon, o resultado da ADIN nº 4.275 corresponde uma migalha justamente por ainda representar uma medida que se encontra distante da realidade da maioria das pessoas transgêneras:

[...] quem não tem grana, como que faz? Tem que procurar a Defensoria? Os Estados estão parametrados *pra* isso? Esses cartórios de periferias, que, aliás, quase não existe cartório em periferia, de pequenas cidades, *tão*, sabe,

com suporte *pra* isso? Qual é o desafio, sabe? Quem tem a grana *pra* conseguir a primeira certidão original? As pessoas *tão*, não sei, a gente *tá* falando de pessoas aliciadas, pessoas traficadas, pessoas que *tão* encarceradas, de pessoas com uma série de situações *pra* retificar seus nomes, *né*?

Ao retomar o assunto da ADIN, Neon afirma que não é possível aplaudir a decisão proferida pelo STF, pois acredita que os direitos das pessoas trans sempre estiverem abarcados pela Constituição Federal. Em outros termos, é como se essa ação dissesse o óbvio. Nesse momento, Neon revela como enxerga o direito: excludente, burguês, branco, cisgênero, normativo e elitista:

[...] a ADIN não dá *pra* bater palma, porque ela usa, ela justifica a Constituição. Por que a gente vai bater palma *pra* uma ADIN que devolve *pra* Constituição a ação direta de inconstitucionalidade? Ela diz o tempo todo, *tava* lá! Essas pessoas tinham direitos desde 1988, por que que não se deu? Fala muito mais de outra coisa, de um direito que exclui, de um direito burguês, de um direito branco, cis, normativo, que trabalha *pruma* elite. E *pra* quem acessa? *Tá* devendo favor? Eu não devo favor *pra* ninguém, eu paguei! E eu não paguei pouco!

Há, no relato de Neon, uma inquietude e uma revolta em relação às formalidades e às liturgias do direito. Na sua visão, é injustificável que um servidor, remunerado com dinheiro público, receba tratamento especial, de ares aristocráticos. Para ela, o direito não estaria empenhado em pacificar a sociedade, mas em uma busca por poder, um poder corruptível:

[...] o *pro-forme* de vocês nos eventos, eu fiquei assim: oh!... Que desgraça é essa? Que *pro-forme* é aquele, *né*? Rei, conde, visconde, marquês, *né*? Tudo aquela coisa, *né*? [...] Aquilo é doentio, *né*, gente? Como é nosso tudo aqui, *né*? Tipo, esses nossos cerimoniais é muito, *né*? [...] é bizarro *pra* mim, são servidores públicos, são servidores públicos! Você tem que tratar como sua majestade? A gente não vai superar isso não? [...] Meritíssimo! Excelentíssimo! *Né*? Por isso que é super *corrompível*, *né*? Não é uma busca por mudanças para a humanidade, é uma busca pelo poder muitas vezes.

Propor a demanda judicial não foi, para Neon, uma decisão difícil de ser tomada, já que Neon se sentia morta perante o Estado. Insatisfeita com a maneira pela qual os direitos das pessoas trans eram discutidos no país, a escolha de Neon foi animada pela consciência de que essa ação poderia beneficiar toda uma coletividade:

Eu *tava* morta *pro* Estado, digamos assim, [...] é um desafio *pra* todo mundo, e aí pensar de que não era só sobre mim, era sobre todo esse bonde muito maior, o que não estávamos discutindo, ninguém estava discutindo isso nessa perspectiva, ninguém, nem a academia, ninguém. Pega o que tinha

antes, ninguém discutia isso nessa perspectiva, que a negação do direito a ser quem se é é uma morte, uma morte posta pelo Estado e pelos seus agentes, corroborado pela sociedade civil [...]. Trinta anos *pra* falar de nome social, ah, desculpa, na boa, de novo nós temos que discutir os nossos métodos, os nossos processos. Não tô anulando as conquistas [...], mas a gente precisa discutir os nossos métodos, com quem a gente fala, e sobre o que a gente fala, se a gente quer avançar. E nesse sentido, é outra, quando você pergunta “foi fácil?” Foi fácil porque eu me preparei *pra* isso, quando eu sabia que eu tinha que dizer do meu corpo, primeira coisa que eu fiz foi posar nua, falei assim, “agora vai, peguem o meu corpo e façam o que vocês querem”. Porque a única coisa que eles poderiam especular. Qual é o problema com o meu corpo? Porque ele tem um pênis? Qual é o problema com esse corpo? Porque ele não procria? Tudo o que me falarem é usual, tudo que me falarem é sobre cissexismo, então, assim, qual é o problema de uma mulher nascer com um pau? Isso vai dialogar também com o falocentrismo de uma sociedade que é reproduzido o tempo todo.

O comprometimento de Neon com essa ação política, que, na prática, corresponde a enfrentar a patologização e a estabelecer tratamento humanizado às pessoas transgêneras, fez com que ela se valesse de um recurso estratégico: divulgar seu caso, que tramitava em sigilo, na imprensa:

[...] a gente não *tava* falando de uma pessoa que queria um protagonismo *pra* se tornar uma celebridade. *Tá* falando de alguém que resolveu ter um compromisso com a mudança de paradigma. Por que que não podia? Por que não pode? O grande desafio é esse, era dizer nessa ação e transformar essa ação numa coisa pública, que foi depois o segundo passo, que foi procurar a imprensa [...]. Eu falei com pessoas importantes do judiciário. E eu não conhecia, fui tomando consciência. Uma pessoa que acho que colabora muito, sensibiliza, tem dois textos que vão sair que são muito importantes: o do Contardo Calligaris, da Folha, que é praticamente um álbum e, *num* outro segundo momento, foi um texto da Flávia Piovesan [...] falando sobre o caso. E depois eu a encontro pessoalmente e a gente conversa pessoalmente, *né*, ela me relata que ela passou a noite chorando quando ela leu o texto na Folha.

Falando especificamente sobre a interação com o juiz da causa, Neon narra a ocasião em que o encontrou pessoalmente. Descrevendo-o como um profissional despreparado e que certamente recebera orientação, Neon critica a postura do magistrado, de maneira semelhante aos demais funcionários públicos,:

Eu tive um encontro com ele [...] e vi o quanto ele era despreparado e ele recebeu orientação [...]. Ele foi *num* evento promovido pela... Defensoria do Estado e aí ele veio, ele e um outro, umas, uma pose de celebridade, uma pose. Falei assim, “esse juiz não, essa sentença não é dele, ele costurou o processo”. Não tenho o menor problema em falar isso. Ele pegou, ele teve sorte da tese [...] do advogado.

Questionada sobre o que a levava a tal conclusão, de que o juiz teria sido orientado ao proferir a sentença, Neon falou sobre uma evidente falta de preparo e de

uma conduta não condizente com a fundamentação da sentença, descrevendo como havia sido o encontro com o magistrado:

A falta de preparo, como falava, sabe? A encenação, sabe? Aquela coisa que eles adoram fazer, alguns são *popstars* do direito, e lógico que ele tirou sorte porque a ação virou um fenômeno, *né*? Um, um processo bem sucedido, *né*? E eu *tava* lá assistindo, participando, e eu falei assim que, eu falei assim, no final eu ainda falei com ele, falei assim “ó, eu só queria lhe agradecer o, a sentença” e eu falei assim, “mas no fundo eu *tô* decepcionada com o Judiciário *tão* despreparado”. Essa gente ganha e muito bem, tem privilégios que eu nunca tive *pra* pensar como eu penso. Te propus a isso? Essa gente ganha muito bem. *Pra* eu me formar eu comia folha de caderno. Então assim, eu quero tudo e não vou bater palma *pra* essa gente que não dá a mínima. Eles me deram o mínimo, não tem reparação histórica.

Neon, por outro lado, considera que sua experiência com o judiciário pode ser descrita como um fenômeno, sobretudo por postular o deferimento de um pedido de morte assistida na hipótese de o pedido de alteração de nome e gênero não ser aceito unicamente com base na autodeclaração, isto é, sem submissão a procedimentos patologizantes:

O grande fenômeno da sentença no final é isso, respeita sua autodeclarado e cita-se a Constituição, então é um fenômeno nesse sentido de ter, tem a... primeira vez, além de que, qual a grande diferença? É que não é uma vontade, mas é assim... Eu trago *pros* autos do processo que eu não tenho a disforia, que eu não me reconheço com disforia [...]. Se tem consciência sobre viver eu falo, só entende a vida na sua plenitude quem enfrenta a morte, e quantas vezes eu enfrentei a morte e a partir disso eu fui *pro* embate, sabe? [...] Eu falo assim, “por que *cê* desiste de um Estado? Por que *cê* desiste de uma sociedade?”

Após obter uma sentença de procedência do pedido, Neon pôde enfim retificar seus documentos da maneira que desejava. Ela, contudo, ainda não se enxerga como alguém que é possuidor de humanidade, mas tão somente de um simples benefício social:

As pessoas não falam “é uma pessoa”, “é uma trans”, então, assim, eu vivi do benefício e o benefício é a sobra, *né*? Faz tudo isso por merecimento e é muito violento, se a gente pensar filosoficamente *numa* estrutura, que as pessoas vão pensar só nas terminologias, que que é nome social? É socialização! Então quer dizer assim, hoje eu vou pegar essas bestas, essas pessoas, essas monstruosidades, essas não humanas e quando elas tiverem bem sociáveis, a gente *dá* o direito ao nome. Isso foi feito com o povo escravizado. Acho que você tem um nome, você pode ser batizado que *cê* conseguiu, *cê* mereceu, agora eu te reconheço enquanto humanidade. Depois que você foi socializada, nós já vemos que você tem direito, se comporta dentro dessa ideia social de que é uma mulher, de que é um homem, de que é um ser humano, uma pessoa. Depois disso agora, que é tudo o que representa esse processo *pra* mim, é isso.

Neon enxerga na necessidade de modificar o registro civil uma forma de dominação, de socialização. É a partir daí que questiona quando a sociedade contemplará, de fato, as demandas das pessoas transgênera. Trata-se, para ela, de um processo de construção de humanidade que ainda não se encontra terminado.

4.6 “Sou mulher, mas não tenho direito de nada”: o puxadinho jurídico de Karen

Karen vive na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde trabalha como cabeleireira. Eu a conheci há alguns anos por intermédio de uma pessoa que é pioneira no movimento LGBTQIA local. Desde então, Karen e eu fizemos parte de alguns eventos acadêmicos, o que nos aproximou e, conseqüentemente, facilitou sua participação na pesquisa.

Encontrei-me com Karen em seu salão de beleza, localizado no centro da cidade. O estabelecimento se encontrava fechado naquele momento, o que a deixou à vontade para conceder a entrevista.

Quando os procedimentos cirúrgicos de transgenitalização e as ações judiciais para retificação de prenome e gênero se tornaram um pouco mais acessíveis no país, Karen passou a participar, em meados de 2008, de palestras e estudos clínicos da área de psicologia. Em uma dessas ocasiões, conheceu um defensor público, que lhe perguntou sobre o interesse na propositura de uma ação judicial para requerer a modificação de seus documentos, mesmo sem ter se submetido previamente a qualquer cirurgia.

Karen conta que o processo judicial foi moroso e repleto de fases, dentre elas, a realização de uma perícia médica no Instituto de Criminalística. Depois de 7 anos de tramitação, Karen finalmente obteve o direito à alteração de nome e gênero no registro civil, uma verdadeira surpresa para ela:

[...] foi um processo aí que demorou 7 anos, *teve* várias fases de apresentação de documentos, certidões negativas, perícias, *né?* Muita coisa que a gente tem que comprovar [...] a questão trans em si, que *num* é uma coisa, que é uma coisa permanente na vida da pessoa e não uma, *né*, uma coisa de armário, *né?* E... e eu consegui em 2012 a sentença, foi até uma surpresa *pra* mim, porque eu mesma nunca tinha visto uma pessoa não retificada conseguir um registro civil mudado, com gênero, com tudo, desde certidão de nascimento [...]. Em 2012 *teve* a minha, a minha retificação, eu fiquei muito surpresa porque eu não *tava* preparada, eu sinceramente não *tava*, foi um processo que eu, que eu entrei, joguei lá no fundo da gaveta, e aquilo foi indo durante muitos anos e de repente caiu aquela... sabe que que é você pagar um título de capitalização premiado a vida toda? E você até esquecer disso, é um valorzinho baixo, aquilo não ser importante *pra* você, um belo dia você recebe uma carta do banco, você foi contemplado com um prêmio... máximo, assim, que uma pessoa pode ganhar.

A perícia a que Karen foi submetida teve por finalidade diagnosticar algum dos chamados transtornos de identidade de gênero, considerados na época como

condição necessária ao deferimento do pedido de alteração de nome e gênero. Ela, por sua vez, em momento algum se recusou a ser patologizada, e acredita, inclusive, que os procedimentos de patologização podem dar guarida às identidades transgêneras, assegurando-lhes a fruição de determinados direitos:

[...] eu acho que através da patologia a gente consegue espaço dentro do meio médico acadêmico, é um meio que a gente consegue *pra tá lá, pra tá debatendo, né*, esses assuntos [...] era muito interessante para gente manter o *transexualismo* na área médica com aquele CID-10. Pode, pode parecer cruel, às vezes a minha fala de falar assim: “não, eu quero ser taxada com transtorno psiquiátrico”, porque como eu percebi que a sociedade *tava* querendo regredir um pouco na questão do “não vamos dar mais direitos *pra quem não é a maioria*”, esse CID-10, aquele DSM ali, ia resguardar a classe trans da pesquisa, da gente ainda ter um espaço dentro da área acadêmica *pra manter a pesquisa, pra manter o assunto em pauta, pra manter o estudo do clínico que vai incomodar o Poder Público por conta do conservadorismo, mas num é qualquer um que tá levantando esse assunto, que tá colocando esse assunto na pauta, é um médico, é um pesquisador, é um psicólogo, é um psiquiatra, né?* [...] Eu acho que eu *tô* querendo resguardar isso como um recurso, como um recurso *pra gente manter um pé, sabe? Um pezinho, um pezinho acadêmico.*

Na sua visão, a manutenção das identidades trans nos manuais diagnósticos seria uma forma de obrigar o Estado a assegurar direitos básicos a esses indivíduos, mesmo à contragosto dos grupos reacionários, sobretudo em tempos que, segundo Karen, impera no país uma pauta conservadora de costumes. Ela também acredita que o exame clínico pode resguardar essas identidades, que contariam com o referendo das ciências biológicas e humanas para lhes atestar a própria verdade:

[...] precisa fazer perícia médica *pra mudar documento?* Gente, eu, eu acho que no momento ainda, ainda deveria, porque eu acho que... resguarda muito mais aquele trans. “Ah, você foi mais um daqueles que foi ali no primeiro *cartoriozinho* de esquina, correu e mudou *seus documento* com uma cartinha de psicólogo pago particular. Não! Eu fiz uma perícia médica, *num* instituto sério [...]. Se hoje alguém falar *pra mim* “ah, você é uma impostora, você não é uma mulher, você é uma impostora, saí daqui do banheiro”, eu não vou aceitar, eu não vou aceitar a pessoa falar isso *pra mim*, porque eu lembro do dia que eu saí de Ribeirão Preto às quatro horas da manhã, *pra tá em São Paulo, no Instituto de Criminalística pra fazer uma perícia médica, né?* Hoje se alguém falar *pra mim* “você é uma impostora”, eu não aceito isso, porque eu fiz essa perícia médica, ainda tenho orgulho de quando eu pego [...] a cópia do meu laudo, que eu, eu consegui isso depois de muitos anos, viu? [...] eu tive que recolher provas, eu tive que mostrar *pra sociedade jurídica* de que o transexual não é uma farrá de carnaval, que a gente decide viver 365 dias no ano, *né?* De quanto foi sério, de quanto foi pesado lidar com tudo aquilo, *né?*

O diagnóstico consubstanciado no laudo do Instituto de Criminalística não seria útil apenas na constituição da identidade de Karen perante a autoridade judiciária

durante a fase instrutória do processo. Essa produção de verdade, segundo ela, é reaproveitável em seu cotidiano, assegurando-a em termos de inteligibilidade. A intenção de Karen ao retificar seus documentos era efetivamente garantir o respeito à sua identidade em espaços públicos, sobretudo em razão dos episódios de preconceito e intolerância que havia experimentado no passado:

[...] a lei do nome social ela não garante direitos, ela não garante direitos! Nenhum, nenhum! A lei do nome social se você tiver, você pode ter um registro do nome social e você pode ser expulsa do banheiro do mesmo jeito. A única coisa que cala o movimento de pessoas trans expulsas de dentro de banheiro, retirada a força em situação vexatória, um constrangimento legal, e... com casos às vezes até de agressão, *né?* Isso só é coibido pelo, pela retificação total do registro civil, quando você põe aqui, “olha, o meu documento é feminino, eu tenho um RG, eu tenho uma certidão de nascimento”. “Ah! Então você é mulher, *né?*”. É... o que me levou a entrar, a entrar com o processo foi o desafio e... e uma tentativa minha de querer me resguardar desse tipo de situação que já tinha ocorrido comigo uma meia dúzia de vezes na vida. Até uma fantasia minha, nossa, imagina eu com um documento que se um guarda me parar, ele me pede “desculpa, senhora”, “oh, minha senhora, me desculpa, eu confundi a senhora, fique à vontade *pra* usar o seu banheiro”, como se fosse alguma coisa, “ai, *tá* me dando um presente de natal”. Não é presente de natal nenhum eu, eu ter que ir no banheiro, eu tenho direito de ir no banheiro, isso não é presente de natal nenhum, mais... foi uma fantasia minha, de eu ter, sabe, um resguardo, que isso não fosse mais acontecer comigo.

Como um desdobramento de seu processo de retificação de registro civil, Karen fala sobre os conflitos familiares que envolveram uma disputa pela pensão militar deixado por seu pai, integrante das Forças Armadas. Embora o benefício fosse originalmente titularizado por sua irmã, um acordo familiar determinava que esse valor deveria ser partilhado proporcionalmente entre os irmãos:

[...] eu sou filha de militar, *né?* E meu pai deixou a pensão, meu pai contribuiu com, com uma linha específica que o militar contribui com sete por cento de, dos seus soldos durante vinte e cinco anos *pra* garantir o direito de pensão *pra* filha, *né?* Minha irmã recebia esta pensão e da forma dela, é... sempre estendeu esse benefício aos irmãos, porque era, era uma coisa que dentro da família isso era conversado, de que Soninha, minha irmã vai receber a... a pensão e ela vai dividir entre vocês.

Contudo, ao longo dos anos, a irmã de Karen, titular do benefício, passou a descumprir o acordo, fato que desencadeou o mencionado conflito. Karen destinava sua quota-parte da pensão para o custeio de um plano de previdência privada, pois já vislumbrava a impossibilidade de se aposentar através da seguridade social:

[...] meu pai sempre tinha dito que a minha irmã seria a... a correspondente legal dessa pensão para nós, que a pensão seria dos filhos, mas que, pela lei, quem receberia seria minha irmã. E depois de alguns anos, [...] a minha irmã se apropriou [...] de forma majoritária dessa pensão, né? O direito era dela, ela foi entendendo que aquele direito era dela [...] e que talvez ela não tivesse a responsabilidade de repassar aquele benefício *pros* irmãos, né? [...] o valor que ela me repassava perto do valor que ela recebia, é, com o passar dos anos, ela ficou 9 anos sem me dar reajuste de nada, do valor que ela colocou em mim, que era um valor que ela tinha [...]. Eu comecei a pagar minha previdência privada com isso. Caramba, eu nunca tive carteira registrada, vou aproveitar esse dinheiro e vou pagar uma previdência privada *pra* mim, garanto, me garanto no futuro, na minha velhice, tudo aquilo que o Estado não me abrangeu em proteção eu teria através dessa previdência privada, representando esse pai protetor, me amparando, me protegendo, que era o... realmente o desejo que ele tinha e a forma como eu internalizei esse pai *pra* mim, né? E... depois *duns* 8 anos, depois a minha irmã baixou esse valor de 600 *pra* 400 e ficou 8 anos me dando 400 reais. Tipo assim, o meu plano, meu planejamento de previdência privada *tava* indo por água abaixo.

Diante dessa situação, Karen rompeu com sua irmã, instituidora do benefício. Na ocasião, por já possuir os documentos retificados, incluindo o gênero feminino, decidiu pleitear administrativamente uma parte do benefício deixado por seu genitor, concorrendo, assim, de forma direta com sua irmã:

[...] um belo dia eu juntei todos os meus documentos necessários e baixei *duma* vez na pagadoria de inativos e pensionistas do Ministério da Aeronáutica em São Paulo com todos os documentos que eles exigiam *pra* inclusão de pensionista. Eu era filha do Ubiratan, não havia dúvida sobre a paternidade, a, a única, a única coisa que, que tinha é... eu tinha me tornado filha desse, desse pai. E talvez, o direito da pensão poderia recair sobre mim, sem eu ter que usar [...] a minha irmã como uma atravessadora, porque sempre situação a foi essa, meu pai desejou a pensão para os filhos, não para a minha irmã, né? [...] Então no momento em que eu fui filha mulher de Ubiratan, eu fiquei com aquela ideia de que eu poderia ter o direito sendo meu, meu de verdade, sem ter que usar a minha irmã como uma atravessadora.

Ela, contudo, não obteve o êxito que esperava. Segundo o órgão responsável pela análise do requerimento, Karen não poderia ser incluída como beneficiária da pensão, mesmo sendo legalmente mulher, pois o critério prevalecente seria sua situação jurídica no ano de falecimento do genitor. Foi a partir desse momento que Karen passou a enxergar os documentos retificados e, em maior grau, o próprio direito, de outra maneira:

Fiquei com aquele indeferimento na mão [...]. Legal, eu sou mulher, mas não tenho direito de nada. Pelo que eu entendi, eu sou mulher como a minha irmã, mas não tenho direito de nada [...] eu sou maioria? Só no papel, no tapinha nas costas, no direito prático eu não sou maioria. Se eu não sou a maioria,

eu resolvi meu problema jurídico e não tive o direito, não fui atingida pelo direito, eu também sou filha desse pai! Não é mentira que eu sou filha desse pai, esse pai também ansiava, desejava, é... proteção, amparo, respaldo. Para o filho? A filha? Para a filha trans também, para a família. E eu percebi que o direito não me resguardou de nada, eu sempre vou enfrentar regrinhas internas, eu sempre vou enfrentar algum artigo anterior, eu sempre vou enfrentar talvez isso na vida, sabe? [...] Eu falo assim: que direito? Toda essa batalha judicial que eu enfrentei me valeu? Valeu nada! Eu fiquei sem ganhar tostão nenhum e ainda perdi o dinheiro que a minha irmã me dava.

Em outras palavras, esse episódio levou Karen a acreditar que até mesmo sua condição de mulher na sociedade era relativa:

[...] que porcaria que foi ser mulher! Que problema! Eu, eu me senti, sabe como que eu, como eu me senti? Legal, eu sou uma mulher retificada! Retificada? De tapinha nas costas *pra* inglês *vê*, porque *cê num* tem direito nenhum, *cê num* tem direito nenhum. É o puxadinho jurídico, e no puxadinho jurídico, ele não funcionou é... *né*, tipo é como se eu não tivesse o “habite-se” daquele puxadinho ali, entendeu? Que eu tinha feito, *né*? Mas eu fiz tudo de forma tão legítima que eu imaginei que eu me tornaria, aliás, eu já sou, filha desse pai. O... parentesco existe, é uma... questão que não me abrangia, que era eu não ser mulher e não me dava direito. E depois que eu fui, que eu me tornei mulher, continuei não tendo direito e aquilo não me valeu de nada.

Diante do insucesso junto ao órgão que administrava a pensão militar deixada por seu pai, Karen não enxergou outra alternativa a não ser se reconciliar com sua irmã e solucionar o conflito amigavelmente:

[...] pelo que *tava* acontecendo no país, eu pensei assim, eu não vou conseguir nada porque como que eu vou mover uma pauta GLBT agora? No meio do conservadorismo, como? *Pra* quê? Com que recurso? Eu preciso disso? Eu tive que *dá* um novo significado ao meu documento, às minhas conquistas, *né*? Eu depois de um tempo pedi desculpa pela minha irmã, pela forma que eu agi, porque eu não tive uma conversa com ela antes de eu me apresentar na Aeronáutica, eu simplesmente fui na Aeronáutica, me apresentei *pra* *vê* se tinha direito, *né*? E... vi que não tinha direito algum, tentei resolver o meu problema familiar, *né*? E após algumas semanas ela me chamou *pra* conversar e... me ofertou novamente o valor, um pouco mais razoável perante ao que ela me dava, o último, o último depósito que ela tinha me dado, antes de eu, de eu ingressar na Aeronáutica, foi em dois mil e, acho que tem uns dois anos isso.

Karen, aos quarenta e um anos de idade, voltou a contribuir com seu plano de previdência privada, na esperança de que consiga se aposentar dignamente um dia. Ela sente que somente agora foi possível se tornar uma pessoa de verdade, capaz de responder juridicamente por si, sem fissuras ou ambiguidades.

5 PESSOAS TRANSGÊNERAS E SUAS NARRATIVAS: DIANTE DO DIREITO, JUNTO AO DIREITO E CONTRA O DIREITO

As narrativas das pessoas entrevistadas permitem esclarecer aspectos das diferentes interações que as pessoas podem ter com o direito e o sistema de justiça em geral. Essas interações quase nunca são homogêneas e uniformes; variam em muitos dos seus aspectos conforme os sujeitos envolvidos e, mais do que isso, as circunstâncias episódicas de cada caso.

Ainda assim, a sistematização construída pelos estudos sobre a "consciência jurídica" e a "construção social da legalidade" permitem um exercício de classificação que viabiliza o posterior isolamento de fatores que influenciam as diferentes percepções e comportamentos das pessoas diante do direito. Este item apresenta uma classificação da interação das pessoas transgêneras com o direito a partir das narrativas encontradas nas entrevistas trazidas no capítulo anterior.

O presente trabalho debruçou-se sobre como pessoas transgêneras vivenciam, interpretam e compreendem o direito, especialmente no contexto em que se encontram, marcado por marginalização social e jurídica, a partir da articulação simbiótica entre dois elementos centrais, de natureza oposta e complementar: um marco conceitual complexo, mas muito esclarecedor de como o direito acontece na sociedade e na percepção e comportamento, e um conjunto de dados empíricos levantados junto a um grupo social muito específico e raramente visível no desenho de políticas públicas e enquadramentos normativos, as experiências das pessoas transgêneras.

Ambos, conforme eram apresentados, já trouxeram informações, análise e conteúdo suficientes para esclarecer o problema e oferecer-lhe propostas de abordagem e encaminhamento. Sendo assim, a opção por manter um capítulo conclusivo só pareceu fazer sentido como um realce e síntese dos pontos, argumentos e questões que sobressaíram a partir das descrições e análises construídas a partir das fontes usadas pela pesquisa.

A narrativa de legalidade extraída das histórias de Mariano e Laerte corresponde àquilo que denominamos de "diante do direito" (*before the law*). Nessas histórias, o direito, personificado nos órgãos responsáveis pelo processamento do pedido de retificação de registro civil e emissão de certidões, no caso de Mariano, e

no sistema de justiça propriamente dito, no relato de Laerte, aparece como um sistema formal, soberano e descolado do cotidiano.

Ewick e Silbey (1998) pontuam que, dentro dessa narrativa, o direito é imaginado como um domínio afastado dos assuntos do cotidiano por conta de sua objetividade. Aqui “as pessoas recorrem ao direito somente quando conseguem imaginar seus problemas pessoais como tendo importância geral, afetando os outros e a si próprios”¹⁵⁷.

Na narrativa de Mariano, o direito se apresenta como uma arena desconhecida, um labirinto que não é possível de trilhar sem o apoio técnico daqueles que dentro dele se encontram. Ele se sentiu a todo tempo desorientado e confuso ante as exigências burocráticas, mas também aliviado e satisfeito ao atestar que não era considerado descumpridor da lei e que suas obrigações civis se encontravam em situação de regularidade:

[...] você fica meio perdido, porque são muitos documentos, certidões criminais, coisas que você nem conhecia e você tem que correr atrás *pra* ver se *tá* tudo certo. Aí, quando eu consegui tudo e deu tudo certo, é... daí já é um alívio, mas é muito bom saber que... você *tá* dentro da lei, porque tem muita coisa que *cê* nem nunca ouviu falar, *né?*

Em se tratando de Laerte, o direito aparece como um aparato complexo, solene, autoritário e distante do dia-a-dia. Inicialmente, Laerte sequer havia cogitado discutir as ofensas sofridas judicialmente, pois não era capaz de enxergar esse fato pelas lentes do fenômeno jurídico:

[...] eu nunca penso em mover ação, eu não sou da área da advocacia, eu não faço ideia de como é que, de como é que esse tipo de procedimento se dá, ou dos custos que isso tem, do tempo que leva, nada disso *tá* na minha área de conhecimento.

Mesmo após a propositura da ação de reparação de danos morais, Laerte se sentia mais espectadora do que propriamente parte, na medida em que a condução do processo ficara a cargo de seus advogados:

[...] eu ficava ali acompanhando como quem acompanha o futebol, porque tem um ponto que a ação que você moveu e que saiu da tua intimidade, do, tem um ponto que ela começa a virar também uma... um... evento.

¹⁵⁷ EWICK e SILBEY, 1998, p. 47.

Em ambos os relatos, nota-se a centralidade que os profissionais habituados à burocracia inerente a essa narrativa de legalidade ocupam. Ao desconhecer os procedimentos e os documentos exigidos pelo provimento nº 73 do CNJ, Mariano credita o sucesso na retificação do registro civil aos funcionários do cartório:

[...] eu fui super bem recebido, eles me ajudaram, me deram toda atenção possível, até, até que depois que deu tudo certo, eu voltei lá *pra* agradecer [...]. Então eles iam me direcionando, entendeu? Aonde eu poderia ir, daí foi bem fácil [...] porque eu perguntava *pra*... por exemplo, *pra* minha mãe, ela não sabia, entendeu? [...]. Ela nunca tinha ouvido falar de alguns documentos. O de imóveis e de protesto ela sabia, que são dois cartórios bem conhecidos na cidade, mas de resto, assim, ela falava, “*cê*, ai, *corre* lá no cartório perguntar”.

Laerte, por sua vez, somente adentrou a esfera judicial após ser convencida por seus advogados. Estes profissionais atuaram ao longo do procedimento judicial como guias e intérpretes da linguagem e dos ritos processuais. Certamente, se dependesse de Laerte, o processo judicial sequer existiria:

[...] eu continuo sendo uma ignorante de termos técnicos, procedimentos, passos que uma ação dessa demanda na estrutura do judiciário, *né*? Primeira instância, segunda instância, não sei quantas instâncias ainda, recursos, agravos, [...] embargos, desembargos [...]. Enfim são todas coisas aí ainda meio obscuras *pra* mim e tem até um certo sabor de folclore assim.

Dessa interação com a legalidade (“diante do direito”), extrai-se as seguintes características: a burocracia, materializada na exigência de documentos diversos e estranhos, dos quais pouco ou nada se tenha ouvido falar; a linguagem e os métodos próprios de um sistema autônomo e excessivamente formal; e a soberania que o direito exerce, como na satisfação e no alívio experimentados por encontrar-se “dentro da lei” e com o “nome limpo”, ou mesmo quando relatado o temor de ser “preso”, “decapitado” ou ter os “bens arrestados”.

Essa forma de consciência também se encontra presente no relato de Fernanda, ao falar precisamente sobre a ocasião em que respondeu por crime patrimonial. Na ocasião, privada da palavra e desacompanhada de advogado, Fernanda sucumbiu ao poder e à autoridade do juiz e do promotor de justiça, que impuseram um termo de acordo onde deveria se comprometer a comparecer mensalmente em juízo durante vinte e quatro meses:

[...] a todo momento eu fui ouvida como errada, como ré [...] lá eu não tive meio de fala, o promotor não deixou eu falar nada, ele falou *pra* mim que tudo o que eu falasse era indiferente [...]. Como resolução da sentença de ir assinar durante vinte e quatro meses o processo e... foi isso [...] eu já cheguei com a sentença de... de acordo e solução, de “olha, você aceita, não tenho nada *pra* te ouvir, nada que *cê* tem que falar, a sentença é essa, você é ré primária” [...] ele falou “vai ficar tudo por isso mesmo”, eu falei “mas eu não tenho nem advogado”, aí o promotor chamou o [...] o advogado no corredor, coitado, nem sabia, não queria assinar de jeito nenhum, mas acabou assinando.

Já em relação à narrativa “junto ao direito” (*with the law*), os limites que se pensa existir entre o direito e a vida cotidiana são compreendidos como relativamente porosos. Aqui, os instrumentos do direito são empregados a fim de alcançar interesses particulares/objetivos estratégicos.

Segundo Ewick e Silbey (1998), dentro dessa forma de consciência “regras preexistentes podem ser implantadas e novas regras inventadas para servir à mais ampla gama de interesses e valores”¹⁵⁸. Trata-se, portanto, de uma arena que possibilita manobras táticas em busca da obtenção de interesses próprios e ganhos estratégicos.

Os relatos de Fernanda e Márcia são exemplos dessa narrativa.

Fernanda não recorreu às disposições do Provimento nº 73 do CNJ porque gostaria de alterar o nome e o gênero no registro civil. Pelo contrário, segundo ela, ostentar os documentos na grafia original era algo que verdadeiramente a contemplava. Contudo, diante da aprovação de uma reforma previdenciária, que elevou o tempo de aposentadoria por idade de sua categoria profissional, Fernanda abriu mão de seus documentos para resguardar seus interesses enquanto funcionária pública estadual:

[...] quando eu decidi fazer a retificação de nome e gênero em cartório pela certidão de nascimento foi por uma questão estatutária, de aposentadoria como professora no gênero feminino, até porque eu assumo a identidade travesti [...]. A reforma trabalhista foi uma forma de me forçar a atender a normatividade e ao binarismo, que hoje é o nosso sistema tributário e também trabalhista. Então, *pra* não trabalhar 5 anos a mais, devido ao tempo que eu já havia desempenhado enquanto professora contratada e por todas as situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes que já havia passado para poder assumir enquanto servidora pública efetiva, eu decidi, através da reforma trabalhista, fazer a retificação de nome, principalmente de gênero, devido o tempo de contribuição.

¹⁵⁸ EWICK e SILBEY, 1998, p. 48.

Márcia, por sua vez, demandou junto à entidade da qual faz parte, a Ordem dos Advogados do Brasil, o direito a utilizar o nome social em sua carteira profissional. Ela não possuía interesse em alterar seu registro civil por duas razões: tanto pela burocracia inerente ao ato, pois é proprietária de muitas empresas, como também por uma questão de ativismo, já que se reconhece como travesti:

[...] era uma forma até ativista de, de agir, mas também porque eu tenho um monte de empresas, eu, eu teria que mudar uma quantidade imensa, de cartórios, de papel, de assinatura, de uma, que não me compensava, *né*, assim, daria um trabalho monstro. Eu queria ter o direito de ir numa audiência e usar o nome Márcia Rocha, condizente com a imagem, *né*.

Há, em ambos os relatos, o emprego de ações estratégicas, por intermédio de recursos jurídicos, com vistas à consecução de um objetivo próprio, a aposentadoria em menor tempo, no caso de Fernanda, e o uso do nome social no relato de Márcia.

Essa mesma faceta da legalidade pode ser encontrada na história de Mariano, ao narrar sua experiência com o Poder Judiciário. No ano de 2015, após ser agredido fisicamente, Mariano procurou um advogado para propor uma ação contra seus ofensores, sem, contudo, obter o êxito esperado:

[...] apanhei de 3 pessoas da minha cidade por... questão de... preconceito mesmo, eu achei que nunca fosse acontecer comigo, mas aconteceu. É... então, eu acabei meio processando, eu acho que isso foi o máximo que eu passei assim com... a parte jurídica assim, porque eu tive até... é... audiência, então foi o máximo que eu tive, assim, eu acabei perdendo, eles são três pessoas muito grandes na cidade, tipo, grandes de dinheiro, financeiro.

O resultado da ação proposta, sobretudo em razão das provas que havia reunido e apresentado em juízo, foi completamente diverso do que esperava. Mariano acredita que o poder financeiro e a influência que os agressores exerciam na pequena cidade em que residia foi determinante para o desfecho do caso:

[...] o que passa pela minha cabeça é que ou eles fizeram alguma coisa lá, porque eles conheciam o juiz ou não sei, mas eu não, eu evitei procurar saber, pra talvez eu não me aborrecer, mas eu acabei perdendo, e... tipo, a gente tentou por 3 vezes, eu e meu advogado, daí quando foi pra Brasília, que eu acho que, acredito que é a última chance, *né*, perdi de novo, mesmo *cos* vídeos, porque teve uma câmera que pegou tudo e eu ainda perdi. Então, deixei quieto, tipo, pra eu não me aborrecer e não tocar mais no assunto mesmo.

Para Mariano, a exibição das imagens das câmeras de segurança, que registraram nitidamente a agressão sofrida, cedeu aos efeitos do poderio e da influência dos agressores:

O vídeo pega certinho da ótica assim, tudo, aí era umas 4, 5 e pouco, eles aparecem, aí quando eles saem da câmera assim, um deles joga um copo de cerveja em mim, em volta assim o copão, daí como eu não reagi, ele volta chutando, entendeu? Aí vêm os três e começa a me socar, o vídeo pega tudo assim, é... até que pra eu acreditar o que aconteceu eu tive que assistir o vídeo, porque eu não lembrava.

Mariano explica sua derrota em termos de recursos e de influência pessoal e não em relação ao conjunto de provas que reuniu para a persuasão racional do juiz. Sendo assim, nesse aspecto, o direito se revela como um jogo; uma batalha em que Mariano se envolveu sem possuir o arsenal necessário.

Em suma, esse tipo de interação com a legalidade (“diante do direito”) enxerga o direito como um instrumento acessível e manipulável, que pode ser manobrado para a consecução de determinados objetivos. Trata-se da imagem do direito como uma arena, onde os interesses em jogo são dependentes do emprego de determinados recursos materiais e imateriais, tais como experiência acumulada, poderio financeiro e influência pessoal.

No terceiro tipo de consciência, “contra o direito” (*against the law*), o direito é visto como um domínio arbitrário, em relação ao qual as pessoas procuram escapar de seu poder e influência. Essa faceta da legalidade é encontrada nos relatos de Neon e Karen.

De acordo com Ewick e Silbey (1998), essa forma de resistência está diretamente relacionada com práticas de resistência. Aqui, as pessoas são levadas a “criar soluções que elas não seriam capazes de obter dentro de esquemas e recursos convencionalmente reconhecidos”¹⁵⁹.

A recusa de Neon em se submeter a qualquer procedimento cirúrgico e/ou patologizante resultou em uma prática de resistência à autoridade judiciária: caso o juiz não acatasse essa condição, optaria então por um pedido de morte assistida.

Neon concebe seu processo judicial como uma ação política, cuja finalidade era romper com o paradigma da patologização. Para ela, o enfrentamento dessas questões na esfera jurídica corresponderia a um enfrentamento de biopoder:

¹⁵⁹ EWICK e SILBEY, 1998, p. 48.

[...] a gente é submetida a tanta violência, a física, psicológica, emocional, a exclusão o tempo todo, eu falei assim, um Estado que não assume responsabilidade, eu tinha passado por um estupro, tipo, com três pessoas em 2000 pra 2001, por isso eu tô cansada disso, então eu quero pelo menos morrer com dignidade, se eles não me derem o direito de existir [...]. Então, pensar tudo isso é que me moveu a falar assim “eu preciso dialogar com esse Estado, e mais que com esse Estado, dialogar com o próprio movimento que não tem abertura *pra* discutir esses assuntos”, que não tinha, se você olhar de 2016 *pra* cá, como passou a se discutir as nossas violências, sabe? Como se passou a discutir a necropolítica sobre esses corpos, sobre essas vidas, então essa *pra* mim é a maior impulsão, mudar o paradigma. Ninguém falava disso, nem colocava isso, e ninguém *tava* disposta, e tem gente com grana que poderia ter feito muito mais do que eu, a discutir nesta profundidade, *né?* Porque [...] é a manutenção da desumanização que no final é uma morte que muitas vezes é celebrada por uma sociedade.

Para além do ineditismo da tese, que impunha ao magistrado uma decisão complexa e desafiadora, Neon também abriu mão do sigilo do processo, divulgando-o na mídia, para atrair, dessa maneira, os olhares da opinião pública e dos movimentos sociais que militam em prol dos direitos das pessoas LGBTQIA.

A resistência de Karen, por outro lado, é sentida no momento em que procura escapar de uma situação de injustiça: a privação do direito à pensão militar deixada por seu pai e administrada por sua irmã. Para ela, tratava-se, sobretudo, de uma questão de honra fazer valer as disposições do acordo familiar.

É nesse momento que Karen, valendo-se de sua atual situação jurídica enquanto mulher, retratada nos documentos retificados, pleiteia administrativamente o direito ao benefício em condições de igualdade com sua irmã:

[...] um belo dia eu juntei todos os meus documentos necessários e baixei *duma* vez na pagadoria de inativos e pensionistas do Ministério da Aeronáutica em São Paulo com todos os documentos que eles exigiam *pra* inclusão de pensionista. Eu era filha do Ubiratan, não havia dúvida sobre a paternidade, a, a única, a única coisa que, que tinha é... eu tinha me tornado filha desse, desse pai. E talvez, o direito da pensão poderia recair sobre mim, sem eu ter que usar [...] a minha irmã como uma atravessadora, porque sempre situação a foi essa, meu pai desejou a pensão para os filhos, não para a minha irmã, *né?* [...] Então no momento em que eu fui filha mulher de Ubiratan, eu fiquei com aquela ideia de que eu poderia ter o direito sendo meu, meu de verdade, sem ter que usar a minha irmã como uma atravessadora.

Embora esse episódio tivesse despertado em Karen uma certa insatisfação com a sua condição jurídica de mulher, obtida após uma ação judicial que durou sete anos, e, em maior grau, com o próprio fenômeno jurídico, é certo que suas práticas

de resistência culminaram no restabelecimento do benefício ora suprimido por sua irmã.

Da narrativa “contra o direito” (*against the law*), podem ser extraídas as práticas de resistência e contra hegemônicas empregadas pelos indivíduos a fim de combater, mesmo que relativamente, a legalidade. Nesse intento, os sujeitos são capazes de lançar mão dos mais variados recursos, a exemplo do pedido subsidiário de morte assistida, da divulgação de informações sigilosas na imprensa ou até mesmo a subversão de normas estatutárias próprias das Forças Armadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a consciência jurídica nos levou a buscar compreender como o direito era vivenciado cotidianamente por pessoas transgêneras no Brasil. Esse objetivo geral contém em si dois aspectos merecedores de especial atenção: primeiramente, é possível constatar que, em se tratando de demandas relativas à identidade pessoal, como são exemplo os requerimentos de retificação de nome e/ou gênero no registro civil, o direito, nesse contexto, impõe-se como um mecanismo indispensável para torná-los viáveis ou mesmo possíveis.

A preponderância desse fator está diretamente ligada ao fato de, historicamente, o prenome das pessoas naturais, via de regra, ser imutável. Por essa razão, sua modificação seria possível apenas em situações excepcionais – hipóteses estas que jamais contemplaram de maneira expressa a transgeneridade, circunstância capaz de levar determinada pessoa a não se identificar com o nome e/ou gênero contidos em seu registro de nascimento. Ademais, na quase totalidade dos casos, a apreciação dos requerimentos caberia à autoridade judiciária, mediante a apresentação de pedido fundamentado.

Nota-se que mesmo após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275/DF pelo Supremo Tribunal Federal em 2018 e edição do Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça, que tornaram dispensáveis a obrigatoriedade da adoção da via judicial e a submissão a procedimentos cirúrgicos e/ou patologizantes, a modificação de prenome e/ou gênero por pessoas trans passou a estar sujeita, em primeiro plano, ao conhecimento da autoridade cartorária, responsável pela análise, processamento e controle de requerimentos dessa natureza.

As mudanças procedimentais ocorridas nos últimos anos não pressupõem, todavia, que a esfera judiciária se encontre totalmente apartada de tais requerimentos. Pelo contrário, na medida em que é responsável pela emissão de certidões de natureza cível e criminal, por exemplo, o poder judiciário ainda figura como uma arena inseparável das demandas de pessoas transgêneras. Ademais, não se olvida que o indeferimento de um pedido de alteração de nome e/ou gênero na esfera extrajudicial pode dar ensejo a um conflito cuja apreciação compete à autoridade judiciária.

Em segundo lugar, é preciso atentar-se para o fato de pessoas trans ainda se encontrarem insertas em um contexto de marginalização social e jurídica, o que

inevitavelmente conduz à constatação de que os recentes avanços no panorama dos direitos desses indivíduos estão longe de contemplar parte considerável de suas demandas, que incluem a utilização de espaços generificados, medidas de combate a preconceito, a violência e a discriminação, o acesso ao mercado formal de trabalho e às instituições de ensino, atenção integral à saúde, dentre outras.

As histórias aqui reunidas permitem compreender, primeiramente, que os tipos de consciência jurídica não mantêm entre si uma relação de oposição. Isso importa em dizer que a legalidade se apresenta de maneiras diversas e até mesmo contraditórias, variando conforme os cenários em que os indivíduos se encontram imersos. Ademais, embora estejam inseridas, de modo geral, em contextos de marginalização sociojurídica, pessoas transgêneras nem sempre expressam formas de consciência resistentes, em contrariedade a uma das premissas que nortearam essa investigação, a de que esses indivíduos, explícita e frequentemente, manifestam resistência contra o poder hegemônico do direito.

Nota-se que em todas as histórias contadas foi possível identificar a presença os tipos de consciência jurídica sintetizados por Ewick e Silbey (1998): diante do direito, com o direito e contra o direito. Dessa primeira espécie de interação com a legalidade, extrai-se as seguintes características: a burocracia, materializada na exigência de documentos diversos e estranhos, dos quais pouco ou nada se tenha ouvido falar; a linguagem e os métodos próprios de um sistema autônomo e excessivamente formal; e a soberania que o direito exerce, como na satisfação e no alívio experimentados por encontrar-se “dentro da lei” e com o “nome limpo”, ou mesmo quando relatado o temor de ser “preso”, “decapitado” ou ter os “bens arrestados”.

O segundo tipo de interação com a legalidade, por sua vez, surge sempre que o direito é descrito como um instrumento acessível e manipulável, que pode ser manobrado para a consecução de determinados objetivos. Trata-se da imagem do direito como uma arena, onde os interesses em jogo são dependentes do emprego de determinados recursos materiais e imateriais, tais como experiência acumulada, poderio financeiro e influência pessoal.

O terceiro tipo de narrativa, por fim, é percebido nas práticas de resistência e contra hegemônicas que são empregadas para combater, mesmo que relativamente, a legalidade. Nesse intento, os sujeitos são capazes de lançar mão dos mais variados recursos, a exemplo do pedido subsidiário de morte assistida, da divulgação de

informações sigilosas na imprensa ou até mesmo a subversão de normas estatutárias próprias das Forças Armadas.

O que se constata, na prática, é que na maior parte dos relatos das pessoas entrevistadas predominam esquemas de consciência jurídica que retratam uma concepção hegemônica de legalidade (diante do direito e junto do direito). Juntos, esses tipos de consciência fazem da legalidade hegemônica uma característica naturalizada e incontestada da vida em sociedade.

Outro fator que prepondera em tais narrativas é a constatação de que o direito nem sempre exerce um papel central na vida de pessoas transgêneras. Trabalhava-se com a premissa segundo a qual a retificação de nome e gênero seria uma necessidade premente e um intento desejável para esses indivíduos, além de existir um consenso quanto à despatologização dessas identidades.

Boa parte dos relatos, todavia, apresenta pessoas transgêneras que portavam documentos civis em suas grafias originais, sem que esse fato lhes causasse qualquer incômodo, constrangimento ou frustração. Pelo contrário, para alguns dos entrevistados, a ambiguidade existente entre o registro civil e a manifestação da identidade pessoal, por vezes, funcionava como um recurso estratégico de autoafirmação.

A despatologização das identidades, de maneira semelhante, não se trata de um fator capaz de aglutinar tais identidades. Os relatos dos entrevistados variam desde uma recusa peremptória à qualquer concepção patológica, passando por outras que sequer sobre ela se debruçavam, até um relato onde se advogava pela manutenção do diagnóstico de gênero como uma manobra tática empregada no asseguramento de direitos, sobretudo no âmbito do sistema único de saúde.

No que tange aos procedimentos legais, por fim, conclui-se que a esfera administrativa/extrajudicial é mais propensa a nivelar reivindicações de sujeitos pertencentes a classes sociais distintas. A esfera judicial, a seu turno, afigura-se mais suscetível a arbítrios e a influências externas, havendo, em relação a ela, uma incerteza permanente em relação à justiça possível no tocante às demandas relativas à identidade pessoal de pessoas transgêneras.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. **Fazer-se no "Estado"**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2014.

ABEL, Richard L. et al. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming... **Law & Society Review**. vol. 15, n. 3/4, 1980, pp. 631-654. Disponível em: www.jstor.org/stable/3053505 Acesso em junho de 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Fábio Ferraz de. Legalidade e consciência legal: direito na sociedade. Confluências. **Revista interdisciplinar de sociologia e direito**. v. 15, n. 1, 2013. pp. 105-108. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/issue/view/1798/showToc> Acesso em julho de 2020.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. O neoliberalismo e a crise dos Critical Legal Studies. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, pp. 2229-2250, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000402229&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

ALVES, Hailey. Introdução Ao Transfeminismo. **Transfeminismo** – Feminismo interseccional relacionado às questões trans, 2012. Disponível em: <https://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/> Acesso em abril de 2020.

ALVES DA SILVA, Paulo Eduardo. **Acesso à justiça, litigiosidade e o modelo processual civil brasileiro**. Tese (Livre-docência - Departamento de Direito Privado e Processo Civil) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2018.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, pp. 49-63, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, pp. 399-422, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=en&nrm=iso Acesso em agosto de 2019.

AZEVEDO, Thiago Augusto Galeão de. Poder, verdade e sexo: a padronização de formas de vida pela criação de categorias sexuais, à luz da teoria de Michel Foucault. **Sapere Aude**, v. 8, n. 15, pp. 146-162, 2017. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2017v8n15p146> Acesso em julho de 2020.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, pp. 87-100, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178> Acesso em julho de 2020.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Dissertação (mestrado). Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=105471&opt=1> Acesso em julho de 2020.

BARROSO, Luís Roberto; OSORIO, Aline. “Sabe com quem está falando?”: Notas sobre o princípio da igualdade no Brasil contemporâneo. **Revista Direito e Práxis**. v. 7, n. 1, pp. 204-232, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21094> Acesso em julho de 2019.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. vol. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/18> Acesso em junho de 2019.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim [org.]. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em julho de 2019.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades**. v. 3 n. 04 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298> Acesso em junho de 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Brasil**: país do transfeminicídio. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf Acesso em agosto de 2019.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2. pp. 559-568, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso Acesso em junho de 2019.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, pp. 165-182, 2014. Disponível em:

<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197/101>

Acesso em julho de 2020.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações-apresentação. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, pp. 485-488, 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200009&lng=en&nrm=iso)

[026X2012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200009&lng=en&nrm=iso) Acesso em julho de 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, pp. 27-55, 2015. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124> Acesso em

junho de 2019.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSENBECKER, Patrícia. Sociologia histórica: releituras e perspectivas. **Temporalidades**, v. 8, n. 2, pp. 424-446, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/198461502125>

Acesso em julho de 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes [org.]. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith et al. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, pp. 95-126, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/physis/2009.v19n1/95-126/pt/> Acesso em julho de

2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRUMBAUGH-JOHNSON, Stacey M.; HULL, Kathleen E. Coming Out as Transgender: Navigating the Social Implications of a Transgender Identity, **Journal of Homosexuality**, v. 66, n. 8, pp. 1148-1177, 2019. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918369.2018.1493253> Acesso em

julho de 2019.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual"(1910-1995). **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41, pp. 77-111, 2001. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200005&script=sci_arttext)

[01882001000200005&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200005&script=sci_arttext) Acesso em julho de 2020.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora**, v. 12, n. 2, pp. 67-73, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18684> Acesso em julho de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO - 6ª Região. **Manifesto pela despatologização das identidades trans**. Disponível em:

http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=365 Acesso em junho de 2019.

CÔRTEZ, Ana de Mello. Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1, pp. 101-128, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000100101&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

COWAN, Dave. Legal consciousness: some observations. **The Modern Law Review**, v. 67, n. 6, pp. 928-958, 2004. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-2230.2004.00518.x> Acesso em julho de 2020.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. A atual situação jurídica dos transgêneros no Brasil. **Revista Interfaces Científicas – Direito**, v. 7, n. 3, pp. 25-38, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/view/6856> Acesso em julho de 2019.

CUNHA, Maria Neusa Fernandes da; LAGES, Cintia Garabini; DIZ, Jamile B. Mata. Revisitando a concepção de acesso à justiça a partir da obra de Cappelletti e Garth. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 22, n. 47, pp. 219-252, 2018. Disponível em:

<https://gorila.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/7223> Acesso em julho de 2020.

DAVI, Edmar Henrique Dairelli; BRUNS, Maria Alves de Toledo; SANTOS, Claudiene. “Na batalha”: história de vida e corporalidade travesti. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, pp. 63-18, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2154> Acesso em julho de 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DUMARESQ, Leila. Ensaio de Epistemologia Transgênera. **Transliteração**, 2014. Disponível em:

<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/11/ensaio-de-epistemologia-transgenera/> Acesso em abril de 2020.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periodicus**, v. 1, n. 5, pp. 121-131, 2016. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180> Acesso em julho de 2020.

DUMARESQ, Leila. O cisgênero existe. **Transliteração**, 2014. Disponível em:

<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> Acesso em julho de 2020.

EDELMAN, Lauren; GALANTER, Marc. Law: The Socio-Legal Perspective. In: WRIGHT, James D. (org.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. 2ª edição, v. 13. Oxford/UK: Elsevier, 2015. pp.604-613. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304191218_Law_The_Socio-Legal_Perspective Acesso em julho de 2020.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência** [livro eletrônico]. São Paulo: Direito GV, 2013.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. 2ª edição. Lisboa/PT: Vega, 2000.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. Conformity, contestation, and resistance: An account of legal consciousness. **New England Law Review**, v. 26, pp. 731-749, 1991. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/newlr26&div=34&id=&page=> Acesso em julho de 2020.

EWICK, Patricia; SARAT, Austin. On the Emerging Maturity of Law and Society. In: EWICK, Patricia; SARAT, Austin (org.). **The Handbook of Law and Society**. Chichester/UK: John Wiley & Sons, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118701430> Acesso em julho de 2020.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. Subversive Stories and Hegemonic Tales: Toward a Sociology of Narrative. **Law & Society Review**, vol. 29, n. 2, pp. 197-226, 1995. Disponível em: www.jstor.org/stable/3054010 Acesso em abril de 2020.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. **The commonplace of law: stories from everyday life**. Chicago/US: The University Of Chicago Press, 1998.

FACHIN, Luiz Edson. O corpo do registro no registro do corpo; mudança de nome e sexo sem cirurgia de redesignação. **Revista Brasileira de Direito Civil**. v. 1. n. 1 pp. 36-60, jul/set. 2014. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/130> Acesso em julho de 2019.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**. n. 17-18. pp. 9/79, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02> Acesso em junho de 2019.

FELITI, Chico. Transexual pede morte assistida se não puder mudar nome e gênero. **Folha de S. Paulo**. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1797087-transexual-pede-morte-assistida-se-nao-puder-mudar-nome-e-genero.shtml> Acesso em julho de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANCO XAVIER, José Roberto. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. In: MACHADO, Maíra Rocha [Org.]. **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/685425/0/Pesquisa+empirica+direito+livro/22e64b87-70d2-4ba3-8664-72aa37fb1ea1> Acesso em julho de 2019.

FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. **Cadernos Pagu**, n. 48, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000300502&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em junho de 2019.

FREITAS, Marcel de Almeida. Performances e Problemas de Gênero, Judith Butler. **Revista Gênero**, v. 18, n. 2, pp. 228-234, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31318/18407> Acesso em julho de 2020.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, v. 18, n. 2, pp. 7-22, 2011. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.12a%20estudo%20de%20caso.pdf> Acesso em agosto de 2019.

FRIEDMAN, Lawrence M. The law and society movement. **Stanford Law Review**, pp. 763-780, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1228563?seq=1> Acesso em julho de 2020.

FRODEMAN, Robert; KLEIN, Julie Thompson; PACHECO, Roberto Carlos dos Santos (Org.). **The Oxford handbook of interdisciplinarity**. New York/US: Oxford University Press, 2017.

GALANTER, Marc. Acesso à justiça em um mundo de capacidade social em expansão. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, ABraSD, v. 2, n. 1, pp. 37-49, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/6> Acesso em junho de 2019.

GALANTER, Marc. **Por que “quem tem” sai na frente**: especulações sobre os limites da transformação no direito [livro eletrônico]. São Paulo: FGV Direito, 2018.

GHATTAS, Dan Christian. **Human rights between the sexes: A preliminary study on the life situations of inter* individuals**. Heinrich-Böll-Stiftung, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.boell.de/en/2013/10/21/human-rights-between-sexes> Acesso em julho de 2020.

GIFFIN, Karen. Gender Violence, Sexuality and Health. **Cad. Saúde Públ.**, v. 10, n. 1, pp. 146-155, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500010&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

GRAÇA, Rodrigo. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Perspect Filos**, v. 43, n. 1, pp. 21-38, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/viewFile/230291/24499>
Acesso em julho de 2020.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HEIMER, Carol A. Review of Patricia Ewick and Susan Silbey, *The Common Place of Law*. **Contemporary Sociology**, v. 28, n. 6, pp. 734-735, nov/1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2655592> Acesso em julho de 2020.

HULL, Kathleen E. Legal Consciousness in Marginalized Groups: The Case of LGBT People. **Law & Social Inquiry**, v. 41, n. 3, pp. 551-572, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/law-and-social-inquiry/article/legal-consciousness-in-marginalized-groups-the-case-of-lgbt-people/F3863C779C748D863A56CD22E00B28D1> Acesso em julho de 2019.

ISRAËL, Liora. O que significa ter direito? Mobilizações do direito sob uma perspectiva sociológica. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. v. 6, n. 1, mai/2019. pp. 162-174. Disponível em: <http://reedpesquisa.org/publicacoes/volume-6-no-1/> Acesso em junho de 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas humanística**, v. 78, n. 78, pp. 241-258, 2014. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410> Acesso em junho de 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans Acesso em junho de 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares**. pp. 80-89, 2010.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo**. Revista Estudos Históricos, v. 9, n. 18, pp. 389-402, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2025> Acesso em julho de 2020.

KNAUER, Nancy J. Legal consciousness and LGBT research: the importance of law in the everyday lives of LGBT individuals. **Journal of Homosexuality**, vol. 59, n. 5, pp. 748-756, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/224964758> **Legal Consciousness and LG**

[BT Research The Role of the Law in the Everyday Lives of LGBT Individuals](#)
Acesso em junho de 2019.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAPERRIÈRE, Anne. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. POUPART, Jean. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 216.

LANZ, Leticia. **O Corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (mestrado). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014. Disponível em:
<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36800> Acesso em julho de 2020.

LANZ, Leticia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, pp. 205-220, 2016. Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17188> Acesso em julho de 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3992>

LIMA, Roberto Kant. **Ensaio de Antropologia e de Direito**: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

LOSEKANN, Cristiana. Performances coordenadas e experiências compartilhadas na mobilização do direito em conflitos ambientais. **Plural**, v. 26, n. 2, pp. 174-199, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/165679> Acesso em julho de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª edição. Autêntica: Belo Horizonte, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, pp. 17-23, mai/ago, 2008. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000200003&lng=en&nrm=iso Acesso em agosto de 2019.

LOVELL, George I. The myth of the myth of rights. In: SARAT, Austin (org.). **Special Issue: The Legacy of Stuart Scheingold**. Emerald Group Publishing Limited, 2012.

MACHADO, Maíra Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: MACHADO, Maíra Rocha [Org.]. **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/685425/0/Pesquisa+empirica+direito+livro/22e64b87-70d2-4ba3-8664-72aa37fb1ea1> Acesso em julho de 2019.

MADEIRA, Lígia Mori; ENGELMANN, Fabiano. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. **Sociologias**, v. 15, n. 32, pp. 182-209, 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100008&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

MARINELI, Fábio; PIETROCOLA, Maurício. Estruturas Culturais, Esquemas e Recursos: como licenciandos em Física concebem e justificam o status ontológico de entidades em diferentes contextos. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 21, n. 3, pp. 109-126, 2016. Disponível em:

<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/303> Acesso em julho de 2020.

MCCAN, Michael. The Common Place of Law: Stories from Everyday Life by Patricia Ewick and Susan S. Silbey. **American Journal of Sociology**. v. 105, n. 1, pp. 238-240, jul/1999. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/10.1086/210273?seq=1> Acesso em julho de 2020.

MEYEROWITZ, Joanne J. **How sex changed: a history of transsexuality in the United States**. Cambridge/USA: Harvard University Press, 2004.

MEZEY, Naomi. Out of the ordinary: law, power, culture, and the commonplace. **Law & Social Inquiry**, v. 26, n. 1, pp. 145-167, 2001. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/law-and-social-inquiry/article/out-of-the-ordinary-law-power-culture-and-the-commonplace/DC4CD3EF0DC4E0512CAD90297FBF2A2A> Acesso em julho de 2020.

MILLER, Richard E.; SARAT, Austin. Grievances, claims, and disputes: Assessing the adversary culture. **Law and Society Review**, pp. 525-566, 1980. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/3053502?seq=1> Acesso em julho de 2020.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**, v. 7, n. 13, pp. 109-125, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/view/169> Acesso em julho de 2020.

MISSÉ, Miquel; COLL-PLANAS, Gerard. La patologización de la transexualidad: Reflexiones críticas y propuestas. *Norte de salud mental*, v. 8, n. 38, pp. 44-55, 2010. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4830142> Acesso em julho de 2020.

MOIRA, Amara Rodvalho. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, pp. 365-373, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

MONICA, Eder; SGANZERLA, Rogério. Transexualidade e autonomia: a noção de sujeito e a possibilidade de autodeterminação de si na jurisprudência do STJ e STF. In: VIEIRA, José Ribas; CAMARGO, Margarida Maria Lacombe;

MORAES, Maria Celina Bodin de. Sobre o nome da pessoa humana. **Revista da EMERJ**, v. 3, n. 12, pp. 48-74, 2000. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf Acesso em julho de 2019.

MORRILL, Calvin; MAYO, Kelsey. Charting the Classics in Law and Society. In: EWICK, Patricia; SARAT, Austin (org.). **The Handbook of Law and Society**. Chichester/UK: John Wiley & Sons, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781118701430> Acesso em julho de 2020.

NISAR, Muhammad Azfar. (Un) Becoming a Man: Legal Consciousness of the Third Gender Category in Pakistan. **Gender & Society**, v. 32, n. 1, pp. 59-81, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0891243217740097> Acesso em julho de 2020.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade. 2015. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20034> Acesso em julho de 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. Medindo o acesso à Justiça Cível no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 2, pp. 318-349, ago/2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762016000200318&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em julho de 2019.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri de. **Trans tornando o campo do direito**: uma análise da construção da categoria transexual na doutrina jurídica brasileira e seus efeitos no reconhecimento das pessoas trans como sujeito de direitos. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185527> Acesso em julho de 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, v. 39, n. 1, pp. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616179?seq=1> Acesso em julho de 2020.

ONU Brasil. **População trans ainda é mais vulnerável ao estigma e à discriminação no Brasil**. 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-trans-ainda-e-mais-vulneravel-ao-estigma-e-a-discriminacao-no-brasil/> Acesso em agosto de 2020.

PACHECO, Marcelo Golfetti. **Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-04042016-111506/pt-br.php> Acesso em julho de 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Curso de Escrita Acadêmica - Live de abertura com Debora Diniz**. Rosana Pinheiro-Machado, 2020. 1 vídeo (1:10:59 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UAzzxvxF9g> Acesso em agosto de 2020.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: DESLAURIERS, Jean-Pierre et al. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 216.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma [Org.]. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAWSON, K.; WILLIAMS, Cristan. Transgender*: the rhetorical landscape of. Present Tense, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.presenttensejournal.org/volume-3/transgender-the-rhetorical-landscape-of-a-term/> Acesso em julho de 2020.

REDE MINAS. **Rede Minas apresenta série Transgênero**. Episódio 2 – Nome social. Disponível em: <http://redeminas.tv/rede-minas-apresenta-serie-transgenero/> Acesso em junho de 2019.

RICCIO, Vicente. Resenha: The common place of law: stories from everyday life. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 2, n. 1, pp. 1-2, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/issue/view/565> Acesso em julho de 2019.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. *E-book*.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2018.

SANDEFUR, Rebecca L. Access to civil justice and race, class, and gender inequality. **Annual Review of Sociology**, v. 34, pp. 339-358, 2008. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.34.040507.134534> Acesso em julho de 2020.

SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R. Beyond the Great Divide: Forms of Legal Scholarship and Everyday Life. In: SARAT, Austin; KEARNS, Thomas R. (org.). **Law In Everyday Life**. Ann Arbor/US: University of Michigan Press, 1993. E-Book. Disponível em:

[https://www.fulcrum.org/epubs/707958363?locale=en#/6/18\[Chapter02_9\]/4/2/2\[Law inEverydayL_chap-2\]/1:0](https://www.fulcrum.org/epubs/707958363?locale=en#/6/18[Chapter02_9]/4/2/2[Law inEverydayL_chap-2]/1:0) Acesso em julho de 2020.

SARAT, Austin. The law is all over: power, resistance and the legal consciousness of the welfare poor. **Yale JL & Human.**, v. 2, pp. 343-379, 1990. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/yalh2&div=28&id=&page=> Acesso em julho de 2020.

SCHENATO, Vilson Cesar. A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu. **Perspectivas Sociais**, n. 1, pp. 31-46, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/2345> Acesso em julho de 2020.

SCHIFF, David N. Socio-legal theory: social structure and law. **The Modern Law Review**, v. 39, n. 3, pp. 287-310, 1976. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/1095549> Acesso em julho de 2020.

SCHILT, Kristen; LAGOS, Danya. The development of transgender studies in sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 43, pp. 425-443, 2017. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-060116-053348> Acesso em julho de 2020.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, pp. 71-99, jul/dez 1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em julho de 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, pp. 19-54, jun/2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100003&lng=en&nrm=iso Acesso em julho de 2020.

SEWELL JR, William H. A theory of structure: Duality, agency, and transformation. **American journal of sociology**, v. 98, n. 1, pp. 1-29, 1992. Disponível em:

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/229967> Acesso em agosto de 2020.

SEWELL JR, William H. **Logics of history: Social theory and social transformation**. Chicago/US: University of Chicago Press, 2005.

SGANZERLA, Rogerio Barros [Coord.]. **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, pp. 118-141, 2016. Disponível em:

<http://www.bidforum.com.br> Acesso em julho de 2019.

SILBEY, Susan. After legal consciousness. **Annual Review of Law and Social Science**. v. 1, pp. 323-368, 2005. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.lawsocsci.1.041604.115938>

Acesso em julho de 2019.

SILBEY, Susan S. Everyday life and the constitution of legality. **The Blackwell Companion to the Sociology of Culture**. Malden/USA: Blackwell, pp. 332-345, 2005.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470996744.ch22>

Acesso em julho de 2020.

SILBEY, Susan S. Law and Society Movement. **Legal Systems of the World: A Political, Social and Cultural Encyclopedia**. Volume II. E-L. Santa Barbara, California: ABC CLIO. pp. 860-863, 2002. Disponível em:

<http://web.mit.edu/ssilbey/www/pub.html> Acesso em julho de 2020.

SILBEY, Susan S. Legal culture and consciousness. In: SMELSER, Neil J; BALTES, Paul B. (org.). **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. Amsterdam: Elsevier Sci, 2001. pp. 8.623-8.629. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B0080430767029132?via%3Dihub>

Acesso em julho de 2020.

SILBEY, Susan. Studying legal consciousness: Building institutional theory from micro data. **Droit et société**, n. 3, pp. 685-731, 2018. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe-2018-3-page-685.htm> Acesso em julho

de 2019.

SILBEY, Susan S.; CAVICCHI, Ayn. The Common Place of Law: Transforming Matters of Concern into the Objects of Everyday Life. In: LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (org.). **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**, ZKM Center for Art and Media Karlsruhe. Cambridge/USA: The MIT Press, 2005.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans) tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200210&lng=en&nrm=iso

Acesso em julho de 2020.

SILVA, Simone Schuck da. **Fora da norma?: conflitos dogmáticos nas demandas por retificação de nome e de sexo no registro civil**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Rio Sinos, São Leopoldo/RS, 2018.

Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7042>

Acesso em julho de 2020.

SILVA, Simone Schuck da; RODRIGUEZ, José Rodrigo. Para que serve ser uma pessoa no Direito? Diálogos no campo crítico. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 4, pp. 2968-3023, 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662019000402968&lng=en&nrm=iso

Acesso em julho de 2020.

STF – Supremo Tribunal Federal. **STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo**, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085> Acesso em julho de 2020.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. A unidade e a diversidade nas ciências sociais: o desafio epistemológico do método. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 12 n. 1, pp. 217-227, jan/jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12278/6500> Acesso em julho de 2019.

TENÓRIO, Leonardo; PRADO, Marco Aurélio M. Patologização das identidades trans e a violência na atenção à saúde: das normativas às práticas psicológicas. In: UZIEL, Anna Paula et al (org.). **Transdiversidades: práticas e diálogos em trânsito**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade)**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

TRUBEK, David M.; GALANTER, Marc. Acadêmicos auto-alienados: reflexões sobre a crise norte-americana da disciplina "Direito e Desenvolvimento" (1974). **Revista Direito GV**, v. 3, n. 2, pp. 261-304, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35190> Acesso em julho de 2020.

TRUBEK, David M.; ESSER, John. "Critical Empricism" and American Critical Legal Studies: Paradox, Program, or Pandora's Box?. **German Law Journal**, v. 12, n. 1, pp. 115-158, 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/german-law-journal/article/critical-empricism-and-american-critical-legal-studies-paradox-program-or-pandoras-box/7C860AAE53B8CE49FD3E739DF8CF3546> Acesso em julho de 2020.

ULEN, Thomas; COOTER, Robert. Um prêmio Nobel para a ciência jurídica: teoria, trabalho empírico e o método científico no estudo do direito. In: PORTO, Antônio Maristrello; SAMPAIO, Patrícia (org.). **Direito e Economia em dois mundos: doutrina jurídica e pesquisa empírica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685> Acesso em julho de 2020.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Transgêneros: Questões bioéticas e jurídicas ainda polêmicas após o reconhecimento pelo STF do direito à adequação de nome e gênero. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha [coord.]. **Famílias e sucessões: Polêmicas, tendências e inovações**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2018.

WHITTINGTON, Keith E.; KELEMEN, R. Daniel; CALDEIRA, Gregory A. (org.). **The Oxford handbook of law and politics**. Oxford University Press on Demand, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – ENTREVISTA COM MARIANO

Entrevistador: Você recentemente, é, procurou um cartório de registro civil para retificar seus documentos. É, como você descreve essa experiência?

Mariano: Olha, no começo você fica meio perdido, porque são muitos documentos, certidões criminais, coisas que você nem conhecia e você tem que correr atrás *pra* ver se *tá* tudo certo. Aí, quando eu consegui tudo e deu tudo certo, é... daí já é um alívio, mas é muito bom saber que... você *tá* dentro da lei, porque tem muita coisa que *cê* nem nunca ouviu falar, *né*?

Entrevistador: O que, por exemplo, você nunca ouviu falar?

Mariano: Sobre criminais de imóveis por exemplo, eu não sabia que existia isso, certidões que você tem que correr atrás, daí era uma coisa nova *pra* mim também.

Entrevistador: Então você não imaginava, por exemplo, que poderia haver uma certidão onde constasse seus antecedentes criminais. Isso *pra* você foi inédito?

Mariano: É, para mim o básico eu sabia que existia, *né*? Que você pode tirar lá, mas, é, tudo aquilo, eu não sabia que existia.

Entrevistador: Uhum. Desses documentos tem algum assim que te causou maior estranhamento? *Cê* olhou e falou poxa, isso aqui é muito diferente?

Mariano: Hum... Nossa, agora de cabeça eu não vou lembrar, mas, é... tinha um ou outro lá assim, ou um que... é... duvidasse de você ser transgênero e você tivesse trocando de nome só porque você tava fugindo de um crime, por exemplo, *tendeu*?

Entrevistador: Mas você...

Mariano: Nunca tinha pensado nisso, *né*, mas...

Entrevistador: Mas você tinha que declarar isso? Era uma declaração?

Mariano: Não, é... tipo... eu não vou lembrar o nome da certidão, que são muitas, muitas certidões mesmo, , mas tinha um ou outro que você lia assim e falava assim: “nossa senhora, precisa disso mesmo *pra* eu só mudar o meu nome”. Então... é diferente, *né*? É uma coisa que você não mexe sempre.

Entrevistador: Entendo. É... e essas, essas exigências que até então de certa forma inéditas *pra* você, a... quais os efeitos que elas causaram em você? É... em relação à sua pessoa.

Mariano: Quais os efeitos?

Entrevistador: É, que sensação, melhor reformulando a pergunta, quais as sensações...

Mariano: Eu...

Entrevistador: ... que isso provocou em você?

Mariano: ...eu acho que alívio.

Entrevistador: Alívio? Mesmo sendo...

Mariano: Alívio.

Entrevistador: ...documentos que você não conhecia, que eram estranhos...

Mariano: Uhum.

Entrevistador: ...você não se importava de ir atrás?

Mariano: Não, porque todos os documentos que eu conseguia ter acesso e tava tipo dando negativo ou positivo em bom sentido eu sabia que eu tava mais perto do que eu queria, entendeu?

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Então, era cada certidão que eu pegava dava um alívio em mim.

Entrevistador: O, o, a informação lá,

Mariano: Mesmo aquelas [inaudível].

Entrevistador: Entendi. A informação lá, “certidão resultado negativo”, então causava efeito de alívio?

Mariano: É... que daí eu tava, mais perto do que eu queria.

Entrevistador: Entendi. Bem, essa decisão de, de procurar o cartório, foi uma decisão fácil de ser tomada? O que motivou essa sua decisão?

Mariano: Quando eu tive certeza que eu tinha me conhecido verdadeiramente, porque eu já tenho 29 anos. Faz tipo, pouquíssimo tempo que eu me descobri de verdade, né?

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Então no começo mesmo, quando eu me descobri, eu tava ainda com preconceito comigo mesmo, então era um momento difícil de eu me aceitar, quando eu me aceitei, e vi que não era um problema, aí foi uma decisão... gratificante. Tipo, não tive medo nenhum de me arriscar, entendeu? De correr atrás do que eu realmente queria.

Entrevistador: Entendi. É... quando você diz “pouquíssimo tempo”, essa, esse seu processo de descoberta, ele começou quando, quando você tinha quantos anos de idade?

Mariano: Que eu comecei o processo?

Entrevistador: O pro, você disse que teve um processo de se descobrir, de, de se aceitar.

Mariano: Ah...

Entrevistador: Isso aconteceu com...

Mariano: Foi...

Entrevistador: ...quantos anos de idade?

Mariano: Foi 26, foi 26 anos, em 2016 foi quando eu vi que realmente eu era um trans.

Entrevistador: Entendi. É... você, você como disse, foi, foi diretamente ao, ao cartório, é, como você ficou sabendo da possibilidade de, é... retificar os documentos diretamente no cartório?

Mariano: É... no passado, no começo do ano passado, eu tava, no começo do ano retrasado, perdão, eu tava... eu participava de um grupo... de... famílias de transgêneros e transgêneras, aí lá um dia no final de semana, tinha *pra* tirar todas essas dúvidas. E eu não fui com essa dúvida, na verdade, eu fui mais *pra* marcar presença, e tal, ouvir as histórias. Aí que o cara, *né*, que tava comigo, que a gente se conheceu lá, e ele me perguntou sobre os documentos para mudar, aí eu me interessei e fui junto, daí que foi quando eu percebi que podia ser retificado direto no jor, no, no cartório, daí eu fui procurar a lista de documentos, que eles mesmo que me ajudaram a encontrar e daí tirar, pela *internet* mesmo você tira, aí você só leva no cartório *pra* ver se tá tudo certo, daí que eles dão entrada.

Entrevistador: Entendi. É... esse grupo que vo, que você disse que, que participava, era um grupo de, de, de redes sociais ou era um grupo presencial ou, ou era misto?

Mariano: Não, era... presencial mesmo.

Entrevistador: Ah, é?

Mariano: Na... uma vez por semana em um local que a prefeitura tinha dado *pra* gente e... o pessoal já fazia mais tempo que tavam participando lá. Eu que comecei, eu que fiquei sabendo do lugar e daí eu comecei ir.

Entrevistador: Entendi. E isso, isso é na cidade que você mora atualmente ou foi em outra cidade?

Mariano: Foi em outra cidade, foi em Sorocaba.

Entrevistador: Ah, em Sorocaba, entendi.

Mariano: Uhum.

Entrevistador: E... sem, além da questão do, da possibilidade de... a... modificar os documentos, a partir das interações que você teve com esse grupo, você... descobriu outros direitos que você não, não tinha conhecimento?

Mariano: Hum... não. É... os outros eu já tinha uma noção, *né*? De que eu poderia pôr o meu nome, por exemplo, sem mudar, sem retificar, eu poderia pôr na opção, essas, essas coisas mais básicas eu já tinha uma noção assim. Agora de retificar mesmo que eu não sabia, não tinha noção nenhuma, não sabia nem por onde começar.

Entrevistador: Entendi. É... então você, no que era possível, vamos dizer assim, no que já estava disponível você então já estava recorrendo *né*? *Pra*, *pra*...

Mariano: Isso.

Entrevistador: ...*pra* colocar o seu nome. É... *Cê* lembra em, onde era possível fazer essa, essa adição do nome sem retificar o documento?

Mariano: É... você pode, pode pôr, é... você coloca o seu nome, por exemplo, que é o nome do seu RG e você pode pôr em baixo ou em cima "nome social" e escrever na frente.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Entendeu?

Entrevistador: Isso em, em todo lugar que você precisava colocar o seu nome? Ou em lugares...

Mariano: Acredito que sim, que seja em todo lugar, porque você pode optar por escolher, por ser chamado ou *vim* alguma coisa que você quer receber com o outro, seu outro nome, *né*, no caso.

Entrevistador: Entendi. A... bem, acho que a gente, já se, eu, eu ia perguntar sobre o que... o que foi exigido de você *pra* alterar os documentos, mas você já... já me falou.

Mariano: Uhum.

Entrevistador: É... eu gostaria de saber, ainda sobre o procedimento de retificação do nome no cartório, se foi um procedimento que você considera caro, financeiramente falando.

Mariano: Olha eu até achava que fosse mais, mas não é tão caro. Pode falar o valor aqui?

Entrevistador: Pode, claro.

Mariano: É... foi mais ou menos 129, 139 no cartório, no máximo. É... daí *pra*, pro resto do, do documento, por exemplo, você não precisa pagar, no caso, assim, na época que tirei os documentos eu não tava registrado, então eu já optei lá que eu não tava trabalhando, então você não precisa pagar para tirar RG, carteira de trabalho, só CNH, que no caso, você tem que pagar porque é no DETRAN, mas também não é uma coisa cara, *né*? Mas no cartório não ficou tão caro quanto eu esperava, tipo ficou na média entre 129 a 39, 139.

Entrevistador: Você esperava...

Mariano: *Pra* todos os documentos.

Entrevistador: Você esperava que fosse muito mais que isso?

Mariano: Uns 300 e pouco, 400 [ri].

Entrevistador: A gente sempre espera, *né*? Bem, é... essa isenção que você falou, é, de estar desempregado na época em que você declarou, foi no, no Poupatempo?

Mariano: É, no Poupatempo que você tem a opção, *né*? Daí no caso como eu não tava registrado ainda, eu optei que não tava trabalhando, se não era coisa de 45 reais, se não me engano.

Entrevistador: Ok.

Mariano: Mas como eu já tinha que fazer em outra cidade, porque na onde eu tava não tem Poupatempo, então daí aí eu já economizei [ri].

Entrevistador: Entendo. Bem, é... como você descreveria a sua interação com os funcionários do cartório? Você chegou lá *pra* dar entrada no seu requerimento, como que foi esse contato com o pessoal que trabalha lá?

Mariano: Nossa, eu fui, eu fui super bem recebido, eles me ajudaram, me deram toda atenção possível, até, até que depois que deu tudo certo, eu voltei lá *pra* agradecer,

porque eles, eu fui o primeiro da cidade, então eles me deram uma atenção, tipo como uma coisa que eles não, não estavam dentro, eles pediam desculpa e pediam mais informações, é... foi muito bom. Em nem um momento eu me senti constrangido assim, tipo, perdido em algum momento.

Entrevistador: Entendi. É... o... cê... poderia me dizer um exemplo dessa, desse tipo de coisa que eles não estavam por dentro, que eles pediam desculpa?

Mariano: É... como eles já me conheciam porque o cartório eu peguei da minha cidade, eles me chamavam tipo pelo nome antigo.

Entrevistador: Ah, entendi.

Mariano: Aí eles pediam desculpa ou... eles falavam “ela” e eles pediam desculpa, ou... uma coisa assim tipo... é... como que eu posso falar, assim “ah, eu acho que você pegou os documentos, aonde você pegou as certidões, é... não tá liberado”, que foi pela *internet*, daí eu falei assim, é... “liberado” [inaudível] “você pode voltar amanhã *pra* gente ter essa informação? Porque eu acho que *pra* gente não é válido”. Aí eles pediram desculpas, quando eles realmente viram que tava válido sim, tipo... são coisas básicas, mas que faz diferença, *né, pra* gente.

Entrevistador: Entendi. Esse cartório é o de Sorocaba, certo?

Mariano: Não, esse é de Capão Bonito.

Entrevistador: Capão Bonito.

Mariano: Sorocaba é... uma outra cidade que eu frequento bastante, *né?*

Entrevistador: Ah, entendi. Então, só a título de esclarecimento, é, o procedimento no cartório você deu entrada em Capão Bonito?

Mariano: Isso, que é na minha cidade, onde nasci, porque daí ia ficar mais fácil por conta da certidão de nascimento.

Entrevistador: É uma cidade pequena?

Mariano: É, ela é bem pequena.

Entrevistador: E fica no Estado de São Paulo?

Mariano: Fica.

Entrevistador: Ah, então...

Mariano: Bem no finalzinho, lá em baixo.

Entrevistador: Perto, divisa com o Paraná, seria?

Mariano: É, um pouco, tipo, coisa de duas horas antes da divisa.

Entrevistador: Hum, entendi. A... então, por isso que você conhecia, *né?* Porque tem toda essa questão de cidade pequena, *né?* De todo mundo...

Mariano: Aham.

Entrevistador: ...se conhecer lá. Entendi.

Mariano: Isso, aham.

Entrevistador: Bem, a... em relação ao procedimento de retificação do, do registro civil, como você avalia o tempo e a forma como ele se desenvolveu?

Mariano: Olha, eu acredito que o mais demorado foi o... da certidão de nascimento, que leva 15 dias.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Então o... tipo, 15 dias é o, o mínimo na verdade, *né*, que eles têm que realmente, e, chegou a tempo, sem passar um dia de diferença. Agora o resto foi bem rápido. *Tendeu?*

Entrevistador: Entendi.

Mariano: Era, era assim mesmo a pergunta?

Entrevistador: Era isso, mas tinha a questão da, da forma, quando eu pergunto a, é... sobre a forma, é... a gente sabe que tem uma lista de documentos e tal, quando você recebeu essa lista de, de coisas para providenciar, o que você pensou?

Mariano: Que ia, que ia ser impossível achar tudo isso, porque que tinha coisa que eu nunca tinha ouvido falar, *né*? Aí eu fui pedindo direcionamento mesmo no cartório, assim, até que eles me deram maior força nessa, nessa parte também, coisa que eu não sabia, eles falavam onde eu podia ir, tipo, tem um cartório lá do imóveis, tem o cartório do protesto, no caso de nome sujo, essas coisas.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Então eles iam me direcionando, entendeu? Aonde eu poderia ir, daí foi bem fácil.

Entrevistador: Entendi. E só, só eles que te orientaram, *né*? *Pra* onde ir.

Mariano: É, eles, é, porque eu perguntava *pra*... por exemplo, *pra* minha mãe, ela não sabia, entendeu?

Entrevistador: Entendi!

Mariano: Ela nunca tinha ouvido falar de alguns documentos. O de imóveis e de protesto ela sabia, que são dois cartórios bem conhecidos na cidade, mas de resto, assim, ela falava, “*cê*, ai, corre lá no cartório perguntar” [ri].

Entrevistador: É... alguém te apoiou antes e durante o, o curso desse, desse requerimento?

Mariano: Ah, os meus pais, os meus amigos próximos, os meus tios. Então, tive um apoio bem legal.

Entrevistador: Entendi. É... Mariano, você já teve alguma experiência com, com o Poder Judiciário?

Mariano: Hã... Pode falar de quando eu... processei?

Entrevistador: Pode. Qualquer coisa.

Mariano: Em 2015, eu... apanhei de 3 pessoas da minha cidade por... questão de... preconceito mesmo, eu achei que nunca fosse acontecer comigo, mas aconteceu. É... então, eu acabei meio processando, eu acho que isso foi o máximo que eu passei

assim com... a parte jurídica assim, porque eu tive até... é... audiência, então foi o máximo que eu tive, assim, eu acabei perdendo, eles são três pessoas muito grandes na cidade, tipo, grandes de dinheiro, financeiro.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Aí, eu... o que passa pela minha cabeça é que ou eles fizeram alguma coisa lá, porque eles conheciam o juiz ou não sei, mas eu não, eu evitei procurar saber, *pra* talvez eu não me aborrecer, mas eu acabei perdendo, e... tipo, a gente tentou por 3 vezes, eu e meu advogado, daí quando foi *pra* Brasília, que eu acho que, acredito que é a última chance, *né*, perdi de novo, mesmo *cos* vídeos, porque teve uma câmera que pegou tudo e eu ainda perdi. Então, deixei quieto, tipo, *pra* eu não me aborrecer e não tocar mais no assunto mesmo.

Entrevistador: É... você... sabe me dizer se esse processo foi criminal ou foi cível, ou você processou nas duas esferas?

Mariano: Se não me engano, foi criminal.

Entrevistador: Foi criminal.

Mariano: Criminal, eu, que eu me lembro foi criminal.

Entrevistador: Entendi. E você... a, você falou, bem, foi até Brasília e eu perdi e tudo mais. É, você sabe o, o que levou essa perda, fundamento da decisão?

Mariano: Então, o que eles alegam, que o meu advogado também acredita que eu, por isso que eu perdi, é que na onde eu apanhei era próximos de onde um, dois deles moravam, e eles alegam que eu estava atrás *pra... pra* comprar briga, coisa que, que nunca tinha acontecido, que, imagina, que, que eu ia... é... eu, no caso, atrás deles *pra* comprar briga sem motivo nenhum, entendeu? E foi depois de uma festa, entendeu, que eles me pegaram na rua e... eu tava muito bêbado, muito bêbado, tinha, é... saí da festa... era... meia-noite, meia-noite e pouco, e tinha começado 11 horas, e eu já tinha ido muito bêbado nessa festa. Então eu acabei saindo da festa porque eu fui expulso, porque... eu tava caindo muito lá e o dono do bar era um amigo meu, o Maurício, que é um lugar fechado, ele não, não que me expulsou, mas ele mandou eu embora, porque eu tava caindo muito lá na festa e como ele já me conhece, ele falou que... não ia dar muito certo, eu fui embora e peguei a outra rua, porque eu tava muito *chapado*, não sabia nem o que tava fazendo na rua.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Aí... até que eu caí embaixo de uma ótica, porque eu moro no centro mesmo, eu caí debaixo de uma ótica e lá fiquei, no vídeo todo aparece que eu deitei, aí dormi, *tendeu?* O vídeo pega certinho da ótica assim, tudo, aí era umas 4, 5 e pouco, eles aparecem, aí quando eles saem da câmera assim, um deles joga um copo de cerveja em mim, em volta assim o copão, daí como eu não reagi, ele volta chutando, entendeu? Aí vêm os três e começa a me socar, o vídeo pega tudo assim, é... até que *pra* eu acreditar o que aconteceu eu tive que assistir o vídeo, porque eu não lembrava.

Entrevistador: Cé não lembrava?

Mariano: Não, e como eles, a gente mora tudo perto, eles também moram no centro, eles alegam que eu estava atrás deles, então, essa foi a opção de que... eles usaram, o porquê que eu tava naquela região, sabendo que eu moro por ali também.

Entrevistador: Ok. E...

Mariano: Mas eles usaram na... eles alegaram, e... *cabô* que dando certo *pra* eles.

Entrevistador: Entendo. É... você, esse, esse processo é... evidentemente o, a... a fundamentação dele tem a ver com, com a lesão corporal que você sofreu, mas, é... teve alguma... você sabe me dizer se teve alguma alegação referente a crime de ódio, a questão relacionada a sua identidade de gênero, ou isso nem, nem chegou a ser discutido?

Mariano: Então, foi discutido entre pessoas próximas a eles e a mim, que conhece as, as duas pessoas. Por exemplo, eles, disseram que eles são muito preconceituosos, mas eles alegaram que não.

Entrevistador: Mas isso não foi parar no processo? Esse tipo de discussão, se era ou não preconceito.

Mariano: É... da parte deles não, mas meu, o meu advogado colocou lá, *né*, é... preconceito, é... lesão corporal e entre outras lá.

Entrevistador: Entendi. Bem, vamos *pra* próxima pergunta então. É... com exceção dessa, dessa violência que... você... sofreu, que deu ensejo a esse processo e tudo mais, você já sofreu antes alguma, alguma experiência de violência, de discriminação?

Mariano: Não. Nunca, nunca, num... nunca tinha descoberto o preconceito, porque eu nunca passei por isso.

Entrevistador: Entendi.

Mariano: Entendeu? Eu nunca, nunca senti, foi... uma única vez, assim.

Entrevistador: Essa única vez foi a vez da, da agressão, *né*?

Mariano: Aham.

Entrevistador: Ok. Você enfrentou alguma dificuldade ou algum constrangimento antes de retificar o seu registro? Se sim, como que você lidava com isso?

Mariano: Eu acho que... que não. Eu acho que nunca passei por isso. Eu sempre fui muito confundido já com, com menino, *né*? Então, o... antes de eu me reconhecer transgênero, quando eu era confundido com menino, eu ficava um pouco constrangido, apesar de ter gostado da ideia.

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Mas, quando eu me descobri não, nunca aconteceu.

Entrevistador: Entendi. É... você... pelo que você narrou, foram, assim do, do seu processo de, de descoberta, de, de aceitação, foram mais uns dois anos até você procurar o cartório, *né*? *Pra retifi...*

Mariano: Aham.

Entrevistador: ... alterar os seus documentos. E a gente sabe que no nosso cotidiano, a gente sempre precisa apresentar os documentos em algum lugar, é...

Mariano: Uhum.

Entrevistador: ...se inscrever num vestibular, num concurso público, ir ao hospital e fazer uma ficha de atendimento, enfim, uma série de, de contextos onde a gente precisa se identificar. É... antes de você alterar os seus documentos, como que você lidava com isso? Você apresentava o seu documento antigo sem nenhum problema ou, é, você tentava contornar a situação? Como que você fazia?

Mariano: A... eu apresentava normal os documentos, é... daí eu ficava esperando a parte dela, daí ela falava, daí ela que vinha com a ideia, todos os lugares, é, foi incrível, eu acho que tava me abrindo mesmo os olhos. Eles perguntavam: “você usa algum nome social?”. Aí como eu não tinha nem escolhido o nome ainda, eu falava assim “olha, ainda não” [ri]. Aí... aí ficava por isso mesmo, daí a única coisa que eles perguntavam é se eu queria ser chamado de “ele”, entendeu? Aí quando eu falava que sim, tudo bem, ou se eu, se eu ainda não estava muito, assim, à vontade, eu falava “não”. Mas, em algum, em nenhum momento assim, eu acho que eu passei por alguma coisa meio que me deixou... constrangido, por mais básico que seja.

Entrevistador: Entendo. E... a mesma coisa acontecia no mercado de trabalho? Quando você procurava um emprego, deixava um currículo.

Mariano: Sim, aham. Por incrível que pareça, a maioria me pergunta, quando eles perguntam, *né*, quando eles param *pra* perguntar, porque eles olham, a maioria olha o... o... ai, é... o currículo, *né*, e eles não falam nada. Então quando alguns me perguntavam, ai, é... “você quer ser chamado por um, pelo seu nome social?”. Aí se eu falava que não, tudo bem, ficava por isso mesmo, mas em nenhum momento ficou, assim, com muitas perguntas, sabe?

Entrevistador: Entendi. Então, é, durante esse período por, é, *pra* você ser chamado pelas pessoas pelo seu antigo nome, não era, não era um motivo *pra* constrangimento. Você lidava normalmente...

Mariano: Não.

Entrevistador: ...com isso?

Mariano: Eu vou, eu lidava super tranquilo, até porque eu também tava num processo comigo mesmo, *né*, então, eu pensava, eu vou ter que ficar à vontade primeiro *pra* depois, *né*, eu parar *pra* pensar se era um constrangimento ou não. Então eu ficava super à vontade, qualquer coisa assim, até que, é... lojas, essas que eu já conhecia, tenho acesso na minha cidade, me perguntavam, ai, é... “ouvi comentários”, porque a cidade é pequena, *né*, “ouvi comentários que você vai fazer a transição, como você quer ser chamado?”, e eu não tinha nem nome ainda, eu falava assim “ai, pode me chamar... por... pelo nome antigo mesmo, porque eu ainda não escolhi o nome”, daí ficava por isso mesmo, *cê* entendeu? Mas em nenhum momento eu me senti mal.

Entrevistador: Ok. É... eu percebo que você sempre fala, sempre se refere a esse “escolher o nome”. É... como...

Mariano: Aham.

Entrevistador: ...como foi *pra*, na sua vida esse processo de escolher um nome? Você pensou no nome?...

Mariano: Nossa.

Entrevistador: ...já, já tinha um nome permeando a, os seus pensamentos? Como que, como que foi isso *pra*, *pra* você?

Mariano: É... eu não tinha nenhum nome, não tinha mesmo, assim, noção de um nome que eu queria *pra* mim, porque eu sabia que era uma vez só que eu ia mudar, *né*, então. Eu sei que eu tava ainda em Ribeirão Preto e fiz uma... lista gigante com todos os nomes que eu conheço, daí diariamente, eu ia lá e excluía, excluía um ou dois, até que no final ficou Túlio, Mariano e Maurício. Aí... Túlio foi depois, daí Maurício depois, e ficou Mariano. Mariano foi o mais forte que ficou porque também eu tenho um *bisa* que eu não conheci e que acabei escolhendo também ele. Mas era entre Mariano e Maurício.

Entrevistador: O seu bisavô chamava Mariano também?

Mariano: Aham, isso.

Entrevistador: Que legal. E... depois que você escolheu Mariano, como as pessoas que te conhecem, sua família, seus amigos, reagiram? Eles gostaram?

Mariano: Ah, eles acharam bonito o nome, só que... é... o meu pai queria que eu colocasse João Junior.

Entrevistador: João Junior? Seu pai é João?

Mariano: É...

Entrevistador: Seu pai é João?

Mariano: Aham. Aí eu falei, “ai, eu passei longe, porque João foi um dos primeiro que exclui” [ri]. Mas era só de brincadeira, assim, mas eles gostaram muito do nome sim, eles falam que ficou um nome forte, *né*? Mariano Ferraz, meu *bisa* era... Mariano Prestes. Então... ficou um nome bem... bem legal.

Entrevistador: Bem legal mesmo. Bem, a... a sua família, pelo que você, pelo que eu já descobri da nossa conversa, a sua família te apoiou durante esse processo, esse processo, *né*? De, de alterar os documentos e tudo mais. É... mas durante o seu processo de descoberta e tal, a sua família sempre, sempre te apoiou ou teve algum momento de tensão?

Mariano: Eles, eles sempre me apoiaram desde o primeiro momento que eu toquei no assunto. O maior medo deles no começo foi sobre... o tratamento hormonal. Eu não tinha muito conhecimento, eles menos ainda, então, eles tiveram muito medo de que acontecesse alguma coisa ou que pudesse acontecer qualquer coisa que fosse de... aparecer outras coisas *né*, tipo, medo de eu pegar doença, alguma coisa assim, no caso. Aí eu falei “não, vai ser passado tudo com o *endócrino*, ele vai saber a dose certinha, ele vai saber qual hormônio eu vou poder usar”, é... daí eles falaram assim, “não, ai”, daí eles foram procurando junto comigo, entendeu? Sobre tudo certinho, até que o *endócrino* mesmo foi feito aqui em Indaiatuba, na cidade onde a minha tia mora, com quem eu moro, é... essa ligação foi ela mesmo que me ajudou a fazer e achar um *endócrino*, ir atrás, tal, então deu tudo certo. Daí a gente tá acompanhando.

Entrevistador: Ok. Você poderia descrever, é... não, perdão, eu *tô* na pergunta, na pergunta na frente, é essa aqui. De uma forma geral, como você compara a sua vida hoje em relação ao período anterior à alteração do seu registro civil? O que mudou?

Mariano: Nossa, bem melhor, bem melhor. Acho que desde a autoestima em me *vê* assim, com a mudança, me *vê*, é... ser chamado como “ele”, é... entre todas as pessoas, é... eu acho que tudo assim, porque eu me via muito, eu olhava pros caras, assim eu me via muito neles, e, nossa, eu queria ter aquele cabelo, nossa, eu queria ter aquela barba, eu queria ter aquele corpo. E eu ver que eu *tô* conseguindo ter o mesmo agora, então... nossa, é...

[entrevista interrompida]

Entrevistador: Acho que teve uma falha aqui no vídeo, *vamo* *vê* se a gente retoma, é a minha conexão que caiu. Pronto, foi, foi aqui, não foi a sua não.

Mariano: Ai, eu fiquei pensando, que que será que eu fiz aqui.

Entrevistador: Não, desculpa, é que às vezes a... eu não sei o que acontece que às vezes a *internet* cai. Bem, então, é... só retomando, você dizia que a questão do documento teve um reflexo direto na sua autoestima, que você passava por um processo de identificação com outros homens, *né*? Você olhava esses outros homens e você... vamos dizer assim, se espelhava neles e depois que você, é... viu o quanto você se identificava, que, é... isso foi contribuindo *pra* sua autoestima.

Mariano: Uhum.

Entrevistador: Você estava falando disso, *né*?

Mariano: É. Aham. É... tipo... a autoestima ficou lá em cima, *né*? Porque... eu vi uma mudança muito grande em mim, olhando fotos antigas mesmo, assim, falei, “nossa, *tô* mudando mesmo, então eu *tô* chegando na onde eu quero”. É uma coisa muito gostosa de ver essa mudança, entendeu? No dia-a-dia mesmo. Tipo... a última coisa que eu mudei, assim, é... fisicamente, foi agora na quarentena que eu tampei uma tatuagem que eu tinha de um lacinho feminino na perna, que eu fiz quando eu era muito novo, aí eu tampei ela e falei “nossa, agora eu *tô* completo [ri].

Entrevistador: Que legal, que bacana.

Mariano: Aham, então foi uma coisa muito bacana.

Entrevistador: Bem, a... você poderia descrever o que aconteceu depois do fim desse procedimento todo de retificar os documentos? É... você precisou ir à Receita Federal, Departamento de Trânsito, é, como que foi isso?

Mariano: Sim. É... eu precisei sim ir. Pela Receita Federal primeiro eu fiz pela *internet*, *né*?

Entrevistador: Uhum.

Mariano: Que é o primeiro passo e depois você agendar *pra* uma Receita Federal *pra* lá ele deixar tudo certo, que é onde ele vai mexer tudo lá certinho *pra* ver a certidão na sua mão, ele vai pegar os originais tudo, *pra* mudar o CPF. Aí do DETRAN é você ir com a sua CNH em mãos, a antiga, e daí eles vão te dar um papel *pra* você pagar no banco, que é um valor baixo também, e daí você já volta no DETRAN, e você tira a nova, a nova foto, você *bota* lá sua assinatura nova, daí depois já chega, daqui uns

dias chega sua CNH. São coisas bem fáceis assim, eu achei bem *de boa pra* fazer, entendeu? Então é como se eu tivesse tirando tudo novo, pela primeira vez, então é uma coisa bem tranquila.

Mariano: Uhum. É... uma das coisas que, que deu início à nossa conversa, *né*, não essa conversa de hoje, mas conversa dos outros dias, foi sobre o, o desafio, pequeno desafio que você enfrentou com a sua inscrição no vestibular, no ENEM, *né*? Que *tava* tendo uma, uma divergência de nomes e tal. E você pediu sugestões na, na, na *internet, né*?

Mariano: Aham.

Entrevistador: Como que você contornou essa situação?

Mariano: Olha, de primeiro passo eu fiquei um pouco chateado, porque como já tá tudo na Receita Federal, já tá tudo certo, eu acho que quando eu colocasse lá o CPF *pra* inscrição já saía, *né*, o meu nome de hoje, mas saiu meu nome antigo, a... aí o motivo que eu, que deu *pra* mim, assim, na minha cabeça foi que eu já tinha feito outras provas do ENEM e elas acabaram puxando por isso. Mas ontem à noite mesmo já me enviaram um *link*, e até que eu não abri ainda, uma professora que eu conheço há muitos anos que me enviou *pra* me ajudar, porque teve muita gente que entrou em contato comigo através disso, *pra* me ajudar sabe? É... até eles perguntaram “*cê* viu, será que não foi seu CPF que não foi mudado ainda?”, aí eu expliquei que sim, daí eles também concordaram que talvez pudesse ser de outras provas, porque o ENEM acabou puxando. Mas que era *pra* eu entrar nesse *link*, que eu ainda não entrei, que mandaram ontem e muito tarde, aí deixei *pra* entrar hoje, então eu acabar entrando nesse *link pra... pra* explicar lá que realmente meu CPF já foi mudado e conversar com eles através disso *pra* explicar. Daí que eles vão já conseguir mudar *pra* mim.

Entrevistador: Uhum, que bacana.

Mariano: Porque no *app* mesmo do ENEM eu não achei a opção, porque muitas pessoas que entraram em contato comigo, falaram que no *app* tinha, mas não tem essa opção de pôr o nome social ou explicar que já foi feito a retificação, aí que nesse *link* teria [inaudível].

Entrevistador: Acho que é isso. Bem, eu consegui fazer todas as perguntas que eu precisava, eu acho que a gente pode...

Mariano: Aham.

Entrevistador: ...encerrar por aqui, deixa eu só pausar minha gravação.

ANEXO B – ENTREVISTA COM LAERTE

Entrevistador: Laerte, no ano de 2015, é, você foi vítima de ofensas *praticadas* por um jornalista, é, em razão dessas ofensas, você ingressou com uma ação judicial visando a reparação dos danos sofridos. Como você descreve essa experiência?

Laerte: Não sei bem como [ri], não sei bem o que falar, não é? O que se passou foi a, a ofensa em si, que não era a primeira vez que esse jornalista me ofendia por escrito e publicamente e a minha tendência em princípio foi *dá* uma resposta irônica e deixar *pra* lá. Eu pensei em... em deixar *pra* lá. É... e o... o Lotii, a Mar, a Márcia, a Márcia, o Lotii e a... e a... a Carol, *cê* sabe quem são, *né*?

Entrevistador: Sei...

Laerte: Márcia Rocha...

Entrevistador: ...eu conheço, eu conheço todos eles, acho que menos a Carol, conheço pessoalmente, mas conheço da vida, assim.

Laerte: Além do... ô... meu santo.

Entrevistador: Dimitri Sales?

Laerte: Não, não é o Dimitri que *tava*, era o... é um menino, cuja a mãe é da, é da Mães pela Diversidade, como é que ele chama? Hã...

Entrevistador: Tem o Renan Quinalha, mas não deve ser ele, *né*?

Não, *num* é o Quinalha não. É um menino cumprido, ativista *pra* chuchu, super, super legal, gosto muito, gosto muito dele, mas esqueço o nome, porque, bom enfim, não mostra, não mostra essa parte *pra* ele. Ele *tava* junto, e ele também era favorável a... a abrir uma ação.

Entrevistador: Mas como? Mas deixa eu só, deixa eu só pedir um esclarecimento. É, você leu as, as ofensas que foram publicadas pelo jornalista e você no primeiro momento disse “bem, vou responder com uma ironia e vou deixar quieto”. É...

Laerte: É.

Entrevistador: Aí as pessoas vieram e falaram, “não, *vamo*, *vamo* ingressar com a ação”. Você procurou essas pessoas ou essas pessoas te procuraram? Como que, você que desabafou *pra* essas pessoas e elas propuseram? Elas vieram a seu *em*...

Laerte: Não, [inaudível] todas essas pessoas, são pessoas com quem eu *tô* sempre em contato. Naquela época, talvez até um pouco mais, é, então eu não me lembro quem procurou quem. A... eu não, eu não tinha pensado em, em mover ação, porque eu nunca penso em mover ação, eu não sou da área da advocacia, eu não faço ideia de como é que, de como é que esse tipo de procedimento se dá, ou dos custos que isso tem, do tempo que leva, nada disso *tá* na minha área de conhecimento, então...

Entrevistador: Uhum.

Laerte: A... a minha tendência era mandar o... o... o articulista *pra puta que pariu* assim, e, e seguir, e seguir o bonde. Agora essas pessoas, o lotti, a Márcia e... a Carol e o... puxa, quase veio agora! Bom, enfim, me... me argumentaram, argumentaram

comigo na seguinte linha, a ofensa não é só a... em relação a você, é uma ofensa na sua condição de trans, portanto, é uma ofensa a todas as pessoas trans.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: E... eu achei que fazia sentido, esse... esse raciocínio, e, e resolvi participar, participar [ri], eu resolvi abrir a ação. Eu digo participar porque a parte ativa dessa, dessa movimentação toda sempre *teve* na mão a... deles, da Márcia, delas, da Márcia, da Carol e do lotti...

Entrevistador: Uhum.

Laerte: ...que entendem do assunto e sabem como proceder. Eu, eu *tava* ali como parte interessada, como, como... como é que chama isso?

Entrevistador: É... parte mesmo, *né?*

Laerte: Parte.

Arley: *Né?* Exatamente.

Entrevistador: É.

Entrevistador: Então, eu, a gente poderia resumir da seguinte maneira, é, você não participou, vamos dizer assim, ativamente da construção daquilo que foi proposto em juízo. Você...

Laerte: Não, participei.

Entrevistador: Participou?

Laerte: Sim. A partir do momento que eu autorizei e...

Entrevistador: Uhum.

Laerte: ...e... me interessei pela, pelo, por esse movimento...

Entrevistador: Hum.

Laerte: ...eu, eu fui lá direto. A gente...

Entrevistador: Então vocês debateram o que, o que seria dito?

Laerte: Sim, debatemos. É, eu, inclusive eu fiquei, é, eu me pus a par do, do que era juridicamente, do que significava juridicamente esse, esse movimento. É... o que significa também entender qual foi a natureza, é, corretamente, é, identificada do ponto de vista de leis das ofensas, e... enfim.

Entrevistador: E essa, essa natureza das ofensas, você definiria como nas suas palavras?

Laerte: Insulto, nas minhas palavras é um insulto absolutamente a... desnecessário e claramente... claramente com a intenção de, de *denegrir*, de, de transportar *pra* um terreno moral, a... uma, uma questão, que, que ele *tava* querendo discutir ali que era de natureza política. Ele transportou *pro* terreno moral e me ofendeu, é, nesse, nesse, nesse terreno, *né?*

Entrevistador: Ele não ofendeu as suas ideias, *né*, mas o, a sua pessoa?

Laerte: Me... me ofendeu enquanto pessoa, enquanto... indivíduo... é... portador de uma moral, de ética, e, e ofendeu com isso todas as pessoas trans também.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: O fato é que... eu achei que fez sentido esse, essa abertura de ação e... enfim, foi isso.

Entrevistador: Tá bom. É... nessa ocasião você também se dirigiu a uma delegacia de polícia *pra* registrar um boletim de ocorrência. Cê poderia falar também dessa experiência de ir até a delegacia?

Laerte: A... poderia. Não foi inclusive nem a primeira vez porque em 2012 eu estive também na delegacia, no DECRADI, e, foi lá que eu conheci as pessoas que... com quem eu também conversei nessa segunda ida. Que é a, como é que ela chama? A... até já tirei daqui. Essa entrevista vai *tá* cheia de brancos assim [ri]

Entrevistador: Não tem problema

Laerte: Eu não lembro. É alguma coisa Travassos, porque ela tinha um parentesco *co* Travassos mesmo, o... o velho Travassos [ri]. Como é que ela chama? É uma delegada lá. Muito, muito legal, muito, muito esclarecida e... e a... em 2012 houve um, um episódio, a... onde me proibiram de entrar no a... no banheiro feminino, *num, num* ambiente de, de acesso público, *numa* pizzaria.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: E ali acho que foi a primeira vez que eu *tive* algum contato com essa questão de leis e proteção legal, a... no território da identidade de gênero e da orientação sexual, que foi, é, foi quando eu, eu, eu fui proibida de entrar no, no, no banheiro feminino e... e postei isso no *Twitter* e logo fui acudida por pessoas que me esclareceram e me mostraram o, o amparo legal que eu teria *pra... pra* o que eu queria, *né?* Então, nessa... nessa ocasião foi que eu conheci o pessoal do DECRADI, cheguei a, a ir lá *pra* eles me orientarem, cheguei a falar com a... ah, meu pai! Quem era que *tava* lá? *Numa* Secretaria de Justiça do Estado nessa época de Políticas LGBT. Silvia não, é, esqueci o nome.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: Ah, Arley, francamente eu *tô, tô* esquecendo nome atrás de nome.

Entrevistador: Não tem problema, os nomes não são assim tão...

Laerte: Todas essas pessoas me orientaram, eu fiquei amiga e fiquei também a par de uma estrutura, Arley, de apoio que existe e que muitas vezes a pessoa não tem noção. Eu não tinha, no caso do, do acesso ao banheiro, era a tal da Lei 10948, que, uma lei estadual, que, que hoje é bem conhecida, porque ela, a... amparou também vários movimentos que se seguiram a isso.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: Então... foi isso, e aí quando eu fui em 2015 ao DECRADI *pra* fazer o boletim e tudo, eu já, já tinha... relações lá dentro, já era, já era um território amistoso [ri]. Já era um território *friendly* [ri].

Entrevistador: Bem, a... essa decisão de ingressar com a ação judicial foi uma decisão fácil de ser tomada?

Laerte: Não.

Entrevistador: Basicamente, o que te motivou a tomar essa decisão?

Laerte: Não foi uma decisão fácil, porque eu sou muito insegura, é... a compreensão correta das leis, do que elas significam, do, da, do porquê da existência dessas leis e desse aparato legal, é, *pra* mim sempre foi uma... a... uma, uma coisa a ser desvendada, uma linguagem, a... uma linguagem difícil, algo que não era, *num* tinha uma relação imediata com a minha vida e com o meu cotidiano. A... então, em questões como essa de... debates pela imprensa, assim, eu sempre fiquei um pouco insegura, é... em relação aos meus direitos e em relação também aos, aos procedimentos corretos, porque eu também sou uma pessoa que exprime opiniões, eu sou uma pessoa também que tecnicamente posso ser objeto de, de ações, como fui. Eu já fui. É... que mais? O...

Entrevistador: O que te...

Laerte: O que que *cê* perguntou?

Entrevistador: ...motivou a?

Laerte: ...ah, o que, o que me motivou foi o... foi, os argumentos, foram os argumentos do... das minhas amigas em relação a essa coisa, é... elas me, me, me mostraram como existiu uma infração nessa... nesse episódio, não era só uma, um bate-boca, *né*, não era uma coisa assim, existia uma infração, me mostraram a dimensão dessa infração, entende-se crime, *né*? É... pelo fato de ter sido veiculado em larga escala, na Revista Veja, na, na Rádio Jovem Pan, tanto é que a ação se deu também contra a Veja e a, e a... e a Jovem Pan. E aí eu entendi que... o... entendi a natureza do, do que tava acontecendo, e também me senti amparada por uma estrutura firme, que era essa constituída pelas minhas amigas e amigo.

Entrevistador: Uhum. É eu já, a minha próxima pergunta era justamente sobre isso, como que você descreve a interação que você teve com os seus advogados?

Laerte: Ótima, porque são todos, todas pessoas, é... que, irmãs, *né*, da, de, irmãs de militância, irmãs de, de, de amizade. A Márcia é uma amiga muito querida, de muito tempo, é... a... Carol namorada dela, o Paulo lotti, tudo gente que eu conheço faz muito tempo, tenho muita confiança, então eu *tava* em casa. Assim, *né*? Agora eu continuo sendo uma ignorante de termos técnicos, procedimentos, passos que uma ação dessa demanda na estrutura do judiciário, *né*? Primeira instância, segunda instância, não sei quantas instâncias ainda, recursos, desagravos, agravos, [ri] embargos, desembargos [ri]. Enfim são todas coisas aí ainda meio obscuras *pra* mim e tem até um certo sabor de folclore assim, porque quando o... quando elas, é, no... nós *temo* aqui um grupo *pra* conversar sobre isso, *né*? Quando elas me vêm com a ação, “ah, agora foi *pro*, foi *pro* ST não sei o *quê* [ri] agora”. E eu ficava ali acompanhando como quem acompanha o futebol, porque tem um ponto que a ação que você moveu e que saiu da tua intimidade, do, tem um ponto que ela começa a virar também uma... um... evento [ri], relativamente fora do seu alcance, porque eu não sei, se não sabe o que que as pessoas podem ir decidindo isso, se essa ação chega *numa* instância longínqua e ali há um impedimento contrário, então isso obriga o *quê*? Sabe? A... no caso da nossa ação parece que *tá* tudo caminhando... de, de uma maneira... consequente, quer dizer, as, as decisões dos, das, das instâncias inferiores têm sido confirmadas nas instâncias superiores e têm sido mantido a pena,

inclusive tem, tem tudo os, tem tudo caminhado bem, do ponto de vista do sucesso da nossa ação, *né*? Agora eu não sei quando termina [ri].

Entrevistador: É, então, engraçado, é engraçado que também isso já seria minha segunda pergunta, como que você avalia o tempo e a forma como esse seu processo se desenvolveu?

Laerte: Ah, eu acho lento. Eu acho lento, mas ao mesmo tempo que a estrutura do judiciário brasileiro é assim. Eu acho um pouco... estranho, mas também, também tem o seu sentido, quer dizer, as várias instâncias, são garantias, *né, pra* que a justiça se dê da forma mais abalizada possível. O tempo que isso leva, não sei, eu gostaria que fosse um pouco mais curto. Acho que todo mundo gostaria que esse tempo fosse um pouco mais curto.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: Agora, é uma ação que não *tá* demandando, não *tá*, não tem implicação nenhuma em termos de prisão, privação de liberdade, privação de liberdade, essas coisas, não, nós *tamo* falando de uma, de... de algo que *tá* no território da compensação.

Entrevistador: Então, em relação à forma, é... você acha que foi um processo simples? Você acha que foi complexo? Você acha que seus advogados precisaram trabalhar muito ou pouco?

Laerte: Arley, eu acho sempre complexo [ri]. *Pra* mim simples é fazer uma charge [ri], história em quadrinhos, fazer alguma coisa assim dessas que eu faço, simples é isso. Agora tudo isso é bastante complexo, *né*? Porque... ah, não sei como argumentar mais do que eu já falei, é isso. É uma linguagem que é, é técnica, tem uma hora que entra no *juridiquês* mesmo, mas, *num* é uma linguagem de alienígenas, quer dizer, não é... nós não *tamo* falando de uma questão... alienígena, nós *tamo* falando de coisas concretas, então mesmo com o, o *juridiquês* e os termos técnicos e tudo, a... o que *tá* se tratando são... são movimentações no plano real das coisas, do cotidiano.

Entrevistador: Uhum

Laerte: O que *tá* se tratando é de, do direito mesmo, das pessoas e isso, a... as minhas advogadas e, e advogado me, foram me explicando sempre assim, foram... cada passo que era dado, vinha com as explicações, “ó, isso *tá* acontecendo por causa disso, eles apelaram assim, nós, nós contra-argumentamos isso, agora tem isso”, quer dizer, *tava* tudo sendo explicado *pra* mim. A... a defesa que a Márcia fez ali naquele, na instância devida foi muito bonita, então tudo isso é... tudo isso é vida real, *né*? [ri]. Então, quando ela faz uma defesa da, da... do ponto de vista da ação, eu, eu entendo perfeitamente, ela *tá* falando do que aconteceu, *pra* que que aquela linguagem, é, toda fosse ali possível, estivesse saído do território da, do debate ideológico e entrado pelo território da ofensa e aí é que, aí é que se deu o motivo da ação, *né*?

Entrevistador: Uhum. *Ok.* É... a, além dos seus advogados, *né*, que em certa medida também são seus amigos, alguém mais te apoiou antes, durante o curso desse processo?

Laerte: Sim, sim, porque se tornou uma coisa pública e... muita gente no *Twitter*, no *Facebook*, se manifestou apoiando a ação, também muita gente se manifestou contra,

dizendo que era liberdade de expressão, que era *mimimi*, que era no sei o quê, é o de sempre.

Entrevistador: Entendo. É... bem, em seu processo judicial muito se fala sobre identidade de gênero, transgeneridade e etc. Seus advogados inclusive chegaram a conceituar e discutir esses termos no processo. É, você enxerga alguma função pedagógica nisso?

Laerte: Sim, sim, e sobretudo *pra* que o corpo de... de... juízes, advogados, e, enfim essa gente da estrutura do judiciário compreenda isso, porque... porque o preconceito e a má compreensão dos direitos, não é uma... não é exclusivo da feira livre, quer dizer, não é uma coisa só que *cê* encontra no bar da esquina e... é um negócio que permeia a sociedade inteira, é frequente você encontrar advogados e juízes que são a... abertamente transfóbicos, que são, que têm uma compreensão... a... [inaudível] gênero, identidade de gênero, orientação sexual, quais são os direitos que assistem essa, essa, essa população, e... então esse tipo, de, de ação, ela é também, didática [ri]. Mas é, a nossa, no caminhar da nossa ação, nós só encontramos a... autoridades judiciárias muito bem informadas, e muito bem balizadas. Ninguém ali era militante, [ri] *né*, de, de movimento nenhum, mas estavam julgando, eram juízes e, e... e pessoas que compreendiam a... a questão, *né*, dos direitos civis de uma forma bastante ampla e, e firme, eu acho.

Entrevistador: Ok. Algum dos advogados...

Laerte: Depois tudo vira, vira uma história dentro do judiciário e isso tudo vai ser consultado, é um saber, é um saber que vai se... se acumulando, *né*? Dentro da experiência do judiciário, nesse sentido é bom, é legal, é, é instrutivo.

Entrevistador: Ok. É... alguns dos advogados dos réus procuraram você ou os seus advogados *pra* propor, *pra* propor algum acordo? Se sim, como foram essas negociações?

Laerte: Eu não sei, aí quem pode te informar melhor é o lotti, ou a Márcia, ou a Carol, a... não sei!

Entrevistador: Mas *cê* não ficou sabendo de ninguém que quis propor, propor um acordo *pra* você, é, deixar de prosseguir com a ação?

Laerte: Teve um, teve um momento sim que, que teve, que teve uma coisa dessas que eles fizeram, eu não *tô* bem lembrada, Arley, *cê* vai me desculpar, isso foi logo no início da, da ação.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: Eles queriam, eles tentaram desmerecer a ação e desqualificar a ação, a, usando o... a postagem irônica que eu fiz logo em seguida. Porque logo depois da, da coisa, do, o... o artigo foi tão agressivo que muita gente ficou chocada e... e eu fiz uma postagem irônica tirando um... tirando barato assim, isso foi usado na defesa deles como uma prova de que eu não tinha me sentido ofendida. A... e também foi usado uma coisa muito esquisita que apareceu, a... alegou-se que eu teria enviado no natal um cartão de ano novo, um cartão de natal, a... em termos meio humorísticos, assim, mas também, é, foi... também foi apresentado como um sinal, acontece que eu não mandei *porra* nenhuma, e isso...

Entrevistador: *Cê* não mandou?

Laerte: ...que foi. Não, não mandei. Tinha um negócio escrito a mão ali e tal, alguém imitando minha letra, assim, um negócio, sabe? Troço grosseiro. Agora, acordo, eu não sei, isso aí tinha que falar com eles, é melhor, seria melhor falar com elas, enfim.

Entrevistador: Ok. A... desde o início, os seus advogados ressaltaram que o valor da indenização seria doado a um coletivo que promove ações em prol da população...

Laerte: É o Mães pela Diversidade. Ih, interrompeu, interrompeu.

Entrevistador: Oi?

Laerte: Interrompeu, *wi-fi* fraco, deixa eu sair *pra* outro lugar.

Entrevistador: Tá bom.

Laerte: Desde o início meus advogados falavam que o valor da indenização seria doado?

Entrevistador: Isso. É... o que eu vou perguntar, se isso foi um desejo seu ou alguma condição *pra* que você aceitasse ingressar com ação judicial? No seguinte sentido, “olha eu só vou entrar se o valor for doado”. Eu, eu queria entender mais um pouco disso.

[Entrevista interrompida].

Entrevistador: Cê prefere que eu refaça a, a pergunta? Cê prefere que eu refaça a pergunta?

Laerte: Não, eu me lembro, cê perguntou assim, se isso foi uma condição que eu impus ou...

Entrevistador: Isso.

Laerte: Não, a gente conversou assim de maneira livre, eu não, não cheguei a... eu achei melhor mesmo, eu não me lembro quem propôs, se foi... se foi... eu acho que eu já tinha noção de que isso era possível, assim, eu já tinha ouvido falar de ações em que a... desde o início se deixava claro que o valor não seria... *pra, pra* própria pessoa, seria doado, eu acho isso legal e eu achei um bom movimento a ser feito, agora não lembro se foram, a... se foi... quem propôs ali no grupo, sabe?

Entrevistador: Mas a certeza que você tem...

Laerte: Inaudível]

Entrevistador: Desculpa.

Laerte: Não virou condição, mas virou uma... uma proposição muito boa, assim, eu achei positiva

Entrevistador: Deixa só ver se eu entendi, então você não lembra de quem partiu a ideia, mas não foi de você, você concordou, mas a ideia não partiu de você?

Laerte: Não sei, Arley. Não tenho nem certeza *pra* dizer uma coisa dessas.

Entrevistador: Ok. É... você falou que já tinha sido objeto de *ou*, de ações anteriormente. É... então isso já meio que responde a pergunta que eu ia fazer, se era, se essa tinha sido a primeira vez que você teve contato com o Poder Judiciário? Eu queria que você falasse um pouco sobre as suas experiências anteriores.

Laerte: Olha minha experiência anterior, que eu me lembre assim, foi por causa de uma tira que eu fiz há muitos anos atrás, que foi considerada por um cara que ingressou com ação enorme de, de, ele reuniu lá várias pessoas e... que se diziam ofendidas por aquilo, uma tira considerada racista. A... foi há muitos anos e a ação foi na verdade contra o jornal que publicou a tira e eu como uma espécie de rebote, assim, eu, eu não entendo muito de termos jurídicos, só sei que eu não precisei acionar advogado nem nada, eu sabia que eu *tava* como autora da... da tira, eu *tava* envolvida na ação, mas eu não sei se, eu não sei se a natureza da ação era *pra* me penalizar ou se era *pra* penalizar o jornal. Era uma ação claramente oportunista, o sujeito *tava* atrás de dinheiro, e... esse, esse papo de racismo *tava... tava* na ordem do dia na época, mas não, a ação não prosperou não. Eu acho que teve um juiz ou outro que achou era o caso, mas a ação não prosperou.

Entrevistador: Entendo.

Laerte: Foi, foi engavetada.

Entrevistador: E... como você reagiu quando você teve conhecimento dessa ação? Cê sentiu medo, insegurança?

Laerte: Senti, senti medo sim, porque... é... eu acho, eu achei que as consequências, porque é o seguinte, a pessoa que não manja muito de, da estrutura jurídica, da linguagem da estrutura jurídica se sente muito insegura. No limite a pessoa, no limite assim, vão me prender e vão me decapitar [ri], vô parar na cadeira elétrica e todos os meus bens vão ser arrestados [ri]. O terror que a gente sente frente a um poder que a gente não compreende direito, é... é um terror, pânico, a gente fica assim, “meu deus, quem vai me tirar dessa?” Quem poderá [ri]. Chapolin Colorado!

Entrevistador: É bem assim.

Laerte: É, é esse o terror, é esse o terror, o terror de um poder que cê não compreende direito e que claramente nas mãos de quem compreende pode se tornar uma arma... uma difícil de se defender, uma arma... uma arma muito..., muito, letal, assim. Então, eu tive medo, eu tive medo sim, mesmo sabendo que eu, que eu não, que claramente não era culpada, eu olhei aquela tira mil vezes tentando entender... a... se eu era, se realmente eu tinha feito uma mensagem racista ou não. Não fiz, mas naquele momento era possível *pra* uma pessoa com intenção mais ou menos a... oportunistas, trabalhar nessa direção aí, entendeu? Então, eu fiquei com medo sim de me ver no meio *duma* discussão onde eu iria ter dificuldades em me defender.

Entrevistador: Ok. Você optou por não retificar o seu prenome, *né*? Você manteve o seu prenome Laerte.

Laerte: É.

Entrevistador: Isso acarreta alguma dificuldade ou constrangimento? Se sim, como você lida com isso?

Laerte: Ah, é tranquilo, é tranquilo. Quando a pessoa, quando a pessoa quer me ofender, quando ela tem alguma, tem predisposição, é... contrária assim *pra* me, querer me humilhar ou me ofender, essa questão do nome é... só uma das, das ferramentas que dá *pra* usar, “oh, pensei que era homem”, “vi Laerte aqui, pensei que era homem”, mas isso também é uma, uma confusão... natural e... na maior parte das vezes, eu entendo como algo inofensivo, como uma confusão. Eu não tenho

problemas com meu nome, eu gosto do meu nome, então, eu, eu não sei. *Tá*, se eu me chamasse Sônia, por exemplo, talvez ia ter menos confusão, mas não tem sido um problema, some a isso o fato de que eu sou uma pessoa meio conhecida, eu, eu *tô* na mídia, de uma forma é comum que as pessoas me conheçam, saibam quem eu sou.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: Então, beleza, sabe? Não tem problema.

Entrevistador: *Ok*.

Laerte: Em geral, em geral rola respeito sim.

Entrevistador: É... você também tangenciou a, a próxima pergunta que eu ia fazer, que é a seguinte, é, muito se fala sobre a marginalização de pessoas trans no país. Na sua opinião, o fato de você ser uma pessoa famosa atenua ou reforça discriminações em função da sua identidade de gênero?

Laerte: A palavra famosa é, ela é meio escorregadia, eu, eu não gosto muito porque na minha modéstia natural, sabe qual é, “você é famosa, você é famosa” [ri]. Não sou famosa, eu sou manjada, agora ser famosa também inspira um certo, um certo quê, um certo medo. As pessoas elas acham que alguém famosa, também é alguém poderosa, as pessoas acham que alguém famosa tem boas relações com o poder. Então, um pouco do respeito que se deve a pessoas famosas é também um respeito pelo poder da forma como ele *tá* estruturado na nossa sociedade e isso não me agrada. Quer dizer, *tá* dentro, ser vista dentro dessa lógica assim não é uma coisa que me agrade não, não me deixa confortável. Agora sim, sim tem a ver, tem a ver, eu tive uma exposição quando eu me declarei trans, e quando eu comecei esse movimento, tive uma, uma exposição por um lado me ajudou e me *pro*, deu essa proteção, porque as pessoas famosas são vistas também com o poder, *né*? Mas por outro lado também me constrangeu porque o movimento que eu fiz era, era uma coisa íntima, ainda é, *né*, uma coisa íntima minha e... de... algum modo essa, essa atenção toda é... empurra [ri], empurra as pessoas e impõe uma agenda, sabe? *Cê* vai pôr peito ou não vai? *Cê* tem pinto? [ri]. Esse tipo de invasão, coisas assim, a... é, é indevido, é... inoportuno, é inconveniente, tal e tudo, e... e precisa ser consentido, *né*? Mas, como eu disse, por outro lado essa exposição também me deu proteção, também me deixou *numa*, *num* patamar relativamente protegido.

Entrevistador: Uhum.

Laerte: O fato de ser branca, de ser classe média, de *tá*, de ser uma pessoa já na mídia, eu, eu sempre fui uma autora de quadrinhos e quando eu comecei a... a rever a transgeneridade, eu tinha 40 anos de, de carreira, era muito, era bem conhecida assim, como autora de quadrinhos e *cartoons* e tudo. Então, todas essas coisas se complementaram e se, e se... e interagiram, *né*?

Entrevistador: Uhum, *ok*. Você mencionou no começo da nossa conversa uma discriminação que você sofreu quando tentava utilizar um banheiro, *né*, *numa* pizzeria. É... você, além dessa, dessa agressão, você sofreu outras parecidas? Agressões em virtude da sua identidade de gênero, que te impediram de estar *num* lugar, de fazer determinada coisa?

Laerte: Não, não.

Entrevistador: Então, aquela da pizzaria foi a, a primeira? A primeira não, mas a única nesse, nesse, nesse sentido?

Laerte: Sim, sim. Por algum motivo não só a minha... a minha... a minha movimentação nessa época, eu fiz um certo escândalo. Isso foi parar na imprensa, houve colunistas me atacando, colunistas me defendendo, defendendo não muito [ri]. Um monte de gente me atacando dizendo que eu *tava* fazendo uma, uma exibição, que, que eu era uma pessoa fantasiada de mulher, que eu queria entrar no banheiro feminino, *teve* uma discussão assim, por causa da, de, virou um certo escândalo, mas a questão já vinha sendo discutida e debatida, tanto é que essa lei, a lei 10498, ela tá formulada com, contando com a palavra “transgênero” e ela é de 2002, se não me engano, então desde aquela época, a... a noção e o conceito de transgeneridade já *tava* presente inclusive nesse arcabouço jurídico. Essa lei é uma prova disso. E [inaudível] na mesma época que houve esse escândalo do meu uso pessoal do banheiro, também houve... ações de militantes em banheiros de *shoppings* e tudo. Então, uma movimentação, a... e muitos, muitas empresas passaram a, a colocar na porta de... de forma visível, assim, essa lei, e... e o que ela representava, de forma a orientar a ação dos seguranças desses lugares que em geral são meio truculentos.

[...]

Entrevistador: Então, Laerte, é isso, muito, muito obrigado! Se você *tiver* qualquer dúvida estou à disposição, e é isso, tenha uma ótima semana! [...].

ANEXO C – ENTREVISTA COM FERNANDA

Entrevistador: Você procurou um Cartório de Registro Civil para retificar seus documentos no ano passado. Como que você descreve essa experiência?

Fernanda: É... foi um processo burocrático, é... mas é porque eu tive que entender primeiramente como funcionava o provimento 73 do STF *pra* que eu pudesse orientar o cartório de registro civil da minha cidade *pra* que eu pudesse fazer a tramitação de como fazer a retificação de nome e principalmente de gênero.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: Após estudar o provimento 73, eu comuniquei o cartório sobre a minha necessidade. Eu já sabia quais eram as certidões necessárias para que eu pudesse fazer essa retificação de nome e gênero e eu mesma entrei nos *sites* jurídicos *pra* ir tirando minhas certidões e também dar andamento à retificação. É claro que eu busquei referências com outras meninas, que já haviam feito por esse provimento 73 a retificação de nome e gênero uma orientação de como eu pudesse proceder. E... a... Nice ONG, que tem em... Piracicaba, me ajudou muito nessas orientações, assim como o Instituto Brasileiro Trans de Educação de como eu, pessoa civil, solicitar essas certidões para o requerimento de, de ressignificação de nome e gênero.

Entrevistador: Ok. É... uma dúvida. Você disse que você mesma leu o provimento do, do CNJ *pra* transferir essa orientação *pro* cartório. É... por que que isso aconteceu? Você se dirigiu ao cartório, percebeu que eles estavam desinformados ou foi você que tomou frente para que estivesse mais segura de como se processaria isso? É, por que que teve essa iniciativa da, da sua parte, Fernanda?

Fernanda: Na verdade, eu faço parte do Movimento Estadual de Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo e nós já havíamos acompanhado algumas, é... algumas moções, algumas ações em coletivo *pra* poder fazer a... a alteração de nome e gênero e antes disso, algumas meninas conseguiram fazer a... a restrição de nome, porém, o gênero não. Então, por fazer parte do movimento social organizado, é... o Instituto Nice foi um dos órgãos que mais me orientou sobre quais os documentos necessários, até porque são muitos documentos, eu fiquei 15 dias organizando esses documentos *pra* dar entrada e posteriormente mais 15 dias *pra* conseguir sair com a minha certidão com o meu nome, o meu gênero no qual eu identifico, e por fazer parte do movimento social eu já percebia a dificuldade de... em consolidar entre os cartórios um regimento que pudesse trazer e nos proporcionar uma facilidade maior, como previsto nesse provimento 73.

Entrevistador: Uhum. Ok. A... você comentou que foi solicitado *pra* você uma lista extensa de documento, *né*, que você ficou durante alguns dias, é, diligenciando para consegui-los todos. A... como que você reagiu a essa exigência dos documentos? É... você já, já sabia, já conhecia alguns desses documentos antes ou foi a primeira vez que você precisou ir atrás de coisas dessa natureza? Conta um pouquinho dessa parte, por favor.

Fernanda: É... por ser servidora no Estado de São Paulo, da Secretaria da Educação, eu sempre utilizei o nome social.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: É... toda a minha parte burocrática, de ficha 100, parte documental, inclusive de comprovância, de habilitação na área da educação, da licenciatura, sempre foi o meu nome de registro civil, porém, ao entrar em sala de aula, eu sempre utilizei os recursos do Estado de São Paulo, como o Decreto 55899, com direito ao uso do nome social *pra* que eu pudesse garantir a minha identidade de gênero perante a minha sala [inaudível] e... quando eu decidi fazer a retificação de nome e gênero em cartório pela certidão de nascimento foi por uma questão estatutária, de aposentadoria como professora no gênero feminino, até porque eu assumo a identidade travesti, que é identidade de gênero mais vulnerável da sigla hoje reconhecida em conferência nacional de diversidade sexual e de gênero, que é o “T”. Então, tudo se resumiu a trans, as pessoas não conhecem o significado dos estudos *queer* da filósofa Judith Butler e tudo ficou [inaudível] como trans, apagando as identidades sociais, políticas, travestis, mulheres transexuais e homens trans. Então, a minha retificação de nome e gênero foi por uma questão estadual, enquanto servidora pública, *pra* garantir no meu futuro o recolhimento e uma aposentadoria enquanto funcionária pública do Estado, gênero feminino, sabendo que, no gênero masculino, teria que trabalhar mais 5 anos.

Entrevistador: Entendi. Então, só *pra* eu, é... só *pra* eu... sintetizar, é... o... que te motivou a promover essa alteração foi por conta das condições mais benéficas para as mulheres, *né, pro, pro* gênero feminino no tocante à aposentadoria pelo Governo do Estado?

Fernanda: Exatamente, foi quanto uma questão de recolhimento e de aposentadoria.

Entrevistador: Entendi. É... bem, eu só... gostaria ainda de... de... relançar a, a pergunta que eu havia feito anteriormente, que é sobre aquilo que foi exigido de você pelo cartório, que nada mais é do que uma decorrência do que é exigido pelo provimento do, do, do CNJ. São exigidas certidões, a... de natureza criminal, por exemplo, é, certidões cartorárias. Você, como que você reagiu quando você soube da lista de documentos que você teria que diligenciar, procurar, é... foi *ok pra* você? Você reagiu positivamente? Negativamente? Como que foi isso?

Fernanda: Eu enquanto servidora pública do Estado de São Paulo, todas as exigências documentais, inclusive cíveis e criminais, sempre foi muito tranquila *pra* mim.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: Eu acredito que o provimento 73 do CNJ nos trouxe um maior conforto de uma despatologização enquanto, *né...* hoje é considerado incongruência, porém anteriormente pela OMS e pelo DSM, era considerado um transtorno e o fato de que não termos a necessidade de ter um laudo médico psiquiátrico, um acompanhamento psicológico e assistencial, pelo menos *pra* mim e para algumas amigas, nos trouxe um conforto maior por podermos ser autodidatas, ou seja, nós mesmos entrarmos no sistemas necessários para solicitar as certidões sem o aval médico, psicológico, assistencial, da patologização do transtorno da identidade de gênero, no qual tive alguns problemas, como professora eu trabalhei durante alguns anos como contratada da Secretaria do Estado de São Paulo como professora de arte e por ser contratada eu poderia desempenhar o meu trabalho de acordo com as minhas qualificações e certificações, porém, quando efetivei no concurso, fui obrigada a passar por uma perícia especializada em psiquiatria *pra* garantir que eu era capaz de desempenhar o meu trabalho. Então, o transtorno e a disforia, considerado atualmente pela OMS como uma incongruência, uma condição, nos trouxe uma... um conforto e uma

autonomia maior de fazermos e buscarmos a identidade na qual nós nos reconhecemos e apresentamos *pra* sociedade.

Entrevistador: Ok. É... sobre essa exigência da, do, do, da Secretaria de submeter você enquanto profissional a um... exame psiquiátrico *pra* verificar uma... uma suposta capacidade *pra* desempenhar o seu trabalho, a... você reagiu de que maneira quando soube que precisaria se submeter a isso?

Fernanda: Então, o, Arley, é... eu era contratada como professora, é... a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo ela categoriza, *né*, e classifica as, as contratações, e o contrato, e o vínculo por letras e, naquele momento, eu era professora contratada, classificada como categoria "O". Eu sou natural de São Joaquim da Barra, *estava* morando naquele momento em São Joaquim da Barra, porém eu estava atuando em um município ao lado ao meu, que é Morro Agudo, eu trabalhava em duas escolas, com uma carga horária de 40 horas semanais, eu trabalhava em três turnos, manhã, tarde e noite, e... quando eu descobri que eu passei no concurso do Estado e fui convocada a ser nomeada, foi um processo muito... surpresa, foi um fator surpresa, porque eu havia perdido algumas aulas *pra* um professor que tinha sido convocado e ao pesquisar *pra* saber se eu tinha sido convocada, eu entrei no... Diário Oficial do Estado e vi que eu havia sido convocada, eu... trabalhei durante, até o final do mês, levando todos os, é, exames e documentos necessários *pra* poder ser nomeada, e quando cheguei na etapa de... exame médico, pela perícia médica do Estado de São Paulo, pelo Departamento Médico do Estado de São Paulo, regional Ribeirão Preto, porque é a cidade onde está a diretoria regional de ensino em que atuo.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: Os meus exames estavam [inaudível] crucial, no qual era atendido pela Portaria 1.820 da cartilha de atendimento de humanização do SUS e foi negada e reconhecido, eu fui encaminhada diretamente para o departamento médico central de São Paulo, na ala psiquiátrica. Eu tive que me deslocar *pra* São Paulo, passar por essa, por essa consulta, suposta consulta, eu tive que arcar com todos os gastos, transporte e estadia e eu, demorou 3 meses para que eu pudesse ser nomeada, então... eu pedi o afastamento do meu contrato, a exoneração do meu contrato, em julho de 2018, acreditando, em junho, junho, mês 6, acreditando que seria nomeada em julho, mês 7, eu só foi conseguir ser nomeada e tomar posse no meu cargo em 18 de outubro de 2018. Então, eu fiquei alguns meses sem salário aguardando a perícia médica central do Estado de São Paulo liberar a minha aptidão enquanto professora licenciada de arte.

Entrevistador: E... esse exame, é... ele é feito indistintamente a todas as pessoas é... que eu, que foram aprovadas como professores e tudo mais, ou ele, ele é destinado somente às pessoas trans?

Fernanda: O meu problema maior foi que o departamento médico regional do Estado de São Paulo, que é em Ribeirão Preto, não reconheceu os meus exames do SUS, que atende à Portaria 1.820 de atendimento humanizado e uso do nome social enquanto documentos legítimos, que comprovavam que eram meus, então eu fui encaminhada para o departamento médico central de São Paulo porque lá eles comprovassem que aqueles exames eram meus e que eu era apta a ter o meu cargo enquanto, lembrando, foi no departamento psiquiátrico, enquanto pessoa sã pudesse

assumir algumas turmas e algumas cargas horárias enquanto professora, lembrando que eu já tinha desempenhado esse papel há 8 anos antes como contratada.

Entrevistador: Uhum, entendi. A decisão de procurar o cartório *pra* retificar os seus documentos foi fácil de ser tomada?

Fernanda: Foi muito coerente, por tudo o que eu já havia passado, pelo tempo que eu já tinha desempenhado o meu papel e a minha profissão enquanto contratada. A reforma trabalhista foi uma forma de me forçar a atender a normatividade e ao binarismo, que hoje é o nosso sistema tributário e também trabalhista. Então, *pra* não trabalhar 5 anos a mais, devido ao tempo que eu já havia desempenhado enquanto professora contratada e por todas as situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes que já havia passado para poder assumir enquanto servidora pública efetiva, eu decidi, através da reforma trabalhista, fazer a retificação de nome, principalmente de gênero, devido o tempo de contribuição.

Entrevistador: Ok. Fernanda, como que você descreveria a sua interação com os funcionários do cartório?

Fernanda: Foi muito tranquila porque já haviam outras pessoas passado pela retificação de nome e gênero pelo Provimento 73, além do provimento já havia outras pessoas através de ações cíveis, que necessitava de laudos médicos, psiquiátricos, acompanhamento psicoterápico, [inaudível] de assistência social, eles já sabiam de toda a relação necessária e alguns, algumas certidões que eu tinha, que foram é... produzidas pelo Instituto Nice, tinham menos de 30 dias, é... já tinham ultrapassado o período de 30 dias, então eu teria que tirar novas certidões e eu consegui retirar as, as certidões necessárias, já sabendo a relação, através do Instituto Nice e também do Provimento 73, através do consultório do meu cunhado, que é advogado, que tinha acesso, porém, foi muito tranquilo, é... o que demorou é que algumas certidões já haviam passado do prazo, eu tive que tirar novas certidões, eu sou de São Joaquim da Barra, mas trabalho em Ribeirão Preto, são 70 quilômetros de distância, então, eu geral, demorei esse tempo porque eu vinha na sexta-feira, resolvia essas situações na sexta-feira à tarde, e só poderia voltar na próxima sexta-feira. Então, eu trouxe os documentos, foram analisados, algumas certidões foram negadas fora do prazo, veio para Ribeirão, retirei novas certidões, voltei na outra semana, e aí faltaram certidões porque aí somente o... o fórum em São Joaquim da Barra poderia emitir, então tinha que dar nova entrada nas novas certidões *pra* na outra semana eu ter a resposta, e então, enfim, ter o direito ao uso do nome social, aliás, o nome no qual eu me reconheço e utilizei por muito tempo como nome social, e principalmente gênero devido à reforma trabalhista e tributarista que nós sofremos nesse momento.

Entrevistador: É... no total, quanto tempo levou *pra* você conseguir os seus documentos em definitivo?

Fernanda: A... 30 dias.

Entrevistador: 30 dias, ok. Fernanda...

Fernanda: Duas semanas viajando de Ribeirão *pra* São Joaquim.

Entrevistador: Entendo. Alguém te apoiou antes e durante esse procedimento junto ao cartório?

Fernanda: Eu acho que o maior apoio que eu, enquanto servidora pública, enquanto aos meus direitos trabalhistas, quanto a minha identidade, na qual eu represento, na qual vinha vivendo, na qual me expresso, e ao trabalho que eu desempenho enquanto servidora pública, acho que a minha maior resistência foi contra a reforma tributarista e trabalhista que nós sofremos, porque realmente foi um choque, foi uma... ceifou os direitos do trabalhador enquanto servidor público, mas enquanto trabalhador principalmente, é... tivemos os nossos direitos ceifados de uma certa forma, que *pra* mim eu não tinha outra alternativa a não ser garantir a minha identidade no qual eu me apresentava e no qual eu sou, e no qual as pessoas me identificam e eu me expresso, os meus direitos trabalhistas. Eu acho que... por ser uma trabalhadora é... ter o recolhimento desde os meus dezenove anos, foi quando comecei a trabalhar registrado, porque sempre trabalhei informal, mas o tempo de recolhimento enquanto prestadora de serviço e depois enquanto servidora pública, foi o que me obrigou a ter a retificação de nome, principalmente de gênero, porque *pra* mim mudar o nome não significaria nada, o que significaria de fato era mudar o gênero de masculino para feminino, e eu ter os meus direitos de aposentadoria enquanto servidora pública e enquanto gênero feminino e os direitos garantidos enquanto gênero feminino.

Entrevistador: Entendo. A... Você, é... enquanto... mulher travesti, eu posso te, te denominar assim, *né?*

Fernanda: Sim. Até porque eu jamais, mesmo retificando nome e gênero, abandonei a identidade de gênero travesti.

Entrevistador: Ok, então.

Fernanda: Porque é essa identidade que me representa e é essa identidade que sofro todos os estigmas e chagas da população, da sociedade binarista, normativa, que não me considera da forma que eu me reconheço e que me assassina a cada 24 horas e travestis não têm direito nem mesmo a 35 anos de idade como uma forma de sobrevivência. A nossa estimativa de sobrevivência é 35 anos, eu tenho 39 anos, faço 40 neste ano, e já me sinto uma pessoa idosa, porque a estimativa de vida de travestis é de 35 anos. Eu tenho 39, vou fazer 40 esse ano, no dia 12 de agosto, e já me sinto uma idosa perante as negligências que a minha população sofre quando sistemas públicos, educacional, de saúde, segurança, além de serem aniquiladas no mercado de trabalho. E passar por tudo o que eu passei *pra* garantir o mínimo, o mínimo de qualidade e competência enquanto profissional no mercado de trabalho.

Entrevistador: Ok. É, você enquanto mulher travesti, é... então, antes da retificação do, dos seus documentos, do seu registro civil em geral, ter o, aquele nome de registro primeiro, primeiro nome que constou nos seus documentos, era algo que te causava alguma espécie de incômodo ou *pra* você aquilo era indiferente, não, não fazia diferença alguma no seu cotidiano?

Fernanda: Eu sempre fiz questão de ter o meu nome civil no gênero masculino *pra* que as pessoas entendessem as identidades de gênero e principalmente respeitassem. É... eu, graças a deus, sou de uma família estruturada, tive pai, tive mãe, tenho irmãos, e a nossa educação foi uma educação pautada dentro de uma estrutura familiar que sempre nos foi ensinado que ser humilhado jamais. Meu pai era policial militar e ele sempre me dizia “as pessoas podem questionar o que quiserem de você, conhecimento, diploma, ninguém te tira”. E se hoje estou aonde estou foi graças a essa visão visionária do meu pai, de saber que a educação era a minha salvação, e não é à toa que eu sou a professora hoje.

Entrevistador: Muito, muito... muito bonito isso que você acabou de falar, Fernanda. Bem, é, você disse é... que... a respeito da, a respeito da, da reforma tributária e, e previdenciária, você... disse que se sentiu sem fala, *né*? Você sugeriu, como seus direitos tivessem sido ceifados. A... durante todo o processo, *né*, de discussão, de tramitação dessas reformas você se articulou em algum movimento trabalhista, de classe *pra* reivindicar é, algo, é... contrário, *né*, uma posição contrária a essas reformas?

Fernanda: É, eu sempre fui filiada à APEOESP, que é o sindicato dos professores do Estado de São Paulo, eu sempre fui, é... sempre fiz parte do ativismo e da militância de travestis e transexuais do Estado de São Paulo, não por uma questão de visibilidade, de luxo e de promoção, mas sim por uma questão de necessidade, principalmente do uso do nome social e uso do banheiro, o Estado de São Paulo, ele é promissor, ele que vem trazendo todas essas garantias às identidades de gênero, ao uso do nome social e também ao uso do banheiro, e foi uma necessidade do qual [inaudível] e o sindicato de professores do Estado de São Paulo no qual eu sempre fui filiada, é a minha categoria, enquanto trabalhista, é o meu sindicato, mesmo sabendo de todas as problematizações que existem enquanto partidarismo, porque, infelizmente, o movimento social e sindical são usados politicamente e partidariamente, eu soube de uma certa forma filtrar tudo isso, trazer o que realmente eram as soluções das minhas necessidades e levar também as minhas demandas enquanto população, categoria e comunidade.

Entrevistador: Ok. Fernanda, você já teve alguma experiência com o Poder Judiciário, fora essas solicitações de certidão que você mencionou anteriormente?

Fernanda: Sim, já tive problema de não ter o nome social aceito em boletins de ocorrência, eu já tive problemas em ambulatórios, hospitais, UBSs, UPA, de não garantir o direito ao uso do nome social, sempre levantar, por ser uma questão terceirizada, a gente tem que entender todo o setor, então tudo bem, *pra* não criticar de uma forma ferrenha, até porque o meu município, no qual eu sou conterrânea, que é São Joaquim da Barra, eu faço questão de dizer que nós, de uma certa forma, somos articulados, temos uma vereadora travesti eleita, que demonstra a nossa capacidade, empoderamento *pra* dizer que nós existimos, que ocupamos espaços, mas já tive vários problemas, devido ao não reconhecimento do nome social, que decorreram em situações muito degradantes, *humilhatórias*, *vexatórias*, enfim, situações constrangedoras.

Entrevistador: E como você reagia nessas situações? Você sempre reagiu da mesma forma? Com resistência ou com aquiescência? Como que era a sua postura quando esse tipo de situação acontecia?

Fernanda: Infelizmente, Arley, eu sempre devolvi toda a violência que eu recebi da sociedade de uma forma violenta. É muito difícil a gente receber tanta violência e... isso, e alguns princípios religiosos, como o cristão, por exemplo, de dar a outra face *pra* ser batida, infelizmente, devido ao conhecimento, ao empoderamento todo que eu construí durante esses anos todos, desses 39 anos que eu tenho, infelizmente eu sou obrigada a dizer que instintivamente eu devolvia a violência que eu recebi de uma forma, de uma forma muito virulenta e que demorou muito tempo *pra mim* aprender a devolver a violência de uma forma judiciária, justa, que me garantisse os meus direitos de protetividade, de dignidade, de urbanidade, enquanto cidadã brasileira. É muito difícil *pruma* travesti dizer que devolve *pra* sociedade o que recebe amor e carinho.

Infelizmente, o que a gente recebe é muito ódio, intolerância, raiva e violência. E de uma certa forma a gente aprende a devolver o que a gente recebe na mesma moeda, então infelizmente sou obrigada a dizer *pra* você que 90% das minhas devoluções foram violentas [ri].

Entrevistador: E... quando você fala em violência, *cê tá* falando de violência verbal, violência física, todos os tipos de violência? É...

Fernanda: Todos os tipos de violência, desde a verbal, a histórica, a institucional, até mesmo a psicológica, e até o fato extremista da violência física. Infelizmente, nós, travestis, nos defendemos naquilo que a gente nos garante. No período de, na década de 80, 90, da... da... do contágio do HIV, da disseminação da AIDS, as travestis que viviam de prostituição no Brasil se defendiam se cortando e com o próprio sangue. Hoje, quando morre uma travesti, quem chora por ela são as outras travestis. Se mata um cachorro na frente de um super, um hipermercado, faz uma comoção nacional. Travestis são assassinadas todos os dias e quem chora por elas somos nós travestis. Isso é uma frase da Keila Simpson, a presidente da... Associação Nacional das Travestis e Transexuais, ANTRA, que é uma frase que eu carrego comigo. Nesse período de COVID, de afastamento social, distanciamento social, em grupos de risco, eu perdi muitas amigas, incluindo Brunna Valin, de São Paulo, e Agatha Lima, de Ribeirão Preto, que foram precursoras do movimento social de travestis e transexuais, que foi muito, muito, muito usado pelo movimento G, gay, e depois L, e o B que quase não existe, é ocupado de uma forma muito oportunista. Para travestis e transexuais terem acesso à educação, à formação e à orientação de como politicamente poderia se sustentar, nós fomos muito usadas, e tivemos perdas irreparáveis nesse período, e eu faço essa minha [inaudível] *pra* você, é... esse meu discurso, essa minha entrevista, em memória de Brunna Valin e Agatha Lima.

Entrevistador: Fernanda, é... é, eu entendi a, toda essa, essa série de, de violações de direito que, que você sofreu e... a partir disso, eu quero, é... te perguntar, alguma dessas situações se transformaram em processos judiciais, sejam processos movidos por você ou contra você?

Fernanda: Sim, eu tive alguns que eu viera a responder e... *pra* mim é muito triste, *né*, muito lamentável, ter que admitir toda minha... a minha capacidade, da minha habilidade, da minha formação, ter que responder processo de violação de direitos pelo uso do nome social, mas eu como agressora, eu enquanto ré. Não tenho orgulho, mas também não tenho sofrimento, acredito que é minha história, e é a minha resistência. Conhecimento, certidões, certificados, diplomas, nem sempre são funcionais, no final das contas, as... os desviantes sociais, gosto muito do Jorge Leite, *né*, nas monstruosidades sociais, as [ri] as *abje*, os abjetos sociais, no qual nós fomos criadas desde do fechamento dos teatros de revista, em que as travestis ocuparam as ruas e sobrevivência enquanto profissionais do sexo, infelizmente ainda somos *subca*, subcategorias, como *disse pra* você, não somos consideradas nem humanas, somos abjetos.

Entrevistador: Ok. A... no geral, sobre esses processos, como eles estão hoje em dia? Eles continuam? Você sabe se algum deles já foi julgado? É, você tem alguma noção da, da situação desses processos que você mencionou?

Fernanda: É, alguns eu respondi, *né*, por ser ré primária eu fui lá no, no fórum assinar uma vez por mês [ri]. Chega ser até cômico se não fosse trágico. Fui ao fórum, assinei durante dois anos um processo, e os outros foram... engavetados, *insentenciáveis*.

Entrevistador: Não chegou a ter uma, não chegou a ir *pra* frente, vamos dizer assim?

Fernanda: Sim.

Entrevistador: Ok. É... sobre esse especificamente que você disse que foi necessário ir mensalmente ao fórum *pra* assinar um documento, é, você disse que se não, se não fosse trágico, seria cômico, *né?* É... por que você, você coloca isso? Você achava, acha que a consequência foi, digamos, menos do que você esperava? Você que achava que viria uma, vamos dizer assim, uma decisão mais gravosa *pra*, *pra* você?

Fernanda: Eu tive uma briga familiar, eu fiquei machucada, eu tive que ir para o hospital da Santa Casa de São Joaquim da Barra, e não tive o meu nome social respeitado, a todo o momento a médica me suturava e me chamava de Fernando, que é o meu nome civil, e eu já *tava* muito nervosa, já *tava* no ápice da raiva, e... *cabei* descendo da maca, chutando a porta, e aí acabou que entortou o trinco da porta de entrada do SUS, do hospital da Santa Casa, aí eu tive que pagar esse reparo e tive que pagar também, responder por esse crime de patrimônio e... o policial civil Rodrigo que estava [ri], *tava* de plantão me viu totalmente desconfigurada, com raiva, nervosa, me levou *pra* delegacia e me colocou em cárcere. E eu fiquei em cárcere por mais de 4 horas até que uma amiga foi, me resgatou [ri], hoje eu consigo rir, mas é... trágico se não fosse cômico, *né*, mas, enfim, é isso.

Entrevistador: Você chegou a ter... na, durante o curso desse processo, você chegou a ter contato com alguma autoridade, seja em audiência, por exemplo, o juiz, o promotor de justiça, o delegado? Se sim, é... como foi *pra* você interagir com, com essas, digamos, autoridades?

Fernanda: A... a todo momento eu fui ouvida como errada, como ré, é... quando eu fui... é... convocada a ir ao fórum pelo oficial de justiça, lá eu não tive meio de fala, o promotor não deixou eu falar nada, ele falou *pra* mim que tudo o que eu falasse era indiferente, ele pegou um dos advogados da OAB que *tava* lá no momento *pra* assinar o meu... o que ele tinha proposto, *né?*

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: Como resolução da sentença de ir assinar durante 24 meses o processo e... foi isso.

Entrevistador: Você, você, isso foi imposto a você ou... alguém consultou, alguém te consultou antes de você assinar a... enfim, como que foi essa, essa, essa... solução do, do caso? Alguém te explicou quais eram...

Fernanda: Eu cheguei...

Entrevistador: ...as consequências do caso?

Fernanda: ...eu já cheguei com a sentença de... de acordo e solução, de “olha, você aceita, não tenho nada *pra* te ouvir, nada que *cê* tem que falar, a sentença é essa, você é ré primária”. Na época *tava* tomando posse no Estado e fiquei muito preocupada com isso, porque *cê* tem que tirar as certidões, *né*, *pra* comprovar, ele falou “vai ficar tudo por isso mesmo”, eu falei “mas eu não tenho nem advogado”, aí o promotor chamou o [ri], o advogado no corredor, coitado, nem sabia, não queria assinar de jeito nenhum, mas acabou assinando.

Entrevistador: Tipo, ele, ele se transformou no seu advogado imediatamente?

Fernanda: Sim, eu precisava de alguém *pra* assinar [ri], ele *tava* no corredor, ele não queria de jeito nenhum, “eu não quero, eu não quero” [ri], aí então eu falei “pelo amor de deus, eu quero ir embora [ri], tá, eu sou errada, então *tá* bom, sou errada, assina aí”.

Entrevistador: Entendo. Bem, é... além dessas dificuldades todas que você passou no seu círculo social, você se deparou com alguma outra dificuldade ao exercer a sua profissão de, de professora, no caso, seja em relação ao Estado, a colegas professores, a pais e a alunos?

Fernanda: Sim, com certeza. Eu tive professoras que quando me viam no banheiro feminino entrava e saía, eu quando trabalhei na educação infantil eu tive supervisoras, diretoras e coordenadoras que me observavam durante as salas de aula *pra* saber se eu *tava* molestado alguma criança [ri], alguma criança, eu tive algumas fases assim um pouco complicada, mas ao mesmo tempo acabei desenvolvendo a minha metodologia, a minha didática, de trabalhar com porta aberta, de ser muito bem relacionada com pais e ter esse diálogo e essa mediação entre escola e família, e eu acho que foi isso que me trouxe uma certa credibilidade de ultrapassar a questão das escolas, *né*? A partir do momento que eu comecei a ter esse contato com os pais, é... a credibilidade aumentou até devido a algumas negligências que aconteciam antes e que eu acabava tendo um cuidado maior e trazendo *pra* essa família, *pra* esses responsáveis, a realidade do que acontecia ali dentro do sistema educacional, tanto estadual quanto a municipal, porque eu trabalhei, graças a deus, desde 2012, sempre trabalhei com acúmulo de cargo, eu só afastei meu acúmulo a partir do momento que eu comecei no mestrado, e já *tô* próxima a começar a cumular cargo no [inaudível].

Entrevistador: Ok. Fernanda, como você compara a sua vida hoje em relação ao período anterior à alteração do seu registro civil?

Fernanda: Não tem muita diferença. É... sempre que eu estou... parada em *blitz*, é... em situações de segurança pública eu ainda sinto um certo desconforto, é... e uma certa dúvida também, um certo questionamento. Acho que a gente tem um sexto sentido muito forte, a gente sabe quem *tá* olhando *pra* gente com, com intolerância, discriminação, ódio e quem são as pessoas que realmente nos olham com humanidade, compaixão, fraternidade, enfim, é... eu não vejo muita diferença eu *sa*, hoje não, *né*, a gente *tá* *num* momento de contingenciamento e isolamento social, mas, é... de... alguns anos *pra* cá eu tenho evitado é... vida social noturna, por exemplo, é, festas, bares, boates, pela insegurança de saber se vou conseguir voltar viva *pra* cá devido aos tantos casos de crueldade, pautado em fundamentalismo religioso, por extremismo de ódio e intolerância, é... eu acredito que o que... a experiência, *né*, meus anos de vida têm me trazido é uma... forma de, de me proteger através do isolamento. Então, esse isolamento hoje não me é tão sofrível porque é um isolamento social que eu já faço durante alguns 6, 7 anos, então *pra* mim *tá* sendo tranquilo por querer viver mais, por querer ter uma... uma vida, *né*, uma história, querer viver, eu quero viver pelo que eu sou e os criminosos intolerantes, os que fazem discurso fundamentalista e incentiva aqueles que agem de forma extremista, a gente nunca sabe quando vai encontrar, então eu vivo um isolamento social já há alguns anos e que *pra* mim, nesse momento, não é tão difícil, porque eu já vivencio isso durante algum período, de 6, 7 anos, e que talvez as pessoas estejam experimentando

um pouquinho do que é ser privado da sua liberdade, dos seus direitos de ir e vir, da... igualdade. Aliás, um princípio de isonomia que só *tá* no papel, *né?*

Entrevistador: Sim. Quando, quando foi, foi concluído o procedimento junto ao cartório, o que que você precisou fazer na sequência, Fernanda? Você precisou ir a outro órgão, a outros órgãos, como o Departamento de Trânsito, Receita Federal, você pode contar um pouco sobre isso?

Fernanda: Algumas coisas eu ainda não fiz [ri].

Entrevistador: Faz quantos meses mesmo? Faz mais de um ano, *né?*

Fernanda: É, já faz mais de um ano. É... a minha carteira de habilitação ainda não é retificada, meu RG ainda não é retificado, o que é retificado é só a minha parte burocrática, que foi publicada em Diário Oficial enquanto servidora pública e Receita Federal e... título eleitoral. RG e... carteira de habilitação ainda não. *Tô* tentando [ri]. Eu te confesso que tem uma resistência minha também de não querer perder essa identidade, no qual me contempla e eu sou realmente, extremamente apaixonada em demonstrar, sabe, quase que acaba, acaba que sendo... inconsciente a ação.

Entrevistador: Você, você falando me lembra muito uma pessoa que eu conheço, que inclusive foi entrevistada *pra* esse trabalho, que é a Márcia Rocha, ela sempre também fala da, do ser travesti e ela sempre fala com muito entusiasmo, com muito orgulho e você falando me lembrou um pouco dela.

Fernanda: É, eu acho que a identidade travesti *pra* mim é a minha salvação, é o que trouxe realmente a minha aceitação enquanto indivíduo, enquanto ser humano, em saber que uma cirurgia não resolveria todos os meus problemas porque nós não somos índios, a gente não anda pelada, é... foram anos de psicoterapia, de psiquiatria, ainda acompanho [inaudível] tem que ter uns *remedin pra dá* uma segurada nelas porque é muito difícil a gente não devolver a violência que a gente resolve, que a gente recebe, na mesma moeda e... a identidade travesti foi a minha aceitação, então, *pra* mim, perdê-la, porque é muito difícil, confesso que tomei uma decisão por questões trabalhistas, profissional, tributária, enfim, mas eu não deixo de carregar essa identidade nunca, nunca deixarei de levantar a minha mão e erguer a voz *pra* dizer que eu sou travesti, mesmo com nome e gênero retificado pelo Provimento 73.

Entrevistador: Ok. A... agora a nossa última pergunta, que tem a ver com isso que você disse da sua, do orgulho, *né*, pela sua identidade. Eu queria que você falasse um pouco sobre, é, o seu trabalho enquanto ativista.

Fernanda: Então, eu morei durante 11 anos em Minas Gerais, eu sou conterrânea de São Joaquim da Barra, eu acabei terminando o ensino médio profissional técnico pelo Centro Paula Souza em 1999, [inaudível] eu mudei *pra* Uberlândia, em Minas Gerais.

Entrevistador: Desculpa, em que ano que foi?

Fernanda: Eu me formei em 1999 no Ensino Médio pelo Centro Paula Souza, em 2000 eu mudei *pra* Uberlândia, em Minas Gerais.

Entrevistador: E o... o que aconteceu depois da, da sua mudança *pra*, *pra* Minas?

Fernanda: Então, eu sempre... vivenciei uma vida... uma transição muito difícil assim, sempre eu fui muito afeminada, questão da *hormonoterapia*, de como isso me tornava, a gente nunca teve muito acesso, não tinha, *né*, portaria do SUS, a portaria

transexualizadora, a gente fazia tudo meio que automedicação [ri] e também orientação de quem já vivenciava isso antes. Eu fui passar mesmo, realmente, o meu processo de transição depois que saí da casa dos meus pais e fui morar em outro Estado.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: Aí lá eu comecei a fazer uma faculdade particular, meu pai não tinha condição de pagar os gastos e os custos porque não era só eu, tinha outro irmão comigo, um irmão mais velho, eu comecei a trabalhar, e comecei a trabalhar no gênero masculino, e aí depois comecei a receber o meu dinheiro, comecei a aplicar [ri] a... realmente a... fazer o, a aplicação financeira no meu ideal, que era tomar hormônios, [inaudível] gênero feminino e tudo mais, até que eu trabalhei durante alguns anos e sempre prestando a faculdade federal de Uberlândia, em todos os cursos que tinha dado no meu teste vocacional, até que por fim quando eu já *tava* predestinada a voltar *pra* São Paulo em uma das filiais da empresa que eu trabalhava em Campinas, eu prestei artes plásticas na universidade *numa* prova de habilitação, eu tinha que ter uma prova de habilidades específicas de desenho, eram três desenhos específicos, aí depois tinha a primeira fase, depois a segunda fase, não era tão simples assim, como é hoje, *né não?* [ri] Conseguir acesso às universidades públicas, e o que eu acabei passando, acabei ficando, acabei casando [ri], arrumei um marido e fiquei ali durante 9 anos nesse ciclo e foram 11 anos em Uberlândia, até que eu volto *pra* minha cidade, volto em agosto de 2011, em fevereiro de 2012 eu começo a trabalhar em dois empregos, Município e Estado, município de Orlandia e Estado de São Paulo, e em maio eu perco meu pai, meu pai falece, aí fica somente a minha mãe e os meus irmãos, e em 2016 esse ciclo louco de trabalhar de manhã, de manhã, à tarde e à noite, eu tento mestrado na UNESP, entro, eu não consigo terminar dentro do prazo e aí quando foi o ano passado, em 2018, meu prazo expirou, que são 2 anos o mestrado profissional, meu prazo expirou, eu perco a minha vaga, eu perco tudo, em 2019 eu presto de novo [ri] e consigo entrar novamente e *tô* nessa luta.

Entrevistador: E você já... você já... vamo dizer assim, se envolveu com movimentos sociais, é, especificamente sobre...

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: Só, só reperguntando, a... você já esteve envolvida em movimentos sociais específicos de pessoas trans, é... sempre quando eu falo em trans, eu *tô* me referindo a travestis, transexuais e todas as diversas formas de se identificar com, consigo mesmo, *né?*

Fernanda: É... *tá* me ouvindo?

Entrevistador: Sim, claro.

Fernanda: Eu entrei no movimento social organizado de São Paulo através de um homem trans chamado Régis Vascon, de Campinas.

Entrevistador: Uhum.

Fernanda: E... através do sindicato dos professores a gente acabou participando de uma... de uma ação no sindicato da *subs*, da subsede de Campinas, e aí tem o... [inaudível] lá, que é os presidentes, que acabou fazendo esse vínculo, e o Régis Vascon me convida em 2000 e, em 2013, *pra* participar do Fórum, Fórum Sudeste de

Travestis e Transexuais, ali eu conheci algumas pessoas, dentro delas, a Agatha Lima, no qual a gente acabou perdendo esse ano, e... e também outras pessoas é... do sudeste, como Andreia Lais Cantelli, Fernanda de Moraes, Bruna Benevides, Angela Lopes, Yhanca Pimentel, é... a Anne, a Marianne, é, que é de São João da Boa Vista, entre outras muitas, Rebecka França, enfim, Amanda Palha, Amanda Marfree, ai, são muitas pessoas ali, é... eu conheci, que eu trouxe, Alexandre Peixe, o Léo, enfim, Regina Facchini, ai, é muita gente, é muito difícil *pra mim* lembrar o nome de todas as pessoas que eu consegui conhecer nesse encontro sudeste proporcionado pela Fernanda de Moraes e que o Régis Vascon acabou me trazendo *pra* essa realidade sabendo da minha necessidade enquanto professora sem direito ao uso do nome social, do banheiro, enfim, é... nós acabamos... Taiane Miyake, ai são muitas, Marcella [ri], ai são muitas pessoas assim, a Brunna Valin, enfim, são muitas pessoas especiais que eu carreguei dentro do meu coração e que carrego até hoje, é... e que me trouxe, *né*, esse contato com o movimento social organizado, nem de São Paulo era, olha como, que metida, *né*, foi sudeste, conheci lá Walkiria de La Roche, já conheci em Uberlândia por causa de Sayonara Nogueira, enfim, é muita gente, é muita gente especial, é muita gente que faz parte da minha história, não consigo... citar todas as pessoas que eu mantive contato nesse encontro sudeste de travestis e transexuais em 2013 na ALESP em São Paulo, foi, realmente, um momento mágico.

Entrevistador: Entendo. A... então, a gente pode encerrar aqui, deixa eu só pausar a minha gravação.

ANEXO D – ENTREVISTA COM MÁRCIA

Entrevistador: Márcia, em meados de 2014 você requereu junto à Seção da OAB de São Paulo o reconhecimento do seu nome social no seu registro como advogada. Anos depois, esse requerimento foi acolhido pelo Conselho Federal da OAB, que acabou aprovando o uso do nome social por advogados e advogadas trans. Como você descreve essa experiência?

Márcia Rocha: A experiência foi maravilhosa, eu acho que influenciou inclusive na questão depois do Supremo ter facilitado, *né*, o uso do nome social, a mudança do nome mesmo *pra* pessoas trans. Foi uma luta que no início eu achei impossível, *né*, pra um amigo meu já falecido, um doutor de Bauru, eu, é... Eu estava fazendo uma palestra, eu estava com ele, e quando acabou a palestra, veio uma menina com o *notebook* na mão e falou “doutora, eu não tô achando o teu nome ‘Márcia Rocha’ nos quadros da OAB”, aí eu falei “olha, não vai achar mesmo, procura *Marcão* aí que *cê* encontra, *né*” e aí ela... aí o... o Assis Moreira Junior, que era meu colega de mesa, ele falou “Márcia, precisa” e era colega de comissão também da OAB, ele falou “Márcia, *precisamo* demandar isso aí na OAB, *né*?” e eu falei “Assis, demandar a gente pode, só que vai ser muito difícil, *né*, porque a OAB é muito conservadora” e o Dr. Dimitri Salles tava junto também.

Aí nós compramos essa bandeira, essa briga, fizemos um trabalho, na verdade, *pra* ser muito honesta quem fez o maior trabalho da parte de redação foi o Dimitri mesmo, mas aí nós levamos é... a demanda *pro... pro* primeiro... dentro da OAB São Paulo, e como nós temos muito contato, daí o IBDFAM ficou sabendo e Maria Berenice Dias pediu, que era conselheira, pediu *pra* que fosse estendido *pra* todas as pessoas trans, mesmo pedido, dentro do mesmo processo, pediu que não só fosse dado, mas que fosse estendido *pra* todas as pessoas, e... e quando foi julgado em Brasília eu jamais, imagina, anos depois, *né*, 2017, *né*, eu jamais imaginava que ia ser... aprovado, achei que eu ia ter que... já fui preparada, fui *pra* lá *pro, pro* pleno, preparada *pra, pra* falar, *pra* defender, *pra* falar sobre preconceito, porque eram conselheiros do Brasil inteiro, e muito conservadores na época, *né*? E, no entanto, foi aprovado por unanimidade, *né*, o presidente ficou muito do nosso lado e... então é... várias conselheiras também, uma porção de mulheres apoiaram muito, e aí foi aprovado por unanimidade, foi emocionante, assim, e isso eu acho que foi um marco, que mudou muita coisa, foi um marco até ali a gente tinha muito medo da justiça, da OAB, *né*, dos Conselhos... Dali em diante a coisa foi mudando muito assim, então eu acho que foi um marco muito importante de conquista, foi uma grande conquista, assim, embora fosse só dentro da OAB, *né*, nós depois tentamos, inclusive houve tentativas de é... se fazer isso *pra* medicina, *pra* outros, *pra* psicologia, *pra* outros conselhos, mas a coisa ficou meio *mal parada, né*, mas aí depois o Supremo deu a... a possibilidade de mudança de nome, *né*, sem necessidade de laudo, precisava de laudo médico dizendo que eu era louca, aquelas coisas todas... [ri]. E... então... e de justiça e tudo, hoje basta ir no cartório, então, fazer uma autodeclaração. Ficou bem mais.

Entrevistador: Márcia, é, em uma de suas entrevistas, eu descobri que você, embora seja advogada há bastante tempo, você não tinha um trabalho muito atuante, *né*, você não era advogada que assumia causas, e esse trabalho foi se dando posteriormente, depois, *né*, trabalhos ligados aos direitos humanos, e você comentou também que nessa época do requerimento você integrava uma Comissão da OAB que eu imagino

que seja a Comissão da Diversidade. Como que foi esse papel de você estar mais presente? Como que se deu isso, *né*? De você estar mais presente na OAB como advogada.

Márcia Rocha: Na verdade, a história é assim, veja, eu me formei na PUC e trabalhei numa grande imobiliária como advogada, *né*, por um tempo, depois eu fui morar fora, e o Plano Collor, fora o mercado imobiliário, eu fui morar fora, depois voltei, mas quando eu estava no quarto ano de direito, eu trabalhei na Defensoria Pública, antiga PAJ, Procuradoria de Assistência Judiciária, e lá eu advoguei muito, *né*, a gente é... pessoas que precisavam de advogado, *né*, gratuita, a gente... mas assim, eu era, a minha, a minha Procuradora, que eu era estagiária, minha Procuradora, e fui concursada, inclusive, minha Procuradora disse que a gente, que eu era uma das... pessoas que ela mais tinha visto se envolver, porque eu pegava o meu carro e ia resolver pepino, coisa que ninguém faz. Então... eu advoguei bastante na área de família principalmente, depois trabalhei com imobiliário, contratos principalmente, me especializei mais em contratos imobiliários, tenho empresas imobiliárias. Então assim, eu sempre usei o direito, mas sempre na área mais imobiliária mesmo, *né*, fora essa experiência na Procuradoria, que foi muito rica, é... eu trabalho mais com a parte imobiliária, tudo. Mas a gente sabe, a gente tem noções gerais e tudo. E a lei mudou muito, *né*? Eu me formei, eu estudei, a Constituição de 88 surgiu quando eu *tava* no quarto ano, então mudou tudo, *né*, quando no meio do meu curso, então, assim, eu tive que me atualizar em algumas coisas, mas... fui levando, aí, é, trabalhando na área imobiliária não mudou tanto, *né*? Na parte de, de contratos e tudo, eu trabalhei, tinha umas empresas, montei minhas empresas, fui crescendo e tudo. Mas um dia, é, quando eu me assumi, *né*, publicamente, foi na OAB, porque, na verdade, eu já estava ativista, *né*, já há muitos anos, mas, assim, sem me expor muito. Quando eu é... o Dimitri Sales, inclusive, me convidou pra... foi a pessoa que me convidou *pra* fazer parte da Comissão da Diversidade da OAB, então 2014 se me engano, 2013, 2014, que eu entrei, já *tô* na terceira ou quarta gestão já, eu *tô*, eu sou ainda membro da Comissão, *né*? E... e aí ele me convidou *pra* ir num evento, na verdade, palestra num evento da OAB, e... foi um evento muito grande e... era o evento principal que era feito pela, da Comissão todos os anos, e eu fui como palestrante e contei um pouco da minha história, tinha tido aquela história da lâmpada, *né*, ali na Paulista, e era no Gazeta o evento, então eu falei... “eu sou advogada, sou empresária, pago meus impostos, pago muito impostos, mas se eu, eu posso sair daqui e tomar, e tomar um tiro simplesmente por existir, *né*?”. E aquilo marcou muito, as pessoas começaram dali em diante a me chamar *pra* fazer palestra pelo Brasil inteiro, *pra* faculdade, *pra* Seções, Subseções da OAB, e a palestra que eu faço *pra* advogados chama “o direito de existir”, *né*? E... e imediatamente a Doutora Adriana Galvão, que era a Presidente da Comissão na época é... me convidou *pra* fazer parte da Comissão, eu integrei e já estou, já trocou de, de presidência e eu continuo lá, *né*? Continuo fazendo parte, trabalhando, fazendo palestras, aulas, cursos, então... Me formei, aí eu fiz um curso de, de pós-graduação em educação sexual também, que eu gosto muito dessa área e... e hoje eu dou aula também, além de tudo, *né*? Dou aula em pós-graduações e tudo.

Entrevistador: Ótimo. Márcia, é, essa decisão de procurar a Seção da OAB de São Paulo *pra* ingressar com esse requerimento, é, você considera uma decisão que foi fácil de ser tomada? O que te motivou a tomar essa decisão?

Márcia Rocha: Do nome?

Entrevistador: Isso.

Márcia Rocha: Então, foi aquilo, já, a menina falou “não tem seu nome aqui nos quadros da OAB”, o... o... o Assis Moreira Junior, falecido, falou *pra* mim “Márcia, *vamo* demandar”, ele era um querido, *né?* Eu falei “ah, a gente, a gente pode, *né?* O não a gente já tem, *né?*”. Então não foi uma decisão difícil porque na, assim, depois teve todo o trabalho de estudar, de pensar como, o que pedir, houve uma divergência porque o Dimitri e o... o Assis achavam que eu tinha que pedir a mudança do nome, *pra* usar só um nome, e eu não quis, falei “não, não, eu quero ter os dois nomes, eu quero dois nomes no meu documento da OAB, eu quero o nome de registro em cima e o nome social embaixo”, aí eles “mas por que?”, e eu falei “porque eu não quero mudar meu nome, *né,* é uma decisão minha, primeiro porque enquanto ativista é mais marcante ter os dois nomes, eu, eu, eu, eu sou o que eu sou, eu sou travesti, *né?* E... combato esse binarismo doentio, *né,* era uma forma até ativista de, de agir, mas também porque eu tenho um monte de empresas, eu, eu teria que mudar uma quantidade imensa, de cartórios, de papel, de assinatura, de uma, que não me compensava, *né,* assim, daria um trabalho monstro. Eu queria ter o direito de ir numa audiência e usar o nome Márcia Rocha, condizente com a imagem, *né,* minha e... foi essa demanda, então, essa foi a divergência e, e no fim, seguindo, lógico, o que eu tava pedindo, é... e... e nós seguimos esse, essa linha, e... foi concedido, *né,* integralmente, eu tenho dois nomes na minha carteira profissional, acho que eu sou a única pessoa no mundo, *né,* ou pelo menos fui a primeira, *né,* a ter dois nomes, um masculino e um feminino num documento federal, *né?*

Entrevistador: Entendo. Então, só *pra* eu tentar esclarecer um pouquinho esse ponto, o seu desejo de constar os dois nomes, seu nome social e o seu nome de registro, é... *tá* diretamente relacionado com a forma que você se, se entende, *né,* como travesti?

Márcia Rocha: *Tá* relacionado com essa questão não-binária e também é... está relacionado, porque essa coisa de travesti ou não travesti, ou, cada lugar tem um nome, aí já entra a parte da educação sexual, da minha especialidade em sexualidade. É... na Índia tem *hijra,* *né?* No México tem *muxes.* Existem nomes *pra,* *pra* trans, não-binárias, em muitos lugares, *né?* Na Tailândia tem *ladyboy,* então a gente é... travesti é um nome no Brasil, *né?* É uma característica que tem um sentido diferente, então as meninas falam transexualidade, quer dizer *crossdresser,* é a mesma coisa. É diferente do sentido daqui, aqui é uma identidade mesmo, no Brasil. Então, é... eu, eu *pra* combater essa questão de binarismo, eu tenho, eu sou mulher, então eu tenho que me enquadrar no modelo padrão de feminino, apanhar do marido, servir a mesa, ser, ser submissa, entende? E eu não... não me enquadro, então, é... eu falei “não”, eu... eu sou feminista também [rindo], então eu falei “não, vamos fazer, eu quero realmente ter dois nomes até *pra* mostrar *pras* pessoas que o nome masculino ou feminino, ou gênero, não define ninguém, nem títulos, nem rótulos, *né?* A gente é, cada um é único, *né?* Então eu sou Márcia Rocha e também sou Marcos Rocha, às vezes me ligam aqui no, no trabalho e falam “eu queria falar com o ‘seu’ Marcos”, [e responde] “pois não?”. Eu vou ficar explicando *pro* cara “me chama de Márcia”, não sei o quê. É negócios, já passou meia hora, eu *tô* aqui discutindo com o cara, explicando *pra* ele, “mas tua voz, mas, mas aí, mas por que?”, não, não tem nada a ver, eu falo só assim “pois não?”, oh, e engrosso a voz, “pois não, que que o senhor quer?” [fala com a voz mais grave], *né?* Vou fumar um cigarro [acende um cigarro], então... é isso.

Entrevistador: Você comentou que você se considera feminista, né? É... e aí eu lembrei, conversando com uma das minhas entrevistadas, que ela diz que... é... a partir do momento em que ela assumiu a própria identidade publicamente como mulher trans, que ela passou também a... a entender melhor certas questões femininas, que antes ela não entendia. A questão do preconceito é... do machismo, do assédio. Isso se fez presente na sua vida também?

Márcia Rocha: Muito. Eu pretendo um dia até escrever sobre isso, eu tenho muitas experiências, muitas, marcantes mesmo, assim, muito fortes é... mas assim, basicamente quando eu comecei minha transição, foi a primeira experiência que eu tive, eu fui *pruma* balada à noite, no salto alto, de vestido. Quando eu voltava, voltando *pro* meu apartamento, tinha um apartamento ali no Arouche, quando eu tava voltando *pro* meu apartamento, já era noite, já era tarde, tava escuro, e três caras vieram lá de longe, vieram correndo, [inaudível] vieram correndo, eu saí correndo, um salto alto, *pra* chegar até a porta, morrendo de medo, querendo entrar, porque eu não sabia o que ia acontecer. No fim, eles iam só brincar, não iam fazer, acho, nada, assim, mas a porta abriu, eu, eles chegaram antes, a porta abriu e eu entrei. Mas foi a primeira vez na vida que eu entendi o que era uma vulnerabilidade feminina, né, diante do machismo, diante da, da, a objetificação da mulher, da, da vulnerabilidade, de você não poder estar em um vestido justo, de salto alto, em algum lugar à noite, porque você, é como se você tivesse disponível, ou algo assim, ou desse o direito de alguém vir e, de uma forma é... mais, é... agressiva, ou mais incisiva *pra* cima de você. Então, foi a primeira. Tiveram várias, tiveram várias outras, é... situações de, de preconceito por ser trans também, mas por ser mulher, de modo geral, várias. Tem um lado bom, às vezes abre, puxava cadeira, abria porta, isso é uma coisa que nunca tinha vivido também. Entrar no restaurante, o garçom vem, puxa, ai e tal, mas eles são super gentis com a gente, né? Comigo, então, são, são, são... o mundo muda com você, né? O mundo realmente muda com a gente *pro* bem e *pro* mal, né? Então você se torna aquela pessoa é, que é objeto de desejo, que é objeto de, de... que precisa ser cuidada, que precisa ser tratada bem e que na verdade às vezes tem segundas intenções ou não, mas, enfim, é uma realidade que muda e eu senti muito profundamente isso e comecei a entender, é... dentro do feminismo, depois eu entrei no movimento feminista também, participei de muitos, muitas reuniões assim de feministas até bastante radicais, né, mais... foi uma experiência que marcou, e que eu preciso um dia ainda escrever sobre isso, colocar *pra* fora, porque foram, tem muitas histórias e muito, muito bacanas assim, muito, muito simbólicas, muito...

Entrevistador: Por favor, *publica* esse livro. Ô, Márcia, é... ainda sobre... o requerimento lá com a Seção de São Paulo da OAB, é, você se recorda basicamente dos fundamentos desse pedido? Jurídicos ou não jurídicos?

Márcia Rocha: Dentro da OAB? *Pro* nome?

Entrevistador: Isso, do requerimento do nome social.

Márcia Rocha: Olha, dignidade da pessoa humana, basicamente nós, nós falamos da dignidade da pessoa humana, da... da, do constrangimento de você ter uma imagem feminina e... e aconteceu comigo, de ir *num* cartório e a moça, e eu me apresentar como Márcia Rocha e ela olhar o documento e falar “não, você é Marcos e acabou. Aqui é sério, a coisa aqui é séria, aqui a gente não pode tratar, não é, não é brincadeira, isso aqui é coisa séria, tem que chamar pelo nome de registro”. E eu não tinha tempo naquele dia *pra* ficar dando aula *pra* mulher, né? Então, é... tive que

aceitar, então naquele momento, correria, mas... então é... esse tipo de constrangimento, falar do constrangimento, da dignidade da pessoa humana, do direito à identidade, do direito ao nome, *né?* Tudo isso foram os argumentos que, inclusive, depois me pediram exaustivamente nos processos de, de, no Supremo, *pra, né?* No caso... pedindo o nome e etc. Então, mais... é... e em vários municípios também porque foi uma, uma, teve, eu consegui, mas já tinha alguns municípios, se não me engano, Porto Alegre e... alguns outros municípios pequenos que tinham conseguido o uso do nome social, mas era uma, era uma carteira... que não valia nada, só valia ali na cidade é, depois teve Bauru, teve outros vários municípios, é... que permitiam aí uma carteirinha só municipal com o nome social, então, e era uma guerra *pra* conseguir isso, *pra* conseguir aprovar esse tipo de coisa. Então... é... mas essa argumentação nossa eu acho que foi usada depois bastante, é... as pessoas tiveram acesso e tudo, *né?* Que, *pra* fazer justiça, foi muito o Assis Moreira Junior e o Dimitri Salles quem... que, que elaboraram, é lógico que participei de todo o processo, a gente trocava ideia, “não, isso aqui é melhor assim, melhor assado”, mas o *Dimi*, o Dimitri Salles fez bastante, eu diria que ele fez pelo menos metade do trabalho, de redação, inclusive, foi ele.

Entrevistador: Entendi. Então, é, se eu entendi bem, você também acredita que o fato de isso ter passado, vamos dizer assim, pela chancela da OAB, que é vista como uma instituição séria, muito técnica, é, você acha que isso abriu as portas para que a gente tivesse outras conquistas em relação ao nome social, ou mesmo em outras relações da população trans, outras demandas da população trans?

Márcia Rocha: Acho. Eu acho que não só a questão do nome, mas, assim, quando eu me assumi, o que que aconteceu? A minha existência foi muito simbólica. Por que? Pela primeira vez uma travesti que não queria ser, que tinha algumas transexuais assim de elite, *né?* Fazem cirurgia, mudavam o nome, se enquadravam como mulheres, que nem, *né*, filha de jogador, filha de, de pessoal, de artistas e tal. Pela primeira vez uma pessoa que tinha empresas, que tinha cultura, que viajou o mundo inteiro, que escrevia, que lia, que sabe falar, falava “não, eu sou travesti desde que nasci e não quero ser mulher, não sou mulher, nem homem, eu sou eu e” [batendo na mesa], um discurso meio Letícia Lanz, *né?* Incorporado, e... que é minha amiga, que a gente construiu muita coisa juntas, é assim, construiu em termos acadêmicos, *né?* Muita coisa, é... e... e é isso, e aí eu, eu, eu falei “não, eu quero ser eu, eu quero, *né*, ser quem eu sou, eu não quero me enquadrar em um modelo pré-estabelecido de ser humano, rótulo de ser humano nenhum, eu quero ser eu” e foi muito simbólico isso, eu acho que repercutiu muito, comecei a fazer palestra pelo Brasil inteiro, em Seções da OAB, *pra* Conselhos Federais, *pra, pra* psicologia eu fui, *pra...* é... entidades do Judiciário mineiro, Ministério Público, de, de juízes, *né?* Então eu comecei a... teve dois desembargadores que me procuraram “como é que vai ser isso? Uma pessoa com um nome, como é que vai?”. Então, vocês vão ter que aprender a lidar, *né?* Foi resposta não minha, da minha presidente da Comissão, da Adriana Galvão, doutora Adriana Galvão, respondeu, falou “não, vocês vão ter que ajustar, *né*, façam aí o, *né*, uma elaboração”, e não houve problema, *né?* É muito simples, eu vou em audiências hoje, eu vou, eu fiz sustentação oral no tribunal, fui muito bem recebida, é, então, assim, é... eu acho que é... às vezes a gente não consegue as coisas porque não tem, *né?* Não busca, e às vezes a solução é muito mais simples do que, a realidade acaba sendo mais simples, a gente imagina monstros e dragões que não existem às vezes, *né?* É... Então eu acho que toda, não só, lógico, é, só eu, *né?* Mas eu acho que a minha existência e fazer parte da *World Association for Sexual Health*, em 2015 eu

passsei a fazer parte, fui convidada, para, por exemplo, trabalhos acadêmicos no mundo inteiro, acabei de apresentar no ano passado um médico, elaborei um documento em Nova York em 2015, elaborei outro documento no ano passado, e agora também fiz a tradução do português, é, faço um trabalho internacional forte, fui convidada pra ir *pro* Japão agora em setembro, então eu acho que isso tudo mostra, fez com que, é, taí o TransEmpregos *né?* Projeto que eu criei e que... fez muita gente sair do armário, fez muita gente se assumir, e mostrar, hoje tem diretora de multinacional trans, mais de uma, *né?* Mostrou que as pessoas podem, que é possível *né?* As pessoas tinham muito medo, “ah, não, se eu me assumir vou perder o emprego” e perde, perdia mesmo, ainda perde, dependendo da onde *tá*, perde carreira, perde emprego, perde família, mas... me procuravam, às vezes me procuravam umas pessoas e falavam “Márcia, ai que inveja de você, eu queria poder me assumir, mas eu não tenho coragem, senão vou perder o emprego” e perde mesmo, mas muita gente, muitas pessoas resolveram é... criar coragem e assumir, e eu acho em grande parte, e aí com esse *boom* de pessoas cultas aparecendo, pessoas, ficou muito claro, aquela ideia de que travesti, aquela pessoa de rua, sem privilégios, não era verdade, *né?* Aí tem Letícia Lanz, a própria Letícia Lanz, tem Laerte Coutinho, tem Maite Schneider, tem outras pessoas, várias outras que foram se assumindo, que já eram assumidas ou foram se assumindo, tem Daniela Torres da KPMG, tem várias que foram se assumindo, e aí as novelas começaram também a mostrar, tem história, a história daquele menino homem trans que teve na novela, que é uma história muito parecida com um sobrinho meu, *né?* Então essas, essas, essas, o mundo foi mudando, eu acho que a gente é... deu um belo *pé na porta* e... aí a boiada foi passando, e as pessoas começaram a perceber, bom, que não vai ter mais jeito, *né?* Eu acho que a gente nós vamos ter que fazer alguma coisa, e aí eu acho que o Supremo percebeu, eu acho que, que é lógico, com as demandas todas, *né?* Com partido político também, e aí a determinada ação da homofobia, que eu acho que foi até um pouco de reação ao Bolsonaro entrando com o discurso dele, eu então acho que bem, *per aí*, daqui pra lá *cê* não passa, acho que foi, a questão do aborto ficou meio que parada, porque aí eu acho que é um pouco, já é, talvez seja um pouco demais, *né?* Embora eu apoie de certa forma é... a modificação, o relaxamento da lei do aborto, mas é... são questões muito polêmicas, então, já era polêmica, mas assim, direito de minoria, direito básico, direito constitucional, direito à existência, e olha, e veja, o Brasil é um dos países mais, com melhores leis do mundo hoje por conta dessas mudanças todas, *né?* Então... é... ainda é muito difícil lá fora, por isso que me chamam lá fora, eu acho, *pra* ver se eu planto umas sementinhas lá fora também, porque não é assim, o pessoal fala, “eu não aguento mais esse país, preciso sair daqui” e vai *pra* onde? Que país que *cê* vai? Eu fui super discriminada na rua, isso foi horrroso, *né?* Na Itália passei, fui discriminada de dia na Itália travesti não anda, *né?* Só a noite, *né*, nos becos escuros. Então, são coisas assim, o pessoal tem uma imagem lá de fora, que não é, *né*, que é muito... tem país onde a homossexualidade é crime com pena de morte, então a gente precisa ter um pouco de, o Brasil é o país que mais mata, eu falo, mata porque tem, *né?* Porque onde não tem gay, não aparece nenhum gay, que pode sair na rua de mão dada, ninguém pode contar que é gay porque morre, então... nesse país não morre, *né?* Aqui tem muita travesti na rua, elas vivem em situação de vulnerabilidade, extrema vulnerabilidade, estão muito expostas à violência de toda a sorte, às vezes a própria, a própria, uma trans mata a outra, *né?* Eu falo assim, “gente, se é o país que mais mata trans? É. Só que precisa ver qual circunstância, às vezes a própria travesti matou a outra, *né?* Às vezes é marido, às vezes namorado, então... ainda existe, existe violência transfóbica, é, de, de cortar em

pedacinhos, com requintes de crueldade, *né?* É... botar fogo e tal, é... existe, eu tomo meus cuidados também, já sofri algumas violências, não físicas, mas já sofri, vários, existe realmente, mas... é... eu acho que o Brasil, hoje, eu poderia dizer, com o TransEmpregos, com esses movimentos todos de empregabilidade, com essa coisa do nome, com essa coisa da criminalização da homofobia, o Brasil serve de exemplo *pra* muitos países do mundo, muitos mesmo, *né?* Então... eu acho que a gente, eu, eu falava muito isso, “ó, eu me orgulho muito de fazer, de ter feito parte dessa luta, hoje *tô* ficando cansada, já *tô* ficando meio, mas é... foi uma, uma luta bem, bem... intensa e que trouxe, é, satisfação assim.

Entrevistador: Márcia, depois que você teve o direito de utilizar o nome social na sua carteira profissional, você sente que concretamente mudou algo na sua relação, na sua interação com os membros da OAB, é, com outros profissionais? Porque a gente sabe que uma, que um objeto de conflito, de atrito, é aquela relação interpessoal com as pessoas trans, às vezes *tão num* ambiente, são maltratadas, só de estarem ali, é, você acredita que mudou algo concretamente na sua relação com os membros da OAB, com os membros do Tribunal de Justiça, com outros colegas advogados?

Márcia Rocha: Olha, na verdade, São Paulo tem uma lei muito poderosa, lei 1099, 10, 10.948 de 2001, ela não é nova, ela é muito mais velha que eu no ativismo, e... ela é muito incisiva, ela proíbe qualquer tipo de discriminação, e a Comissão, a nossa Comissão, tem convênio com a Secretaria de Justiça há muito tempo. Quando eu entrei já tinha, *tava* sendo criado, tinha acabado de ser criado. Então ela funciona *pra, né?* Porque todos os Estados têm, só que não funciona, aqui em São Paulo ela funciona, então as pessoas, é... fazem capacitação às vezes *pra* saber, faziam, *né?* Uma capacitação *pra* saber como lidar com pessoas LGBT, pessoas trans, por medo, porque, por exemplo, os outros podiam ser exonerados do serviço público, *né?* E... mesmo na iniciativa privada, algum estabelecimento podia ser multado, e era mesmo, era multado, ainda é, multado, dobra a multa, triplica a multa e cassa a licença, então, é... assim, é... eu nunca, dentro do fórum, alguns casos de cartórios, algumas poucas coisas lá atrás, eu nunca tinha tido, eu não tinha tido muito problema, *né?* Fora, alguns casos práticos, de ter que chamar, de ter que chamar pelo masculino é... hoje eu sinto que é até engraçado porque eu faço petição assim assinando com os dois nomes e eu percebo que, dependendo do juiz, o juiz é um ser humano, dependendo do juiz, quando ele percebe que é uma pessoa trans, às vezes ele... subestima você, *né?* Você não sabe quem é, dá uma, eu tenho essa sensação, posso até tá sendo injusta, mas eu tenho essa sensação às vezes. Às vezes não, às vezes normal, o processo, as coisas acontecem normalmente. Presencialmente, quando eu entro *numa* sala de juiz, eu tenho uma sensação de que ele tem medo de fazer besteira, todos eles [sorrindo], [emula um gesto de surpresa] sabe, a senhora, de uma forma muito... assim... é... educada, muito cordial sempre, mas eu sinto às vezes uma coisa meio de, um certo nervosismo, eles ficam um pouco com medo realmente de fazer algum bobagem, *né?* Porque a lei mudou, hoje, hoje eu sou uma pessoa muito tranquila, se alguém erra, eu, eu falo “olha, me chama no feminino”, não tem problema, *né?* Mas eu percebo uma preocupação, já aconteceu em delegacia, já aconteceu em cartório, já aconteceu no juiz, dentro de sala de juiz, hoje as pessoas têm [ênfase no têm] uma preocupação em não errar, de tratar bem, de fazer uma coisa, não te discriminar, isso é bom, eu acho que é uma, essas medidas são muito educativas, *né?* E é óbvio que se a pessoa tem um preconceito, não é uma lei que vai tirar de dentro dele, *né?* A pessoa tem que *tá* lá, mas, ele pelo menos, ele agiu, ele sendo obrigado a agir de uma forma cordial, ele não *tá* replicando o preconceito dele, espalhando por aí, coisa

que algum político, nosso presidente às vezes faz, *né*? É muito nocivo, muito ruim, você falar coisas que acabam dizendo “ai, então eu posso também”, *né*, falar, eu não posso também ser, ele não pode, *né*, como o racismo, *né*, que agora é a mesma coisa, é, como a homofobia, é, como o racismo, mudou muito o racismo, eu quando cresci, é piadinha de, de negro era uma coisa terrível, que hoje não tem. Então eu acho que, eu acho que educa, eu acho que prepara as próximas gerações, eu acho que é muito bom e agora *tamo* focando muito na questão da mulher também, *né*?

Entrevistador: Sim. Márcia, é... Em relação ao requerimento da, da Seção da OAB, como que você avalia o tempo e a forma em que ele se desenvolveu?

Márcia Rocha: *Pra* quem tá dentro, demorou muito, *né*? Mas se a gente for pensar em termos reais, de realidade do planeta, eu acho que até que foi rápido, *né*? Porque na verdade não houve uma contestação, não houve uma resistência, o que houve foi o seguinte: primeiro nós pedimos aqui, no Conselho Estadual, aí na época o Dr. Marcos da Costa apoiou é... integralmente e aí, foi *pro* Conselho Estadual, e aí os conselheiros levantaram as questões, “olha, precisamos pensar como que vai ser feito isso”, porque a carteira é federal, aí temos que levar *pro* Federal, aí entrou Maria Benice, levou *pro* Federal, é... e aí no Federal houve o mesmo questionamento: como vai ser feito isso, como é que vai ser feito, onde vai ficar o nome, como é que vai ser feito, como é que vai ser... eu já tinha foto feminina porque a minha OAB venceu e eu fui lá *pra* renovar, eu fui assim, ó, eu não ia com terno e gravata, *né*? E aí a moça que tirava a foto, que fazia a carteira, falou “*pera* um pouquinho”, foi lá dentro pedir, perguntar, “o que que eu faço?”, tem o nome de Marcos com essa imagem, *né*, e... e a pessoa, chefe dela, me conhecia lá da profissão e falou “não, ela pode sim”. Então o primeiro passo foi esse na verdade, que eu tinha medo que falassem não, *né*? E aí, o que que eu ia fazer? Ia ter que ir *pra* justiça, *né*? Mas foi feito, *puseram* a foto feminina com o nome do lado, só a foto ficou feminina, primeiro passo, aí isso tava correndo já o processo aí, foi *pra*, *pro* Conselho Federal e eles criaram um grupo de trabalho *pra* estudar a questão legal, se era possível, como é que ia ser feito, onde ia ficar o nome, que nome ia ser e tal. Então a demora foi por conta técnica, foi por questões técnicas, e não por preconceito, ou por brigas, ou nada, não a houve resistência, ninguém falou “não, não pode!”, houve alguns questionamentos, os desembargadores, como eu falei, alguns questionamentos, mas questionamento, ninguém foi contra, *né*? Isso foi, foi, eu acho que o tempo foi justo, três anos, na verdade.

Entrevistador: É... eu sei que você já falou é... um pouco sobre essas questões, mas eu gostaria de te perguntar, você considera que o seu reconhecimento, o reconhecimento do seu nome social na sua carteira de advogada é mais útil, ou mesmo mais importante que o reconhecimento de seu nome social no seu registro civil?

Márcia Rocha: Eu acho, veja, eu não pedi, *né*, no meu registro civil, e às vezes me perguntam “porque que *cê* não faz?”, *né*, por umas razões que eu já falei.

Entrevistador: Uhum.

Márcia Rocha: Mas eu acho o seguinte, cada um é um, *pra* muitas pessoas é importantíssimo, *né*? A pessoa faz cirurgia, a pessoa é passável, *né*, que a gente fala, ela realmente passa por homem ou por mulher, ela... a pessoa tem uma vida construída, ela constrói uma vida já transicionada, ela precisa do nome, um nome condizente, *né*? Então é, e ela tem direito, ela não quer que saibam que ela é uma

pessoa trans, ela não quer, meu ativismo é levantar bandeira “eu sou travesti, eu sou trans”, *né*, porque a Letícia Lanz fala uma coisa que é muito verdade, que vale *pra*, *pra* nós, não vale *pra* todo mundo, que é o seguinte, ela fala é... a pessoa que faz transição, muda o nome e se invisibiliza, ela é uma cis enrustida, é uma pessoa cis, que não é trans, *né*? Ela quer ser uma pessoa cis, *né*? Isso não ajuda a demandar direitos, essa, isso não ajuda no ativismo, nem todo mundo que tem que *tá* no ativismo, a pessoa pode não querer contar que é gay, a pessoa pode não querer falar, que saibam que é lésbica, eu conheço, mil parênteses, tem pessoa que ninguém sabe, eu sei, mas também ninguém sabe, e a pessoa não é obrigada, ah, mas ninguém é obrigado a nada. Então eu acho assim, a alteração do registro civil ela é importantíssima *pra* muita gente, caso de vida ou morte *pra* muita gente, é caso de sobrevivência *pra* muita gente, eu conheço pessoas em cargos públicos importantíssimos que ninguém sabe que é trans, eu sei que é trans porque me contou, porque não parece, e *tá* lá em Brasília em cargos importantíssimos e fala “cara, ninguém aqui sabe que eu sou trans”, mudei o meu nome, fiz cirurgia e mudei meu nome, ninguém sabe, eu não quero que saibam, porque eu vou sofrer”, então às vezes é caso de vida ou morte, às vezes é caso, são casos seríssimos, então eu acho importantíssimo existir a possibilidade de, *né*? Agora, tem gente que é maluca, que fala “não, eu não quero, eu quero me expor, eu quero tomar um tiro se for o caso, eu vou lutar”. Então, é... *pra* dar visibilidade *pra* população, *né*? Então é uma escolha, *né*?

Entrevistador: É... bem, você comentou algumas, alguns constrangimentos, vamos dizer assim, que você já teve em relação ao seu, à utilização do nome social, de algumas pessoas que não quiseram reconhecê-lo, é... e a gente sabe que as pessoas trans no cotidiano, elas passam por uma série de outras dificuldades, principalmente na relação de, na utilização de espaços públicos, tem até uma questão que *tá* sendo discutida no Supremo, que sobre a utilização...

Márcia Rocha: Banheiros.

Entrevistador: ...dos banheiros. É... como que, vamos dizer assim, essas dificuldades aparecem na sua vida e como você lida com elas?

Márcia Rocha: Olha, eu, é, banheiro. Eu sempre usei banheiro desde a época em que tava ainda no meio de transição, uma coisa meio indefinida, *né*, não era muito feminina. Às vezes acontecia de alguém olhar meio esquisito, mas nunca falaram nada. Uma única vez que uma faxineira do banheiro quase que, eu percebi que ela ia falar, só que eu já *tava* saindo, eu tinha usado o banheiro, *tava* lavando a mão, eu vi que ela veio e tal, eu já lavei a mão e *saí fora* e, e fui embora, e aí ela não pôde falar nada. Agora, é... se precisar, vou falar. Se tiver uma situação, eu vou falar, “escuta, *cê* é fiscal de pinto? *Cê* sabe se eu tenho, se eu sou operada, se eu mudei meu nome, se eu tenho, você não sabe nada, que que *cê* tem? Quem é você *pra vim* querer ser? Tô fazendo alguma coisa errada? Cometi um crime? Porque essa história de “ai, travesti vai no banheiro *pra* estuprar”, isso é a coisa mais ridícula que existe no mundo, porque isso nunca aconteceu, *né*? Que é argumento deles lá, “imagina um homem vestido de mulher indo *num* banheiro feminino”. Se o cara cometer um crime, [inaudível] no crime não se, é... pressupõe, se ocorre, *cê* pune, se ocorre, *cabou*, *né*? Então é ridículo, é absurdo, legalmente é ridículo, é... a pessoa usar o banheiro. Imagine só, eu falei, eu já disse isso publicamente, e vou falar *pra* você, se o Supremo, vamos supor, isso não vai acontecer nunca, se o Supremo decidisse que trans não pode usar o banheiro de acordo com o seu gênero, eu vou chamar um jornalista, uma amiga, e vou, eu sou sócia do Clube Paulistano, eu vou *num* domingo lotado de verão

no banheiro, no vestiário masculino do Clube Paulistano e vou ficar pelada, porque o vestiário masculino do Clube Paulistano não tem separação, é tudo aberto, *tá certo?* Eu cresci indo lá. E vai *tá* cheio de *criancinha*, e aí os papais vão ter que explicar *pros* filhos porque que aquela moça tem pinto e peito, e tudo bem, entendeu? E bumbum e marquinha de bumbum, porque eu tenho um corpo, eu fiz lipoescultura, tenho um monte de coisa, então eu vou, entende? Não é a decisão? Não é esse banheiro que é pra eu usar? Então eu vou usar. Não vai acontecer, entende? Eu inclusive falei, se for negado, vou fazer um movimento para que todas as trans façam isso. No Brasil inteiro. Eu conheço trans *pra cacete*. Homens trans, inclusive. Homens trans vão ao banheiro feminino e vão tirar a roupa e vão ficar lá, musculosos, barbudo, careca, e vão ficar, entendeu? Eu acho que tem que ser porque é... *pra* mostrar o ridículo, entende? O banheiro que eu tenho que usar é o banheiro condizente com a minha imagem, que eu não *tô* ali pra fazer nada, *tô* ali *pra* usar o banheiro. Então é uma questão, são questões, veja, isso é ato político, *né?* É uma coisa de militância, vou ser presa [rindo].

Entrevistador: É uma desobediência civil ao contrário?

Márcia Rocha: Não, é uma concordância civil.

Entrevistador: É uma obediência civil?

Márcia Rocha: É uma concordância civil. É uma concordância civil, não é isso? Então eu acho, veja, é... É o, é mostrar o ridículo, *né?* Eu acho que é mostrar o ridículo. Então eu, isso não vai acontecer, porque o Supremo é muito consciente, *né?* A menos que mude, o Supremo daqui *pra* frente. É... mas assim, são questões que... que a gente tem que às vezes mostrar, *né?* Por que que, qual é o, que que acontece no banheiro? Onde é, outra coisa que eu falo também, onde é o banheiro masculino e feminino na tua casa? *Né?* Tem empresas hoje que têm o banheiro misto. Eu fui em algumas, *né?* Algumas. Várias. A PUC de São Paulo tem um banheiro misto. Tem masculino, tem feminino e tem o misto, vai quem quiser, entende? Então, eu acho que é ridículo essa condição, eu quando tinha 17 anos, eu fui na Suíça, com 17 anos, faz tempo, gente, e... e... E já existia baladas com banheiro misto, *né?* Depois os Estados Unidos também e tal. Então eu acho que é ridículo, eu acho que pessoa vai lá fazer xixi, entendeu? Lavar a mão, *dá* um retoque na maquiagem, [inaudível]. Quem quer fazer um banheirão, vai fazer de qualquer jeito, em qualquer lugar, [inaudível], então é isso, eu acho.

Entrevistador: Ô Márcia, é... em um de seus textos, que você escreveu *pra* aquele “Seminário Fazendo o Gênero” é... você se descreve, dentre outras características, como uma travesti de classe alta, empresária com notável patrimônio e advogada que fala três línguas. Você acredita que esses elementos possibilitam uma maior aceitação da sua identidade de gênero?

Márcia Rocha: Olha, existe um código é... invisível, não escrito, de comportamento, *né?* De a gente sabe quem tem berço pelo jeito de comer. Então, por exemplo, quando eu vou ao Clube Paulistano, às vezes eu entro no Clube Paulistano *pra* almoçar com a minha mãe, com a minha filha, ou *pra* jantar, e às vezes na hora em que eu entro, algumas pessoas assustam com a minha presença. Na hora que eu sento, me comporto, peço minha comida, *tô* comendo à francesa, sei me comportar, melhora. Eu percebo que melhora. É sensível isso, em restaurantes, em vários lugares. Eu não falo palavrão, eu, eu sou discreta, *né?* Sei ser discreta e sei ser escandalosa, vou *pra* balada, sei ser escandalosa, sei ser travesti também. Gosto, *né?* Mas eu sei aonde

eu tenho que ser o quê, *né?* Como me comportar nas empresas, como eu vou lidar com diretores de multinacional, eu sei qual é o código de vestimenta, eu sei qual é o código de, o que eu devo ou não falar, o que eu posso ou não falar, como falar. Então isso faz muita diferença. Outro dia eu tava *num* evento, agora, no dia 29 de janeiro, dia da visibilidade trans, eu falei que educação, infelizmente, não é algo que você pega uma pessoa com 40 anos e dá educação *pra* ela, a educação vem de muito cedo, educação que eu *tô* falando é... sentido amplo, desde a forma de se comportar, até conhecimento, cultura etc. É muito triste isso, deveria ser a nossa meta hoje enquanto educadora, inclusive, é que se expanda isso e veja o que estamos tentando fazer, impedir isso. Por que? Porque *pra* alguns grupos, a ignorância, terra plana, é essencial *pra* que eles possam exercer o poder deles através da ignorância do outro, *né?* Então é... isso é muito complexo, são uma questão que dá até uma tese de doutorado de sociologia assim. Faz, *né?* Eu gosto muito de antropologia, de sociologia, estudei muito, tenho muitos amigos doutores em antropologia, sociologia, eu acho que eu comecei o meu ativismo inclusive nesse meio, que foi andando com esse povo todo maluco aí e... aprendi muito, vivi muito, estudei muito, e eu vejo a coisa de uma forma ampla. Falar três línguas ajudou muito, no dia que eu, teve um congresso mundial é... eu fui fazer uma apresentação de pôster. Só que na apresentação do pôster ali, vinha gente falar comigo em inglês, eu falava inglês, vinha outro em espanhol, falava espanhol, falava inglês, falava espanhol, pessoal ficou, no salto alto 15, com vestidinho, vestido, linda, toda plena, maquiada, o pessoal ficou passado, falou “gente, que que é isso? Da onde veio esse ser?”. E aí me chamaram *pra* fazer parte dessa associação é... e com conteúdo, *né?* Porque tinha conteúdo nos *dois* pôster que eu tava apresentando, *né?* Eu tirava dúvida, dizia o porquê e tal. Então... é... as pessoas me chamaram para fazer parte dessa associação, eu estive em Nova York *pra* elaborar um documento que, que você já deve ter ouvido falar, no, no Princípio de Yogyakarta.

Entrevistador: Sim.

Márcia Rocha: Eles fizeram a última versão agora é... e quando teve a última revisão, entrou uma frase que na verdade lá em Nova York em 2015 fui eu que fiz, *num* documento da WAS e depois no Yogyakarta, que é o direito à liberdade de expressão, *né?* Não existia no Yogyakarta original, foi introduzido o direito à liberdade de expressão de gênero, liberdade de você usar um brincão, um salto alto e terno e gravata e o que quiser, é livre expressão de gênero, *né?* Poder *whatever*, *né?* E... e eu lembro que foi em 2015 eu que coloquei, foi colocado, eu nem citei uns trechos da declaração da WAS de direitos sexuais e depois é... eu vi no Yogyakarta que acrescentaram, não fala de mim, lógico, na época nem, nem teve crédito, nada, no documento da WAS tem os créditos, mas eu, eu fiquei muito feliz de ver que, que eu contribuo. Então eu acho que o fato de ter tido uma boa educação, *lato sensu*, *né?* Uma educação de etiqueta e de... de todos os privilégios de alguém que nasceu no Jardim Europa em São Paulo, que estudou nas melhores escolas, que fez PUC, que estudou inglês desde pequeninha e que teve oportunidade de viajar o mundo inteiro e ler muito, que eu sempre gostei muito de ler, eu acho que todos esses privilégios, são privilégios, oportunidades que eu tive e aproveitei, tem gente que tem oportunidade e não aproveita, eu aproveitei e isso ajuda muito na, na, na aceitação da minha, do meu ser enquanto eu e não enquanto mulher, enquanto ser, enquanto travesti e quanto àquilo que eu digo que eu sou, porque eu sei o que eu *tô* dizendo, *né?* As pessoas respeitam, deixa eu tentar entender que que essa pessoa, que que esse ser diverso está dizendo, isso eu sinto nos congressos internacionais. Sofri uma discriminação

violenta no México, uma muito feia mesmo *num* restaurante, saí sozinha, Carol não quis ir comigo e eu fui, queria conhecer o restaurante, um cara, na hora em que eu *tava* indo embora, já tinha pago a conta já, um restaurante caríssimo e paguei a conta com um cartão *platinum* e na hora em que eu *tava* indo embora, o cara saiu da onde ele *tava*, levantou, veio até mim e fez [reproduz o som de um berro] assim, na minha cara.

Entrevistador: Ele era do restaurante?

Márcia Rocha: Não, cliente. Os garçons ficaram em pânico, achando que ia rolar alguma coisa, no México não tem uma lei que nem a do Brasil, e... eu sabia onde eu estava eu, eu ignorei, continuei andando e fui embora, não ia nem bater boca com o ogro, mas... não sabia quem eu era, então talvez se ele soubesse quem eu era, talvez eu poderia ter explicado *pra* ele, mas eu não ia perder tempo com mané, *né?* É... e aí eu fui embora, mas assim foi uma situação bem desagradável, assim. Se fosse no Brasil, situação seria bastante diferente. Isso não teria acontecido se fosse no Brasil por conta das nossas leis. Então, é... eu acho que existe um trabalho muito grande ainda *pra* ser feito. Eu me sinto muito cansada às vezes, mas às vezes eu falo *pra* mim “Márcia, você tem que ir porque não tem outra pessoa *pra* fazer esse trabalho”, *né?* Ir *pro* Japão agora em setembro, 24 horas de voo *pra* chegar lá, botar um salto alto, 55 anos de idade, cansada, botar um salto alto *pra* palestrar, fazer o trabalho, *né?* 24 horas de voo *pra* ir e 24 horas de voo *pra* voltar, não é brincadeira, cara. Eu falo “*putz*, caramba”, mas não tem quem faça, entende? Falar de não-binário, *pro* Japão que é extremamente binário, que é uma cultura extremamente, eles fazem cirurgia, fazem tudo, mas eles têm uma mente engessada na questão de gênero. Gente, eu vou chegar lá *pra* arrebentar mesmo, e eu acho que eu tenho que ser e não tem outra pessoa, então eu tenho que ir. E aí já, depois [inaudível] que eu divulguei que tinham me convidado, 6 pessoas eu conheço já vão *pra* esse congresso mundial de medicina no Japão *pra* assistir minha palestra, inclusive de fora, pessoas da Europa, dos Estados Unidos, falaram “eu vou”, “vou *pra* assistir”, “vou *pra* participar”. Então... tem uma importância e lógico que é decorrência de tudo que eu vivi, *né?* Ajuda sim. Então a sua pergunta “ajuda?”, claro que ajuda, por eu ter tido as oportunidades, eu ter tido os privilégios, ajuda bastante.

Entrevistador: Você falou do, da cultura japonesa, eu visualizei bem isso porque eu já tive um contato com o budismo, e o budismo reproduz *né*, muita coisa, o budismo japonês reproduz muita coisa da sociedade, e realmente é tudo muito binário, *né?*

Márcia Rocha: É, o, o japonês, o budismo japonês, se você for *pra*, eu fui *pra* Indonésia, falei que o Japão era budista, os caras me bateram “o Japão não é”, que não é budismo. Aquilo lá é... xintoísmo, outra coisa e tal. Por que? No fundo vem de buda, mas assim, a filosofia é, é... budista mesmo, mais indiana, mais raiz mesmo, chinesa, indiana, é muito de aceitação, *né?* De você faz o que você quiser, problema teu, *né?* E... o xintoísmo já não é tanto, tem muita regra, *né?* Tem mais regras assim. Inclusive tinha monges guerreiros, *né?* Parece uma contradição, ter um monge budista que luta e vai *pra* guerra, então é meio estranho.

Entrevistador: Márcia, indo agora para nossa última pergunta, é... muito se fala sobre a marginalidade que atinge pessoas trans no Brasil, você inclusive em alguns pontos mencionou isso. É... estima-se que margem considerável dessa população encontra na prostituição a única forma de subsistência. Nesse contexto, você lidera um projeto de empregabilidade, que é o TransEmpregos, que você também falou a respeito hoje.

Pra você, quais são as barreiras para inserção dessas pessoas no mercado formal de trabalho? É... e como seu projeto procura superar essas barreiras?

Márcia Rocha: Olha, *vamo* lá. Esse é um assunto difícil, *né*, às vezes dá vontade de chorar no meu dia-a-dia, porque assim, eu vou *numa* uma empresa que fala “preciso de vagas”. “Ah, a gente contrata muito, a gente vai abrir as vagas”. *Tá* bom. Só que, veja, vou dar um exemplo *pra* você. Se uma empresa aérea quiser um piloto de avião, eu não vou conseguir pegar travesti da rua e treinar ela *pra* ser piloto de avião. E se eu *puser* ela, se eu fizer isso e colocar ela de piloto de avião, eu talvez nem queira voar com ela. Então, existem limitações e é uma questão. Agora, se eu tiver um piloto de avião já muito consagrado, já piloto super experiente, e que resolve se assumir trans, é mais fácil, aí eu consigo de repente encaixar ele, na empresa que ele *tava*, manda embora, ele faz a transição e aí me procura, e aí eu falo, “olha, eu tenho uma vaga *pra* piloto de avião assim, assim, assim, *cê* vai, muda o teu nome, muda o teu gênero e entra lá, e ela vai e entra. Foi assim que tem hoje diretores de multinacional coordenando RH de três fábricas da América do Sul, *né*? Já era, eu não criei essa pessoa do zero *pra* ser, falar três línguas e etc., *né*? Isso leva uma vida. Uma capacitação desse nível leva uma vida, então quando a gente fala de empregabilidade e tal *pra* pessoas trans, a imagem que as pessoas têm é que eu *tô* pegando as travestis de rua e *tô* conseguindo empregos maravilhosos *pra* elas, aí as travestis de rua vêm falar “aí, não é, isso aí é mentira, não, não tem”. Não tem, tem faxineira, tem vaga de arrumador de prateleira, de padaria já consegui encaixar, já tirei gente da rua, de uma vulnerabilidade, consegui arrumar emprego *numa* multinacional, ela está estudando, tem sua casa própria hoje, tem casos assim, é muito bonito, mas depende muito da pessoa, do esforço dela e da, e, e assim, pessoa, essa que eu *tô* falando, ela já tinha um colegial feito, ela já tinha uma capacitação mínima, *cê* não consegue pegar uma pessoa analfabeta e dar um salário de 4 mil, seja trans ou não, e essa às vezes é a expectativa que as pessoas têm de nós, de que nós vamos pegar uma pessoa que *tá* lá em extrema vulnerabilidade e transformar ela *num* outro ser humano. Não, não vamos, eu tenho um grande amigo que coordena a Casa Florescer, ele fala “eu consigo tirar a travesti da rua, na casa de acolhimento, mas eu não consigo tirar a rua da travesti”, *né*? A história da pessoa, a pessoa é colocada na rua muito cedo pela própria família, que rejeita ela, ela vai *pro* crime, *pra* prostituição, *pra*, *pro* vício, da droga, do tráfico. Como é que você vai pegar essa pessoa e dar um emprego *pra* ela, às vezes nem colegial, nem primeiro grau completo tem, como é que faz com essa pessoa, *né*? Então, assim, a gente tenta, tem alguns cursos de capacitação *pra* preparar, por exemplo, *pra*... é... varejo, *pra* trabalhar em supermercado, *né*? A gente tem alguns cursos, a gente tem, dá, a gente, grátis, a gente, só que às vezes a gente tem o curso grátis e a pessoa não tem o dinheiro *pra* ir de condução, não tem dinheiro *pra* comer, às vezes o curso até dá um lanche, porque sabe disso, mas é assim, complicado, não é fácil. Isso não é uma questão de ser trans, é uma questão estrutural da nossa sociedade, sendo trans ou não. *Pra* trans é pior, porque a família às vezes tem condições e põe na rua, atira essa pessoa...

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: Então você dizia que esse é um problema estrutural da sociedade?

Márcia Rocha: Então, é um problema estrutural da sociedade que não depende de ser trans, *né*? O preconceito atrapalha, piora, *né*, a condição das trans, as trans estão mais expostas, só que a trans pode ficar no armário, então ela pode não contar, ela pode, é... não, como um gay, como uma lésbica, ela consegue às vezes uma formação

antes de se assumir, é... e a gente tem que lidar com isso, a gente tem que lidar com a realidade tal como ela é, a gente não pode, é... é... fazer milagre a gente não vai conseguir, então... depende muito da qualificação, da capacitação, da educação que a pessoa teve, do nível de educação, que escolas são diferentes, *né?* É... e, enfim, é... e a gente procura fazer esse trabalho, a gente tenta ajudar dentro do possível, mas é... dentro daquilo que a pessoa, o que me doía, doía muito no começo do TransEmpregos era pessoas, era ver pessoas extremamente capacitadas, engenheira formada, com experiência, é... desempregada, procurando emprego, e empresas precisando [inaudível], e não contratando porque era trans, quer dizer, e esse foi o meu trabalho primeiro, que é fazer as empresas, “escuta, a pessoa é extremamente competente, *dá* uma chance, se for ruim, manda embora, mas *dá* uma chance” e aí o resultado começou a acontecer, começou a ter um *feedback* das empresas maravilhoso, e a coisa aconteceu, *né?* Hoje a Maite que cuida, porque eu também quase não tenho mais tempo, Maite que hoje toca praticamente o TransEmpregos no dia a dia, é a Maite Schneider e... mas eu ainda vou em algumas empresas, me chamam, algumas palestras eu ainda faço, e... é isso.

Entrevistador: E... quando você falou das, das, das tristezas, das dificuldades, mas e quando você consegue inserir alguém no mercado de trabalho, tirar alguém da rua, é felicidade que você sente?

Márcia Rocha: Nossa! É super, olha, quando nós começamos o projeto, lá em 2014, 2013 *pra* 2014, a ideia, né, é... teve gente que falou... “ah, Márcia, é bobagem, sabe que *tamo* perdendo tempo, porque ninguém vai contratar travesti e eu falei “olha, se contratar uma já valeu a pena”, *né?* E... hoje é contratada a 10, 15, 20% por mês, *né?* A gente tem tido, então, e tem casos muito, muito marcantes, assim, muitas histórias, muitas histórias, algumas muito bonitas, assim, que realmente tocam a gente, gente que a gente conhecia já menino, *né*, e hoje *tá* aí, mulherão, trabalhando em grandes empresas, e tudo indo super bem. Então... tem muitos homens trans também. Ah, uma coisa que eu não falei, que você tinha perguntado, questão da, da, das travestis estarem na prostituição. É... é o que a gente mais vê são as travestis, mulheres trans, que estão na prostituição, porque tem visibilidade, a pessoa quando *tá* quietinha no canto dela ela não se expõe, e tem muita gente fazendo faculdade, muita gente hoje trabalhando em grandes empresas que não se expõem, *né?* Conheço muitas, então, assim, é... quando a ANTRA, que é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e homens trans fala que é 90% que *tá* na prostituição, eu falo “90% das trans que a ANTRA conhece, que fazem parte da ANTRA, porque quem não é ativista, não entra na ANTRA”, *né?* E homem trans não *tá* na prostituição. Se você entrar em qualquer site de relacionamento, você vai ver um, dois, *né*, de milhares, então tem muitas mulheres trans, mas não tem homem trans, homem trans não vai *pra* prostituição. Então se você pensar que os homens trans seriam mais ou menos estatisticamente mais ou menos 40% da população trans, então 90 não pode estar na prostituição, *né?* Questão matemática, *né?* Então, o João Nery tinha seis, o João Nery que escreveu o livro “Viagem Solitária”, que era meu amigão e tudo, faleceu, ele... falava que ele tinha seis mil homens trans na rede dele, entendeu? A ANTRA tem 300 homens trans na ANTRA, então são números que não batem porque a realidade não é bem essa, agora tem muita gente em situação de vulnerabilidade por preconceito, porque é colocado na rua, pessoas no Brasil inteiro, que estão na rua com 12, 13, 14 anos, vêm pra São Paulo, vêm pro Rio, vêm *pras* capitais, e a única opção é se prostituir mesmo *pra* sobreviver, não tem outra, menor de idade, sem documento, então... é essa pessoa que a gente vê na rua à noite, *né?* *Né*, então, no *Jockey Club*, nos pontos de

prostituição em Indianópolis e tal, então a gente vê muita, então fala “isso é que é travesti”, mas... mas não é, né? Isso é porque é uma condição que ela está porque colocaram ela ali. Então, nós, a sociedade, a colocou ali por ser trans, né? “Teu lugar é esse” e aí que eu digo que meu papel no começo foi justamente dizer “não, meu lugar não é esse não”, posso até ir por diversão, se eu tiver afim, mas não é o meu lugar, né? Então é isso.

Entrevistador: Então tá bom, Márcia. É... a gente encerra por aqui então as perguntas, tá?

ANEXO E – ENTREVISTA COM NEON

Entrevistador: Neon, você, por intermédio de um advogado particular, ingressou com uma ação judicial requerendo a retificação de nome e de gênero em seu registro civil. Na ocasião, você deixou claro que recusaria a participar de um processo de patologização. Como você descreve essa experiência?

Neon: Qual parte da experiência? [ri] O que você quer saber quase que exatamente assim? Como foi todo o processo? O que você gostaria de saber?

Entrevistador: Isso, como foi o processo, é... de ingressar com uma ação judicial é, deixando, fazendo essa marcação, deixando bem claro que você não ia se submeter a um processo de patologização.

Neon: É... basicamente, eu tinha pesquisado o movimento, tinha, eu venho de um processo muito pessoal, depois se você quiser posso te mandar o meu relato de vida, é... eu venho de um processo assim, já sabia que eu era uma menina desde 2 anos e meio de idade e depois disso, é... a gente passou por todo esse processo de violência, etc. e tal, onze e meio já tava trabalhando, aquelas coisas todas, e aí, com doze anos já conheci a rua, já conheci outras mulheres transexuais como se apresentavam, a primeira pessoa que conheci se apresentou como mulher transexual, não se apresentou como travesti, e aí cê vai tomando conhecimento da proximidade, do entendimento de que núcleo você pertence, de não humanidade, e desde então você vem acompanhando todo o crescimento de movimento social, da luta LGBTQIA no Brasil, de uma série de coisas, e aí eu já conheci o movimento social, já conheci as manifestações, é, sabia de algumas conferências, sabia de algumas instituições voltadas a isso dentro do primeiro movimento da Andréa de Mayo, lá nos anos 80, 90, de fazer, tentar fazer um sindicato de profissionais, de travestis e transexuais, lembro da Brenda Lee e da luta do HIV, de um monte de coisa. E aí, até então eu vivia dentro de um processo que falei assim, “olha, a gente faz a vivência, expõe essa mulher parte do tempo”, que não funcionava, por conta da feminilidade, porque todo mundo tá aflorado, nunca visto, nunca lidado em nenhum momento como homem, salvo quando *pra* desqualificar inclusive a mulheridade, e aí quando eu faço o meu processo, eu digo assim: “bom, eu vou viver na condição desta mulher que eu sou”, levei três anos no processo de fazer minha cirurgia de colocar as próteses mamárias, faço ou não faço, fiz, e aí eu falei assim: “bom, mas aqui acaba uma condição de não humanidade”. E eu já via tudo que era produzido, [inaudível]. Tem um texto da Lélia Gonzalez que ela fala sobre a... essa... é um... sobre um jantar que são convidados negros e negras, e eles ficavam *numa* segunda fila atrás *pro* jantar, e eu tiro uma, um pensamento muito recorrente sobre favela, sobre periferia, e tudo se intersecciona *pra* mim, costumo falar o tempo todo sobre tudo, não só sobre a condição de uma pessoa trans, nem de seu processo, que não sei se é isso que *tamos* discutindo, a identidade de gênero, e olha que engraçado, a identidade de gênero, essa pergunta é *foda*, essa pergunta é muito importante porque a gente *tá* falando de que o gênero existe, existe uma identificação dentro do gênero que dá a identidade de gênero, mas ninguém pergunta *pras* pessoas cisgêneras a identidade de gênero delas, ainda é um lugar de exclusão, mas e eu entendo que é esse o processo, primeiro nós excluimos *pra* depois nós garantimos de alguma forma o pertencimento nessas categorias não humanizadas. E é nesse processo todo que eu olho e falo assim “a gente não tá avançando, a gente não tá discutindo tudo junto”. Quando eu vou procurar o processo, e faz diferença que o

advogado tenha um relacionamento com uma mulher trans, que é Daniela Andrade, é, que é o Eduardo, eu passei muito tempo procurando os advogados, ninguém queria e quando queria era muito caro, não tinha sido super barato também, que é uma ação que poderia demorar 5 anos, pensava-se assim: “olha, a gente vai fazer todos os recursos porque, assim, é um processo desafiador”, a gente, inclusive eu falei no contrato com o, no primeiro, no primeiro momento sentada *pra* assinar, *pra* pagar, *pra* fazer o... tudo, *pra* fechar o... a... a relação advogado e cliente, eu... eu disse *pro* Eduardo: “mas esse não é um processo comum, essa é uma ação política, tudo sobre mim é sobre ação política, assim, é a política, essa é uma vida política, esse é um produzir político” e político no sentido aristotélico mesmo, não no sentido vazio que as pessoas têm, de produzir bem *pra* uma humanidade. E eu falei assim “isso não é sobre mim, e nunca, e nunca vai ser sobre mim”, e... porque o grande desafio era colocar a minha maior condição, do pedido de morte assistida. Eu me recusava a ser patologizada porque eu também leio os, os, fiz dois anos de hormonização e foi a pior coisa da minha vida, eu que não bebo, eu que não fumo, eu que não uso nenhum, nenhum artifício de colocação, tendo que tomar o hormônio me colocava nesse processo de... nesse lugar de condição de tipo... eu *tô* me intoxicando também, eu *tô* recebendo uma coisa que é muito violenta *pro* meu corpo e eu não quero mais, essa é uma postura minha, e me fazia muito mal, estabilidade emocional, é, retenção de líquido, uma série de coisas que eu não queria, sabe? É... começa a surgir varizes, uma série de coisas, que eu falei assim “não quero passar por esse processo”, e realmente não dava, não dava, não era confortável, não era confortável *pra* mim e eu parei com hormonização. Tudo isso me fez pensar, e ao mesmo tempo a gente é submetida a tanta violência, a física, psicológica, emocional, a exclusão o tempo todo, eu falei assim, um Estado que não assume responsabilidade, eu tinha passado por um estupro, tipo, com três pessoas em 2000 *pra* 2001, por isso eu *tô* cansada disso, então eu quero pelo menos morrer com dignidade, se eles não me derem o direito de existir. E o nome social não vai em lápide, é uma batalha. Tem famílias que reconhece suas filhas e seus filhos e que não hora que vão fazer o enterro *tão* lá, o documento é o nome civil, sabe, e não atende. Quando *cê* pensa com mais profundidade, quando você faz a retificação de nome e de gênero, você perde batismo porque tem essa fé, *cê* não tem direito à fé, não tem direito a nada! A fé é sua, particular, e também é universal o direito à fé, mas tem muitas pessoas que não têm o batismo cristão, *cê* não tem direito a enterro digno, *cê* não tem direito a casamento, mulheres trans vão discutir contra seus casamentos em igrejas católicas, mas não têm o batismo. Então, pensar tudo isso é que me moveu a falar assim “eu preciso dialogar com esse Estado, e mais que com esse Estado, dialogar com o próprio movimento que não tem abertura *pra* discutir esses assuntos”, que não tinha, se você olhar de 2016 *pra* cá, como passou a se discutir as nossas violências, sabe? Como se passou a discutir a necropolítica sobre esses corpos, sobre essas vidas, então essa *pra* mim é a maior impulsão, mudar o paradigma. Ninguém falava disso, nem colocava isso, e ninguém *tava* disposta, e tem gente com grana que poderia ter feito muito mais do que eu, a discutir nesta profundidade, *né*? Porque a... é... é a manutenção da desumanização que no final é uma morte que muitas vezes é celebrada por uma sociedade. É isso.

Entrevistador: Você contou que quando você procurava alguns advogados era muito difícil...

Neon: Orra! Ninguém queria. O Eduardo falou “eu entendo o que *cê* está falando, mas eu não quero sua causa”. Levou um ano para contratar o Eduardo. Um ano!

Entrevistador: Por que? Você se sentiu no papel da pessoa que precisava convencer o advogado a topar essa estratégia?

Neon: Não, despreparo, desqualificação. Despreparo para lidar com essa questão, total despreparo, total falta de visão de um além, de que nós precisamos inclusive discutir a patologização em um processo judiciário. Foi a patologização que promoveu essa classe de trabalhadores a explorarem essas vidas. Literalmente, virou um *ganha grana* [inaudível]. Um grande fenômeno é a ação da Roberta, Roberta Gambine, abre parênteses, Roberta Close, fecha parênteses, abre aspas, fecha aspas. Roberta Close. É... sabe, foi a grande mudança assim, *pra* gente falar assim “olha, tem um processo judicial que dá”. E aí, quanto custou? Muito caro! Precizou se oficializar, justificar, o que já tava posto. Esse que é o protocolo transexualizador no SUS, que deu a grande direção. A gente *tá* falando de um enfrentamento de biopoder, *né?* De que as pessoas estão decidindo sobre vidas, e *pra* mim que já tinha sido tão abjeta, sabe, em uma série de situações na vida, como o processo de procurar trabalho, de se formar, de ter uma qualificação, e que nunca atendeu a demanda de mercado justamente por ser quem se é. Isso tem que ser rompido! E os advogados ainda estão, não só advogados, mas o próprio judiciário! Quanto tempo levou *pra* sair essa ADIN? Que é uma migalha! Não quero migalha, eu quero comer na mesa! Sabe o que é sentar na mesa? Por isso eu *tô* em várias comissões. Nati colocou muita gente do judiciário, e é justamente, e é justamente esse Judiciário que muito tempo nos condenou, que nos condena. Você imagina a gente ter uma ação ainda *pra* discutir o direito de usar banheiro.

Entrevistador: Então é por isso que você acha que o resultado daquela ADIN, na prática, representa uma migalha? Por que resolve só uma parte do problema ou é outra coisa?

Neon: Não, é burocrático ainda. Quem tem grana, quem não tem grana, como que faz? Tem que procurar a Defensoria? Os Estados estão parametrados *pra* isso? Esses cartórios de periferias, que, aliás, quase não existe cartório em periferia, de pequenas cidades, *tão*, sabe, com suporte *pra* isso? Qual é o desafio, sabe? Quem tem a grana *pra* conseguir a primeira certidão original? As pessoas *tão*, não sei, a gente *tá* falando de pessoas aliciadas, pessoas traficadas, pessoas que *tão* encarceradas, de pessoas com uma série de situações *pra* retificar seus nomes, *né?* E aí, eu retifico meu nome e ainda quero continuar *num* presídio masculino? Eu retifico meu nome e gênero, mas eu quero me manter no presídio masculino? É tudo isso, junto e misturado. Não é uma açãozinha. E a gente não *tava* falando de uma pessoa que queria um protagonismo *pra* se tornar uma celebridade. *Tá* falando de alguém que resolveu ter um compromisso com a mudança de paradigma. Por que que não podia? Por que não pode? O grande desafio é esse, era dizer nessa ação e transformar essa ação *numa* coisa pública, que foi depois o segundo passo, que foi procurar a imprensa.

Entrevistador: É... eu sei que você já falou um pouquinho sobre a próxima pergunta, mas essa decisão de ingressar, o dia que você decidiu falar “vou ingressar com a ação”, foi uma decisão fácil de ser tomada?

Neon: Foi.

Entrevistador: Foi?

Neon: Eu *tava* morta *pro* Estado, digamos assim, o maior desafio era dizer assim, é... primeiro juntar a grana. Tive que [inaudível] *pra* poder advogar. Paguei à vista,

inclusive, porque achei que era justo. Porque assim... você entende, é um desafio *pra* todo mundo, e aí pensar de que não era só sobre mim, era sobre todo esse bonde muito maior, o que não estávamos discutindo, ninguém estava discutindo isso nessa perspectiva, ninguém, nem a academia, ninguém. Pega o que tinha antes, ninguém discutia isso nessa perspectiva, que a negação do direito a ser quem se é é uma morte, uma morte posta pelo Estado e pelos seus agentes, corroborado pela sociedade civil. E eu sei que era isso porque eu acompanhei os processos que a gente teve, as operações Richetti, Rondão, Arrastão, Tarântula, essas operações, operações que aconteceram inclusive aqui na Vila Buarque, aconteceu aqui no, no centro da cidade, então *cê* sabia que tinha uma sociedade civil e piorada com o avanço neopentecostal, com essa discussão de ideologia de gênero, que é produção da Igreja Católica [inaudível] que reproduz isso, e aí que só piorava o nosso lugar *pra* isso [inaudível], a gente tava o tempo todo em iminente ameaça desde a deposição inclusive da Dilma, que não são governos que fizeram coisas incríveis *pras* pessoas trans, como se eu fosse bater palma porque outro dia, 29 de janeiro, porque teve uma primeira ação, a primeira campanha “travesti respeito” produzida pelo Governo Federal, eu não bato palma *pra* isso. Trinta anos *pra* falar de nome social, ah, desculpa, na boa, de novo nós temos que discutir os nossos métodos, os nossos processos. Não *tô* anulando as conquistas que as pessoas se dão por vencidas ou por convencidas, mas a gente precisa discutir os nossos métodos, com quem a gente fala, e sobre o que a gente fala, se a gente quer avançar. E nesse sentido, é outra, quando você pergunta “foi fácil?” Foi fácil porque eu me preparei *pra* isso, quando eu sabia que eu tinha que dizer do meu corpo, primeira coisa que eu fiz foi posar nua, falei assim, “agora vai, peguem o meu corpo e façam o que vocês querem”. Porque a única coisa que eles poderiam especular. Qual é o problema com o meu corpo? Porque ele tem um pênis? Qual é o problema com esse corpo? Porque ele não procria? Tudo o que me falarem é usual, tudo que me falarem é sobre cissexismo, então, assim, qual é o problema de uma mulher nascer com um pau? Isso vai dialogar também com o falocentrismo de uma sociedade que é reproduzido o tempo todo.

Entrevistador: E como foi, é... como ocorreu esse, esse processo de, de posar nua? Foi *pro*, *pra* essa ação judicial?

Neon: Na verdade, um fotógrafo me procurou *pra* fazer um ensaio de beleza e eu falei assim, “olha, vou matar dois coelhos com uma cajadada só”. *Tendeu?* Porque ele ia me fotografar, ele não sabia que era nu, e na, em casa ele falou assim “ótimo, eu *tô* impactado”, porque encontrar comigo promove um certo impacto. Ele tava impactado porque ele discutiu beleza *numa* outra perspectiva e aí eu... ele falou assim, e aí, *né*, eu falei assim, “então só vou fotografar tomando banho, porque eu não vou fotografar no vazio”, e aí foi, anexei no meu processo uma série de coisas, e rolou em tudo meio que assim, [inaudível] falei assim, “sobe o quanto antes porque resolve uma questão com o processo, o que é o corpo desta pessoa”.

Entrevistador: É... Você se recorda das provas, dos documentos, que você precisou reunir para levar *pro* seu advogado

Neon: É... na verdade, o que mais me irritou, eu lembro de que ele me solicitou, aquelas certidões todas que ele foi atrás, ele... teve coisa que ele anexou no processo sem falar comigo, que foram imagens, ele fez porque eu não queria que tivesse nem imagem, porque é muito fácil olhar *pra* mim uma mulher, e pior, é uma mulher cis *pra* muita gente é uma mulher cis, porque eu não queria justamente isso, que não tivesse nem imagem.

Entrevistador: *Cê* não queria ser *rotu*, ser rotulada?

Neon: Eu não queria que a imagem fosse mais forte que a voz, que a veracidade posta pela pessoa, porque inclusive eu tive que com, conseguir as cartas de... reconhecimento social, sabe, as cartas que as outras pessoas diziam que eu sou eu. Então, esse *pra* mim foi a coisa mais violenta, sair pedindo *pras* pessoas que elas escrevessem no processo sobre que eu sou eu, que eu vivia e que eu sou essa mulher.

Entrevistador: Impressão minha ou isso *pra* você parece que te deixava alijada, no sentido de eu preciso do outro *pra* me constituir?

Neon: Não, na verdade, me fez um, é um táxi, porque a gente não acessa o sistema judiciário o tempo todo, porque ele também é colonial, entendeu? Ele é metódico de um jeito ruim, *né*? A nossa justiça é lenta, sabe? E até um fenômeno que a sentença saiu rápido, mas a gente teve a primeira negação, *né*? Veio uma observação de alguém, não sei de Ministério, não foi do Ministério Público não, eu não sei qual é, mas eu tenho, alguém se manifesta dizendo assim que se tratando-se de área médica, precisava dos laudos. E aí o processo, o Eduardo precisou anexar alguma coisa, o processo volta e aí já tava encaminhado *pra* determinada juíza ou juiz, saí e vem com a sentença de outro juiz, mas eu já mexi os pauzinhos.

Entrevistador: Como?

Neon: Eu falei com pessoas importantes do judiciário. E eu não conhecia, fui tomando consciência. Uma pessoa que acho que colabora muito, sensibiliza, tem dois textos que vão sair que são muito importantes: o do Contardo Calligaris, da Folha, que é praticamente um álbum e, *num* outro segundo momento, foi um texto da Flávia Piovesan [inaudível] falando sobre o caso. E depois eu a encontro pessoalmente e a gente conversa pessoalmente, *né*, ela me relata que ela passou a noite chorando quando ela leu o texto na Folha.

Entrevistador: É... você não precisa falar o nome dessas pessoas importantes do Judiciário, é... mas só *pra* a gente registrar. Então você...

Neon: Eu fui *num* congresso promovido sobre... ah, uma coisa sobre direito, direito homoafetivo, é... sobre direito homoafetivo, promovido pela... acho que pela OAB e aí eu fui e tinha uma série de personalidades do direito.

[Entrevista interrompida].

Entrevistador: Então você dizia que tinha ido *num* evento da OAB sobre homoafetividade?

Neon: É, 6º, acho que foi o 6º Congresso de Direito Homoafetivo, [inaudível] porque é sempre isso deles.

Entrevistador: Seria do IBDFam?

Neon: Ah, sei lá, [inaudível], eu fui e aí encontrei várias pessoas lá conversando, vi é... e, e, é engraçado isso porque fizeram uma ideia de pauta e o assunto fui eu. E eu fiquei lá assistindo todos os dias como anônima, assim.

Entrevistador: E eles não sabiam que *tavam* falando de...

Neon: Que eu, que eu *tava* lá. É... mas, mas é isso, um eventinho organizado por homens brancos, cis, gays ou não, mas só sei que homens brancos e cis.

Entrevistador: E o seu processo já estava existindo ali, *né?*

Neon: Não, já *tava*, eu tinha [inaudível], já *tava* na imprensa, inclusive, já *tava* todo mundo falando. E aí foi, rolou uma conversa com algumas pessoas, que muda também, e aí tanto é que sai, e aí tem uma outra coisa, eu *tava num* processo com a... com a Geledés e Criola, que denunciaram o genocídio de mulheres negras na OEA. A... e a ideia era, assim, de [inaudível] a última instância é a OEA, *né?* Eu cheguei a ir na OEA com Geledés e Criola o genocídio, e aí eu fui a primeira pessoa trans no mundo a falar presencialmente na OEA, *pra* eles entender o tamanho da distância que eu *tô* do mundo, isso foi em 2016.

Entrevistador: Foi em qual país?

Neon: Foi aqui, eles vieram, vieram colher depoimentos aqui. A Margarete Macaulay, que ainda ela *tá* lá, *né?* E foi incrível porque nesse Congresso eu conversei com a juíza vítima do caso Atalla que aconteceu no Chile, que eu não sei se você sabe, mas basicamente, assim, uma mulher *tá num* casamento heterossexual e ela separa e daí ficou com uma mulher, e o marido tira a guarda de uma juíza do Chile, que é o caso Atalla, depois era 10 dez anos até que ela consegue de novo o direito às filhas, e teve um processo, mas uma juíza, *pra* chegar na OEA. E aí a própria Margarete Macaulay fala do caso Atalla, e ela falou assim [inaudível], que ela foi a juíza e ela, chorosa, me pede desculpa porque é a primeira vez que uma pessoa trans *tá* falando na OEA, que a OEA deve isso a gente. Mas já *tava* andando o processo e é uma jurisprudência.

Entrevistador: Como você descreveria a sua interação com seu advogado...

Neon: Incrível, foi incrível.

Entrevistador: *Pra* você, *pra* você assim, é...

Neon: Foi incrível.

Entrevistador: Foi incrível?

Neon: *Numa* palavra, foi incrível.

Entrevistador: Antes, antes, durante o processo e depois?

Neon: O Eduardo levou umas bronquinhas porque havia muita razoabilidade, e aí, no processo e eu tinha que falar assim, “mas é uma ação política, Eduardo”, mas por outro lado ele é casado com Daniela Andrade, ele que lide com isso, *né?* Faz toda a diferença, faz toda a diferença ele ter, já tinha feito outra retificação de nome.

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: É... então a gente *tava* falando da... da interação com o seu advogado e você disse que é, que foi ótima, que teve um pouquinho de problema porque você saiu falando do processo, porque...

Neon: Não, eu falei que...

Entrevistador: ...era sua intenção, *né?*

Neon: Não, porque eu falei, eu falei assim, “ai, Eduardo, por mim podia correr no aberto, não tem problema. Já se especulava o tempo todo, sigilo de não sei o quê, isso é especulado. Todo, todo mundo sabe da minha vida já, pública, assim, as pessoas, as pessoas sabem da minha vida, eu não tenho que fingir, Eduardo. Não tenho que *dar truque*”. Então é isso, por que que eu vou ficar... tipo, na mentira? Algumas querem esse sigilo e precisam de sigilo, eu não tenho esse sigilo, não tenho direito a esse sigilo.

Entrevistador: Neon, é... como você descreveria, é... a sua interação com o Ministério Público, na figura do promotor ou da promotora de justiça? Cé chegou a ter algum contato com o promotor ou a promotora que atuaram no seu processo?

Neon: Não, eu acho, inclusive, que foi a... eu teria que ver o processo, não lembro. Cé sabe que eu nunca vi o processo inteiro, *né?*

Entrevistador: Ah, é?

Neon: Nunca tive interesse, nunca fui lá buscar, em nenhum momento eu disse “ah, vou lá buscar o processo”. As pessoas queriam e é engraçado que muita gente começou a pedir a... a tese do processo e eu falava assim “olha, é do Eduardo, não vi, não tenho esse processo” e ao mesmo tempo as pessoas nunca falam assim “você tem direito a uma cópia do processo”. Eu não sabia que tinha direito a ter cópia do processo.

Entrevistador: Eu acho que o seu processo deve ser eletrônico...

Neon: É eletrônico.

Entrevistador: ...pelo ano, *né?*

Neon: É eletrônico. E eu falei assim “não sabia, nem sabia que eu tinha direito ao processo, sabia se eu tinha direito à senha do processo, não vi o processo”. Acho que até foi uma expertise do Eduardo comigo, porque assim, provavelmente eu ficaria puta em saber que eu tinha foto. Eu acho que vi uma vez só com Neto Lucon, mas aí que eu percebi, foi assim, dando uma entrevista com o Neto Lucon, com eu e o Eduardo. O Neto é incrível, e aí... a... aí que eu vi que o processo, foi a única vez que vi o processo, nem fiquei lendo, porque na hora que eu vi as fotos já fiquei irritada, porque eu acho desaforo, tipo, tem que ter foto de mim? E de novo o processo de ação, de politização. Que bom que agora tem essa possibilidade de ir no cartório e você não precisa chegar lá com uma foto sua. E se eu sou uma pessoa NB? E se eu não posso me hormonizar, se eu não posso fazer uma cirurgia? Se uma séria de coisas de saúde... de não, não dá *pra* pensar só em mim, tem muita coisa nesse *rolê*.

Entrevistador: Você a todo tempo então *tava* pensando no coletivo, *né?* No...

Neon: Não.

Entrevistador: ...tudo que

Neon: Não... no... no coletivo com recorte identitário, no coletivo amplo, tanto é que eu não uso mulher transexual e travesti: mulher transgênera, o que, ou de preferência mulher não cisgênera, porque a gente tem que pontuar quem faz a opressão e quem nos exclui. Porque fica tudo sobre nós e a gente reproduzindo só essa fala como se não existem outras possibilidades de existência, sabe? *Pra* mim é, é uma extensão a transgeneridade, então não dá *pra* falar só da travestilidade e da transexualidade, e

as mulheres NBs? Ou a pessoa que diz assim “não, eu sou NB porque não correspondo à performatividade, ao estereótipo, aos estigmas, etc. e tal, mas eu gostaria que *cê* me tratasse no feminino ou no masculino”. Como a gente não vai ter responsabilidade com isso? E as pessoas que não querem gênero? As pessoas que nascem intersexo?

Entrevistador: É. Eu, eu confesso *pra* você, como pesquisador, com o passar do tempo eu passei a ter essa noção, porque no, na academia e principalmente no direito, se fala muito de transexual e travesti, travestis e transexuais, travestis e transexuais...

Neon: É...

Entrevistador: ...se ignora

Neon: Porque se mantém o protocolo transexualizador, porque esse movimento não chega em 2020, esse movimento *tá* nos anos 80 ainda, eu falo o tempo todo, “as senhoras estão nos anos 80”, então eu não compactuo com isso. Não vou sentar no rolê de quem *tá* nos anos 80. Eu fui em algumas reuniões, eu falei assim, “isso parece 1982, a primeira vez que vi um coletivo de pessoas não cisgêneras reunidas”, eu falei assim. É impressionante, da mesma forma que eu não entendo porque não se flexiona “mulher transgênero”. Mulher bonito? Vem do, vem do neutro, é... vem do inglês, traduz neutro, chega aqui, vira masculino, a gente *tá* falando de machismo inclusive no modo de escrever. Sabe, no modo de escrever, e a língua é processo de dominação. É deslegitimar a transgeneridade quando digo “mulher transgênero” assim tipo “os transgêneros”. E os cisgêneros? Eles não são capazes de colocar “humanos transgêneros”, “pessoas transgêneras”, são “os trans”, “as trans”, que nem uma professora da USP, dei-lhe um baile, de doutorado, falei, “por favor, medíocre, medíocre sim! Vocês não produzem com excelência, vocês produzem com vaidade!”. Por isso que a gente não avança em humanidade, porque o que *tá* lá não é o comprometimento com transformação de humanidade, o que *tá* na academia é manutenção de vaidade, é isso que *tá* posto. Os movimentos acabam se perpetuando em suas vaidades. Se você quer que a humanidade avance, vai ter que tirar você do rolê e colocar coletivos múltiplos, diversos, plurais, não dá *pra* ser só sobre bicha, por isso a gente se *fubeca*. Era isso, mas não sei se é.

Entrevistador: É isso, *tá* ótimo. É... como você descreveria sua interação com o juiz ou a juíza da causa? Você chegou a ter algum contato...

Neon: Eu tive um encontro com ele...

Entrevistador: ...em alguma audiência?

Neon: ...e vi o quanto ele era despreparado e ele recebeu orientação.

Entrevistador: Como foi esse encontro?

Neon: O nome dele é Celso Morgado. Ele foi *num* evento promovido pela... Defensoria do Estado e aí ele veio, ele e um outro, umas, uma pose de celebridade, uma pose. Falei assim, “esse juiz não, essa sentença não é dele, ele costurou o processo”. Não tenho o menor problema em falar isso. Ele pegou, ele teve sorte da tese do, do, do advogado.

Entrevistador: E o, o que denunciou isso?

Neon: A falta de preparo, como falava, sabe? A encenação, sabe? Aquela coisa que eles adoram fazer, alguns são *popstars* do direito, e lógico que ele tirou sorte porque a ação virou um fenômeno, *né?* Um, um processo bem sucedido, *né?* E eu *tava* lá assistindo, participando, e eu falei assim que, eu falei assim, no final eu ainda falei com ele, falei assim “ó, eu só queria lhe agradecer o, a sentença” e eu falei assim, “mas no fundo eu *tô* decepcionada com o Judiciário *tão* despreparado”. Essa gente ganha e muito bem, tem privilégios que eu nunca tive *pra* pensar como eu penso. Te propus a isso? Essa gente ganha muito bem. *Pra* eu me formar eu comia folha de caderno. Então assim, eu quero tudo e não vou bater palma *pra* essa gente que não dá a mínima. Eles me deram o mínimo, não tem reparação histórica. Ninguém vai se importar com aquela menina de 3 anos e meio ou com aquela menina de 4 anos proibida de falar dentro de casa, ninguém vai se importar com aquela jovem humilhada, escorraçada dos lugares. Não tem reparação histórica. Eu não vou bater palma *pro* mundo. Tanto é que eu escrevo depois falando sobre isso, depois eu posto que “celebrando um grande coletivo”. Não dá *pra* ser sobre mim.

[Entrevista interrompida].

Entrevistador: Neon, ainda em relação ao processo de retificação de registro civil, como que você avalia o tempo e a forma como esse processo se desenvolveu?

Neon: Ele foi um fenômeno, foi muito rápido. Acho que foi um ano, deu, foi muito rápido. Eu acho que por isso, que eu acho que influências externas, sei lá, tem umas coisas assim, sabe, a gente pode falar isso do judiciário, *né?* Mas eu acho que houve uma, uma comoção, um repensar, tanto é que a gente *tava*... ele saiu no final do ano quando eu soube a notícia. Ele saiu no mesmo ano, no final de 2016, a gente ficou sabendo em 2017. Eduardo foi vendo, foi comunicado, ele falou assim, “ó, saiu” e aí ele falou assim, “olha, corre *pra* fazer a... a certidão, porque pode”, eu já fiz a certidão, que *tava* em BH, teve que mandar *pra* BH, pedi *pra* uma pessoa resolver em BH, *pra* voltar, mas eu levei um ano *pra* começar a fazer a retificação, porque eu fiquei muito chocada. Nesse ínterim eu fiz um trabalho pelo IDDD, Instituto do Direito ao Direito de Defesa, aqui de São Paulo, *num* presídio com mulheres trans e travestis. E aí foi muito chocante *pra* mim. A... é, eu fiquei bem impactada durante um ano, falei assim “Ai, não dá *pra* celebrar isso ainda, ainda não porque *tá* muito distante de que é *pra* todo mundo” E... mas e, no final todo mundo achou rápido, assim. Tem um fenômeno na sentença, *né?* É a primeira vez, que se usa, que se cita a Constituição *num* caso desses e se mantém o direito à autodeclaração. O grande fenômeno da sentença no final é isso, respeita sua autodeclarado e cita-se a Constituição, então é um fenômeno nesse sentido de ter, tem a... primeira vez, além de que, qual a grande diferença? É que não é uma vontade, mas é assim... Eu trago *pros* autos do processo que eu não tenho a disforia, que eu não me reconheço com disforia, isso é bacana. E tem o outro lado, outra questão muito importante, *pra* falar isso eu já fazia e faço terapia. Esse ano eu completo 20 anos com a mesma terapeuta. Então, assim, não é uma pessoa que não tem uma responsabilidade consigo. É uma pessoa que não bebe nada alcoólico, é uma pessoa que não fuma, que não usa nenhuma droga ilícita, uma pessoa que não come carne, que tem um super cuidado consigo mesma, é só olhar essa pele aos 50, uma pessoa que tem todo um cuidado, tipo assim, que embora não quer ir *num* médico, tem toda uma responsabilidade justamente pela exclusão social. Se tem consciência sobre viver eu falo, só entende a vida na sua plenitude quem enfrenta a morte, e quantas vezes eu enfrentei a morte e a partir disso eu fui *pro* embate, sabe?

Entrevistador: E você acha que... esses elementos que você acabou de citar, da, da autodeclaração, da Constituição, de não se reconhecer com, com disforia, etc., foram o que, os, os fatores que fizeram o processo virar uma, uma notícia?

Neon: Não. Eu acho que o que faz o processo virar uma notícia é eu pedir morte assistida e começar a falar das violências, e de falar assim, uma pessoa com a consciência, que o corpo dela pode ser violado, pode ser... o Estado que não assume responsabilidade com essas violências é que faz virar essa visibilidade.

Entrevistador: E essa...

Neon: E a gente começa a discutir a morte de pessoas não cisgêneras em uma outra perspectiva, que no final é uma luta, que se você comparar, é uma luta que o movimento negro tem feito, é uma luta que o movimento indígena tem feito, que uma série de questões de outros movimentos têm feito, que é a luta básica *pra* existir na condição de quem se é, de quem se vive, é uma luta básica pela vida sem a interferência de anulação, sabe? Tipo... é isso, sabe? Tipo, eu quero ter tranquilidade *pra* seguir a vida, e aí *cê* tem um Estado que corrobora com uma sociedade civil, com uma série de pontuações, dizendo vocês não são gente, vocês não podem estar aqui.

Entrevistador: A ideia foi sua, do suicídio assistido?

Neon: Eu não falo suicídio, porque eu considero morte por meio de...

Entrevistador: Ah...

Neon: ... suicídio...

Entrevistador: ...ah, perdão, é, deixa eu...

Neon: ...de morte assistida, mas é isso...

Entrevistador: ...morte assistida...

Neon: ... que as pessoas colocam, eu até gosto do que *cê* falou porque...

Entrevistador: ... não, desculpa, eu, eu errei...

Neon: ...eu gosto do termo morte por meio de suicídio e não suicídio, porque em suicídio tende sempre a responsabilizar a vítima, ninguém faz a pergunta mais importante, por que que essas pessoas desistem de uma sociedade, *né*? É a ONU já considera a morte por meio de suicídio uma morte violenta, de mulheres principalmente, porque é isso. Eu falo assim, "por que *cê* desiste de um Estado? Por que *cê* desiste de uma sociedade?"

Entrevistador: Então, só, só, reformulando, a ideia da, da, do pedido de morte assistida foi sua? Partiu de você?

Neon: De mim, foi meu. Eu falei desde o início, que também foi o que dificultou a contratação de advogados, porque ninguém faz isso. Aí tinha até uma piada que eu ouvi de alguns advogados que era de tipo assim, "ah, não existe nem um nem o outro, você não vai conseguir nenhum".

Entrevistador: E você no final do, no final mostrou que eles estavam todos equivocados?

Neon: É, talvez eles estivessem baseados nos processos anteriores, nas situações anteriores, sabe? Tipo assim, olha também tem situações pesadas, vai *pra internet*, tinha várias fotos, assim, tipo... as pessoas te desqualificando, tinha, teve, teve um... um *site* que entrei, um *blog*, sei lá o que era... é, e... não, acho que era uma página que eu entrei, acho no Facebook, eu não lembro, na época, inclusive tinha pessoas que falavam assim, “ah, essa porra tem que morrer mesmo”, tinha imagem de arma, etecetera e tal.

Entrevistador: É... Neon, alguém te apoiou antes ou durante o curso desse processo?

Neon: Custo?

Entrevistador: Durante o curso.

Neon: Curso. Ah... teve várias questões, mas teve sim, não posso negar, que eu tive apoio de mulheres negras, como Geledés, o apoio, mas apoio, o apoio mesmo, tipo assim, tipo *ok*, e as pessoas assim, e aí, sabe o que foi que me marcou muito nesse processo? A preocupação, e era evidente, era eminente, que as pessoas tinham uma noção de que eu podia inclusive optar pela morte, que o Estado poderia, sabe, o judiciário, então *tá bom*, vamos encaminhar *pra morte*. A pessoa fala assim “não, mas vai dar tudo certo, *cê não vai morrer*”. Eu falei assim, “mas porque você *tá* achando que vai morrer? Se não existe nem um nem outro?”. *Né?* Porque, assim, *pras* pessoas, e falar da morte... Não é engraçado que as pessoas tão na berlinda da morte e quando você fala da morte é chocante *pras* pessoas.

Entrevistador: Parece que *tão*... Por que parece que *tão* abrindo mão de algo muito valioso?

Neon: Não sei, eu acho que as pessoas têm medo da morte, [inaudível], acabou, as pessoas não se preparam *pra* isso, elas não entenderam que esse é o destino mesmo certo mais garantido de quem *tá vivo*, mas acho que ao mesmo tempo, eu acho que as pessoas têm uma... uma coisa assim... de simular, de mascarar, de assumir a responsabilidade, porque *cê não viu* uma comoção nacional das mortes de pessoas trans aquelas, se a morte da Dandara não faz uma comoção nacional, se a morte da Luana Barbosa não produz uma comoção nacional, se a da Quelly em Campinas não, a gente *tá* falando já de praticamente 28 mortes de mulheres trans neste período do ano, isso das que são notificadas, que a gente acessa. E as outras? Eu escuto barbáries dessas mortes e falo assim “como que a gente vai fazer? Como que a gente pára com essas mortes? Como isso muda?”. Porque tava exposta uma morte dessas. Eu não tenho garantia nenhuma de transporte público, eu *tô* aqui, *tô* ali, *tô* vivendo *pra cima* e *pra baixo* e eu vou continuar. *Tô vulnerável* a essa morte. O cara pode me xavecar, achar incrível, maravilhosa, na hora que eu falo assim, “olha, sou uma mulher trans”, “ai, que que é isso?”, e explicar o que que é isso. Se no aplicativo já diz assim, sabe, tipo, você *tá* me enganando, você *tá* agindo de má-fé, que que é isso? sabe, isso não é gente. É uma sociedade, eu acredito que a gente *tá* avançando muito lentamente, mas é porque a ação é de movimento social, a ação é nossa com outras ativistas independentes. O João Silvério Trevisan faz uma citação de mim no novo livro “Devassos no Paraíso”, na nova edição, e ele coloca o meu caso. É uma citação muito rápida. Mas ele fala, ele fala, e ele entende. Ele acha que foi, ele acha que foi muito potente a ação, em especial de ativistas independentes, porque ele fala assim, “o que que as pessoas reconhecem? Foi uma grande percepção sua de fazer aquele,

processo de, que foi feito”. Porque foi minha, sabe? Só precisava depois incrementar com a gente, com uma pessoa preparada *pra* isso, e por sorte, existia o Eduardo.

Entrevistador: Que topou, *né*?

Neon: Por sorte não, por competência, e por procurar, *né*? E por sorte tinha a Daniela Andrade junto também. Dani foi uma super apoio, eu acho que assim, a Dani.

Entrevistador: Você acha que ela... ela... ela teve alguma parcela de responsabilidade nesse processo, vamos dizer assim, de convencimento do advogado?

Neon: Não, ele *tava* certo. Ele veio muito certo. Acho que ele... tanto é que quando ele reclama da exposição na imprensa, ela adora [ri]. A gente fala assim, ela fala assim, “ai, *tá* ótimo, amiga, já *tá* feito, *né*?”. Tipo, até nem precisava. Infelizmente, ou felizmente, precisava ter uma postura mais radical, a gente começa a ver que não adianta é... gente, no final é uma luta de classe, de gênero, de raça, *pra* mim, pensando na Angela Davis que eu conheço pessoalmente porque a gente conversou, a gente se encontrou, e a gente discutiu um texto dela. A gente tinha conversado sobre um texto dela em que eu falo que o texto é incrível e não cita cissexismo, e ela disse que eu tenho razão. É tipo assim, essas pessoas que eu quero conviver, pessoas que tão abertas a produzir a partir realmente da interação, não das vaidades pessoais, sabe? Tipo, é, é, isso, e acho que *pro* Eduardo assim que é, não sei, é que depois não é, eu sou muito próxima da Dani, o Eduardo *pra* mim foi o advogado que foi contratado que, porventura, é casado com a Daniela.

Entrevistador: Ah, entendi.

Neon: Então, eu acho que assim, que soma assim, conviver com uma mulher com aquele QI, com aquela capacidade intelectual, isso muda, *né*? *Cê* não vai *tá* com qualquer pessoa, é o tempo todo, sei lá, fazendo reflexões, e pensar, a gente conversou sobre isso. Eu acho que também tem que ver o processo em algum momento, falar, e eu falei assim, “não quero saber, Eduardo, só quero que ande, sabe?”, mas teve uma conversa. E eu não sou idiota, *né*, de escolher qualquer pessoa.

Entrevistador: Neon, essa foi a primeira vez que *cê* teve contato com o Poder Judiciário? Se, se...

Neon: Sim, sim. Foi a primeira vez que, tipo, ter toda essa burocracia, toda essa reprodução colonial. Gente, o *pro-forme* de vocês nos eventos, eu fiquei assim: Oh!... Que desgraça é essa? Que *pro-forme* é aquele, *né*? Rei, conde, visconde, marquês, *né*? Tudo aquela coisa, *né*?

Entrevistador: Formal, *né*?

Neon: Formal não! Desgraçado, *né*? Formal é o que formata, *né*, que dá forma. Aquilo é doentio, *né*, gente? Como é nosso tudo aqui, *né*? Tipo, esses nossos cerimoniais é muito, *né*? Tipo, até no candomblé aprendi mais, gente. *Né*? Aprendi que tem hierarquia, mas tem sentido essa hierarquia, aqui é tipo... é bizarro *pra* mim, são servidores públicos, são servidores públicos! Você tem que tratar como sua majestade? A gente não vai superar isso não?

Entrevistador: É verdade.

Neon: *Né?* Meritíssimo! Excelentíssimo! *Né?* Por isso que é super *corrompível*, *né?* Não é uma busca por mudanças para a humanidade, é uma busca pelo poder muitas vezes.

Entrevistador: É... você mencionou em umas partes das suas respostas anteriores, é, sobre, desculpa perguntar agora, é, você enfrentou alguma dificuldade ou constrangimento antes de retificar o seu registro? Como você lidava com isso, se, se positiva a resposta?

Neon: Positiva. Imagina, eu *tô num* trabalho que uma pessoa um dia chega e fala assim, “*pra* esse lixo eu não entrego”. *Tô num* trabalho há 38 anos em que eu não podia almoçar que a pergunta mais comum era, mais simplesinha, mais bonitinha, era se eu tinha calcinha. Que eu fui assediada a vida inteira. Eu pergunto *pra* você, quanta faltava *pra* violar o meu corpo? Já tinha sido estuprada, que mais faltava, além de me matarem? A... a... a soma da dor me fortalece, mas é uma sobreposta a outra, ser expulsa de casa, não ter emprego. Eu me formei em publicidade no colégio que era praticamente uma faculdade. Eu vou atrás de emprego, procuro emprego, tentei trabalhar de assistente de estilista, de estilista, muito lá atrás no passado fui procurar, que é o que as pessoas diziam, “vai trabalhar com moda”. Eu queria trabalhar com publicidade, aí procurava as agências, as pessoas falavam assim, as pessoas me indicavam *pra* contratação, as pessoas falavam assim, “eu escutei de uma professora que você não foi contratada porque você é muito feminina, porque você é muito espalhafatosa”. Lógico que elas usavam tudo no masculino, e falava assim, “você tem que se controlar”, a pessoa mal falava em público, imagina, colégio! Imagina, era um inferno a vida! Imagina, você era assediada o tempo todo! O inferno no sentido mesmo que essas pessoas produzem de inferno, é porque o inferno é o que essas pessoas fazem com a vida dos outros, *né?* Então assim, a vida inteira. Sabe, sem falar quando eu penso nos meus relacionamentos afetivos, que quantas vezes não eram relações abusivas. Então assim, o que que é a morte mesmo? Tanto é que eu falo isso na matéria do Chico Felitti, não sei se você chegou a achar essa matéria, eu digo “eu sou a morta-viva aqui *pra* gente”, e é o que as pessoas tratam essas pessoas. Ontem a gente tava voltando do, do carnaval, aí a gente encontrou umas pessoas, falou assim, “ah, uns cinco travestis nos fecharam”, nem sabia se eram mulheres trans, mas já eram travestis, estavam bem certos, porque é o código marginalizador, “e tentaram nos cercar para assaltar” e eu falei assim “amiga, elas são frutos de uma exclusão social, como todo mundo que *tá* roubando aqui”. Eu não quero discutir, quem *tá* sendo roubando, quem foi roubado, porque minimamente tem, se você foi roubado, você vai à delegacia, vai encher, vai ter B.O., *cê* vai recuperar documentos, [inaudível], que levou cartão do banco. Que que *cê* consegue fazer? E a dignidade que não existe *pra* essas pessoas? Isso não *tá* sendo discutido. E, aliás, com essas coisas, com esse *rolê* com Geledés, população em situação de rua, eu sempre pergunto isso. É... é uma força muito grande enfrentar a morte, *meter o louco* é uma força muito grande. Essa força da *pra* resignificar a vida? Porque é isso, *tô ali pra* te roubar, mas eu não sei, vou em cinco porque eu preciso de apoio técnico, porque eu preciso pelo menos de segurança, *né?* E roubar o quê? 50 reais? Cartão que *cê* nem consegue usar a senha? Roubar o quê? Aí pergunta *pra* essa pessoa que é vítima do roubo, pergunta assim, *pra* muitas pessoas isso é muito importante que às vezes é o dinheiro de complementar um aluguel, mil coisas, mas as outras pessoas que eu tenho perguntado é “o que *cê* faria com 50 reais?”. “Ah, é beber”. “Ah, a sua despesa dá 50 reais?”. “Não dá”. Quantas pessoas vivem com despesa de 50 reais? Conversei outro dia com um cara na rua, que rouba, que trabalhou a vida inteira, partiu *pro* crime,

trabalhou o tempo todo em empresa, veio a crise, perdeu e falou assim, “agora não tem mais jeito, eu tô tentando ganhar honestamente, as pessoas não me dão, e eu tenho quatro filhos *pra* criar.” Ele não é pai de família? *Né?* Que lugar que a gente *tá numa* sociedade? A gente, é isso que eu falo, eu tenho discutido muito sobre privilégio e as pessoas ainda não entenderam o que que é privilégio, da mesma forma que as pessoas usam muito lugar de fala como marco identitário, mas e na hora que chega o seu privilégio, e o lugar de fala, o lugar de fala não existe? Qual é o privilégio branco que *cê* vai ceder? Qual é o privilégio de classe que as pessoas vão ceder *pra* gente avançar? E quando a gente ascende a essa categoria de uma classe melhor? Eu que fui *fodida* a vida inteira, e aí isso se torna um privilégio ou uma meritocracia que a gente *tá* discutindo o tempo todo? E aí, como *cê* faz? *Cê* cede um privilégio *pras* outras pessoas subirem? *Né?* Porque privilégio pelo menos *cê* não se preocupa, não preciso me preocupar com trabalho, não preciso me preocupar com uma série de coisas. E agora? E agora que *cê* chegou no lugar do privilégio? Aí [inaudível] o discurso da meritocracia? *Né?* E lugar de fala é justamente questão de privilégio.

Entrevistador: É... Neon, de uma forma geral, como você compara a sua vida hoje, é... com, em relação ao período anterior à decisão da, da retificação de registro?

Neon: Eu tenho uma garantia social, eu tenho um benefício social, eu ainda não tenho humanidade. Isso é uma outra história. A gente *tá* construindo essa humanidade, mas eu tenho uma garantia, um direito porque alguém me outorgou ser quem eu sou, mas o tempo todo eu tenho que explicar quem é essa pessoa e como essa pessoa chegou aqui. Eu sempre me pergunto, quantas vezes mais eu preciso acionar o judiciário para garantir a legitimidade dessa pessoa? Quando você vai conviver com as instituições comuns dos cis-branco-heteronormativo, *tá* posto aí. A gente ainda não é gente, a gente *tá numa* subclasse humana, então, tipo assim, ou nem humanidade às vezes. As mortes postas, fala assim “não se mata ser humano assim”. E aí quando você dá condição, você afere uma condição, as trans, os negros, os indígenas, os povos originários, quilombolas, que marca o identitário de luta e a gente tem que pressionar isso, mas você fala, “ah, mas aquelas trans”, você tirou a humanidade, você não consegue nem falar “aquela pessoa”. As pessoas não falam “é uma pessoa”, “é uma trans”, então, assim, eu vivi do benefício e o benefício é a sobra, *né?* Faz tudo isso por merecimento e é muito violento, se a gente pensar filosoficamente *numa* estrutura, que as pessoas vão pensar só nas terminologias, que que é nome social? É socialização! Então quer dizer assim, hoje eu vou pegar essas bestas, essas pessoas, essas monstruosidades, essas não humanas e quando elas tiverem bem sociáveis, a gente *dá* o direito ao nome. Isso foi feito com o povo escravizado. Acho que você tem um nome, você pode ser batizado que *cê* conseguiu, *cê* mereceu, agora eu te reconheço enquanto humanidade. Depois que você foi socializada, nós já vemos que você tem direito, se comporta dentro dessa ideia social de que é uma mulher, de que é um homem, de que é um ser humano, uma pessoa. Depois disso agora, que é tudo o que representa esse processo *pra* mim, é isso. Agora que você provou que você é uma pessoa socializável, uma pessoa agradável a essa sociedade, a gente pode inclusive te tornar uma pessoa civil, uma pessoa civilizada, que pertence à cidade. É isso que representa isso, todo esse processo, tudo isso, esse domesticar, e continuam me domesticando, *né?* O problema é quando a falha tem fome, *né?* E eu tenho fome de vida. *Né*, a vida que não me pertence, pertence a um... Sabe? *Cê* vai aonde? Quais são os lugares que estão 100% prontos *pra* gente? A medicina? Se eu cair *num* hospital e a atendente for neopentecostal extremamente radical? “Essa obra de satanás a gente não atende aqui”.

Entrevistador: Já aconteceu algo semelhante com você?

Neon: Ah, acontece o tempo todo, *né*? Lógico, que elas não têm, de certa forma quando *cê* chega, a imagem chega antes, e eu produzia imagem. Eu produzo imagem, a imagem chega antes. Eu sou uma mulher, eu não sou a travesti *pra* essa gente, eu não sou a mulher transexual, “ela é mulher”. Olha, eu já fui em evento que as pessoas falavam assim, “olha como ela se comporta”, “olha a mão”, “olha o pé”. Onde nós estamos ainda? Não adianta *ficcionar*. Avançou? Avançou. *Ok*, mas e no ponto real? No ponto exato da coisa. Qual é, quem é o médico que vai cuidar? É o urologista? Eu fui a última vez, tem quatro anos que eu não vou ao médico, o último médico foi o caos, nunca mais esqueci. Eu falo assim, não *tô* pronta pra ir ao médico, eu não *tô* pronta *pra* ser humilhada e passar constrangimento. Não quero! Nessa altura do campeonato eu prefiro a morte. Imagina chegar *num* médico, o médico debochar de você, rir, fazer piadinha, etecetera e tal. E aí *cê* tem que fazer um tratamento, e aí te mandam *pra* outro lugar, tem uma máquina de ultrassom pra pegar o joelho, e tem *male*, *female*, *other*, e ser classificada como *other*. É muito *pra* você? Mas quando *cê* vai pra pauta de mulheres negras, e aí os dedicados de gêneros, das orientações sexuais, etecetera e tal, tudo se *umbica*, tudo se *umbica*, daí é bem diferente, *cê* vê que tem uma luta. Aí que eu falo também, tanto eu falo assim, “olha, eu quero *lutá* nesse rolê de mulheres pretas, que aí a gente produz”.

Entrevistador: A... você poderia descrever o que ocorreu após o término da sua ação judicial? *Cê* precisou se dirigir a órgãos como cartórios...

Neon: A tudo...

Entrevistador: ...Receita Federal...

Neon: ...tudo...

Entrevistador: ...Departamento...

Neon: ...tudo...

Entrevistador: ...de Trânsito?

Neon: Aí eu me virei sozinha. Eu notifiquei todos, eu não tenho... não dirijo, é uma opção de vida. É... tudo, tem documento que eu tive que, entendeu? Eu tenho, sei lá, duzentos cursos? Eu só vou fazer duas notificações, duas alterações que é do diploma da faculdade que eu ainda não fiz e o do colégio. O resto tudo *tá* perdido. E aí?

Entrevistador: Que muita gente deve pensar que com uma sentença dessa, sua vida se resolve magicamente.

Neon: Vai resolver pra próxima geração. *Pra* próxima geração resolve porque agora a gente tem uma ADIN, tem uma jurisprudência. Por isso acabou, não precisa, *né*, tem uma ADIN, *cabô*, é só ir no cartório, [inaudível] vai lá e retifica tudo, *cê* muda, *cê* pode seguir sua vida a partir daí. Por isso que o nome social é muito importante no colégio, no ensino básico, no ensino fundamental. Tem que ter essa luta lá em baixo, porque quando *cê* chegar aos 18, eu quero é mudar tudo, fazer uma faculdade, *cê* já entra certa, *tá* certo? E toca o baile. Não vai precisar passar por todo esse constrangimento, sabe? De ter que, agora eu voltei aqui *pra* retificar meus documentos. Eu *tô* com [inaudível] se contrata advogado, mas assim, como eu tenho pesquisado violência, eu vou me submeter a essas duas violências. Vou na faculdade, falo assim, “agora

preciso mudar o nome aqui”, explicar toda a história. Vou no colégio, explico toda a história. Sabe, eu moro *numa* casa de aluguel há 24 anos, eu não mudei o contrato.

Entrevistador: E junto dos contratos tem as contas, *né?*

Neon: É, as contas algumas, são bem poucas, não tenho muita, esse acúmulo de contas, mas aí, sei lá, agora *cê* imagina as pessoas que têm patrimônio, que têm isso e aquilo, uma estrutura muito maior.

Entrevistador: Pessoas que tem filhos, *né?*

Neon: Ah, tem gente que não muda, *né?*

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: Neon, em tese eu já terminei as minhas perguntas, e a gente falou assim, pelo menos pra mim houve tanta coisa interessante, tanta coisa importante. Tanta coisa que imprime um dever ser no meu trabalho. Uma atenção a pontos que na academia, como você disse, as pessoas deixam de lado e tal. É uma pergunta meio genérica, assim, *cê* queria falar alguma coisa que você não teve a oportunidade de falar?

Neon: Não, eu acho que tá, eu acho que *tá* ok. Eu acho que, eu acho que o que, na verdade eu queria deixar aberto *pra* o que você precisar, *pra* voltar a falar, estamos dispostas a conversar. E que eu espero que você encontre outras pessoas que superem, ou que passem essa coisa que é chamada como referência. Porque assim, se *cê* perguntar assim pelo o que você *tá* lutando? Por humanidade. *Pra* que as pessoas sejam humanas. E *pra* mim as especificidades são muito importantes, mas se a gente não juntar o bonde agora quem é que vai sobrar no *rolê*, *né?* Não tem aí, se pensar bem. Isso é muito importante. Essa questão racial faz toda diferença? Fez! Se eu não estivesse no *rolê* de mulheres pretas eu não pensaria o que eu penso. Se eu tivesse só fechada em marcos identitários como transgeneridade, eu não teria avançado. Foi o fato de ser uma mulher preta que fez eu pensar diferente, foi ler as mulheres pretas que me fez olhar diferente. Saber que não tem conversa, que não tem *mimimi*, se a gente não for *pras* cabeças, a gente não avançar, não faz a mudança. E ao, no final das contas, quando você conversa com tantas outras mulheres que perdem seus filhos *pro* genocídio do Estado, que *tão* em outras lutas, ser filha de uma faxineira que passou a vida inteira lutando *pra* que você se formasse, te traz uma percepção de falar assim, a gente tem que chegar *numa* solução que não é a óbvia, senão não *taria* lendo coisas que o movimento olha, todas as mesmas coisas que o movimento olha, e é um embate mesmo. Se acabou o laudo, se acabou tudo isso, que era tudo que inclusive justificava políticas públicas, como a gente vai produzir agora? Que durante muito tempo foi ignorado a Constituição *numa* situação dessa. Que é o que eu falo da ADIN, a ADIN não dá *pra* bater palma, porque ela usa, ela justifica a Constituição. Por que a gente vai bater palma pra uma ADIN que devolve *pra* Constituição a ação direta de inconstitucionalidade? Ela diz o tempo todo, *tava* lá! Essas pessoas tinham direitos desde 1988, por que que não se deu? Fala muito mais de outra coisa, de um direito que exclui, de um direito burguês, de um direito branco, cis, normativo, que trabalha *pruma* elite. E *pra* quem acessa? *Tá* devendo favor? Eu não devo favor *pra* ninguém, eu paguei! E eu não paguei pouco! Então assim, a relação profissional e cliente se deu, eu não me tornei íntima do Eduardo. O Eduardo advogado, é o Eduardo advogado. O marido da minha amiga é o marido da minha amiga, o que converso com a minha amiga. Então, missão cumprida, é um utilitário,

né? E aí que ele é um excelente profissional, não é? É um ótimo profissional, que *cê* olha pra ele e *cê* fala assim, “e aí? Que que ele fez disso?”. É mais, podia ser mais um *queima filme* do que um avanço pra ele. Também acho que ele foi muito corajoso. Só que é isso que se conta. Agora, esses profissionais que não querem mudar o processo, então pra que serve?

Entrevistador: Sustentar o *status quo*, *né?*

Neon: Isso de sustentar o *status quo* tá bom pra mim, *né?* É uma gente que [inaudível] nas profissões *né?* As pessoas ficam no lugar da obviedade, que você vai fazer com essa profissão? E aí? E depois disso? E aí é um direito que tá se renovando aonde? Quando ele se torna mais humano, quando ele se torna mais próximo daqueles que são negados humanidade, *né?* Que mesmo assim a gente trabalha nessa estrutura de, é isso, a pessoa chega, ela sabe que se for pra procurar um defensor, isso e aquilo, as pessoas saem *numa* gratidão que elas não têm uma noção que essa pessoa é paga pelo Estado, que o seu dinheiro paga essas pessoas, *né?* Ela sai com uma gratidão, tipo, se fala assim, a gente não tem uma consciência efetiva, *né?* Como a gente vai mudar isso, *né?* Falar do direito a pessoa não tem o direito. Ela acha que tá fazendo uma coisa, quando contrata, [inaudível] é uma coisa sobrenatural. Eu acho que isso vale pra todo mundo. Eu acho que é isso.

Entrevistador: Então eu vou encerrar a nossa entrevista aqui.

ANEXO F – ENTREVISTA COM KAREN

Entrevistador: Karen, você procurou a Defensoria Pública em 2012 *pra* ingressar com ação judicial *pra* retificar o seu registro civil. É, como você descreve essa experiência?

Karen: Então, como eu *tava* falando *pra* você anteriormente, *né*, é... em 2008 eu entrei no movimento de... de palestras, de estudos clínicos junto à área da psicologia porque as leis estavam mudando, a cirurgia já estava aprovada no país, *tava* tendo os primeiros casos de pessoas recorrendo a SUS, inclusive, *pra* conseguir essa cirurgia, *né*? E... ela tinha antigamente alguns atributos de exigência *pra* que pudesse ser feito que hoje não tem, *né*? Dois anos de acompanhamento obrigatório multidisciplinar em ambulatórios de pesquisa, ou seja, tinha que ser, é, hospital escola, não podia ser clínica particular, *né*? E... e após isso, era enviado um laudo e esse laudo autorizava a cirurgia e algumas pessoas, mesmo após todo esse, esse trâmite, esse tratamento, não conseguiriam, não conseguiam, é... a cirurgia por vias, é... públicas, e algumas pessoas *tavam* entrando com, com processo judicial *pra*, *pro* hospital capacitado tecnicamente mais próximo fizesse, então era um assunto muito em pauta. E qual que era o problema que a gente enfrentava na época? Os profissionais de saúde que *num*, *num* sabiam do que *tava* se tratando. Era um acompanhamento multidisciplinar, porém quando o transexual chegava *num* ambulatório com várias, é, é, disciplinas médicas, esses profissionais não faziam ideia do que ele estava, de que campo eles *tavam* pisando, *né*? Então foi onde eu comecei a participar de alguns estudos clínicos, algumas palestras, *pra* tentar, é, orientar um pouco, tanto a parte dos profissionais de saúde, quanto a parte social, *né*, da própria sociedade. Lembro inclusive que na época a... a gente deu palestra até em... em sindicato de professores por conta de ter muita evasão escolar, sabe? Eu inclusive com 16 anos fui obrigada a me evadir da escola por ser um, um travesti na escola e não ter um banheiro *pra* *mim* usar, e aquilo, e aquilo causar um, um grande acontecimento que parece que incomoda todo mundo e você acaba se vendo forçada a ter que sair da escola, *né*? Isso por ser uma coisa muito comum até então a gente, eu comecei dar essas palestras, essas palestras foram me colocando frente a pessoas... que eram presidentes de ONG, que eram defensores públicos, *né*? E *numa* palestra eu conheci o, o defensor público Paulo Giotri que se interessou pelo meu caso, pelo meu histórico, e a gente... *né*, até então não, não tinha casos no Brasil de pessoas que tinham conseguido a... a... a retificação de registro civil sem a cirurgia, mas ele perguntou *pra* mim se a gente poderia tentar, se eu gostaria de tentar, e a gente tentou, foi um processo aí que demorou 7 anos, *teve* várias fases de apresentação de documentos, certidões negativas, perícias, *né*? Muita coisa que a gente tem que comprovar *pra*, *pra*, *pra* comprovar a... a questão trans em si, que *num* é uma coisa, que é uma coisa permanente na vida da pessoa e não uma, *né*, uma coisa de armário, *né*? E... e eu consegui em 2012 a sentença, foi até uma surpresa *pra* mim, porque eu mesma nunca tinha visto uma pessoa não retificada conseguir um registro civil mudado, com gênero, com tudo, desde certidão de nascimento. É... na época foi um alvoroço porque não tinha casos assim, as mudanças estavam sendo muito grandes, *né*? Um país que se você olhasse *pra* trás, há 15, 20 anos atrás a cirurgia era crime, a cirurgia, tratamento não tinha, a... psicólogo mal sabia sobre o que se tratava, tudo era tratado como perversidade, *né*? Como uma patologia, *né*? Apesar de eu ser um pouco favorável à questão da patologia, porque eu acho que através da patologia a gente consegue espaço dentro do meio médico acadêmico, é um meio que a gente consegue *pra* *tá* lá, *pra* *tá* debatendo, *né*, esses

assuntos. Em 2012 *teve* a minha, a minha retificação, eu fiquei muito surpresa porque eu não *tava* preparada, eu sinceramente não *tava*, foi um processo que eu, que eu entrei, joguei lá no fundo da gaveta, e aquilo foi indo durante muitos anos e de repente caiu aquela... sabe que que é você pagar um título de capitalização premiado a vida toda? E você até esquecer disso, é um valorzinho baixo, aquilo não ser importante *pra* você, um belo dia você recebe uma carta do banco, você foi contemplado com um prêmio... máximo, assim, que uma pessoa pode ganhar. E você fala: “caramba, e agora que que eu vou fazer com isso tudo?”. Bem, a única coisa que me restou foi tirar esses documentos, *né?* E... foi um *pega pra capá* porque até sair a... certidão de nascimento, a... eu tinha muitas questões de, de, de vida *pra*, *pra* ter que lidar, eu tinha carteira de motorista vencendo, e eu não podia renovar com o nome de Guaraci, porque *cara*, isso ia me dar falsidade ideológica, *né?* Ia, eu tinha que esperar e o vencimento *tava* muito próximo e meu, e, e minha certidão não saía, *né?* E aquilo *tava empacado*, mas, enfim, eu consegui os documentos, *né?* E após os documentos, eu tentei legalizar o máximo de coisas possíveis dentro da minha vida, *né?* Que que mudou depois dos meus documentos? Sinceramente? Não muito. Parece que eu me tornei mais uma Maria, *né?* A... parece que eu me tornei mais uma Maria no, no âmbito jurídico, hoje eu me dou até um pouco mais conta do peso que é ser mulher na sociedade brasileira, porque antes *pra* mim ser mulher era uma situação *transgredora*, transgressiva, *vamo* falar assim, transgredir, *né?* Porque eu era um homem jurídico encenando o papel de uma mulher na sociedade e de repente a coisa virou, a coisa virou, eu passei a ser uma mulher desde o meu nascimento a ter que esconder um pênis de uma sociedade machista. A coisa mudou muito *pra* mim, *né?* Eu me senti muito cobrada, não vou te negar, que depois da... depois dos... documentos, depois de, de muito enfrentamento, tem o quê? 2012, eu peguei o documento mesmo em 2014, acho que uns, uns 3 anos que eu *tô* retificada, *né?* E... hoje, hoje eu me dou conta de tanta coisa que eu não dava, que eu não dava, porque antes *pra* mim ser mulher era algo muito especial, algo muito difícil de ser alcançado, e depois que eu alcancei, eu me dou conta do quanto existe um, um tratamento um pouco inferior em relação ao ser mulher no Brasil, ao ser que é mulher, ao ser que é feminino, *né?* É... eu vejo isso no meio feminino, mulheres cisgêneras, quando você vê uma blogueirinha, toda bonita, de *cilião*, cabelo de aplique, “ai, ela é mulher”, e você vê uma faxineira, sozinha, criando 4 filhos, você vê que ela não tem nada dessa glamourização do ser feminino, *né?* Do gênero feminino, *né?* É... você vê que *pra* essa mulher que é um, é uma boia-fria, uma doméstica que tem que criar filhos, ela é uma mulher, cisgênera, mas o quanto ela tem que ser um homem, em muitos aspectos *pra* conseguir criar esses filhos, ser esses filhos, o quanto ela tem que se abandonar como mulher em favor do, dos seus filhos, *né?* Que é uma, uma obrigatoriedade, até acredito ética até, *né?* Então eu comecei, depois da minha retificação, que eu comecei a ver que existem graus de mulher na sociedade, que *pra* mim até então, ser mulher era tão inalcançável, que eu penso assim: “ai, ser mulher é tudo”. E depois eu vi que: “opa, ser mulher não é tudo isso”. Ser mulher ainda é... ter um gênero feminino, ainda é... é ter que batalhar por uma... como é que eu, como é que eu vou te explicar isso, é ter que batalhar por... por sua própria legitimidade. Eu acho que toda mulher no Brasil, ela tem que batalhar de alguma forma pela sua legitimidade, seja uma menina novinha, uma prostituta de esquina, seja uma faxineira criando 4 filhos, seja uma blogueirinha aí do momento, seja uma advogada, uma juíza, imagina, o que não deve passar? Uma mulher juíza no meio *dum* bando de homem, que parece que decide tudo, “opa, chegou uma mulher, ela vai decidir? Teria essa mulher capacidade de decidir alguma coisa?”. “Ô, lá vem aquela *juizinha*”. Então é uma série de situações

que eu percebo hoje que a mulher, não só eu como mulher trans, mas até a mulher cisgênera enfrenta isso, *né?* Como se legitimar na sociedade sendo mulher? Porque na sociedade, se você é homem, você já *tá* mais legítimo. É o ser forte, é o ser que manda, é o ser que agride, *né?* E parece que *tá* tudo muito... *é...* contribuindo *pra* isso, nossa construção social deu-se *pra* contribuir com isso, *né?* *É...* eu imagino que deve ser diferente, inclusive, população carcerária masculina e feminina, deve ser muito, muito diferente, muito diferente. *É...* eu vejo poucos documentários, muitos documentários falando da população carcerária masculina, eu pouco vi documentários falando de população carcerária feminina, *né?* Existe no Brasil uma, uma tendência a querer fazer uma mulher santa, submissa, exemplar, *né?* Cisgênera e exemplar, *né?* *E...* eu percebo que ainda existe muita marginalidade no próprio gênero que não é o trans, mas que é o gênero feminino do qual eu faço parte hoje, *né?* Me entristece quando eu vejo notícia de feminicídio, porque eu quase não vejo o contrário, eu quase não vejo o contrário. Até... às vezes a gente vê umas, uma louca, surtada, psicótica, que esfaqueou o marido, *né?* Que tem também, como todo o ser humano, mas... como que *pra* mulher parece que é mais incomum a determinados atos, *né?* Determinadas situações. Moradores de rua, são menos mulheres, mais homens, e você vê os homens mais atuantes, mas eu tenho recentemente visto muita moradora de rua, muita mulher sendo moradora de rua, e eu me pergunto, eu sei que o trabalho, a gente *tá* falando de direito, mas não tem como eu não...

Entrevistador: Mas isso tudo faz parte.

Karen: Faz parte, porque *é*, *é* um incômodo *pra* mim, eu que sou trans, que hoje tenho meu *documentinho*, bonitinho, branca, do sexo feminino, resguardada pela lei, eu saio do meu trabalho, cruzo no primeiro sinaleiro com uma mulher no sinaleiro, *né?* Parece que *pros* homens é mais fácil lidar com, com aquele ambiente de rua, a mulher com certeza deve vivenciar uma situação de vulnerabilidade muito complicada, muito difícil. Então, ser mulher não... não guarda o ser humano de nenhum sentido, *né?* Ser humano *taí*, *é...* meio que à mercê da, da, das situações do mundo, do nosso poder público atual, *né?* Que hoje insiste em não querer progredir com determinadas pautas, *né?* Porque eu acho que desde o meu processo, o meu processo de, de palestra, de participações em estudos clínicos, tudo isso vem *pra* que a gente consiga progredir socialmente, vamos debater o fato. Olha, eu sou transexual e... eu enfrentei tal problema, como a gente pode debater esse fato na sociedade *pra* que outras pessoas não passem esse problema que eu passei? *Né?* Hoje eu percebo que o meu documento, ele é um pouco... real, talvez, e real para a realidade, *né?* Porque... quando eu, quando eu... uma vez que eu, que eu... eu *tive* lá na, na UNAERP, que você me chamou, *cê* lembra? Que eu falei dentro da sala de aula sobre manter o *transexualismo* com o sufixo *-ismo* no... DS, no CID-10 ali, no DSM da área médica *pra* quê? Porque eu já *tava* meio que percebendo, o que *tava* acontecendo com as nossas políticas públicas, *né?* Que ia haver um momento, um... período conservador, um período conservador de volta em todos os âmbitos, no acadêmico, no jurídico, no hospitalar, no social, em todos os âmbitos. A gente ia ter esse movimento conservador e a trava de certas pautas progressistas. Então, era muito interessante para gente manter o *transexualismo* na área médica com aquele CID-10. Pode, pode parecer cruel, às vezes a minha fala de falar assim: “não, eu quero ser taxada com transtorno psiquiátrico”, porque como eu percebi que a sociedade *tava* querendo regredir um pouco na questão do “não vamos dar mais direitos *pra* quem não é a maioria”, esse CID-10, aquele DSM ali, ia resguardar a classe trans da pesquisa, da gente ainda ter um espaço dentro da área acadêmica *pra* manter a pesquisa, *pra* manter o assunto

em pauta, *pra* manter o estudo do clínico que vai incomodar o Poder Público por conta do conservadorismo, mas *num* é qualquer um que *tá* levantando esse assunto, que *tá* colocando esse assunto na pauta, é um médico, é um pesquisador, é um psicólogo, é um psiquiatra, *né?* Então assim, eu... por isso que eu tinha aquela, aquela *briguinha*, e às vezes eu fui mal interpretada até dentro do Movimento GLBT por “ah, *cê tá* querendo fazer a nossa circunstância de ser trans patologia”. Não! Eu acho que eu *tô* querendo resguardar isso como um recurso, como um recurso *pra* gente manter um pé, sabe? Um *pezinho*, um *pezinho* acadêmico.

Entrevistador: Se eu, se eu entendi bem, então a... essa sua, essa sua ideia, esse seu pensamento, é no seguinte sentido: é... a manutenção dessa... desse, dessa ideia, desses conceitos ligados com a, a patologia, é uma forma de, é... garantir direitos e de pressionar o... o sistema oficial a garantir direitos a essa população que é...

Karen: Com certeza...

Entrevistador...vulnerável e que estaria vítima...

Karen: ... e a...

Entrevistador...de uma nova fase...

Karen: ...e a não ter...

Entrevistador ... conservadora?

Karen: ...e a não ter a retirada desses direitos imposta agora, *né?* Enquanto a gente tiver ali os transexuais, é... abrangidos, é, protegidos por essa, por essa classificação. E... então assim, é... foi, eu acho que, eu achei que foi muito oportuno, talvez, *pra* mim, naquele momento, esse posicionamento, *né?* Nem eu imaginava que, que a gente ia, ia *tá* hoje como estamos, *né?* Que você não ver falar mais nada sobre trans e pauta GLBT. *Cê* não vê falar mais nada sobre pauta trans, GLBT, nada. E o meu maior medo que que é? Ter os direitos retirados, porque se o desejo de, de uma ala que hoje é a... *imperatrix* nacional, é voltar a tempos conservadores, obviamente vamos voltar naquele submundo, obviamente vão pegar a classe trans, a classe GLBT, e vão colocar ela pouco a pouco na sarjeta novamente, no submundo, nos banheiros, nas boates, com as mortes ocorrendo pelos matagais, e polícia, e polícia tratando aquilo como se não fosse a morte de um brasileiro, de um cidadão, de um, de um filho de alguém, *né?* Como se, é... eu acho muito interessante essa discussão hoje, porque nos últimos 15 anos, *né*, toda a classe GLBT, não só transexuais, mas toda classe GLBT, *teve* muita, nós tivemos muitas conquistas legislativas, mas muitas conquistas legislativas. Eu até acho que algumas conquistas foram rápidas demais e a sociedade não deu conta de digerir bem esse processo, sabe? De como é falar GLBT e família, porque é... pelo fato da relação, da relação gay, da relação homossexual não... reproduzir, *né*, não ter filhos, não ter prole, *né?* É... há essa dificuldade em enxergar a pessoa que é gay, que é lésbica, que é trans, no âmbito familiar, *né?* E... e isso não é muito uma realidade, *né?* Muitos gays moram com os pais, cuidam dos seus pais, alguns adoram, alguns gays, é, vêm de relacionamentos hétero, é, anteriores, que têm, é... filhos e têm que dar conta desse papel, *né*, paternal ou maternal, sendo GLBT, que é o caso que a gente *tava* falando daquela nossa amiga, que era presidente da ONG e mãe de três filhos, *né?* Então tudo isso causa uma demanda, tudo isso causa uma demanda social em cima daquele ser, *né?* Aquele ser que tem um RG, que tem um CNPJ, que tem um sexo designado pelo nascimento,

é... toda, toda a circunstância, a circunstância GLBT ela causa sobre a pessoa uma demanda que acarreta no jurídico, *né?* E quando que acarreta no jurídico? Quando um gay é discriminado, quando o gay é impedido, ou de estudar ou de trabalhar, ou de ter acesso, de ter acesso a serviços, de ter acesso a cidadania, de ter acesso ao direito, ao próprio direito, *né?* Quando a gente vê uma pessoa, é... gay, que foi agredido na rua porque ele estava passando na rua e ele foi identificado ou por, por um grupo ou por um outro, por um outro, por uma outra pessoa, só por ele ter sido identificado como gay, ele é agredido. Nesse momento a maior reflexão é: que pessoa tá andando na rua e gratuitamente é agredida por ela ser quem ela é? Por ela ter o cabelo que ela tem, ou por ela ter o tamanho ou a forma física que ela tem? Na Constituição, na lei, o que diz é que a gente tem direito, é... de ter uma vida plena dentro da sociedade, *né?* E o que eu acho que o meio GLBT tem há uns 30 anos questionando e sacudindo é porque que no GLBT essa lei não atinge, não é igualitária nos direitos, por que que o direito não é igualitário *pro* GLBT, *né?* E nesses últimos 15 anos, até um pouco às pressas, a legislação mudou muita coisa *pra* quê? *Pra* igualar o GLBT a maioria da... das situações, por exemplo, você chegar *num* cartório com uma pessoa que você tem um relacionamento há 10 anos, e poder legitimar aquilo em forma de papel para garantir direitos que, pode até parecer uma bobagem, mas convênio médico não é bobagem, inclusão de seguro de vida não é bobagem, e sem constrangimento, sabe? Você ter um seguro de vida ou uma capitalização, ou uma... uma... previdência privada, e você poder deixar o seu companheiro como beneficiário daquilo, sabe? Sem... situações esdrúxulas, absurdas, que é você tentar incluir uma pessoa no teu convênio e você receber um indeferimento daquilo pelo jurídico do convênio, pelo jurídico do banco, que indefere a inclusão daquela pessoa como beneficiária porque vocês não são nada um do outro, porque... a legislação não permite que dois homens, é... tenham direito, como se fosse uma mulher. Ah, que história é essa? Tá querendo *dá* o direito *pra* um outro homem, é, o direito no caso de morte de ser o beneficiário ou de um seguro ou de uma previdência privada, como se fosse um casal, como se fosse vírgula, é um casal. Só que é um casal que há 30 anos atrás existia nos submundos, nos guetos, e hoje em dia grita por existir abertamente na sociedade, é por isso que a gente vem discutindo esses temas, é... GLBT, família, *né?* É... e eu acho muito importante hoje a gente não parar, por isso que eu tô fazendo, que eu tô tendo inclusive prazer de participar com vocês, que é *pra* gente não parar com essa discussão, *né?* Apesar da gente ter os direitos consolidados nos últimos 15 anos, e tem incomodado uma boa parcela da, da sociedade. Na verdade eu acredito que essa parcela, não é que eles são cruéis, que eles querem retirar direitos, não, eles estão assustados, eles não sabem onde que isso vai dar, eles estão com medo do seus filhos se tornarem gays, por conta de ter legislação específica que, que, que na verdade *num* protege ninguém, só iguala as pessoas. Eu nunca vi, é... nunca tive intuito de uma mudança ou uma utopia de sonho, de mudanças legislativas que criem, é... super pessoas, super cidadãos, não. É uma inclusão *pra* que funcione os primeiros artigos constitucionais, é... independente do gênero ou de orientação sexual, isso já é previsto em lei, mas, na prática, o mecanismo trava, na prática o mecanismo trava, *né?* E hoje você, você vê, *pra* mim foi muito fácil. Depois que os meus documentos estavam, eu tenho um relacionamento estável há 14 anos, é... e só depois dos meus documentos estarem retificados que tudo foi fácil, que tudo foi prático, que hoje eu fui num cartório, *pluft*, eu escolho até o regime que eu quero, se eu quero casar, se eu quero reconhecimento de união, é... civil, de união estável, em que regime eu quero que esse, essa união seja, sem separação de bens, em comunhão total, ou seja, tudo isso estamos falando de direto, *tamo* falando de, de lei, de legislativo. Tudo isso

mudou à galope nos últimos 15 anos. A sociedade *tá* demorando um, um tempo *pra*, *pra* se adaptar com tudo isso, hoje eu já vejo, poucos, mas já vejo, alguns casos de pessoas trans ingressando em universidade com mais facilidade, é... vejo ser comentados os casos de banheiros, *né?* Recentemente a gente *teve* o caso *duma* trans que foi retirada *dum* banheiro *num* shopping, e... ela contestou na praça de alimentação, e aquilo causou um certo burburinho, mas eu sempre acho interessante o burburinho porque traz à tona o discurso, *né?* Traz à tona o discurso de que ainda existem pessoas trans tratada como não brasileiro, como não cidadão, como não pessoa, *né?* Como não pessoa, é... curiosamente, eu não vejo pessoas trans, a... *né*, mulheres trans entrando em banheiro masculino, a... acredito eu pelo, pelo que eu... subentendo que uma trans quando entra dentro de um banheiro feminino ela *tá* querendo ser invisível porque se ela quiser fazer visível, ela entra dentro do banheiro masculino, porque *numa* sociedade onde o travesti ele tem seu corpo escravizado por um sistema de prostituição, no momento que você resolve ser trans, *né?* 90% da população trans é, é profissional do sexo no Brasil, *né?* A... o corpo trans ele é um corpo objetificado, ele é um corpo objeto, que que você acha que viraria *dum* trans dentro do banheiro masculino? Talvez até uma proposta de programa lá dentro, *né?* Então, quando eu penso assim, gente, eu não vejo trans entrando em banheiro masculino, porque daí assim, aí sim eu acho que ia ser uma afronta ao *shopping*. “Ó, *cê* viu o travesti *tá* fazendo ponto *lá* dentro do banheiro masculino, propondo, é... fazendo proposta de sexo *pros* homens lá dentro, coisa que eu nunca imagino uma trans fazendo isso no banheiro feminino. Ela só está querendo fazer o xixi dela, as necessidades físicas, humanas, dela, e é nessa hora que falo assim, caramba, precisa ter que ter uma aparição no jornal, um constrangimento legal, precisa ter uma série de situações, é... *pra* que *seje* visto que é uma pessoa humana, que tem necessidades humanas, que precisa ser, esse humano que ela é, *né?* E... olha o burburinho que acontece quando ela tenta entrar dentro do banheiro. Eu acredito que um transexual entrando dentro do banheiro masculino também seria colocado *pra* fora, porque iam falar o quê? “Ah, o transsexual *tava* querendo transar dentro do banheiro. Então parece que o transexual ele não pode entrar em banheiro dentro de lugar público, e realmente não pode, eu já passei por isso, eu já passei por isso. Uma vez eu *tava*, vou comentar brevemente com vocês, eu estava, a gente saiu do salão, no fim da tarde, fomos *num buteco* comemorar o aniversário de 60, de 60 anos de uma cliente. *Tava* eu, a manicure do salão e essa cliente. “*Vamo* tomar uma cervejinha e comer uma porção? Ai, *tô* fazendo 60 anos, ah, eu não queria ir embora *pra* casa, eu queria, *né*, eu queria conversar, queria tomar uma cerveja, *vamo* com a gente?”. Eu fui, ela era uma pessoa muito querida, muito, muito comunicativa, muito carismática, uma professora aposentada inclusive, e a gente *tava num buteco* tomando cerveja e tudo, e, de repente, eu resolvi ir no banheiro, a... a dona do... do *buteco*, ela me puxou pelo braço, ela correu atrás de mim, assim, ela falou do balcão, ela correu atrás de mim, ela me tirou de dentro do banheiro, me puxando pelo braço e gritando, falando alto, “não, você vai usar banheiro masculino, se você quiser usar o banheiro aqui no meu bar, você vai usar o banheiro masculino”, *né?* É... e aquele dia foi um dia lastimável, porque a gente foi parar todo mundo *numa* delegacia *pra* fazer um boletim de ocorrência, *né?* *Magina* uma pessoa de 60 anos como testemunha. Olha, a gente *tava* comemorando o aniversário, eu só ia fazer meu xixi, eu não ia fazer nada além de um xixi naquele banheiro, nada além do que a maioria das mulheres fazem, ou a maioria dos homens também fazem no banheiro. É o que as pessoas costumam fazer no banheiro, *né?* E...

Entrevistador: E como essa história terminou? Terminou no boletim de ocorrência?

Karen: Terminou no boletim de ocorrência. A história terminou no boletim de ocorrência, a dona do *buteco* dizia que era carcereira no... no cadeiaão Ribeirão Preto, que ela era quente, ou seja, parece que a gente tinha leis que ou não funcionava ou quando funcionava, funcionava para alguns, funcionava para alguns, *né?* Hoje eu entendo o quanto deve ser ameaçador *pra* ela, *pra* uma dona de bar como essa, uma mulher cisgênera, *sentí* que um transexual tem o papel dela na sociedade. Tenho no papel um papel que deveria ser dela, *né?* E hoje, após 3, 4 anos de retificação, faço uma reflexão também, de que às vezes me incomoda um pouco eu ter que carregar, ter que ser uma mulher, vista como cisgênera, sendo trans, *né?* Eu acharia que se a gente mantivesse o debate contínuo e progressista na sociedade, eu acredito que a gente ia chegar *num* consenso, até mais razoável, de um reconhecimento, de uma outra manifestação de gênero que não seja masculina ou feminina. Eu acho que com isso homens se sentiriam mais confortáveis sendo homens, mulher se sentiriam mais confortáveis sendo mulheres e trans se sentiriam mais confortáveis sendo trans. Porque não é muito confortável *pruma* trans ter que corresponder totalmente ao aspecto feminino, com tudo o que a sociedade exige de uma mulher, *né?* Com todo, com toda cobrança que é dada a um ser, do momento que ele sai da barriga da mãe e é visto que ele não é um homem, porque na verdade o que, o que é de voga nessa, nessa, nesse discurso meu é, é o quanto é um pouco inferiorizado um ser humano quando ele nasce, é uma menina. Há uma série de atribuições dadas àquela menina, *né?* Eu recentemente, *tava*, eu *tô* assistindo agora “O clone” que *tá* passando de novo no Viva, e eu *tô* vendo um pouco dessa questão da cultura muçulmana, que tem muito dessa questão, dos direitos serem dados só para homens, e muitas atribuições serem dadas *pras* mulheres, *né?* E essa semana parece que nasceu lá o filho de uma personagem, a personagem *tava* grávida, e mostrou aquele trabalho de parto, aquela coisa linda, mas, quando nasceu, “Ai! É uma menina!”. E parece que algumas pessoas da família não ficaram tão contentes assim de ter nascido uma menina, porque “ai, não vai levar o nosso nome, não vai levar uma série de coisas”, e de idealização do grupo social, da sociedade em si, sobre alguém que nasceu mulher. Ah, nasceu. Ah, não veio com saúde, *né?* A... ou seja, parece que eles não ficaram plenamente satisfeitos, não *teve* aquele gozo em ter uma filha mulher, *né?* Isso explica muito o complexo de castração que Freud tanto defendia, *né?* Porque é forte quando, ah, é “opa! Uma mulher, ah, não tem falo! Não tem a força, opa! Não tem a..., *né?* O pulso de mudança de mundo”. Como não? É uma outra pessoa, é uma mulher, *né?* Na mente progressista uma mulher, que aliada com um homem, transforma o mundo também, *né?* Mas parece que a transformação de mundo ela é muito patriarcal, é um movimento patriarcal muito forte, *né?*

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: *Cê tava* falando de transformação, é... e eu queria perguntar uma coisa, aquela decisão de procurar a Defensoria Pública vários anos atrás, foi uma decisão fácil de ser tomada? O que te motivou a tomar essa decisão? E também queria que você explicasse o porquê, o defensor falou se você topava o desafio, por que que foi um desafio?

Karen: Sim. Foi um desafio porque a... sem a redesignação, *né?* Sem você ter um laudo médico de que você *teve* um órgão extirpado através de um ato cirúrgico e que você não pode mais ser um homem, era muito mais difícil conseguir uma retificação de registro desde nascimento, *né?* É, então seria muito diferente de nome social, porque *pra* nome social você pode circular no seu Estado com seu nome social, *cê* pode usar isso *prum* atendimento médico, *pra* ser chamada, *pra* ter um crachá de

empresa, se você tiver a sorte de ser um transexual com carteira registrada no Brasil, *né?* A... mas a lei do nome social ela não garante direitos, ela não garante direitos! Nenhum, nenhum! A lei do nome social se você tiver, você pode ter um registro do nome social e você pode ser expulsa do banheiro do mesmo jeito. A única coisa que cala o movimento de pessoas trans expulsas de dentro de banheiro, retirada a força em situação vexatória, um constrangimento legal, e... com casos às vezes até de agressão, *né?* Isso só é coibido pelo, pela retificação total do registro civil, quando você põe aqui, “olha, o meu documento é feminino, eu tenho um RG, eu tenho uma certidão de nascimento”. “Ah! Então você é mulher, *né?*”. É... o que me levou a entrar, a entrar com o processo foi o desafio e... e uma tentativa minha de querer me resguardar desse tipo de situação que já tinha ocorrido comigo uma meia dúzia de vezes na vida. Até uma fantasia minha, nossa, imagina eu com um documento que se um guarda me parar, ele me pede “desculpa, senhora”, “oh, minha senhora, me desculpa, eu confundi a senhora, fique à vontade *pra* usar o seu banheiro”, como se fosse alguma coisa, “ai, *tá* me dando um presente de natal”. Não é presente de natal nenhum eu, eu ter que ir no banheiro, eu tenho direito de ir no banheiro, isso não é presente de natal nenhum, mais... foi uma fantasia minha, de eu ter, sabe, um resguardo, que isso não fosse mais acontecer comigo, é... eu tinha fantasias totais, *né?* De voltar a estudar, de poder ter uma qualificação profissional diferente da que eu consegui construir *pra* mim, que eu consegui construir *pra* mim, a qualificação profissional de um travesti, de uma pessoa que tinha um nome, um gênero masculino, e que era uma mulher na sociedade, e com isso vivia, mas sempre foi uma situação ambígua, e com a minha retificação eu ia perder a ambiguidade. Na minha fantasia eu ia perder a ambiguidade, sem perceber que anos depois eu recairia sobre uma ambiguidade novamente, *né?* Porque ainda existe uma cobrança muito forte entre mulheres trans e mulheres cisgêneras, *né?* É... hoje eu... eu a minha, a minha fantasia é diferente da que eu tinha antes, “ah, vou mudar meus documentos e vou me resguardar de tudo isso”. Hoje a minha fantasia seria a batalha por a gente ter a inserção legislativa, o reconhecimento jurídico de uma outra manifestação de gênero, de uma outra, de uma liberdade total. Isso significa, significaria acho que, talvez, uma liberdade maior *pra* toda comunidade trans, sabe? É... não, não ter, não ter essas cobranças mais, *né?* Ah, precisa fazer perícia médica *pra* mudar documento? Gente, eu, eu acho que no momento ainda, ainda deveria, porque eu acho que... resguarda muito mais aquele trans. “Ah, você foi mais um daqueles que foi ali no primeiro *cartoriozinho* de esquina, correu e mudou *seus documento* com uma cartinha de psicólogo pago particular. Não! Eu fiz uma perícia médica, *num* instituto sério, num instituto sério, eu acho que, é...

Entrevistador: Isso é um argumento de autoridade?

Karen: Um argumento muito maior. Se hoje alguém falar *pra* mim “ah, você é uma impostora, você não é uma mulher, você é uma impostora, saí daqui do banheiro”, eu não vou aceitar, eu não vou aceitar a pessoa falar isso *pra* mim, porque eu lembro do dia que eu saí de Ribeirão Preto às 4 horas da manhã, *pra tá* em São Paulo, no Instituto de Criminalística *pra* fazer uma perícia médica, *né?* Hoje se alguém falar *pra* mim “você é uma impostora”, eu não aceito isso, porque eu fiz essa perícia médica, ainda tenho orgulho de quando eu pego o meu, quando eu pego a... a cópia do meu laudo, que eu, eu consegui isso depois de muitos anos, viu? Que eu tive toda minha mudança de documento, mudei tudo. Daí um belo dia, uma, uma cliente minha advogada falou “Karen, você não tem cópia do seu processo, nada? Não, vamos lá no fórum e vamos tirar uma cópia disso, é interessante você ter guardado”. E só nesse

momento que eu tive acesso aos autos, aos laudos, *né?* Gente, quando eu vejo aquilo eu não me arrependo de forma alguma de ter entrado com o meu processo de mudança, de, de retificação, eu não me arrependo nunca, porque eu tive que recolher provas, eu tive que mostrar *pra* sociedade jurídica de que o transexual não é uma farrá de carnaval, que a gente decide viver 365 dias no ano, *né?* De quanto foi sério, de quanto foi pesado lidar com tudo aquilo, *né?* O perito, é, que fez minha perícia, *né?* Só depois, agora, nesses autos que eu vi. Gente, ele tem mais tempo de profissional do que eu de vida. Eu nasci em 78, ele era perito no IMESC desde 74, *né?* Então, é... hoje eu penso assim, não foi uma... uma bobagem, não foi uma brincadeira, foi algo muito sério na minha vida, *né?* É tão sério que, obviamente, ninguém fica *pra* semente, um dia eu vou morrer e na minha lápide vai constar “Karen Sanches de Faria”, que talvez não tenha sido o nome idealizado pelos meus pais, dado pelos meus pais, mas o nome que eu escolhi *pra* simbolizar toda a minha trajetória, toda a minha luta, que se deu, que se deu desde a infância, na escola, que eu fui discriminada, desde os primeiros anos, desde pré, desde primário, primeira série. Eu fui expulsa, na primeira série do Barão de Mauá, eu fui expulsa, minha mãe...

Entrevistador: Qual foi o argumento da expulsão?

Karen: Argumento? A... *tá* muito difícil manter seu filho junto ao grupo, junto aos outros. É... *né?* Qual que é o argumento? A gente cria um argumento, *né?* Pega uma psicopedagoga, assina um laudo psicológico criminalizando aquela criança por ser diferente, por isso que eu te falo qual é o problema de eu ser transtorno, de eu ter um transtorno psicológico? Eu na infância eu fui criminalizada porque eu era uma criança diferente das outras. Então é melhor me deixar eu coitadinha aqui, “ai, coitada, ela é doente, ai, *vamo* olhar ela com uma doença”, pelo menos ninguém me põe, me põe *pa*, me põe na cova antes do tempo, *né?* Então, então me deixa aqui doentinha porque é...

é com... é com esse parágrafo aqui, é aonde eu vou conseguir as pesquisas, é aonde eu vou pegar essas pesquisas e levar isso *pra* frente *pra* gente mudar a sociedade. Eu acredito que eu fui um ser que mudou muito, assim, quando eu olho a minha trajetória de vida, eu mudei muito a sociedade, *né?* Porque eu enfrentei as pautas GLBT, desde a infância, na escola, minha mãe enfrentou muito problema comigo na escola por conta de eu ser uma criança muito afeminada perante aos demais, *né?* Existia... situações difíceis, difíceis, e o meu psicológico também respondia por *tá* percebendo que o mundo não tinha uma forma de inserção *pra* mim, *né?* A... eu chego até pensar, *né*, quando eu penso na minha evasão escolar aos 16 anos, parece que aquilo desde o primeiro ano que eu entrei na escola, parece que já era um projeto *pra* mim, não estar na escola, parece que era um projeto que a sociedade tinha *pra* quem é diferente. É não estar na escola. É segregar, *né?* É... e realmente essa segregação acontece com... com a criança, é na escola, é com o adolescente *num* momento crucial de todo ser humano, que é adolescência, homens precisando, é, homens e mulheres, *né?* E GLBTs, e transexuais, e todos os seres humanos precisando se situar: quem eu sou? Qual é meu papel na sociedade? Com que eu vou trabalhar? Qual vai ser a, a minha manifestação intelectual, sexual, como pessoa, *né?* E como é difícil *pro* GLBT essa, toda essa inserção, como que é difícil, *né?* É... eu trabalhei muito tempo olhando só o meu *umbiguinho*, *né?* Até sair toda minha retificação, saiu minha retificação, eu parei de olhar um pouco meu *umbiguinho*, porque eu vi que eu consegui muitas conquistas hoje. Um ato de banheiro eu ainda tenho medo de acontecer, um ato de banheiro, mas eu tenho um RG *pra*, *né*, como um...

Entrevistador: Salvo conduto?

Karen: Um salvo conduto que, olha, eu tive que batalhar bastante *pra* conseguir esse salvo conduto, mas que ainda não impede o ato de acontecer, que ainda não impede o ato de acontecer. Hoje eu tenho clientes, é... com filhos homossexuais, que eu conheci crianças, e que hoje eles são assumidamente, é, homossexuais, a... hoje eu percebo situações de pessoas muito bem conceituadas que conseguiram estudar, que *tão* em São Paulo trabalhando, ganhando muito bem, que são homossexuais, *né?* Mas, também, é... vejo situações de meninos muito afeminados, que talvez possivelmente até vão ser transexuais, de, de clientes minhas, de amigas minhas, e como dá problema na escola, como dá problema no meio social, como dá problema a... com amigos, com amiguinhos, o quanto ainda esse assunto sempre vai ter que ter um... espaço porque...

Entrevistador: Você se recorda...

Karen: ...sempre vai ter caso novo.

Entrevistador: Você se recorda da imagem que você tinha de si mesma na infância, na adolescência? É a mesma imagem que *cê* tem ainda hoje?

Karen: Às vezes sim, às vezes não. Às vezes sim, às vezes não. Eu acho que quando eu falo nessa, nessa linha do gostaria de ter uma outra a... designação de gênero reconhecida pelo Estado, talvez nesse momento seja minha conexão. A minha conexão, daquele menino que batalhou por ser um adolescente trans, e por ser a Karen, mulher hoje, *né?* Porque eu acredito, hoje, no meu entendimento, foi um arranjo jurídico. É um arranjo jurídico *pra* todo transsexual, *né?*

Entrevistador: Como se fosse um *puxadinho* jurídico...

Karen: Um *puxadinho* jurídico...

Entrevistador: ...*cê* vê assim?

Karen: Você tem o seu documento do seu sexo feminino *pra* que não mexam mais com você, *pra* que não te agridam mais, o *puxadinho* jurídico, só que depois de alguns anos eu abro notícias e vejo casos hediondos, agressivos, é... com mulheres. E eu falo assim, aonde que esse, até que ponto esse *puxadinho*, [tosse], perdão, até que ponto esse *puxadinho* me realmente protege? [ri]. Quando eu vejo o papel da mulher sendo mais agredida, é... ganhando menos, sabe? É... é nessas horas que eu ainda penso assim e, nossa, eu acho que a gente ainda tinha que caminhar muito e batalhar muito, e desconstruir muito *pra* construir novamente de uma forma mais justa *pra* todo mundo, inclusive *pra* essas mulheres que hoje eu vejo, que antes eu não via, antes eu não conseguia enxergar, antes pelo fato de eu ser muito idealizado, a... o ser mulher na sociedade brasileira, eu não via, eu não via, gente eu não via. Eu... pouco sabia sobre feminismo, eu pouco sabia sobre, é... Maria da Penha, eu pouco sabia, eu não tinha conhecimento nenhum, porque era um assunto que eu, *né?* E hoje eu falo assim, gente, se eu for agredida na rua gratuitamente hoje, tem um recurso de Maria da Penha *pra* ser usado juridicamente, *né?* Mas qual recurso vai ser realmente usado, *né?* Isso graças a Deus não... aconteceu comigo, não... acontece, *né?* Mas eu fico pensando, gente, e se acontecer, *né?*

Entrevistador: Quando você diz, de qual recurso a ser usado você se refere? Quem vai ser protegido? Se é a mulher ou a pessoa transexual? É isso?

Karen: Pois é. Pois é. Pois é. Às vezes faz a, faz eu ter um pouco de questionamento se a cidadania plena me abrangeria totalmente, assim, de forma real, com esse puxadinho jurídico, ou se ia ter resistências, ou se podia ter possíveis resistências. Vou contar um caso *pra* você que eu já tive uma resistência, é... que eu já tive, foi, foi a primeira ficha que caiu na verdade do “sou mulher *pero no mucho*”. Sou mulher *pero* não... tanto assim. É... eu tinha comentado com você que eu sou filha de militar, *né?* E meu pai deixou a pensão, meu pai contribuiu com, com uma linha específica que o militar contribui com 7% de, dos seus soldos durante 25 ano *pra* garantir o direito de pensão *pra* filha, *né?* Minha irmã recebia esta pensão e da forma dela, é... sempre estendeu esse benefício aos irmãos, porque era, era uma coisa que dentro da família isso era conversado, de que Soninha, minha irmã vai receber a... a pensão e ela vai dividir entre vocês.

Entrevistador: Quantos irmãos?

Karen: Porque meu pai queria deixar, somos em três, *né?* É... somos um homem cisgênero, uma mulher cisgênera e uma mulher trans. E... e meu pai sempre tinha dito que a minha irmã seria a... a correspondente legal dessa pensão para nós, que a pensão seria dos filhos, mas que, pela lei, quem receberia seria minha irmã. E depois de alguns anos, acredito, até entendo a minha irmã, entendo a minha irmã, a minha irmã se apropriou *maji*, de forma majoritária dessa pensão, *né?* O direito era dela, ela foi entendendo que aquele direito era dela, dela, dela, e que talvez ela não tivesse a responsabilidade de repassar aquele benefício *pros* irmãos, *né?* E... e aquilo aconteceu, veio acontecendo com pano de fundo do meu processo de retificação. Resultado: eu tive algumas conversas com ela porque... é... o valor que ela me repassava perto do valor que ela recebia, é, com o passar dos anos, ela ficou 9 anos sem me dar reajuste de nada, do valor que ela colocou em mim, que era um valor que ela tinha. Ah, eu recebo tanto, então eu pago isso, aquilo, aquilo, então eu tenho essa despesa aqui, daí sobra tanto, então eu divido entre três.

Entrevistador: O que sobrar é seu?

Karen: Isso quando começou receber. Então eu divido entre três, eu vou te dar tanto, *né?* No começo minha irmã me dava R\$ 600 em 2005, era bastante dinheiro. Eu comecei a pagar minha previdência privada com isso. Caramba, eu nunca tive carteira registrada, vou aproveitar esse dinheiro e vou pagar uma previdência privada *pra* mim, garanto, me garanto no futuro, na minha velhice, tudo aquilo que o Estado não me abrangeu em proteção eu teria através dessa previdência privada, representando esse pai protetor, me amparando, me protegendo, que era o... realmente o desejo que ele tinha e a forma como eu internalizei esse pai *pra* mim, *né?* E... depois *duns* 8 anos, depois a minha irmã baixou esse valor de 600 *pra* 400 e ficou 8 anos me dando 400 reais. Tipo assim, o meu plano, meu planejamento de previdência privada *tava* indo por água abaixo, porque eu ia ficar numa situação muito parecida do, com que os trabalhadores *tão* enfrentando hoje com toda essa reforma da previdência, tipo, eu vou trabalhar muito, vou contribuir mais e vou receber menos, *né?* E alguém vai ser privilegiado por isso, *né?* Então é *uns* com mais, outros com menos, e a sensação da... do desvalor, do menos, do... você não tem direito, você não tem proteção, da inconstitucionalidade, tudo isso.

Entrevistador: Você sofreu a sua própria reforma da previdência?

Karen: Eu sofri a minha própria reforma da previdência, porque, dentro de mim, eu não tinha certeza nenhuma, eu acatava as decisões da minha irmã, porque o direito

legal era dela e, quando saiu meus documentos, a gente mal conversava, conseguia conversar, conversar sobre esse assunto, e... ela não conversou e a situação ficou aquela ali, aquela ali. E eu não sei o que que ela esperava de mim, mas um belo dia eu juntei todos os meus documentos necessários e baixei *duma* vez na pagadoria de inativos e pensionistas do Ministério da Aeronáutica em São Paulo com todos os documentos que eles exigiam *pra* inclusão de pensionista. Eu era filha do Ubiratan, não havia dúvida sobre a paternidade, a, a única, a única coisa que, que tinha é... eu tinha me tornado filha desse, desse pai. E talvez, o direito da pensão poderia recair sobre mim, sem eu ter que usar a minha, a minha irmã como uma atravessadora, porque sempre situação a foi essa, meu pai desejou a pensão para os filhos, não para a minha irmã, *né?* Mas, pelo direito da, pela lei em si, foi da concebida filha mulher. Então no momento em que eu fui filha mulher de Ubiratan, eu fiquei com aquela ideia de que eu poderia ter o direito sendo meu, meu de verdade, sem ter que usar a minha irmã como uma atravessadora. Tipo, a minha irmã recebe e me dá um, um gole daquilo que ela recebe. Não, eu poderia ter um direito legítimo daquilo, inclusive de eu não sentir culpa, como que eu não ia sentir culpa? Ia sentir sim, porque eu ia ter que tirar uma boa parte do benefício da minha irmã, como que eu não ia sentir culpa? Acabei me colocando *numa* situação familiar e jurídica muito complicada por conta disso, porque eu entrei com o pedido no Ministério da Aeronáutica de forma administrativa, não foi um recurso jurídico.

Entrevistador: Uhum.

Karen: E... eu fiquei dez meses aguardando a resposta deles, porque, obviamente, foi o primeiro caso que bateu, de uma pessoa que pediu, e eles tiveram que ir... ir no jurídico deles *vê* como que eles iam lidar, não só com aquele caso, mas com todos os casos que poderiam vir, *né?* Através daquilo ali e... a minha... eu e, eu e minha irmã brigamos quando eu comuniquei a ela que eu tinha me apresentado e tentando me incluir na... pagadoria de pensionistas da aeronáutica. Nós brigamos por ela não aceitar ter que possivelmente dividir esse valor comigo, *né?* E... nós perdemos o contato durante um ano, nós ficamos sem nos falar mesmo, eu fui expulsa de casa novamente, eu basicamente me assumi como mulher trans de novo *pra* minha família. Só que dessa vez, eu não quero ser mulher trans com tapinha nas costas, “ai, que bonitinha, a gente te aceita”. Não! Eu quero ser mulher trans e ser tratada de forma indiscriminada de verdade!

Entrevistador: Ter direito a tudo aquilo?

Karen: Inclusive na parte de direito, *né?* E... e percebi que o meu documento não me protegia, não me protegia, *né?*

Entrevistador: Depois de dez meses, o que que aconteceu?

Karen: Cê perdeu, acho que o ápice agora [ri], *né?* Porque eu tive que, eu *tava* aqui falando que, que eu tive que me assumir novamente *pra* minha família como trans, como mulher. Eu tive que me assumir novamente como mulher trans *pra* minha família, só dessa vez não com um tapinha nas costas, “legal, a gente aceita”. Não! Eu quero ser aceita de verdade com direito, com tudo, com casamento, com família, com tudo, com certidão, com tudo. Não é com tapinha nas costas, *né?* Eu percebi que não foi bem assim, *né?* Eu percebi que... fui expulsa de casa, não quero mais falar com você, não te aceito, foi, isso aconteceu comigo durante um ano, daí eu fui... indeferida, meu pedido foi indeferido na Aeronáutica, *né?* Por, por uma, uma regra interna que tinha. Meu cabelo deve *tá* parecendo um espantalho, mas é normal, [inaudível], cabelo

de loira. E... meu pedido foi indeferido na Aeronáutica, alegação deles é que, é... quem define quem são os beneficiários é o ano data-base de morte do instituidor e que no ano data-base, no ano do, do falecimento do meu pai, a minha situação jurídica não era a, a condizente com a atual, então... e eu era maior de 21 anos, então não teria como eu migrar para ser pensionista.

Fiquei com aquele indeferimento na mão. Que que eu vou fazer com isso? Legal, eu sou mulher, mas não tenho direito de nada. Pelo que eu entendi, eu sou mulher como a minha irmã, mas não tenho direito de nada. Ai, vou entrar *num* processo jurídico, daí Bolsonaro ganhou, e eu pensei assim, ó: eu preciso desse flagelo? Eu vou me flagelar na justiça, não vai ter pauta GLBT. Ele vai fazer um governo para as majorias, eu sou maioria? Só no papel, no tapinha nas costas, no direito prático eu não sou maioria. Se eu não sou a maioria, eu resolvi meu problema jurídico e não tive o direito, não fui atingida pelo direito, eu também sou filha desse pai! Não é mentira que eu sou filha desse pai, esse pai também ansiava, desejava, é... proteção, amparo, respaldo. Para o filho? A filha? Para a filha trans também, para a família. E eu percebi que o direito não me resguardou de nada, eu sempre vou enfrentar regrinhas internas, eu sempre vou enfrentar algum artigo anterior, eu sempre vou enfrentar talvez isso na vida, sabe? Ou até um constrangimento ridículo, absurdo, como “ah, então abaixa as calças aí *pra* gente *vê* se você é mulher”.

Entrevistador: Disseram isso *pra* você?

Karen: Não, mas eu fico... ah, perto de tudo que eu enfrentei na vida, não me surpreenderia. Eu entrar em algum lugar, ser impedida de entrar, e a pessoa pedir e eu apresentar meu documento e pedir, a pessoa pedir *pra* abaixar as calças *pra* ela ver se realmente eu sou mulher, ou se a pessoa chamar a polícia *pra* ver se o documento não é falsificado, eu, eu não me surpreenderia. *Cê* *vê* tantos absurdos, tantos abusos que a gente *vê*, *né*, acontecer no, no nosso país, é... que sinceramente não me surpreenderia, *né*? É o que eu *tô* te falando, eu quando eu vejo a notícia de que uma mulher foi violentada, agredida, e... sabe? E você vai ver, por que que ela foi agredida e violentada? Por ser vulnerável, por ser mulher, porque ser mulher é ser vista como vulnerável, *né*? Quando eu vejo um direito de uma trans, sabe? Que *tá* tendo que processar a empresa porque ela foi mandada embora quando começou o seu tratamento hormonal, porque eu já vi isso, *né*? Eu falo assim: que direito? Toda essa batalha judicial que eu enfrentei me valeu? Valeu nada! Eu fiquei sem ganhar tostão nenhum e ainda perdi o dinheiro que a minha irmã me dava.

Entrevistador: E isso continua até hoje? Vocês não voltaram a se falar e ela não te ajudou mais?

Karen: Ou seja, que porcaria que foi ser mulher! Que problema! Eu, eu me senti, sabe como que eu, como eu me senti? Legal, eu sou uma mulher retificada! Retificada? De tapinha nas costas *pra* inglês *vê*, porque *cê* *num* tem direito nenhum, *cê* *num* tem direito nenhum. É o puxadinho jurídico, e no puxadinho jurídico, ele não funcionou é... *né*, tipo

é como se eu não tivesse o “habite-se” daquele puxadinho ali, entendeu? Que eu tinha feito, *né*? Mas eu fiz tudo de forma tão legítima que eu imaginei que eu me tornaria, aliás, eu já sou, filha desse pai. O... parentesco existe, é uma... questão que não me abrangia, que era eu não ser mulher e não me dava direito. E depois que eu fui, que eu me tornei mulher, continuei não tendo direito e aquilo não me valeu de nada, e eu não tenho hoje coragem de entrar com uma pauta dessa porque eu sabia,

eu entendo muito bem, eu teria que mudar um decreto de 1965. Eu tenho que mudar um regimento interno do Ministério da Aeronáutica, só *pra* você ter base, durante esses dez meses tudo ocorreu entre segredo de justiça militar, eu não conseguia, minha advogada não tinha acesso a nenhum posicionamento dos autos deles.

Entrevistador: Nem a advogada?

Karen: Nada! Nós ligávamos, ele tinha dito *pra* mim que em três meses eu ia começar a receber, se passaram sete, a gente ligava, manda *e-mail* e nada! *Tava* em segredo de justiça porque eles estavam fazendo um julgamento jurídico militar, então ela, como advogada, não conseguiria ter acesso a isso, a não ser que ela tivesse uma patente militar, *né?* E pelo que *tava* acontecendo no país, eu pensei assim, eu não vou conseguir nada porque como que eu vou mover uma pauta GLBT agora? No meio do conservadorismo, como? *Pra* quê? Com que recurso? Eu preciso disso? Eu tive que *dá* um novo significado ao meu documento, às minhas conquistas, *né?* Eu depois de um tempo pedi desculpa pela minha irmã, pela forma que eu agi, porque eu não tive uma conversa com ela antes de eu me apresentar na Aeronáutica, eu simplesmente fui na Aeronáutica, me apresentei *pra* vê se tinha direito, *né?* E... vi que não tinha direito algum, tentei resolver o meu problema familiar, *né?* E após algumas semanas ela me chamou *pra* conversar e... me ofertou novamente o valor, um pouco mais razoável perante ao que ela me dava, o último, o último depósito que ela tinha me dado, antes de eu, de eu ingressar na Aeronáutica, foi em dois mil e, acho que tem uns dois anos isso.

Entrevistador: 2017 mais ou menos?

Karen: É, 2016 mais ou menos, ela me dava 700, hoje ela dá 1.200. Tipo, melhorou um pouco, *né?* A... mais próximo do salário mínimo, *né?* Ficou melhor, bacana, porque daí quando tiver o reajuste salarial do salário mínimo *cê* reajusta a minha parte, eu continuo, *né?* Volto no meu plano, naquele plano primário que eu tinha de vida, que era a previdência privada, não tenho o direito de uma pensão vitalícia como ela, preciso ainda juntar, ou seja, eu não posso desfrutar, não posso desfrutar. A... não, a minha ela, ela *tá* numa classificação, meu pai por ele ter pagado 7.5% a mais nos soldos, é uma classificação que, mesmo casada, a filha desse militar continua recebendo, *né?*

Entrevistador: E você continua contribuindo *pra* sua previdência privada?

Karen: Continuo, porque, ainda mais hoje, com tudo que *tá* acontecendo a nível de previdência social no país, eu com 41 anos vou começar agora, só agora que parece que eu me tornei uma pessoa de verdade *pra* responder juridicamente por mim, sem ter que, ai, aquela coisa de apresento um nome, e mais, “ah, mais, e você é o quê?”, “Ah, mais, quem que assinou aqui?”, “Ai, mais quem que é Guaracy?”. *Né?* Agora não, eu sou Karen, eu respondo juridicamente por Karen, eu assino como Karen no cheque, eu compro como Karen em todo lugar e, pronto, *cabô*.

Entrevistador: Ficou, dessa série de documentos que você disse que precisou alterar, seu RG, certidão de nascimento, carteira de motorista, você disse que, lá atrás, que, é, tudo o que você podia ir atrás você foi. Ficou alguma coisa que você não conseguiu alterar e que você gostaria de ter alterado?

Karen: Não.

Entrevistador: Você, então, você no... seu cotidiano hoje, você não se depara, com os seus, em relação aos seus documentos com seu “nome de batismo”, vamos dizer assim?

Karen: Oh, às vezes, a... às vezes, *vamo* supor, se eu passar por atendimento médico tá? É... pelo nome do CPF dá ambiguidade no cadastro. Eu passei por um atendimento médico no Ribeirânia e... é, eu troquei... não, não, porque é uma das primeiras coisas inclusive que *cê* precisa fazer é a Receita Federal, *né?* É você mudar na Receita Federal uma das primeiras coisas que você precisa fazer, mas *vamo* supor, eu fui atendida no Hospital Ribeirânia uma vez, anteriormente com o nome de Guaracy, e hoje, hoje eu tenho outro convênio, tudo mais, os números cadastrais *continua* o mesmo, na hora que passou o número do meu CPF, a recepcionista perguntou: “quem é Guaracy?”. Eu falei: “sou eu, ou melhor, não sou mais eu, era meu nome anterior”, *né?* Eu tenho que explicar *papapá*, mais faz, de impedimento não. A maioria dos... órgãos, das... empresas são muito, muito delicados, inclusive, quando trata disso. Eu recentemente tive que mudar linha telefônica, TV à cabo, tudo essas coisas com, com a Claro, e eu era assinante Claro com o nome Guaracy, e deu um problema *pra* fazer a portabilidade do meu, do meu número, porque o... sistema deles não *tava* preparado *pra* lidar com esse tipo de ambiguidade jurídica, que é anteriormente no cadastro você tem esse, esse CPF, esse número, esse, esse mesmo número de RG, mas era outro nome, era outro nome, mas tudo se esclarece quando você joga a cópia da decisão judicial.

Entrevistador: Você se sente de alguma maneira, é...

Karen: Não, não, quem é da *old school* igual eu, não se sente constrangida com essas coisas [ri]. Não se sente constrangida com essas coisas.

Entrevistador: E... e antes de você ter o... documento retificado como que era... como que aconteciam essas interações? Por exemplo, ir ao hospital, ir a algum estabelecimento, pedir *pra* cadastrar algum, comprar algum produto, fazer um crediário, *cê* precisava negociar? Você era transgressora? Você se impunha? *Cê* preferia dar um jeitinho? Como que era sua reação ao... se depararem com a sua imagem e o que constava no documento, essa diferença?

Karen: Bem, como eu te disse, eu sou da *old school*, *né?* Eu sou da época que a gente ia no HC e eles chamavam “Guaracy Vinicius Sanches Faria” e pronto, *cabô*, e pronto, *cabô*. Então tudo, imagina isso é uma coisa irreal hoje, irreal. Hoje você chega em qualquer lugar com documento, é... você, a lei do nome social funciona abertamente em todos os setores hoje.

Entrevistador: Mas antigamente precisava...

Karen: Então, assim, eu não me, eu sinceramente não me constranjo se alguém pergunta: “quem é Guaracy?”. Eu falo, era o meu antigo nome antes da minha retificação civil. Eu não me constranjo, eu acho que constrangedor era antes, *né?*

Entrevistador: Então, mas antes você tentava contornar a situação? Pedia *pra* alguém, tipo no hospital...

Karen: Ah, não...

Entrevistador: ...colocasse Karen?

Karen: ...não, não, não, não, não, não, não, não, não, não...

Entrevistador: ...você, assim...

Karen: Quem nasceu, quem nasceu nos anos 80, quem passou pelos anos 90, quem *num* tinha direito nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, não se importa de ser atendida bem, bem atendida, e alguém me chamando pelo nome masculino. Nossa, eu lembro que antigamente chamavam isso de “nome de guerra” no serviço de saúde, viu? Eles falavam assim “ai, qual é o seu nome de guerra? Não, *pra mim* colocar aqui no prontuário *pra* gente chamar”. Nome de guerra! Eu falo que hoje é o nome de guerra que eu tenho no RG, é o nome de guerra, acho que talvez o Guaracy seja o nome de guerra. Mas *cê* sabe uma preocupação minha hoje? [ri]. *Né*, esses dias eu *tava* pensando [inaudível], ô, gente, eu vou fazer 42 anos, *né?* [inaudível] eu tenho hoje um RG feminino, eu fiquei pensando “caramba, e se eu fizer um exame, será que eu vou ter algum impedimento pelo convênio, de eles autorizarem, de autorização de guia, pelo procedimento não ser um procedimento é... correspondente ao gênero? Como enfrentei no... muito antigamente, que eu queria pôr prótese de mama pelo HC. Os médicos queriam fazer o implante de mama *pra* mim pelo HC, mas a reitoria, a diretoria do hospital, colocou, mandou uma carta e o médico me apresentou, que ele falou assim “olha, a gente não pode fazer porque é um procedimento destinado a pessoas do sexo feminino e você é do sexo masculino.

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: Você já sentiu em algum momento fazendo a sua própria lei? Vendo que tem um... esse abismo, que você já disse, *né?* Do... que *tá* na Constituição, do que *tá* na lei e o que deveria ser garantido, você viu que isso não, não funciona na prática. Você já se viu em algum momento fazendo a sua própria lei?

Karen: Sim.

Entrevistador: O seu próprio mundo?

Karen: Sim, muitas vezes, muitas vezes.

Entrevistador: Por exemplo, o exemplo da pensão, é um, um bom exemplo de você indo lá fazer sua própria lei. Você já se viu em contextos assim?

Karen: Sim, de eu tentar fazer minha própria lei com o Ministério da Aeronáutica e depois eu tentar fazer minha, minha lei com a, com a minha família depois, *pra* ter aceitação da família de volta, tipo, posso voltar a ser sua irmã? Posso voltar a ser sua filha, *né?* É... porque quando eu recebi a retificação parecia que tudo, com o namorado, foi, *né?* E aí? Que que eu ganhei? Que que eu perdi? *Né?* Acho que, na verdade, eu sempre fiz a minha lei, eu acho que eu sempre fiz a minha lei, desde a adolescência, sabe? Quando eu de, quando eu decidi, quando eu saí da escola, caí na prostituição, foi uma tentativa de lei na minha vida porque eu não, é um movimento, foi um movimento tão gigante na minha vida, a minha transformação inicial, meu primeiro ciclo de hormonoterapia, aquele rompimento com a sociedade, com pai, com mãe, aquele rompimento mesmo, de falar assim: “eu quero ser assim, eu vou ser assim”. Foi um rompimento, eu rasguei o véu, eu fiquei desnuda mesmo, pelada no meio da... sociedade, então quando, quando eu fui, quando eu saí da escola, *né*, e caí *numa* esquina, foi uma tentativa de eu fazer minha lei, quando eu saí da esquina e entrei no curso de cabeleireira *pra* ter uma profissão, quando entrei no mercado de trabalho foi uma tentativa de eu fazer minha lei, quando eu entrei com... quando eu entrei com... com o processo de retificação foi uma tentativa de eu fazer minha lei, *né?* E eu vou te falar, eu cheguei até jogar fora alguns boletins de ocorrência, eu *tava*

fazendo uma reviravolta com caixas de documento, daí vi lá uns boletins de ocorrência esdrúxulos, que não me deixaram entrar no Café Cancun. É, tipo assim, eu fiquei na fila, daí chegou lá “ah, não, você não vai entrar”. E eu fiz um boletim de ocorrência, a...

Entrevistador: E você só fazia o boletim e não prosseguia?

Karen: Não prosseguia. Prosseguir? Prosseguir? *Num* país que *cê* não tem direito de nada? Eu *num* tinha um documento, eu era um ser ilegítimo, porque eu portava uma cara e tinha um documento que não era realidade, ou espantava toda a... o desencontro, é... social, de cobrança, talvez do... meu projeto de... terceiro gênero reconhecido por sociedade, *né?* Todo desencontro que a sociedade tem em relação a papeis e gêneros e, e como isso funciona na sociedade de forma mafiosa, é... eu... tive vários acontecimentos, mercado, segurança me abordar de forma grotesca no mercado, totalmente homofóbico, sabe? Querendo que eu fosse embora do mercado.

Entrevistador: [inaudível]

Karen: No tipo assim, ó, tipo assim, “você está incomodando”. Estou incomodando? Eu *tô* fazendo compra, eu vou pagar, *tô* incomodando quem? “Ah, você está incomodando”. *Né?* É... uma vez *num*, *num* mercado, uma menina veio me propor uma... um cartão do mercado, eu dei meus documentos *pra* ela, tudo, e ela fez o... a proposta lá, *papapapá*, e... e eu muito [inaudível], *né*, percebi a dinâmica dela depois que ela conversou comigo, falando com vários funcionários, eu percebi várias vezes ela mostrando a... a prancheta dela, assim, assim, fazendo movimento de dedo assim, “ó o nome dela”, “o nome dele”, *né?* “Olha, olha aqui, não sei o quê”. Ela voltou *pra* me abordar *pra*, *pra* perguntar que que ela deveria colocar, “ai, desculpa te incomodar novamente, é que eu não sei o que que eu coloco aqui” e apontou *pra* mim o sexo, masculino ou feminino, ela tinha pegado meus documentos, meus documentos não eram retificados, precisava ter perguntado *pra* mim? *Né?* E eu, e nesse dia a minha tentativa de fazer lei como que foi? Eu peguei uma folha sulfite, pedi uma caneta no balcão do mercado, escrevi uma linda carta de reclamação, é... sobre o que tinha ocorrido, *né*, dentro do mercado, com o meu documento, e que eu tinha sido ridicularizada por ter sido, por ser trans e ter feito uma proposta de adesão a cartão, eu fui ridicularizada pela menina, ela expôs inclusive o meu nome de registro *pros* outros funcionários, eu passava pelo, pelo mercado, *pelos corredor*, “o nome dela é Guaracy”.

Entrevistador: *Cê* escutava isso?

Karen: Sim! “O nome dela é Guaracy”, “ai, que nome horroroso”, poderia ser João, mas que fosse João, era o meu nome de registro isso não era motivo *pra*, *pra mim* ser ridicularizada, eu *tava* fazendo compra dentro do mercado.

Entrevistador: Que que você sentiu? Dor? Raiva?

Karen: Ai, ridicularizada. Raiva, raiva de mim, durante muitos anos eu senti raiva de mim por ser assim.

[Entrevista interrompida]

Karen: Quando saiu a sentença, eu aí, gente, do fórum, já não tinha mais nem reação, porque eu não imaginava que ia conseguir a mudança do gênero, eu imaginava assim, vai mudar meu nome *pra mim* poder assinar Karen, poder responder como Karen,

mas vai ficar lá o gênero masculino, porque é uma realidade que eu vou ter que lidar, porque o mundo é assim. E quando saiu a minha sentença eu fiquei, até esse caso do mercado parece, parece que eu fiz justiça nesse dia, parece que eu fiz justiça nesse dia, porque nesse dia eu ia, eu... refiz a cena, eu dando o documento *pra* menina, ela pegando aquele documento, ela olhando *pra* mim, eu podia *tá* barbada naquele dia, ela ia pegar o documento, ela ia colocar o que *tá* no documento e ela não ia voltar perguntar *pra* mim “o que que eu coloco aqui?”, ela não ia fazer isso com o meu documento retificado. Então, o que eu senti de ganho de justiça foi isso, tipo assim, situações que são muito esdrúxulas como que é o fato de, tipo assim, ó, o ato de eu sair do meu trabalho, passar no mercado *pra* fazer compra, não dá o direito *pra* ninguém fazer piadinha com a minha cara [ri], sabe? Que pode ocorrer uma infração com isso, porque é um constrangimento, um constrangimento vexatório.

Entrevistador: E se fosse hoje?

Karen: Vexatório eu digo porque ela falou meu nome *pro* outros funcionários, outros funcionários falavam nome quando eu passava. O nome eu acredito que é nosso, que é identificatório nosso, sabe? *Pra* fazer piada? Não tenho nome *pra* fazer piada, tenho um nome *pra* ser identificada, *pra* ter acesso a uma, a uma série de direitos ou obrigações, mas é *pra* isso que serve o nome, *né?* E eu... *pra* mim foi uma justiça muito bem feita nesse sentido, *né?* Mas eu fico naquela linhazinha, é... com aquele medinho de que ainda temos um caminho *pra* percorrer na construção de sociedade como um todo nisso, como, por exemplo, eu *tava* pensando, imagina se hoje eu fosse comprar um título de um clube? Questão de vestiário, que seria a mesma questão de banheiro. Não demoraria *pra mim* enfrentar probleminhas, como receber uma cartinha da diretoria, da reitoria, do proprietário, do diretor, do presidente do clube, sobre a minha permanência no vestiário feminino, não me assustadora, eu não ficaria assustada não, não ficaria assustada de enfrentar esses tipos de problema hoje.

Entrevistador: Mas como você acha que você reagiria? *Cê* processaria? Você deixaria como está? Você sairia do clube?

Karen: [ri] Ai, não, eu... reagiria, como eu, como eu reagi uma vez *numa* festa que eu fui, eu comprei um convite, paguei caro o convite, *pra* ir *numa* festa à fantasia do Grupo Telefônica, eu tinha uma cliente que era diretora, era... como é que é quando a pessoa é... organizadora de grupo? Como é que é? Supervisora, ela era supervisora no Grupo Telefônica, ia ter uma festa à fantasia da Atento e ela me vendeu o convite, paguei caro, inclusive, esse convite, e eu fui de odalisca nessa festa, fui de odalisca nessa festa, e era uma festa *open bar* e quando eu fui ao banheiro a segurança me impediu de entrar dentro do banheiro feminino. Eu não tinha condição de entrar com os trajes que eu *tava* dentro do banheiro masculino porque eu *tava* de o, eu *tava* de... odalisca, eu *tava* de, eu *tava* bem fantasiada, bem fantasiada, tipo, não tem, não é uma fantasia, é... unissex, não, eu *tô* de mulher e, dá licença, naquela época eu *tava* muito hormonizada, eu *tava* um mulherão mesmo, *tava* incomodando mesmo e não tinha cabimento eu entrar dentro do banheiro masculino, *open bar*, cheio de homem lá dentro, com certeza ia acontecer alguma coisa dentro daquele banheiro, uma passada de mão, com certeza ia acontecer! Com certeza! Aliás, eu tenho a quase, hoje eu tenho a plena convicção se eu tivesse entrado dentro do banheiro masculino, eu ia ter tido uma resposta pior do que que eu tive dentro do banheiro feminino. Tipo, banheiro feminino não é lugar *pra* você e o banheiro masculino também não, eu ia sofrer ali claramente, não era nem uma discriminação, era sofrer claramente ali uma agressão contra a minha humanidade, claramente. E nesse dia eu fui impedida de entrar, eu

tentei entrar de novo, ela me barrou de novo, ela falou assim, [inaudível], “chama o organizador do evento e vê o que ele faz por você, porque eu não vou deixar você entrar”. Eu chamei o organizador do evento, adoro ele até hoje, porque quando eu vi que ele era, que ela era um gay, eu falei assim, eu acredito que ele vai ter um pouco mais de sensibilidade a lidar com esse caso. Eu expliquei *pra* ele assim “olha, [inaudível] me impediu, [inaudível], não tem condição de entrar dentro do banheiro masculino do jeito que *tá*”. Na época, a solução dada por ele, a sugestão dada por ele foi eu entrar no banheiro masculino, porém, vazio. Ele esvaziou o banheiro, ele pegou três seguranças, eu fui escoltada até o banheiro, eu entrei no banheiro masculino com a escolta. Eu na época falei assim *pra* ele: “tem algum banheiro lá no fundo de funcionário que eu posso usar? Só quero usar o banheiro, não quero mostrar *pra* ninguém aqui na festa o quanto eu sou masculina, o quanto eu sou feminina. Não preciso disso *pra* isso, só quero fazer meu xixi”. O quê? Humano. Tem uma necessidade humana que precisa ser sanada, *né*? E ele, na época, ele... *magina*, ele tirou todo mundo de dentro do banheiro masculino, fez um cordão em volta, eu entrei, usei o banheiro, e após isso, saí. Mas eu tive a convicção de que eu não poderia ter vontade de, de ir ao banheiro novamente porque não ia dar *pra*, ou seja, *cê* tem noção do que acabou? Imagina?

Entrevistador: *Cê* continuou na festa?

Karen: Não, eu fui embora. Porque foi claro, não tem espaço *pra* você, ou até dei um *close*, de entrar escoltada no banheiro, de ter o poder de tirar os homens do lugar deles, mas, com certeza, é uma vez só que vão conseguir fazer aquilo naquele evento, e não duas. Então, daquele momento *pra* frente peguei meu táxi e fui embora. Ficou claro que na sociedade não tem espaço igual *pra* todo mundo, não dá, não tem, não tem. Hoje, com o meu documento, seria um pouco diferente, porque acredito que entraria nesse banheiro, com ela gostando ou não, ela, ela guardaria *pra* ela, ela que teria que gastar com terapeuta, não eu, porque [ri], inclusive, voltei *pra* terapia, vou gastar uma boa grana por mês, é... ela que teria que fazer terapia *pra* lidar com essa situação e não eu. Hoje com, com a minha situação jurídica, *né*? Mais... que eu enfrentei situações vexatórias, de não direito por ser... por ser trans e a... a legislação vigente na época é... você é um homem e um homem eu não era, *né*? Então isso me, me ocorreu uma série de situações pequenas a... quem, quem olha de fora pensa assim “ah, não, mas você fez xixi do mesmo jeito”, eu fiz xixi do mesmo jeito, mas eu não continuei na festa, eu perdi o meu direito da minha liberdade de ir e vir dentro da festa, principalmente porque o grupo que foi colocado *pra* fora do banheiro, que eram homens não gostaram de ter o seu território esvaziado *pra* atender um trans, uma demanda trans, porque o trans, ou ele tira o direito do homem ou tira o direito, o direito da mulher, é o que as pessoas pensam de política GLBT, o que a maioria da... sociedade civil pensa sobre política GLBT, GLBTs estão tirando os direitos de cidadãos de bem corretos, que são homens e mulheres, como se fosse uma segunda classe e ordem de humanidade, *né*? Porque durante anos, durante décadas, vivemos no submundo e parece que o mundo ia muito bem ali, *né*, no submundo. Mas acontece que essa classe emergiu, essa classe emergiu e essa classe, espero que esse movimento de emergência trans continue, que a gente possa ver mais pessoas trans em escola, em centro acadêmico, em postos de trabalho formais, com carteiras registradas e direitos assistidos, porque é o que manda a Constituição, caramba! A gente *tem* uma instituição, uma Constituição que garante aos brasileiros direito ao trabalho, direito à educação, à saúde, mas quando a pessoa é trans, o direito não chega, o direito não chega.

Entrevistador: Karen, é, você poderia me falar, voltando lá *pra* época em que você procurou a Defensoria, é, existiu um processo e inevitavelmente você *teve* que... se, interagir com, com o juiz, com a promotora de justiça, o próprio defensor público, eu gostaria que você me falasse da sua interação com essas pessoas.

Karen: Ah, foi tudo muito tranquilo porque não, eu falo que tive que, eu tive que ir mais vezes no HC do que na Defensoria Pública, *né?* Mas, na Defensoria Pública, sempre que me chamavam, a coisa era muito séria, sempre era requisitando alguma certidão, algum documento, ou *pra* me dá um parecer de como *tava* o processo, a... e... eu... fique ali muito tempo, *né?*

Entrevistador: Você se sentia acolhida na Defensoria?

Karen: Muito! Muito! Muito! Muito, principalmente porque, quando eu *tava* lá, a gente é atendida *numa* cabine com dois assistentes, *né?* E sempre que eu estava lá, é... que eu era atendida, é... tinha uma mulher pedindo revisional de pensão e com problema de pensão, e sempre era, *cê* sabe que ali eu comecei a... a me dar conta do peso de como que pesa realmente ser mulher na sociedade, *né?* Porque ali era mantido como, apesar de um homem ter a prisão decretada por negação da pensão, eu tinha... conhecimento da mulher que tinha dois filhos com aquele homem e que *tava* ali tendo que brigar *pra* ter... regularidade nos depósitos de 200 reais por mês, com dois filhos, 300, [inaudível], mas que humilhação que uma mulher tem que passar de ter que vir aqui brigar por uma coisa que já era direito, não é nem direito dela, é direito dos filhos! Que é filho do homem também, ela tem que brigar por 200 reais, que que uma mulher faz com dois filhos? Com dois filhos! Que que uma mulher faz com 230 reais? E o homem não quer dar. E o homem não quer dar, daí e eu ouvia as histórias de coisas assim, “ah, mas ele *tá*, porque a mulher dele diz”, tipo assim, legal, ele tem uma outra mulher, essa outra mulher tem outro, tem, tem filho do primeiro casamento. Ele cria os filhos de outro homem com essa mulher que ele *tá* hoje e não assume a responsabilidade financeira com esses filhos dele, alegando que, tipo assim, ela vai pegar o dinheiro *pra* ir no cabeleireiro. Com 230 reais? Tudo bem, tem cabelo que custa 230 reais, mas, gente, com dois filhos, a mulher vai ter que criar sozinha, *né?* E foi que eu fui me dando conta, “gente, mas ser mulher é muito pesado”. Eu não imaginava por não ter contato muito próximo com as mulheres, *né?* Eu vi muita coisa assim, que lá você vê que chama criminal, daí quando é criminal é sempre é um padrão de pessoa, é sempre homem, mulato, com bastante tatuagem, trabalhando de motoboy. É os, tudo criminal que chama na Defensoria, “criminal 1”, “criminal 2”, é o padrão, o padrão, o padrão. Eu acabava caindo naquela, na esfera do civil, *né?* Agora o tratamento com o... com os assistentes ali do promotor, o promotor sempre tive pouquíssimo acesso com ele, sempre foi com os assistentes. Eu vi que *pra* eles, eles tinham a mesma curiosidade, a mesma inquietação que tinham os médicos quando me recebiam no HC. Era caso novo, é uma coisa que *tá* chegando, eles têm que lidar com essa demanda que *tá* chegando, que é nova, e como que a gente lida com isso? Então eles vinham, pegava o documento, ia, entrava na salinha, pegava uma série de... orientações e voltavam me passando as orientações, *né?* Mas o tratamento sempre foi muito ótimo.

Entrevistador: Mas só *pra* constar no áudio, esse promotor que você acabou de se referir, seria o da Defensoria? O Defensor Público, *né?*

Karen: Isso, o Defensor Público.

Entrevistador: E cê se lembra de uma, de como poderia ter, de como foi uma interação com promotor de justiça, ou a promotora, que é do Ministério Público?

Karen: Não, não tive acesso nenhum a isso.

Entrevistador: Cê não chegou a ter contato com eles?

Karen: Não.

Entrevistador: E com o juiz ou a juíza que julgou a...

Karen: ...Também não...

Entrevistador: ...o seu processo?

Karen: ... também não.

Entrevistador: Mesmo em audiência? Precisou fazer audiência?

Karen: Não. Não participei de audiência, não participei de audiência. A única coisa mais séria que eu achei no meu processo foi a perícia médica, porque foi o, foi o... foi o fórum que marcou, então, é, "ah, você vai ter que ir *pra*". Não! Eu fui intimada a ter que *tá* naquele endereço em São Paulo em tal dia, em tal hora, marcado, tipo, foi o único dia que eu me senti intimada, foi no dia da, da perícia, *né?*

Entrevistador: E como foi? Foi tranquilo? Foi constrangedor? Foi invasivo?

Karen: Não, não foi invasivo, não foi, foi apreensivo. Eu fiquei apreensiva, *né?*

Entrevistador: Por que?

Karen: Porque caramba, eu... tenho que, eu tenho que *tá* dia tal lá, e que que eu vou falar? e que que, que que eu vou fazer? E como que eu vou, *né?* Eu... e eu ainda não tinha o documento, então, imagina?

Entrevistador: Você em algum momento se sentiu encenando alguma coisa?

Karen: De forma alguma, de forma alguma.

Entrevistador: Então você foi você mesma?

Karen: Eu *tava*, eu *tava* preparada *pra* ter que fazer exame físico, coisa que eu não, coisa que eu não fiz no tiro de guerra. Eu *tava* preparada *pra* ter que fazer exame físico, coisa que eu não fiz no, perícia médica. Em uma coisa como essa talvez o cara vai querer que eu tire a roupa, *vê*, sabe? Eu não sei, eu tenho que fazer.

Entrevistador: E não foi assim?

Karen: Não, não foi assim, se bem que no meu tiro de guerra, eu tive muita sorte.

Entrevistador: Por que?

Karen: Eu tive sorte porque minha mãe foi comigo, minha mãe era mulher de militar, *né?* E minha mãe chegou lá e ela já chegou exigindo, ela já chegou querendo falar com o coronel, e ela já chegou exigindo que nenhum *constran*, "eu estou aqui com meu filho *pra* ele se apresentar porque *tá* na idade e ele é transexual e eu *tô* aqui *pra*

assegurar de que nenhum abuso vai ocorrer durante o alistamento”. Mas eu não me senti...

Entrevistador: Não aconteceu...

Karen: Não, não aconteceu...

Entrevistador: ...nenhum abuso?

Karen: ...em etapa nenhuma do meu processo de retificação, nenhuma, nenhuma, nenhuma.

Entrevistador: Cé falou da sua mãe, que ela, que ela te apoiou...

[Entrevista interrompida]

Entrevistador: Karen, você estava então falando da sua mãe, que ela... ela te apoiou nessa, nesse processo do... do alistamento militar. É... e durante o seu processo de retificação de registro, teve a, alguma pessoa que te apoiou antes e durante? Antes, *pra* você tomar a decisão e durante o processo, que demorou vários anos?

Karen: Ninguém [ri].

Entrevistador: Ninguém?

Karen: Ninguém. Sozinha. Eu tive só a indicação do... do... promotor, que *tava* pegando o caso assim, que queria tentar, *né*, que foi o presidente da ONG Arco-Íris, o Fábio de Jesus, foi ele quem, “ó, vai na Defensoria, lá [inaudível], fala que *cé* quer [inaudível]”, e fui, de resto fiz tudo sozinha.

Entrevistador: E a pergunta final, o que... você espera, o que você deseja *pra* sua vida no futuro?

Karen: *Pra* minha vida no futuro, ai, complicado perguntar isso *pra* pessoa quando ela volta a fazer terapia, viu? Na verdade, não tem como eu não me projetar em futuro sem me basear muito no meu passado, *né*? Lembro do meu passado de... uma criança muito afeminada, que não correspondia bem àquilo que esperam de um homem na sociedade, depois... enfrentando tudo o que eu enfrentei, tendo as perdas, porque eu acho que só de você perder a sua adolescência, a sua juventude, a... perder, como eu perdi, *né*? Que eu não pude estudar, que eu não pude namorar, eu não tive uma vida linear, como a maioria das pessoas, *né*?

Entrevistador: Cé tinha amigas nessa época?

Karen: Você cai *num* submundo. Tinha, travesti, outras travestis, outras travestis. Muito diferente de hoje que eu tenho homens, ih, se eu quiser beber hoje cerveja *num* bar, *num* buteco, aí ligar *pro* fulano, beltrano, tenho um monte. Homens, inclusive, hétero, adoro ter amizade com homem hétero. Confiáveis, nossa. *Viado* é uma raça que não presta no sentido de amizade. Nossa, homem hétero, na boa, eles... *pra* serem amigos, eles têm uma... a... acho a amizade com homem coesa, muito coesa, menos competitiva, *né*? Amizade de homem, acho que o homem tem um outro jeito de lidar com competição em outros lados, *né*? Ele, ele consegue direcionar essa, essa agressividade da. Eu acho a mulher mais competitiva na... sociedade, em relação a interpessoal, *né*? Em relação a interpessoal. Agora, *pro* futuro, que que eu acho? Eu acho que... eu sinceramente cheguei pensar de voltar a estudar, *né*? Cheguei a pensar voltar estudar, porque eu acredito que tenho um intelecto privilegiado *pra* não ter...

espaço *pra* fazer nada com, com isso, *né?* E... apesar de não animar muito quando a gente vê a área de educação atual, não anima muito, não anima mesmo, eu falei assim: “que que eu vou fazer na educação se parece que as propostas é minar a educação”, *né?* É... mas eu acho que o mundo *tá* mudando muito, e a gente precisa se adaptar com esse mundo novo que *tá* vindo, *né?* Mas que eu espero que não seja um... sucateamento do... do humano, eu espero que não seja isso, *né?* E... ainda tem muita batalha, *né?* Tem muita batalha e eu acho que não é nem *pra* gente conseguir ter conquista de novos direitos, mas *pra* sociedade civil a, ter uma adesão mais madura sobre os direitos que a comunidade GLBT, que os transexuais, é, tiveram nesses últimos anos. Eu acho que a gente precisa consolidar isso junto com a sociedade. Esse eu acho que vai ser o, o grande desafio *pra* mim e *pra* todo a... *pra* todo GLBT na... na sociedade hoje, *né?* É... novos, garantia de novos direitos, *tá* até complicado a gente barganhar, porque o que mais falta? Se você já consegue união, se você já consegue... direitos, *né?* É... problema de segurança, de “ai, eu fui agredida aqui”, “fui agredida ali”, “fui morto aqui”, “fui morto ali”, parece que atualmente *tá* um pouco *pra* todo mundo, a... até aumentou mais para as mulheres do que para os GLBT nos últimos três anos pelo que eu andei vendo nas, nas pesquisas, , *né?* E... e eu acho que é isso, a gente precisa, eu preciso trabalhar *pra* consolidar melhor, toda essa luta, todo esse simbolismo dessa luta de retificação, de reestruturar minha vida de forma diferente, *né?* Agora *tá* na hora *deu, deu* sair um pouco do... do umbigo, eu, é a, é a sociedade que, que eu preciso reestruturar, *né?* Eu já me reestruturei de várias formas, já me desconstruí, construí de novo, mais tem um mundo aí fora gritando *pra...* *pra* que algumas coisas mudem, *né?* Tem outras pessoas vindo por aí com, com... características como as minhas, precisando é... dessas orientações, da mesma maneira que eu tive acesso a... ao processo de retificação e todo aprendizado que esse processo me gerou, acreditando que têm muitas pessoas precisando disso também.

Entrevistador: Ótimo. A gente pode encerrar por aqui, então?

Karen: Pode encerrar.

Entrevistador: Muito obrigado.

Karen: Obrigado a você.